



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2017

Florianópolis – SC

2018

COMPOSIÇÃO ATUAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

DESEMBARGADORES

Pedro Manoel Abreu
Cláudio Barreto Dutra
Newton Trisotto
Luiz César Medeiros
Sérgio Roberto Baasch Luz
Antonio do Rêgo Monteiro Rocha
Fernando Carioni
José Antônio Torres Marques
Rui Francisco Barreiros Fortes
Marcus Tulio Sartorato
Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu
Salete Silva Sommariva
Ricardo Orofino da Luz Fontes
Salim Schead dos Santos
Maria do Rocio Luz Santa Ritta
Cid José Goulart Júnior
Jaime Ramos
Alexandre d'Ivanenko
Lédio Rosa de Andrade
Moacyr de Moraes Lima Filho – **1º Vice-Presidente**
Jorge Henrique Schaefer Martins
Sérgio Izidoro Heil
José Carlos Carstens Köhler
João Henrique Blasi
Jorge Luiz de Borba
Rejane Andersen
Joel Dias Figueira Júnior
Cláudio Valdyr Helfenstein
Jânio de Souza Machado
Soraya Nunes Lins
Sônia Maria Schmitz
Henry Goy Petry Junior –
Corregedor-Geral da Justiça
Raulino Jacó Brüning
Roberto Lucas Pacheco – **Vice-Corregedor-Geral da Justiça**
Jairo Fernandes Gonçalves
João Batista Góes Ulysséa
Ronei Danielli
Luiz Fernando Boller
Paulo Roberto Sartorato
Tulio José Moura Pinheiro
Carlos Alberto Civinski

Ronaldo Moritz Martins da Silva
Ricardo José Roesler
Robson Luz Varella
Rodrigo Tolentino de Carvalho
Collaço – **Presidente**
Sérgio Antônio Rizelo
Denise Volpato
Getúlio Corrêa
Sebastião César Evangelista
Ernani Guetten de Almeida
Carlos Adilson Silva – **2º Vice-Presidente**
Rogério Mariano do Nascimento
Stanley da Silva Braga
Altamiro de Oliveira – **3º Vice-Presidente**
Saul Steil
Newton Varella Júnior
Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva
Tridapalli
Odson Cardoso Filho
Gilberto Gomes de Oliveira
José Everaldo Silva
Volnei Celso Tomazini
Paulo Henrique Moritz M. da Silva
Leopoldo Augusto Bruggemann
Júlio César Knoll
Vera Lúcia Ferreira Copetti
Janice Goulart Garcia Ubialli
Cláudia Lambert de Faria
Rubens Schulz
Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto
André Carvalho
Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt
Schaefer
Jorge Luis Costa Beber
Guilherme Nunes Born
Luiz Zanelato
André Luiz Dacol
Jaime Machado Júnior
Hélio do Valle Pereira
Eduardo Mattos Gallo Júnior

Gerson Cherem II
Dinart Francisco Machado
Rosane Portella Wolff
Denise de Souza Luiz Francoski
Artur Jenichen Filho
Wilson Fontana
Luiz Cesar Schweitzer
Luiz Neri Oliveira de Souza
Norival Acácio Engel
Paulo Ricardo Bruschi
Helio David Vieira Figueira dos Santos
Júlio César Machado Ferreira de Melo
José Agenor de Aragão
Sidney Eloy Dalabrida

JUÍZES DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU

Luiz Antônio Zanini Fornerolli
Hildemar Meneguzzi de Carvalho
Luiz Felipe Siegert Schuch
José Maurício Lisboa
Carlos Roberto da Silva
Bettina Maria Maresch de Moura

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que este Tribunal de Justiça está obrigado, nos termos do parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal de 1988, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa n. 20/2015-TCE/SC, com alteração posterior, e da Portaria n. 0636/2016-TCE/SC.

Elaboração conjunta

Diretoria-Geral Administrativa, Assessoria de Planejamento e Diretoria de Orçamento e Finanças

SUMÁRIO

1 VISÃO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA (ANEXO V, ITEM I).....	6
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	6
1.2 ROL DE RESPONSÁVEIS	6
1.3 ORGANOGRAMA	7
1.4 CORPO DIRETIVO	10
1.5 CONSELHOS (BIÊNIO 2016/2017).....	15
1.6 COMITÊS (EXERCÍCIO 2017)	18
1.7 COMISSÕES (EXERCÍCIO 2017).....	20
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	22
3 INFORMAÇÕES RELATIVAS À GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA (ANEXO V – ITEM II).....	62
3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	62
3.2 RESPONSABILIDADE FISCAL.....	71
3.3 ANEXO I.....	74
4 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA (ANEXO V, ITEM III):	79
5 INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS E INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS (ANEXO V, ITENS IV E V, ALÍNEAS “A” E “B”).....	86
6 SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NO EXERCÍCIO, (ANEXO V, ITEM VI)	91
7 CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO.....	94
8 GESTÃO DE PESSOAS.....	129
9 MATERIAL E PATRIMÔNIO.....	131
10 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	151
11 INFRAESTRUTURA.....	177
12 ENGENHARIA E ARQUITETURA.....	179

1 VISÃO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA (ANEXO V, ITEM I)

Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina

A organização da Justiça nos estados orienta-se pelas normas estabelecidas na Constituição Federal (artigos 93, 94, 96, III, 98, 100 e 125), pelas contidas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar n. 35, de 14 de março de 1979) e pelas disposições das Constituições estaduais.

Em Santa Catarina, o art. 77 da Constituição Estadual enumera os órgãos que integram o Poder Judiciário do Estado: “I – o Tribunal de Justiça; II – os Tribunais do Júri; III – os Juízes de Direito e os Juízes Substitutos; IV – a Justiça Militar; V – os Juizados Especiais e as Turmas de Recursos; VI – a Câmara Regional de Chapecó; VII – os Juízes de Paz; VIII – outros órgãos instituídos em lei”.

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Unidade Jurisdicionada: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.845.701/0001-59

Endereço: Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208, Centro, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88020-901

Telefone: 3287-1000

Home: www.tjsc.jus.br

Legislação: Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina – Lei Estadual n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, com alterações posteriores.

1.2 ROL DE RESPONSÁVEIS

1) Nome: José Antônio Torres Marques

CPF: 293.786.990-49

Endereço funcional: Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208, Centro, Torre II, 8º andar, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88020-901

Telefone: 3287-2500

E-mail: presidente@tjsc.jus.br

Informações do cargo

Natureza da responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº20/2015): Autoridade máxima da unidade jurisdicionada

Nome do cargo: Presidente

Eleito pelo Tribunal Pleno na Sessão n. 354, do dia 2 de dezembro de 2015. Posse em 29/1/2016, Sessão solene n. 356

Período de gestão no exercício: 29/1/2016 a 1º/2/2018

2) Nome: Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço

CPF: 510.929.999-49

Endereço funcional: Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208, Centro, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88020-901

Telefone: 3287-2500

E-mail: presidente@tjsc.jus.br

Informações do cargo:

Natureza da responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº20/2015): Autoridade máxima da unidade jurisdicionada

Nome do cargo: Presidente

Eleito pelo Tribunal Pleno na Sessão n. 391, do dia 6 de dezembro de 2017. Posse em 2/2/2018, Sessão solene n. 392

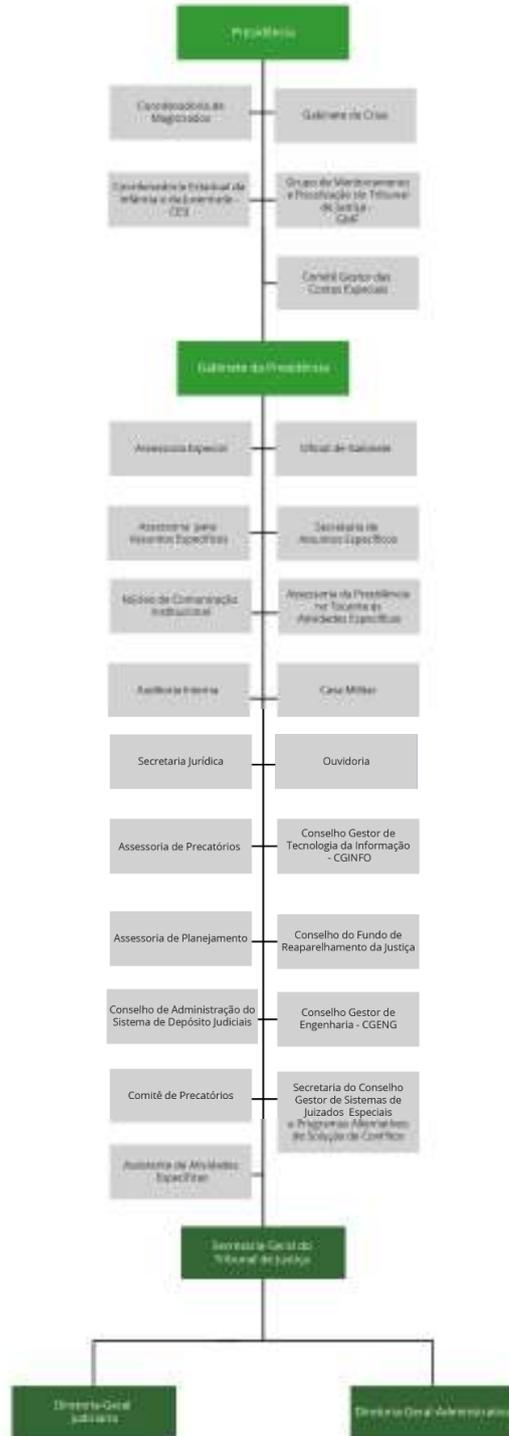
Período de gestão no exercício: 2/2/2018 a 2/2/2020

1.3 ORGANOGRAMA

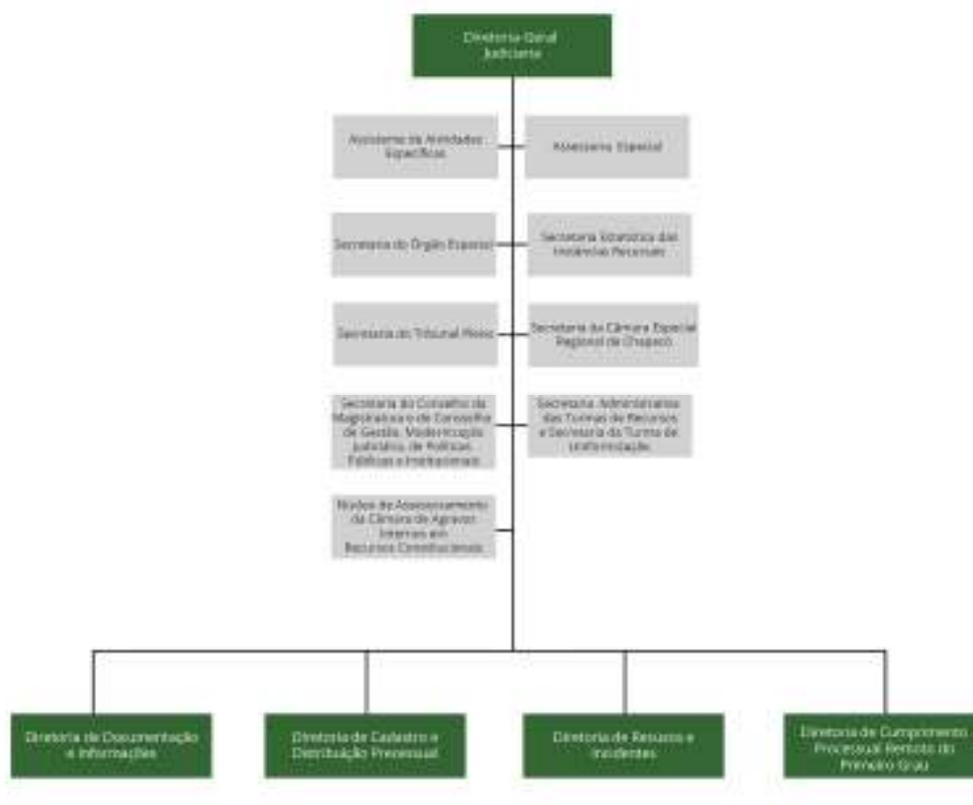
Por meio do Processo Administrativo n. 544643-2014.0, a Administração promoveu em 2017 alteração do organograma do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, incluindo-se a Secretaria-Geral, órgão vinculado à Presidência ao qual se subordinam a Diretoria-Geral Administrativa e a Diretoria-Geral Judiciária, criada pela Resolução GP n. 7/2016, de 29/01/2016 (Diário da Justiça Eletrônico n. 2280, com publicação em 01/02/2016).

Cabe destacar que a Resolução GP n. 5/2018, de 2/2/2018 (Diário da Justiça Eletrônico n. 2751, com publicação em 5/2/2018), extinguiu a Secretaria-Geral do Tribunal de Justiça.

Organograma



Fonte: www.tjsc.jus.br



Fonte: www.tjsc.jus.br



Fonte: www.tjsc.jus.br

1.4 CORPO DIRETIVO

DIRIGENTES (BIÊNIO 2016/2018)

PRESIDÊNCIA

Des. José Antônio Torres Marques

PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

Des. Alexandre d'Ivanenko

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

Des. Sérgio Izidoro Heil

TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

Des. Jaime Ramos

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Des. Ricardo Orofino da Luz Fontes

VICE-CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Des. Salim Schead dos Santos

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

Juíza Sônia Eunice Odwazny

JUIZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Juiz de Direito Luís Felipe Canever

Juiz de Direito Alexandre Morais da Rosa

SECRETARIA-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Juiz de Direito Jefferson Zanini

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Michele Hertz

CASA MILITAR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tenente-Coronel Marcos A. C. Dutra

DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA

Cleverson Oliveira

DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA

Ricardo Albino França

DIRETORIA DE CADASTRO E DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

Renato José Uliano Bertoldi

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Maurício Walendowsky Spricigo

DIRETORIA DE RECURSOS E INCIDENTES

Boris Leonel Kruger

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Débora Carolina Piazza

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

Rafael Giorgio Ferri

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Graziela Cristina Zanon Meyer Juliani

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ricardo Lentz

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Raphael Jaques de Souza

DIRETORIA DE SAÚDE

Renato Grillo Flach

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Cassiano Reis

COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Desa. Soraya Nunes Lins, Coordenadora

COORDENADORIA DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Des. Jânio de Souza Machado, Coordenador

SECRETÁRIO-GERAL DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Anderson Bächtold

COORDENADOR DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

João Anfilóquio Machado Júnior

COORDENADOR-GERAL DO NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Des. João Henrique Blasi

ASSESSOR DE IMPRENSA

Ângelo Lima Medeiros

ASSESSORIA DE CERIMONIAL

Tathiana Nogueira Mendes Carlin

OUIDORIA DO PODER JUDICIÁRIO

Des. Robson Luz Varella, Ouvidor do Poder Judiciário

JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA

Juiz de Direito Alexandre Moraes da Rosa

COORDENADOR

Rodrigo de Aguiar Damiani

COORDENADOR DA AUDITORIA INTERNA

Jozelito Neves Cunha

ACADEMIA JUDICIAL – GESTÃO 2016/2018

DIRETOR-EXECUTIVO

Des. Luiz César Medeiros

VICE-DIRETOR-EXECUTIVO

Des. Henry Petry Junior

DIRETOR DE PESQUISA E APRIMORAMENTO INSTITUCIONAL

Juiz Marcelo Carlin

DIRETOR DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E PEDAGÓGICOS

Juíza Vânia Pettermann

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Alexandre dos Anjos

DIRIGENTES (BIÊNIO 2018-2020)

PRESIDÊNCIA

Des. Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço

PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

Des. Moacyr de Moraes Lima Filho

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

Des. Carlos Adilson Silva

TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

Des. Altamiro de Oliveira

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Des. Henry Goy Petry Junior

VICE-CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Des. Roberto Lucas Pacheco

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

Juiz Rafael Germer Condé

JUIZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Juíza Carolina Ranzolin Nerbass Fretta

Juiz Laudenir Fernando Petroncini

Juiz Claudio Barbosa Fontes Filho

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Carlos André Carlini

CASA MILITAR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tenente-Coronel Marcos A. C. Dutra

DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA

Rodrigo Granzotto Peron

DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA

Maurício Walendowsky Spricigo

DIRETORIA DE CADASTRO E DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

Tatiana Costa Cássio

DIRETORIA DE CUMPRIMENTO PROCESSUAL REMOTO DO PRIMEIRO GRAU

Lucas Rodolfo Mazzali

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Ricardo Albino França

DIRETORIA DE RECURSOS E INCIDENTES

Boris Leonel Kruger

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Everton William Tischer

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

Fernanda de Jesus

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Graziela Cristina Zanon Meyer Juliani

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Eduardo Cardoso Silva

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Raphael Jaques de Souza

DIRETORIA DE SAÚDE

José Eduardo Cacesse Shiozawa

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Rafael Giorgio Ferri

COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

**COORDENADORIA DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS E NÚCLEO
PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Cícero Diogo Meneguzzi Metz

COORDENADOR-GERAL DO NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Desa. Rosane Portella Wolff

ASSESSOR DE IMPRENSA

Ângelo Lima Medeiros

ASSESSORIA DE CERIMONIAL

Tathiana Nogueira Mendes Carlin

OUVIDORIA DO PODER JUDICIÁRIO

Des. Wilson Fontana, Ouvidor do Poder Judiciário

JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA

Juíza Carolina Ranzolin Nerbass Fretta

COORDENADOR

Rodrigo de Aguiar Damiani

COORDENADOR DA AUDITORIA INTERNA

Cleverson Oliveira

ACADEMIA JUDICIAL – GESTÃO 2018-2020

DIRETOR-EXECUTIVO

Des. Luiz César Medeiros

VICE-DIRETOR-EXECUTIVO

Des. Henry Petry Junior

DIRETOR DE PESQUISA E APRIMORAMENTO INSTITUCIONAL

Juiz Marcelo Carlin

DIRETOR DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E PEDAGÓGICOS

Juíza Vânia Pettermann

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Alexandre dos Anjos

1.5 CONSELHOS (BIÊNIO 2016/2017)

CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

Presidente

Des. Torres Marques

Membros

Des. Alexandre d'Ivanenko, 1º Vice-Presidente

Des. Ricardo Fontes, Corregedor-Geral da Justiça

Des. Luiz César Medeiros, Diretor-Executivo da Academia Judicial

Des. Ernani Guetten de Almeida, Presidente do Sidejud

Des. João Henrique Blasi, Coordenador do Núcleo de Comunicação Institucional

Des. Tulio Pinheiro, Presidente do Conselho Gestor de Tecnologia da Informação – CGINFo

Des. Carlos Alberto Civinski, Presidente do Fundo de Reparcelhamento da Justiça – FRJ

Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva, Presidente do Conselho Gestor de Engenharia – CGEng

Des. Carlos Adilson Silva, Presidente do Conselho de Planejamento e Gestão Estratégica – CPLAN

Des. Odson Cardoso Filho, Presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses

Juíza de Direito Sônia Eunice Odwazny, Coordenadora de Magistrados (ouvinte)

Secretário

Ricardo Albino França, Diretor-Geral Judiciário

Chefe da Secretaria
Nireni Macarini Olivo

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Presidente

Des. Torres Marques

Membros

Des. Sérgio Roberto Baasch Luz

Des. Ricardo Fontes, Corregedor-Geral da Justiça

Des. Salim Schead dos Santos, Vice-Corregedor-Geral da Justiça

Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta

Des. Jaime Ramos, 3º Vice-Presidente

Des. Alexandre d'Ivanenko, 1º Vice-Presidente

Des. Sérgio Izidoro Heil, 2º Vice-Presidente

Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva

Des. Ricardo José Roesler

Des. Sérgio Antônio Rizelo

Des. Ernani Guetten de Almeida

Secretário

Ricardo Albino França, Diretor-Geral Judiciário

Chefe da Secretaria

Nireni Macarini Olivo

CONSELHO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA – FRJ

Presidente

Des. Carlos Alberto Civinski

Representante do MPSC

Dr. Cid Luiz Ribeiro Schmitz, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Representante da OAB/SC

Dr. Mauri Joao Galeli, Advogado

Servidor

Ricardo Lentz, Diretor de Orçamento e Finanças do Tribunal de Justiça de SC

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS (Portaria n. 717/2016-GP, de 4 de novembro de 2016)

Presidente

Des. Ernani Guetten de Almeida

Vice-Presidente

Des. Ronei Danielli

Membros

Juíza de Direito Sônia Eunice Odwazny, Coordenadora de Magistrados

Cleverson Oliveira, Diretor-Geral Administrativo

Ricardo Lentz, Diretor de Orçamento e Finanças

**CONSELHO GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGINFO
(Portaria GP n. 71, de 10 de fevereiro de 2016)**

Presidente

Des. Túlio José Moura Pinheiro

Coordenador

Juiz de Direito de Segundo Grau Paulo Ricardo Bruschi

Membros

Juiz de Direito Fernando Rodrigo Busarello

Juiz de Direito Luís Felipe Canever

Juíza de Direito Maria Paula Kern

Juiz de Direito Marlon Negri

Cassiano Reis, Diretor de Tecnologia da Informação

**CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS
ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Presidente

Des. José Antônio Torres Marques, Presidente

Membros

Des. Alexandre d'Ivanenko, 1º Vice-Presidente

Des. Ricardo Orofino da Luz Fontes, Corregedor-Geral da Justiça

Des. Jânio de Souza Machado, Coordenador Estadual do Sistema JEPASC

Des. Luiz César Medeiros, Diretor-Executivo do CEJUR – Academia Judicial

Juíza de Direito Sônia Eunice Odwazny, Coordenadora de Magistrados

Membros Convidados

Representante da Procuradoria-Geral de Justiça

Representante da Ordem dos Advogados do Brasil/SC

Secretaria

Ilex Rosália Gonçalves – Chefe da Secretaria

**CONSELHO GESTOR DE ENGENHARIA – CGENG
(Resolução n. 2/2012-TJ)**

Presidente

Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva

Coordenador

Juiz de Direito de Segundo Grau Luiz Felipe Schuch

Membros

Juiz de Direito Sílvio José Franco

Juiz de Direito Cyd Carlos da Silveira

Cleverson Oliveira, Diretor-Geral Administrativo

Débora Carolina Piazza, Diretora de Engenharia e Arquitetura

João Anfilóquio Machado Junior, Coordenador da Assessoria de Planejamento

Wanderley Horn Hulse, Assessor de Planejamento

**CONSELHO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA – CPLAN
(Resolução n. 11/2015-TJ)**

Presidente

Des. Carlos Adilson Silva

Membros

Juiz de Direito de Segundo Grau Dinart Francisco Machado

Juiz de Direito Alexandre Moraes da Rosa, Juiz Auxiliar da Presidência

Juíza de Direito Maria Paula Kern, Juíza Corregedora

João Anfilóquio Machado Júnior, Coordenador da Assessoria de Planejamento

Cleverson Oliveira, Diretor-Geral Administrativo

Ricardo Albino França, Diretor-Geral Judiciário

**CONSELHO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL – CSI
(Resolução n. 7/2014-GP)**

Presidente

Des. José Antônio Torres Marques

Membros

Des. Altamiro de Oliveira, Coordenador

Des. José Everaldo Silva, Coordenador-Adjunto

Juiz Luís Felipe Canever, Juiz Auxiliar da Presidência

Juiz Luiz Henrique Bonatelli, Juiz-Corregedor

Juiz Julio Cesar Bernardes, Juiz de Direito

Ten. Cel. Marcos Aurélio Correa Dutra, Chefe da Casa Militar do TJSC

Del. Ronaldo Neckel Moretto, Delegado PCSC

1.6 COMITÊS (EXERCÍCIO 2017)

COMITÊ DE GESTÃO DA CRIATIVIDADE (BIÊNIO 2016/2017)

Presidente

Des. Luiz César Medeiros, Diretor-Executivo da Academia Judicial

Membros

Des. Saul Steil, Desembargador indicado pelo Presidente do Tribunal de Justiça

Juiz de Direito Alexandre Moraes da Rosa, Juiz Auxiliar da Presidência

Juiz de Direito Marcelo Carlin, Diretor de Pesquisa e Aprimoramento Institucional da Academia Judicial

Juíza de Direito Vânia Petermann, Diretora de Assuntos Acadêmicos e Pedagógicos da Academia Judicial

Alexandre dos Anjos, Secretário-Executivo da Academia Judicial

Michele Hertz, Chefe de Gabinete da Presidência

Cleverson Oliveira, Diretor-Geral Administrativo

Ricardo Albino França, Diretor-Geral Judiciário

João Anfilóquio Machado Júnior, Coordenador da Assessoria de Planejamento – Asplan

Priscila de Aquino Marcelino, Assessora da Academia Judicial, na qualidade de secretária

COMITÊ GESTOR REGIONAL PARA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO – CGRPG (BIÊNIO 2016/2018)

(Portarias GP n. 247, 248 e 249, de 13 de abril de 2016, e Portaria GP n. 448, de 5 de julho de 2016)

Magistrado indicado pelo Tribunal Pleno

Presidente

Juiz de Direito Laudenir Fernando Petroncini, Titular

Juiz de Direito Sérgio Luiz Junkes, Suplente

Magistrado escolhido pelo Tribunal Pleno

Juíza de Direito Cândida Inês Zoellner Brugnoli, Titular

Juíza de Direito Brigitte Remor de Souza May, Suplente

Magistrado eleito pela categoria

Juiz de Direito Edison Zimmer, Titular

Juíza de Direito Brigitte Remor de Souza May, Suplente

Servidor escolhido pelo Tribunal Pleno

Emylia Buchner Scalco Carneiro, Titular

Michelly Dalpiaz, Suplente

Servidor eleito pela categoria

Olacir Gonçalves, Titular

Natália Radtke, Suplente

Participantes (sem direito a voto)

Magistrado indicado pela Associação de Magistrados Catarinenses

Juíza de Direito Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, Titular

Juiz de Direito Josmael Rodrigo Camargo, Suplente

Servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores do PJSC

Rinaldo Luiz da Silva, Titular

Marcos Borba, Suplente

COMITÊ GESTOR LOCAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Presidente

Desa. Rejane Andersen

Membros

Juiz de Direito Edison Zimmer, Juiz de Direito de Primeiro Grau

Cleverson Oliveira, Diretor-Geral Administrativo

Renato Grillo Flach, Diretor de Saúde

Raphael Jaques de Souza, Diretor de Gestão de Pessoas

João Anfilóquio Machado Júnior, Coordenador da Assessoria de Planejamento – Asplan

COMITÊ GESTOR DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS – CGDA

(Portaria GP n. 151/2016)

Presidente

Des. Luiz César Medeiros

Membros

Des. Carlos Alberto Civinski

Des. Odson Cardoso Filho

Giovanni Moresco

Ricardo Albino França, Diretor-Geral Judiciário
Cleverson Oliveira, Diretor-Geral Administrativo
Cassiano Reis, Diretor de Tecnologia de Informação
João Anfilóquio Machado Júnior, Coordenador da Assessoria de Planejamento – Asplan
Adelson André Brüggemann, Chefe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário
Micheline Rosa Peixoto, Chefe da Divisão de Arquivo

1.7 COMISSÕES (EXERCÍCIO 2017)

COMISSÃO DO CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Resolução TJ n. 01/2015)

Presidente

Des. Alexandre d'Ivanenko

Titulares

Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva

Dra. Sandra Krieger Gonçalves, Membro da OAB/SC

Suplentes

Des. Tulio Pinheiro

Dr. Leonardo Reis de Oliveira, Membro da OAB/SC

COMISSÃO PERMANENTE DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS (Portarias GP n. 95, de 11 de fevereiro de 2016, e GP n. 400, de 14 de junho de 2016)

Presidente

Des. Alexandre d'Ivanenko

Membros

Des. Domingos Paludo

Des. Saul Steil

Juiz de Direito Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto;

Juíza de Direito Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer;

Representantes da Associação dos Magistrados Catarinenses

Juiz de Direito Marco Augusto Ghisi Machado, Titular

Juiz de Direito Josmael Rodrigo Camargo, Suplente

COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA (Portaria GP n. 339, de 19 de maio de 2016)

Presidente

Des. Alexandre d'Ivanenko

Membros

Juiz de Direito Gerson Cherem II

Juiz de Direito Marcelo Pons Meirelles

**COMISSÃO PERMANENTE DE REGIMENTO INTERNO
(Portaria GP n. 95, de 11 de fevereiro de 2016)**

Presidente

Des. Alexandre d'Ivanenko

Membros

Des. Fernando Carioni

Des. Jorge Borba

Des. Rogério Mariano do Nascimento

Des. José Everaldo Silva

**COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL
(Portaria GP n. 245, de 13 de abril de 2016)**

Presidente

Juiz de Direito Luís Felipe Canever

Membros

Juiz-Corregedor Cyd Carlos da Silveira

Roger Tang Vidal

Wanderley Horn Hulse

Manuela Stefani Cardoso

Fernanda de Jesus

Fernanda Carvalho Pereira

Rinaldo Celso Feldmann Filho

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico é uma metodologia administrativa utilizada para desenvolver a estratégia da organização levando em consideração o ambiente na qual está inserida. Inclui atividades que envolvem a definição da missão, visão e valores da organização, o estabelecimento de seus objetivos e o desenvolvimento de estratégias que possibilitem o sucesso das operações em seu ambiente.

Missão é a razão de ser de uma organização.

A visão define o que a organização quer ser amanhã e envolve todos os seus colaboradores em função de um mesmo objetivo ao longo do tempo.

Estratégia é o conjunto de recursos que são utilizados para que uma organização alcance seus objetivos.

Valores são os princípios que balizam a vida da organização e a atuação de seus colaboradores.

A Resolução TJ n. 28/2014 define as atuais orientações estratégicas do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina – PJSC.

O Planejamento Estratégico do PJSC para o período de 2015 a 2020, alinhado ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Nacional, instituído pela Resolução CNJ n. 198/2014, consta da Resolução TJ n. 28/2014. As orientações estratégicas do Poder Judiciário que compõem o Mapa Estratégico 2015-2020 são as seguintes.



Fonte: www.tjsc.jus.br

Em cumprimento à resolução do CNJ supramencionada e à Resolução GP 23/2009 deste Tribunal, a Assessoria de Planejamento promoveu em julho de 2016 as Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs).

Como resultado das reuniões obtiveram-se a atualização das matrizes de controle e das séries históricas dos resultados, a revisão das metas, a interpretação do desempenho e a identificação das oportunidades de melhorias.

Indicadores Estratégicos do PJSC 2015-2020 (Fonte: Relatório Estatístico do PJSC de 2017)

Perspectiva Cidadãos – CI

- **CI 1 – Garantir a humanização do atendimento e buscar a satisfação dos cidadãos**
 - ⇒ *CI 1.1 – Índice de satisfação do usuário*
- **CI 2 – Aprimorar a comunicação institucional**
 - ⇒ *CI 2.1 – Índice de matérias institucionais positivas*

Perspectiva Serviços – SE

- **SE 1 – Tornar a atividade jurisdicional célere e efetiva**
 - ⇒ *SE 1.1 – Tempo de tramitação dos processos baixados de 1º grau*
 - ⇒ *SE 1.2 – Tempo de tramitação dos processos baixados de 2º grau*
 - ⇒ *SE 1.3 – Tempo da sentença nos processos de conhecimento de 1º grau*
 - ⇒ *SE 1.4 – Tempo da decisão terminativa de processo de 2º grau*
 - ⇒ *SE 1.5 – Produtividade de juízes de 1º grau*
 - ⇒ *SE 1.6 – Produtividade de desembargadores e juízes de 2º grau*
 - ⇒ *SE 1.7 – Índice de atendimento à demanda do 1º grau*
 - ⇒ *SE 1.8 – Índice de atendimento à demanda do 2º grau*
 - ⇒ *SE 1.9 – Taxa de congestionamento no 1º grau*
 - ⇒ *SE 1.10 – Taxa de congestionamento no 2º grau*
- **SE 2 – Aprimorar práticas autocompositivas**
 - ⇒ *SE 2.1 – Percentual de acordos realizados pelo sistema não adversarial*
 - ⇒ *SE 2.2 – Percentual de conflitos na área cível resolvidos por acordo*
- **SE 3 – Promover a cidadania e iniciativas de valor social**
 - ⇒ *SE 3.1 – Tempo para resolução de ações de maior impacto social*
 - ⇒ *SE 3.2 – Número de pessoas beneficiadas por serviços ou projetos sociojurídicos – Perspectiva Pessoas e Recursos – PR*
- **PR 1 – Desenvolver permanentemente conhecimentos, habilidades e atitudes**
 - ⇒ *PR 1.1 – Percentual de colaboradores capacitados*
 - ⇒ *PR 1.2 – Horas de capacitação por colaborador*
 - ⇒ *PR 1.3 – Índice de efetividade da capacitação*
 - ⇒ *PR 1.4 – Índice de satisfação dos colaboradores com relação às oportunidades de desenvolvimento profissional*
- **PR 2 – Fomentar ações para a melhoria da saúde e do clima organizacional**
 - ⇒ *PR 2.1 – Índice de satisfação dos colaboradores*

- ⇒ *PR 2.2 – Percentual de dias de afastamento por motivo de saúde própria*
- ⇒ *PR 2.3 – Percentual de colaboradores afastados por motivo de saúde própria*
- **PR 3 – Assegurar soluções adequadas de tecnologia da informação e comunicação**
 - ⇒ *PR 3.1 – Número de dias em que prazos processuais foram prorrogados em função da indisponibilidade do sistema*
 - ⇒ *PR 3.2 – Índice de satisfação dos colaboradores em relação aos serviços de TIC*
- **PR 4 – Garantir infraestrutura adequada à prestação de serviços**
 - ⇒ *PR 4.1 – Nota do plano de obras*

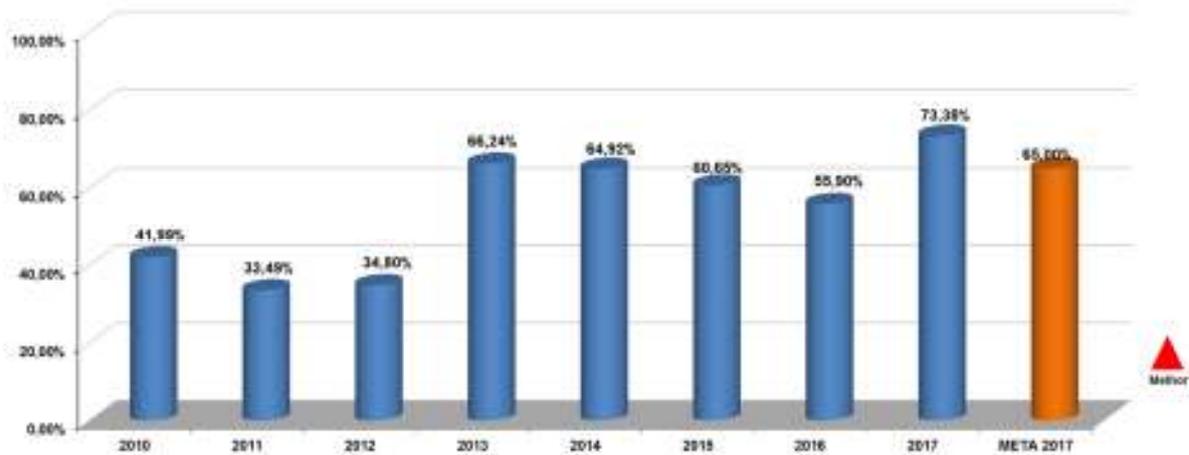
Perspectiva Gestão – GE

- **GE 1 – Disseminar a cultura do planejamento com ênfase no alinhamento estratégico assegurando a gestão participativa**
 - ⇒ *GE 1.1 – Índice de unidades do 1º grau com planos de ação implementados*
 - ⇒ *GE 1.2 – Índice de colaboradores capacitados em planejamento estratégico*
- **GE 2 – Otimizar a aplicação dos recursos e estabelecer prioridades para a execução da estratégia**
 - ⇒ *GE 2.1 – Índice das contratações realizadas no prazo ideal*
 - ⇒ *GE 2.2 – Custo do processo baixado*
- **GE 3 – Implementar a gestão por desempenho e assegurar a melhoria contínua dos processos de trabalho**
 - ⇒ *GE 3.1 – Índice de colaboradores capacitados em gestão de processos de trabalho*
 - ⇒ *GE 3.2 – Índice de macroprocessos melhorados*
- **GE 4 – Aperfeiçoar a comunicação interna**
 - ⇒ *GE 4.1 – Índice de satisfação com a efetividade da comunicação interna*
- **GE 5 – Concretizar a gestão do conhecimento**
 - ⇒ *GE 5.1 – Índice de colaboradores capacitados em gestão do conhecimento*

Cidadãos – CI

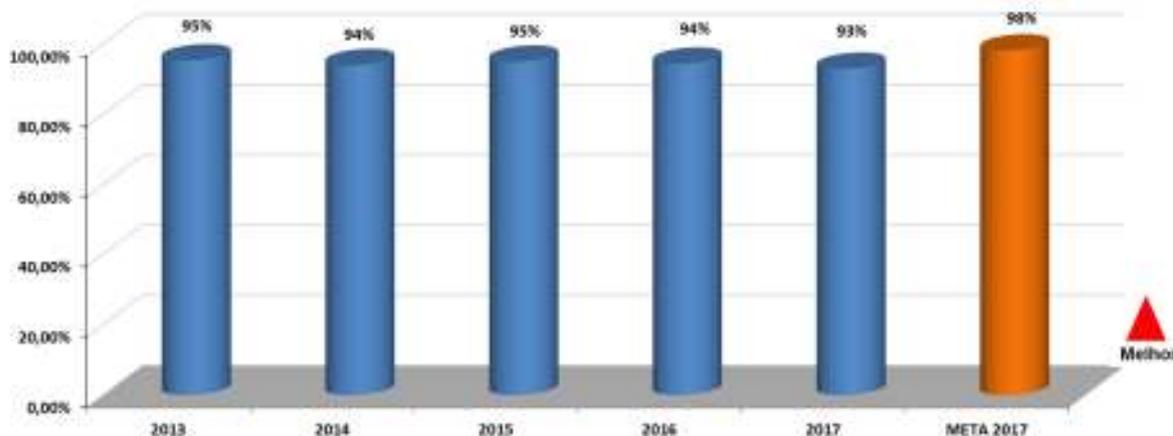
Objetivo Estratégico	CI 1 – GARANTIR A HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E BUSCAR SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS
<i>Indicador</i>	CI 1.1 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO
O que mede	A satisfação do cidadão
Por que medir	Para aferir se os serviços prestados pelo PJSC estão atendendo às necessidades do cidadão

Como medir	% de aprovação obtido por meio da pesquisa de satisfação dos usuários realizada pela internet (número de respostas excelente e bom / número de itens respondidos)* 100 Informar, também, o número total de respondentes da pesquisa.
Quem mede	Ouvidoria
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



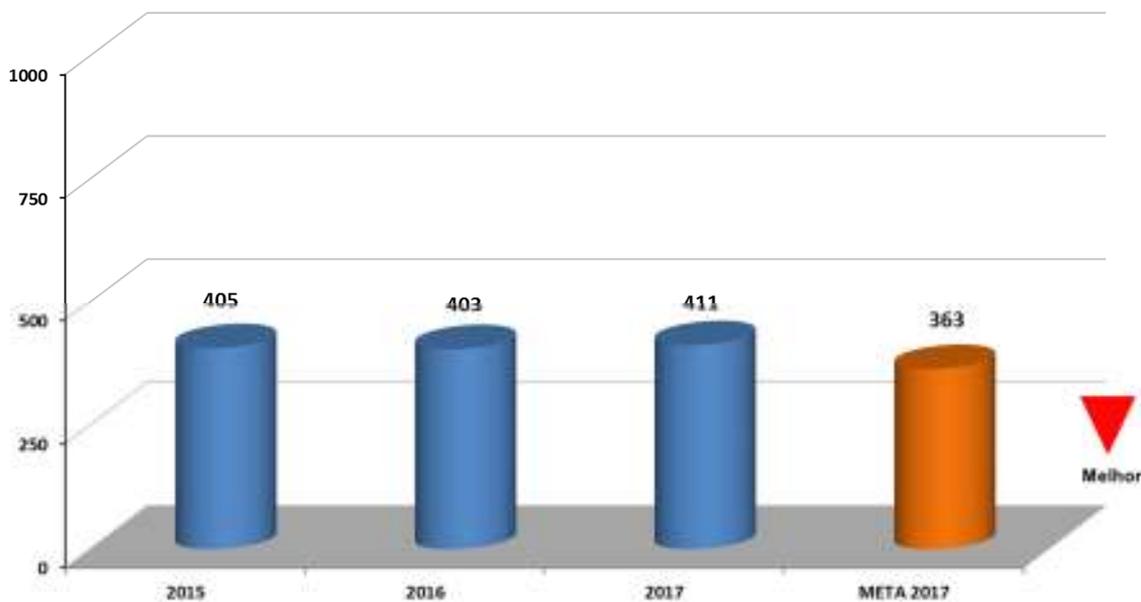
Cidadãos – CI

Objetivo Estratégico	CI 2 – APRIMORAR A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
<i>Indicador</i>	CI 2.1 – ÍNDICE DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS POSITIVAS
O que mede	A quantidade de matérias publicadas sobre o PJSC com enfoque positivo ou neutro. Considerar todas as matérias publicadas nos veículos de comunicação resenhados/clipados pela Assessoria de Imprensa do TJSC
Por que medir	Para verificar a imagem do PJSC perante o público externo
Como medir	(número de matérias positivas ou neutras / total de matérias publicadas) * 100 (número de matérias positivas / total de matérias publicadas) * 100 (número de matérias neutras / total de matérias publicadas) * 100
Quem mede	Assessoria de Imprensa
Periodicidade	Semestral
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



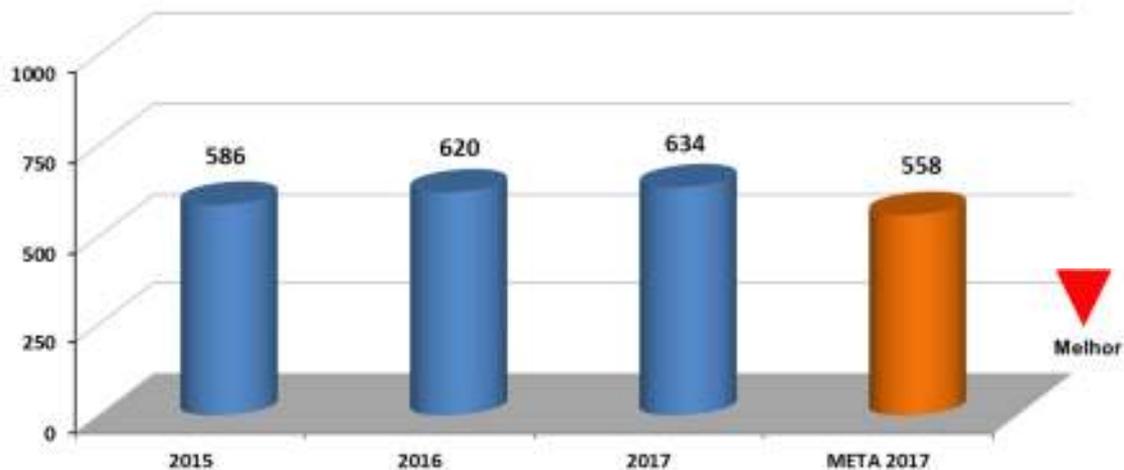
Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
<i>Indicador</i>	SE 1.2 – TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS BAIXADOS DE 2º GRAU
O que mede	Tempo efetivo de duração dos processos baixados no 2º grau durante o ano-base, decorrido entre a data do protocolo e a primeira data de baixa
Por que medir	Para garantir a agilidade processual
Como medir	$\frac{(TpBaixCrim2^\circ_m\acute{e}dia \times TpBaixCrim2^\circ_n\acute{u}m \text{ processos} + TpBaixNCrim2^\circ_m\acute{e}dia \times TpBaixNCrim2^\circ_n\acute{u}m \text{ processos})}{(TpBaixCrim2^\circ_n\acute{u}m \text{ processos} + TpBaixNCrim2^\circ_n\acute{u}m \text{ processos})}$
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor

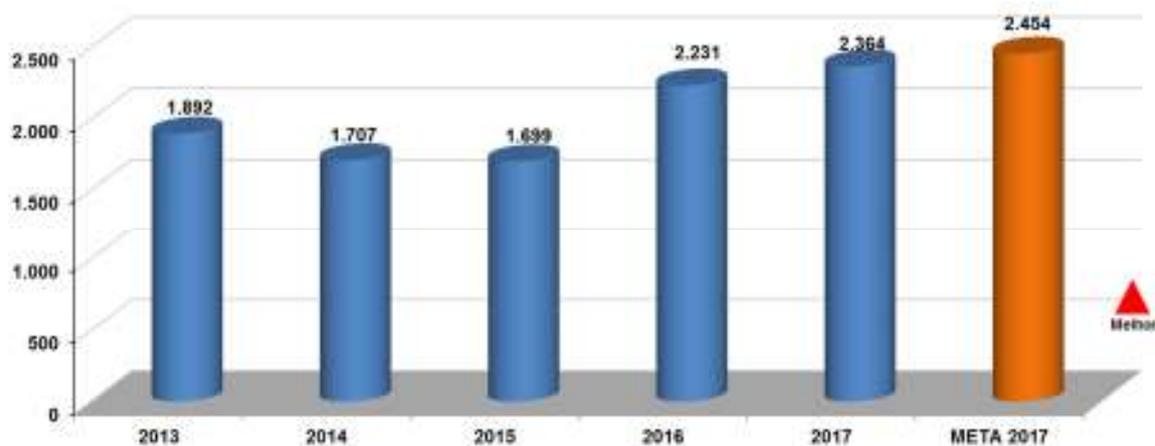


Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
<i>Indicador</i>	SE 1.3 – TEMPO DA SENTENÇA NOS PROCESSOS DE CONHECIMENTO DE 1º GRAU
O que mede	Tempo efetivo de duração dos processos de conhecimento que foram julgados no 1º grau durante o ano-base, decorrido entre a data de protocolo e a última data da sentença
Por que medir	Para garantir a agilidade processual
Como medir	$\frac{(TpSentC1^\circ_m\acute{e}dia \times TpSentC1^\circ_n\acute{u}m \text{ processos} + TpSentCJE_m\acute{e}dia \times TpSentCJE_n\acute{u}m \text{ processos})}{(TpSentC1^\circ_n\acute{u}m \text{ processos} + TpSentCJE_n\acute{u}m \text{ processos})}$
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor

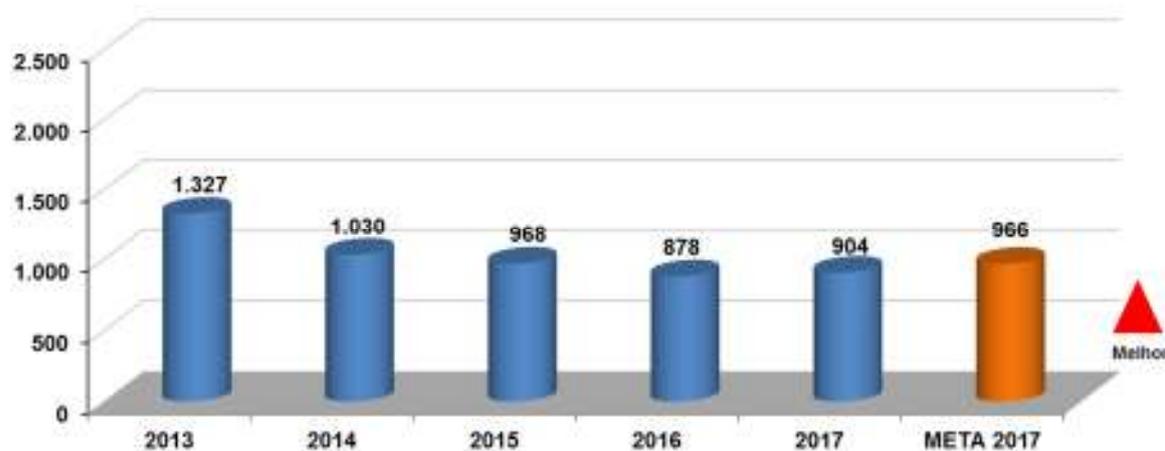


Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
<i>Indicador</i>	SE 1.5 – PRODUTIVIDADE DE JUÍZES DE 1º GRAU
O que mede	Quantidade de processos baixados por magistrado com atuação em suas respectivas unidades vinculadas
Por que medir	Para verificar a produtividade jurisdicional do 1º grau
Como medir	$(TBaix_{1º} + Tbaix_{TR} + Tbaix_{JE}) / (Mag_{1º} + Mag_{TR} + Mag_{JE} - MagPAC_{JE1º} - MagPAC_{TR1º} - MagPAC_{TRJE})$ (baixados de conhecimento e execução)
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



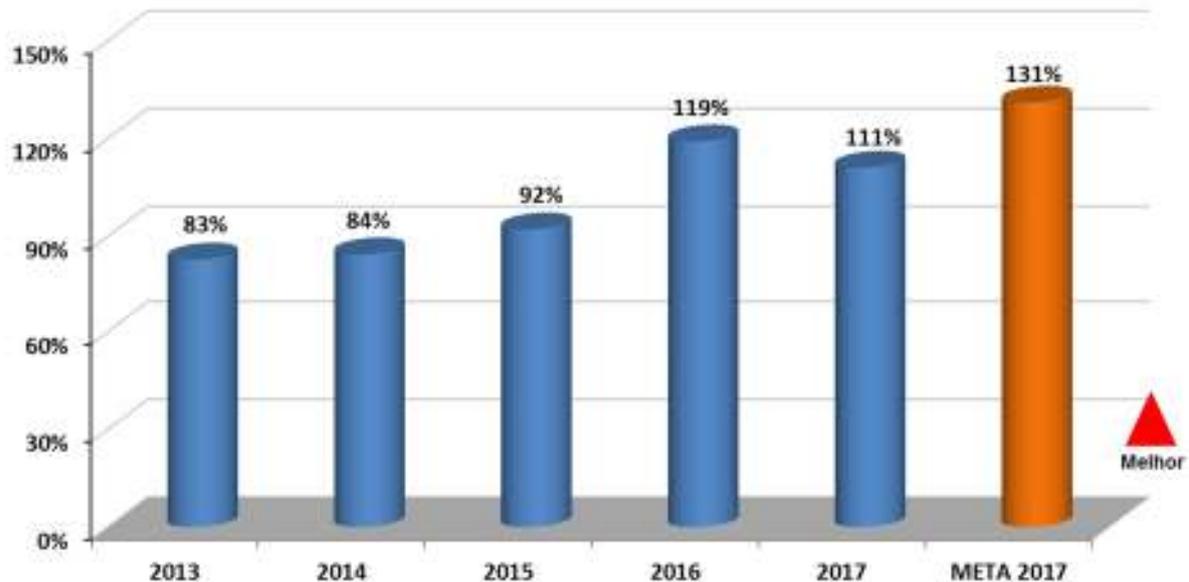
Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICCIONAL CÉLERE E EFETIVA
<i>Indicador</i>	SE 1.6 – PRODUTIVIDADE DE DESEMBARGADORES E JUÍZES DE 2º GRAU
O que mede	Quantidade de processos baixados por Desembargador e Juiz de 2º Grau
Por que medir	Para verificar a produtividade jurisdiccional do 2º grau
Como medir	TBaix ^{2º} / Mag ^{2º}
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



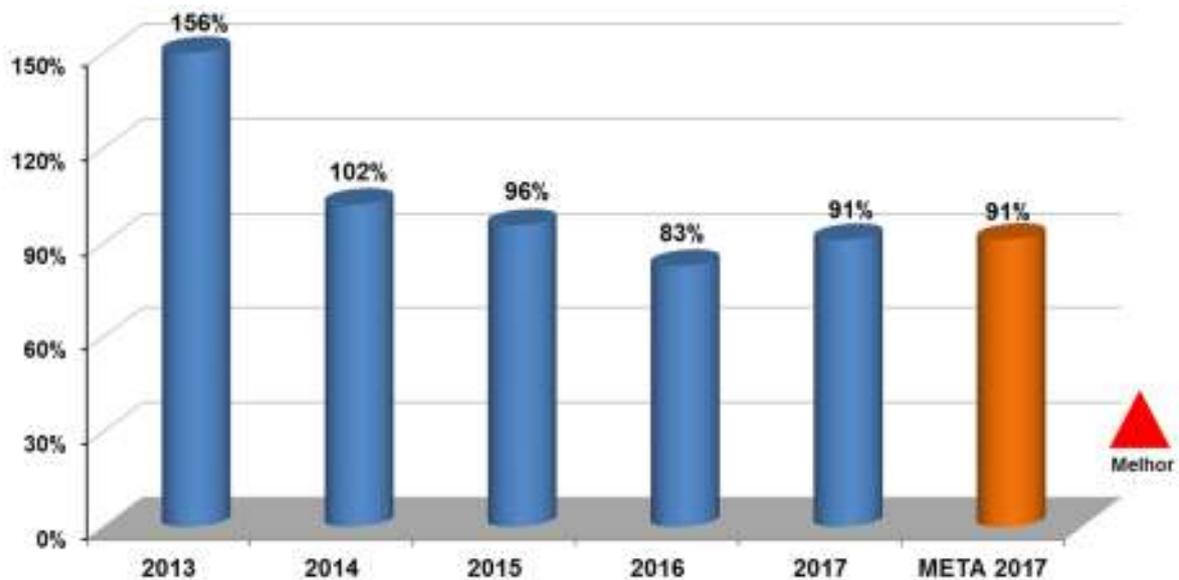
Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
<i>Indicador</i>	SE 1.7 – ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA DO 1º GRAU
O que mede	Quantidade de processos baixados em relação aos casos novos no 1º grau de jurisdição
Por que medir	Para verificar se o 1º grau foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos. O ideal é que esse indicador permaneça superior a 100% para evitar aumento no número de casos pendentes (baixados de conhecimento)
Como medir	$(\text{Processos baixados} / \text{casos novos}) * 100$
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



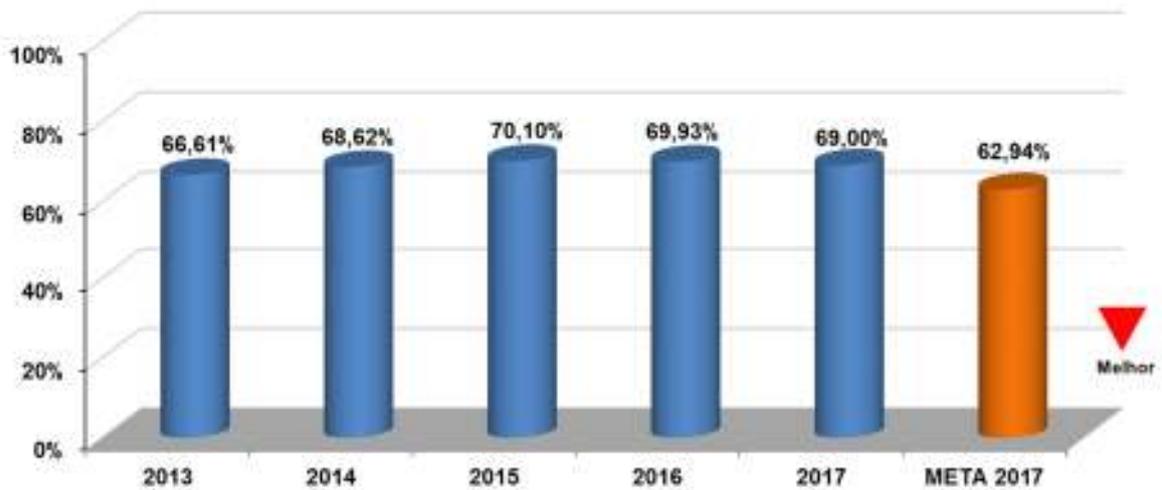
Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
<i>Indicador</i>	SE 1.8 – ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA DO 2º GRAU
O que mede	Quantidade de processos baixados em relação aos casos novos no 2º grau de jurisdição
Por que medir	Para verificar se o Tribunal foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos. O ideal é que esse indicador permaneça superior a 100% para evitar aumento no número de casos pendentes
Como medir	$(\text{Processos baixados} / \text{casos novos}) * 100$
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



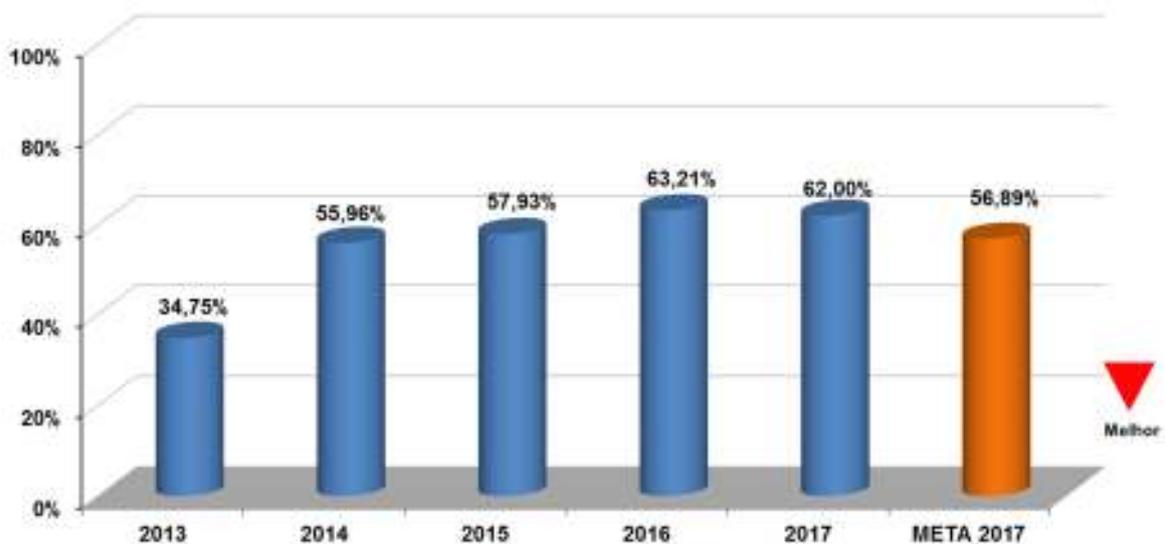
Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
<i>Indicador</i>	SE 1.9 – TAXA DE CONGESTIONAMENTO DO 1º GRAU
O que mede	A relação entre os processos julgados e o acervo existente no 1º grau, excluindo os incidentes processuais
Por que medir	Para avaliar a eficiência do serviço judiciário no 1º grau de jurisdição
Como medir	[casos pendentes / (casos baixados + casos pendentes)] (CPC _{1º} + CPC _{TR} + CPC _{JE}) / (TBaixC _{1º} + TBaix _{TR} + TBaixC _{JE} + CPC _{1º} + CPC _{TR} + CPC _{JE})
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



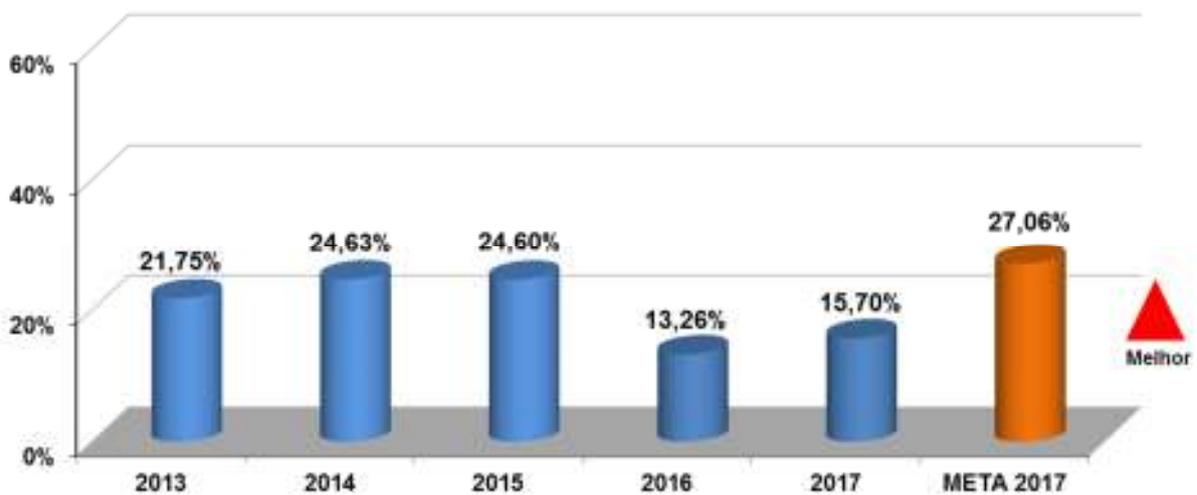
Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 1 – TORNAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL CÉLERE E EFETIVA
<i>Indicador</i>	SE 1.10 – TAXA DE CONGESTIONAMENTO DO 2º GRAU
O que mede	A relação entre os processos julgados e o acervo existente no 2º grau
Por que medir	Para avaliar a eficiência do serviço judiciário no 2º grau de jurisdição
Como medir	[casos pendentes / (casos baixados + casos pendentes)] CP _{2º} / (TBaix _{2º} + CP _{2º})
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



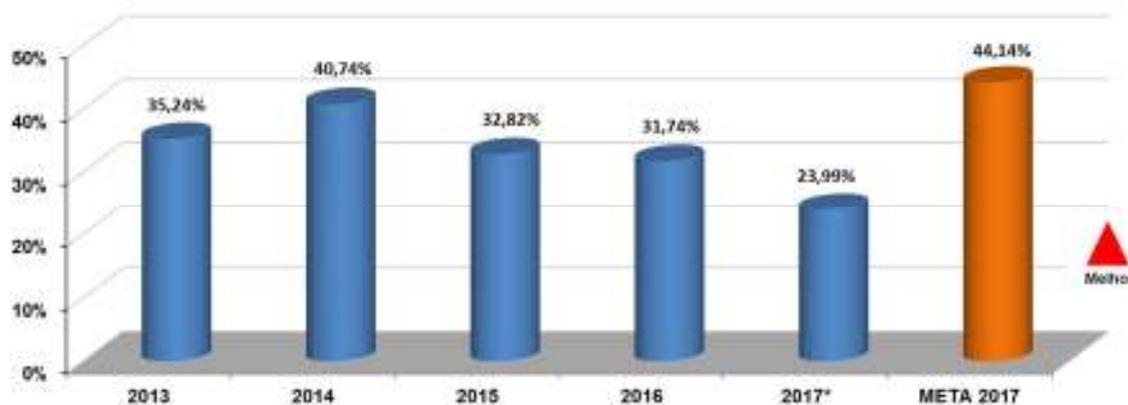
Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 2 – APRIMORAR PRÁTICAS AUTOCOMPOSITIVAS
<i>Indicador</i>	SE 2.1 – PERCENTUAL DE ACORDOS REALIZADOS PELO SISTEMA NÃO ADVERSARIAL
O que mede	O número de acordos realizados por sistemas de solução não adversarial de conflitos (mediação e conciliação), como Fóruns Municipais – Casas da Cidadania, Serviço de Mediação Familiar, Semana Nacional da Conciliação, Juizados Especiais, Núcleo de Conciliação do 2º Grau, Postos de Atendimento e Conciliação e Centros Judiciários de Solução de Conflitos
Por que medir	Para verificar a eficiência e eficácia dos métodos de solução não adversarial de conflitos
Como medir	Soma dos procedimentos exitosos de todas as modalidades dividida pela soma dos procedimentos de todas as modalidades no período. É possível atribuir pesos diferentes a cada modalidade, de acordo com a política institucional
Quem mede	Conselho Gestor do Sistema dos Juizados Especiais
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



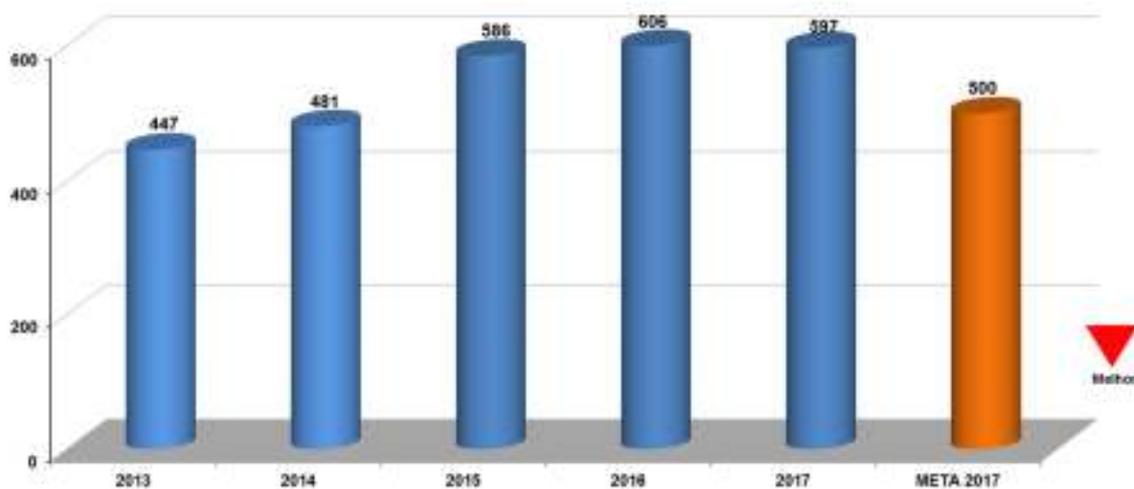
Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 2 – APRIMORAR PRÁTICAS AUTOCOMPOSITIVAS
<i>Indicador</i>	SE 2.2 – PERCENTUAL DE CONFLITOS, NA ÁREA CÍVEL, RESOLVIDOS POR ACORDO
O que mede	A quantidade de conflitos, ajuizados ou não, resolvidos por acordo
Por que medir	Estimular os acordos para promover a cultura da conciliação, a celeridade e a economia processual
Como medir	Número de processos julgados por acordo / (Número de processos julgados no mérito) Especificar o “número de processos por acordo” por assunto
Quem mede	Corregedoria-Geral de Justiça
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Observação	<p>A partir de 2017, forma de extração do indicador SE 2.2 – Percentual de Conflitos, na área cível, resolvidos por acordo foi alterada. Foram incluídos os processos da classe 436 – Procedimentos do Juizado Especial Cível, além dos processos da classe 11099 – Procedimentos Pré-Processuais de Resolução de Conflitos e seus filhos 11875 – Reclamação Pré-Processual e 12136 – Pedido de Mediação Pré-Processual (que já constavam nos relatórios anteriores).</p> <p>Como o indicador mede a “quantidade de conflitos, ajuizados ou não, resolvidos por acordo” na área cível, a classe 436 foi incluída, sem prejuízo de também fazer parte do indicador SE 2.1 – Percentual de acordos realizados pelo sistema não adversarial, uma vez que nesse indicador são consideradas outras variáveis (Juizados Criminais, por exemplo), não se limitando à área cível.</p>



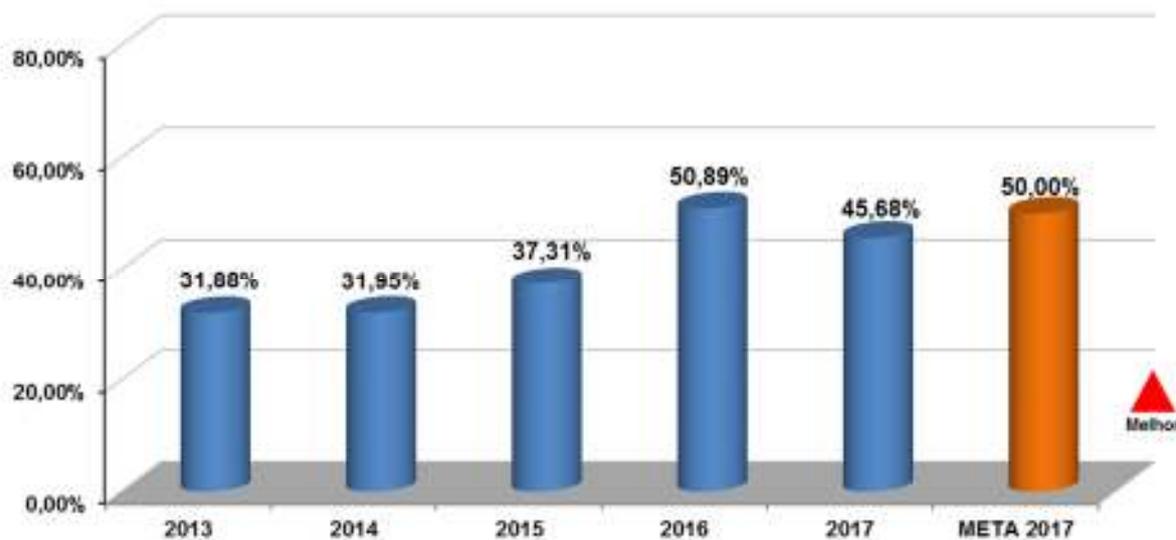
Serviços – SE

Objetivo Estratégico	SE 3 – PROMOVER A CIDADANIA E INICIATIVAS DE VALOR SOCIAL
<i>Indicador</i>	SE 3.1 – TEMPO PARA RESOLUÇÃO DE AÇÕES DE MAIOR IMPACTO SOCIAL
O que mede	Tempo médio de tramitação dos processos de conhecimento de matérias consideradas de natureza social, como Família, Infância e Juventude, Crime, Ações Constitucionais (Ação Popular e Ação Civil Pública), Previdenciária, Juizado Especial Cível, Juizado Especial Criminal, Violência Doméstica e Idoso, Órfãos e Sucessões, Registros Públicos e Tribunal do Júri
Por que medir	Para conhecer o tempo gasto na tramitação dos processos, identificar pontos críticos, tratá-los e acelerar o trâmite processual
Como medir	[somatório (número de ocorrências x tempo médio em dias)] / total de processos Informar o resultado total e separadamente por natureza
Quem mede	Corregedoria-Geral da Justiça
Periodicidade	Semestral
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



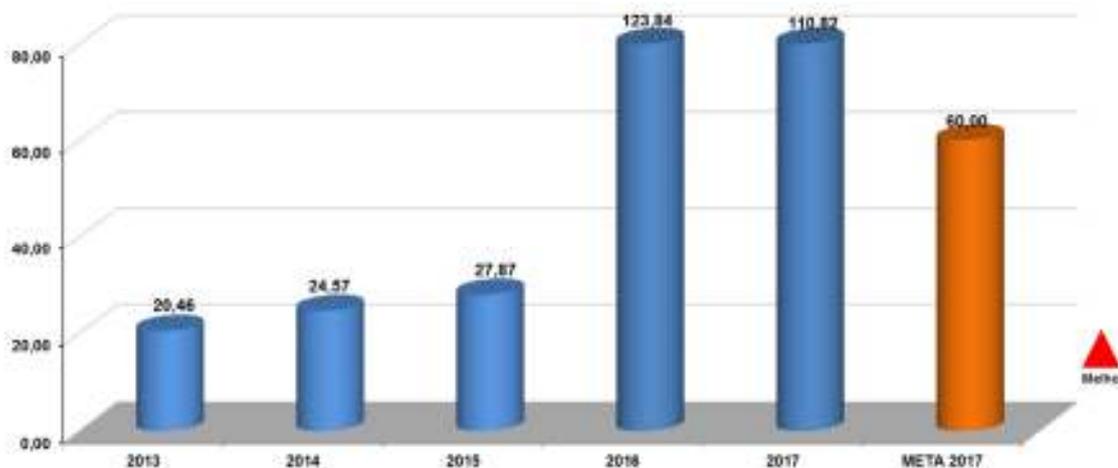
Pessoas e Recursos – PR

Objetivo Estratégico	PR 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
<i>Indicador</i>	PR 1.1 – PERCENTUAL DE COLABORADORES CAPACITADOS
O que mede	Quantidade de magistrados/servidores que participaram de eventos de capacitação promovidos e/ou patrocinados pelo PJSC, como cursos internos, cursos externos, seminários, congressos e bolsas de estudo de graduação e pós-graduação.
Por que medir	Para verificar a distribuição regular das horas de aprimoramento de pessoal
Como medir	(somatório de participantes de cursos realizados no período / total de colaboradores) x 100 Considerar os mesmos cursos do Indicador PR 1.2
Quem mede	Academia Judicial
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Desdobramento	Desdobrar o indicador por modalidade, público-alvo, etc.



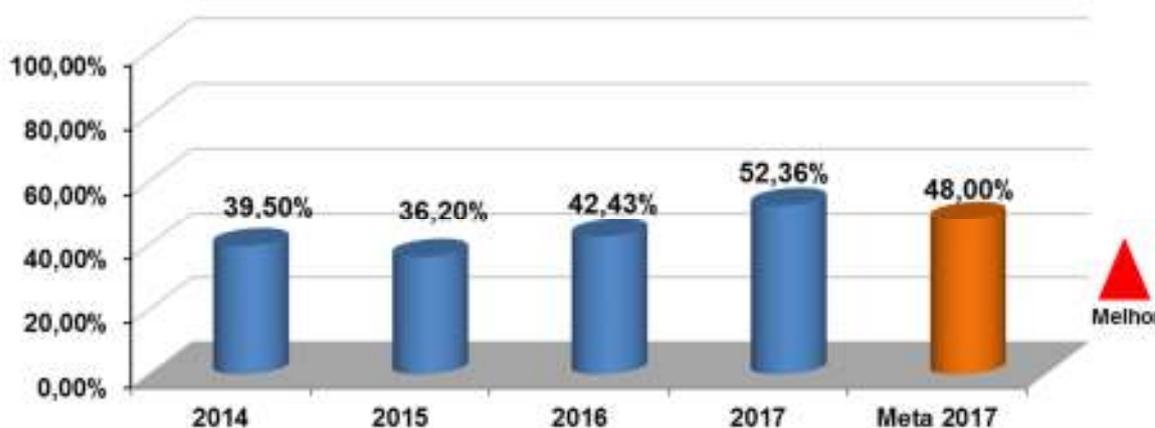
Pessoas e Recursos – PR

Objetivo Estratégico	PR 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
<i>Indicador</i>	PR 1.2 – HORAS DE CAPACITAÇÃO POR COLABORADOR
O que mede	Quantidade de horas-aula de capacitação por magistrado/servidor. Deverão ser considerados todos os eventos de capacitação promovidos e/ou patrocinados pelo PJSC, como cursos internos, cursos externos, seminários, congressos e bolsas de estudo de graduação e pós-graduação
Por que medir	Para identificar a quantidade de horas-aula dedicadas ao aprimoramento de pessoal
Como medir	(somatório de cursos / total de colaboradores), sendo Curso = horas-aula x número de participantes Considerar os mesmos cursos do indicador PR 1.1
Quem mede	Academia Judicial
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



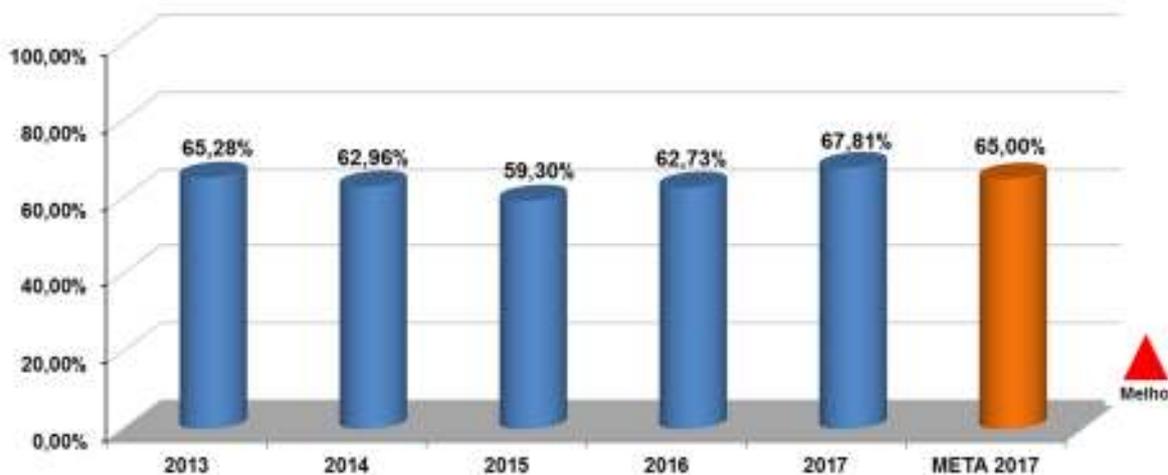
Pessoas e Recursos – PR

Objetivo Estratégico	PR 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
<i>Indicador</i>	PR 1.4 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES COM RELAÇÃO ÀS OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
O que mede	O grau de satisfação de magistrados e servidores em relação à disponibilização de treinamentos necessários ao desenvolvimento de seu trabalho e às oportunidades de promoção em seu cargo efetivo
Por que medir	Para verificar o nível de satisfação de magistrados e servidores em relação às oportunidades de desenvolvimento e aprendizado
Como medir	Média aritmética das seguintes perguntas constantes da pesquisa de satisfação dos colaboradores: <ul style="list-style-type: none"> Ocupacional: à disponibilização de treinamentos necessários ao desenvolvimento de seu trabalho (questão 1) Ocupacional: às oportunidades de promoção em seu cargo efetivo (questão 2)
Quem mede	Diretoria de Gestão de Pessoas
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Desdobramento	Desdobrar o indicador para as duas questões e por perfil (servidor, magistrado, etc).



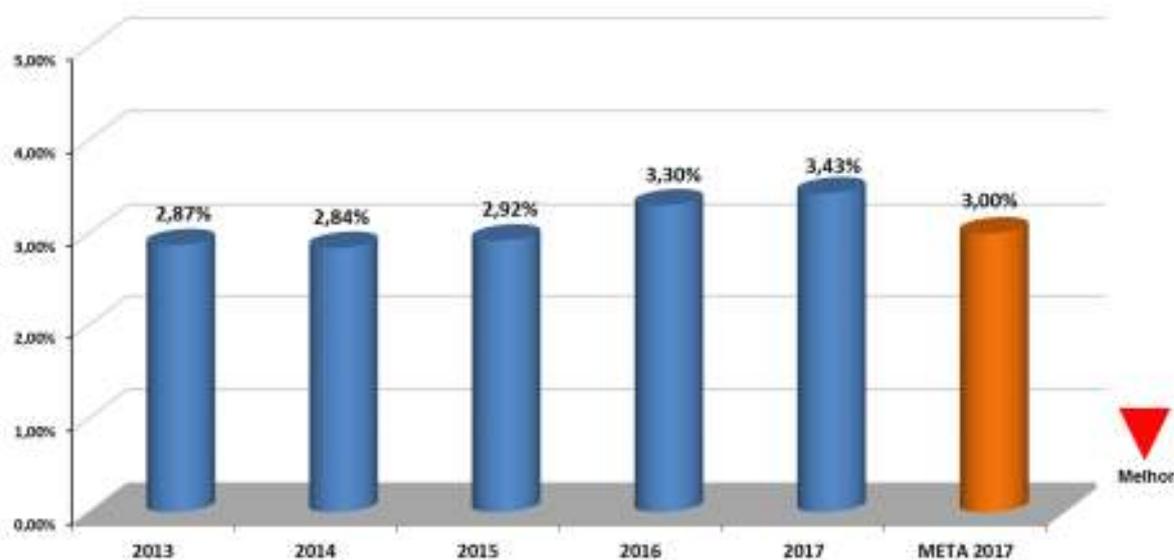
Pessoas e Recursos – PR

Objetivo Estratégico	PR 2 – FOMENTAR AÇÕES PARA A MELHORIA DA SAÚDE E DO CLIMA ORGANIZACIONAL
<i>Indicador</i>	PR 2.1 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES
O que mede	<p>O grau de satisfação das pessoas com a organização PJSC, utilizando questionário específico disponibilizado na intranet. Os resultados da pesquisa indicarão as comarcas/regiões que demandam a aplicação do programa de melhoria do clima organizacional</p> <p>É medida a satisfação do colaborador com relação ao desenvolvimento profissional, clareza organizacional, padrão de desempenho e autogestão da equipe, recompensa, volume de trabalho e reconhecimento, condições de infraestrutura para execução do trabalho, estilo gerencial e comprometimento organizacional</p>
Por que medir	Para verificar o nível de satisfação e motivação dos colaboradores
Como medir	Formulário de avaliação (pesquisa de satisfação). Média aritmética do índice de satisfação dos colaboradores respondentes da pesquisa
Quem mede	Diretoria de Gestão de Pessoas
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



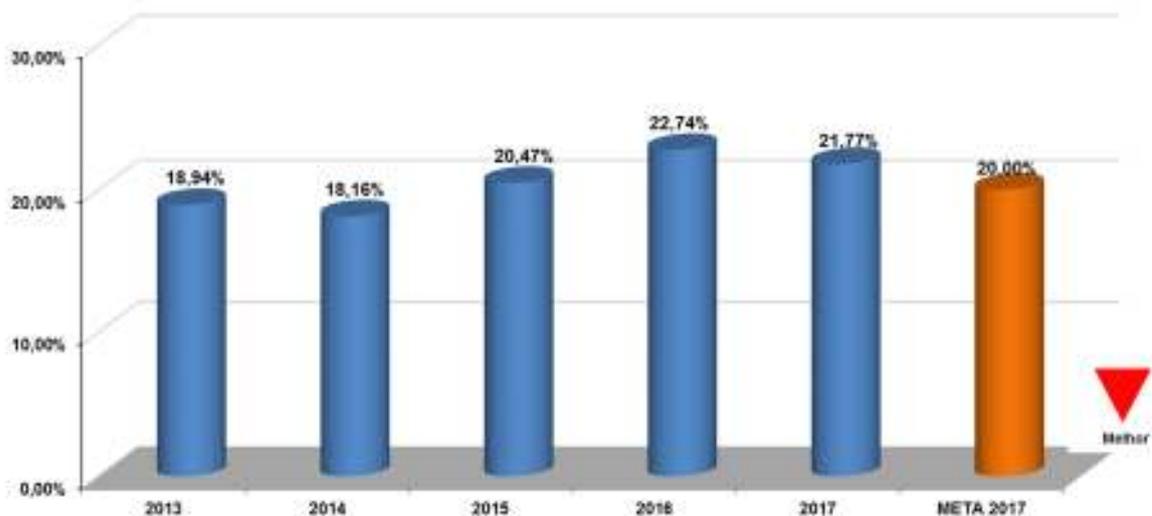
Pessoas e Recursos – PR

Objetivo Estratégico	PR 2 – FOMENTAR AÇÕES PARA A MELHORIA DA SAÚDE E DO CLIMA ORGANIZACIONAL
<i>Indicador</i>	PR 2.2 – PERCENTUAL DE DIAS DE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE SAÚDE PRÓPRIA
O que mede	Quantidade de dias de afastamento das atividades por motivo de doença, observada a Resolução GP n. 29/2006
Por que medir	Para conhecer e atuar na gravidade das doenças relacionadas ao trabalho
Como medir	(número de dias não trabalhados por motivo de saúde própria / número de magistrados e servidores x 365 dias) x 100
Quem mede	Diretoria de Saúde
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



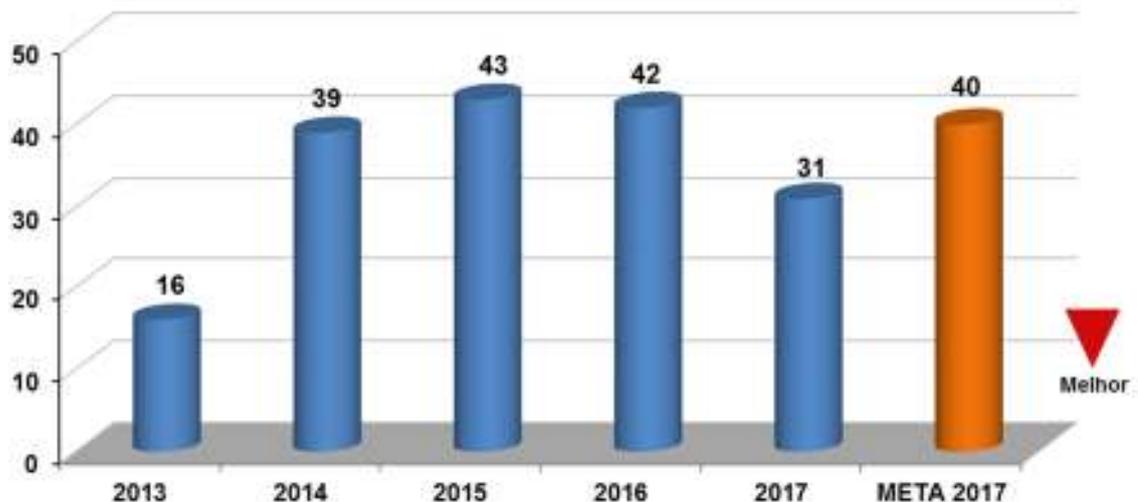
Pessoas e Recursos – PR

Objetivo Estratégico	PR 2 – FOMENTAR AÇÕES PARA A MELHORIA DA SAÚDE E DO CLIMA ORGANIZACIONAL
<i>Indicador</i>	PR 2.3 – PERCENTUAL DE COLABORADORES AFASTADOS POR MOTIVO DE SAÚDE PRÓPRIA
O que mede	Quantidade de magistrados e servidores que foram afastados das atividades por motivo de doença, observada a Resolução GP n. 29/2006 Utilizar o mesmo critério para contagem de colaboradores para todos os indicadores
Por que medir	Para conhecer e atuar no controle das doenças que mais causam afastamento dos magistrados e servidores ao trabalho
Como medir	(somatório de colaboradores que se afastaram por, pelo menos, 1 dia durante o semestre, por motivo de doença homologado pela Junta Médica / total de magistrados e colaboradores) x 100
Quem mede	Diretoria de Saúde
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



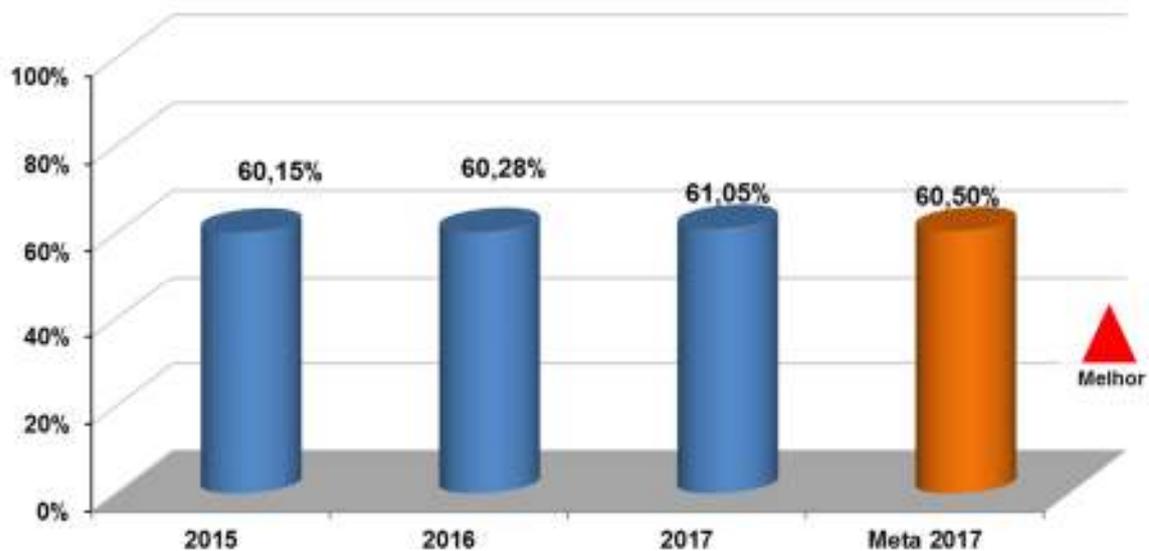
Pessoas e Recursos – PR

Objetivo Estratégico	PR 3 – ASSEGURAR SOLUÇÕES ADEQUADAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
<i>Indicador</i>	PR 3.1 – NÚMERO DE DIAS EM QUE PRAZOS PROCESSUAIS FORAM PRORROGADOS EM FUNÇÃO DA INDISPONIBILIDADE DO SISTEMA
O que mede	A disponibilidade dos serviços judiciais à sociedade
Por que medir	Para quantificar a disponibilidade dos serviços judiciais à sociedade
Como medir	Analisando as certidões de indisponibilidade publicadas durante o ano. Serão considerados todos os dias de indisponibilidade que constarem nas certidões. Quando existirem duas certidões referentes ao mesmo dia para sistemas diferentes (ex.: sistema de primeiro grau e Turmas de Recursos), será contado apenas um dia. Havendo certidão de indisponibilidade referente a apenas um dos sistemas ou módulos (ex.: peticionamento eletrônico), o dia correspondente será contado.
Quem mede	Diretoria de Tecnologia da Informação
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor



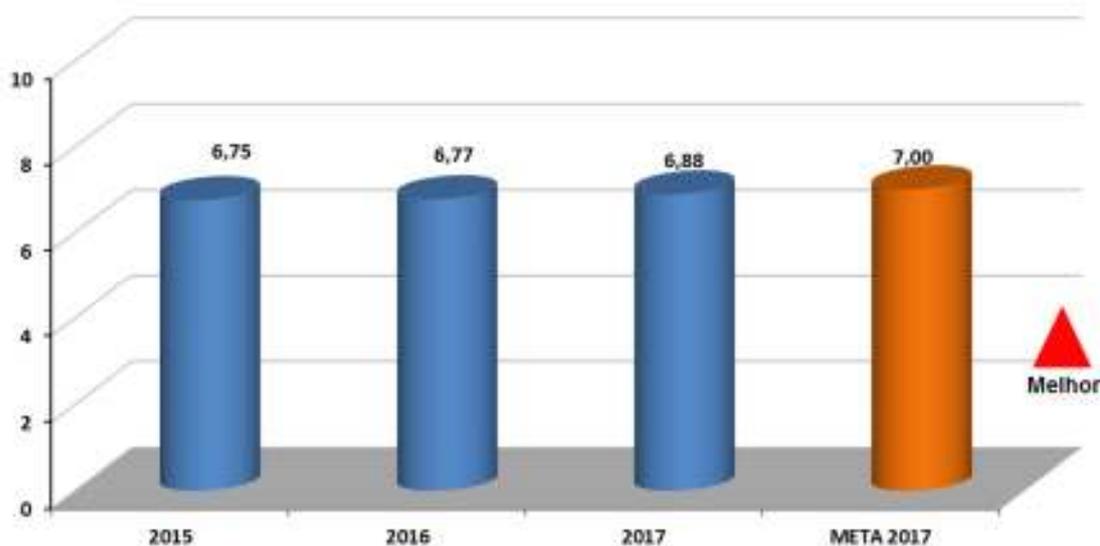
Pessoas e Recursos – PR

Objetivo Estratégico	PR 3 – ASSEGURAR SOLUÇÕES ADEQUADAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
<i>Indicador</i>	PR 3.2 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS DE TIC
O que mede	A avaliação dos colaboradores em relação aos serviços de Tecnologia da Informação oferecidos pela DTI
Por que medir	Para identificar a percepção dos usuários em relação à qualidade dos serviços de tecnologia da informação disponíveis
Como medir	Média aritmética das seguintes perguntas constantes da pesquisa de satisfação dos colaboradores: <ul style="list-style-type: none"> • Organizacional: aos sistemas informatizados disponibilizados para o desenvolvimento do trabalho (questão 12) • Organizacional: aos equipamentos e materiais disponibilizados para o desenvolvimento do trabalho (questão 13)
Quem mede	Diretoria de Gestão de Pessoas
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



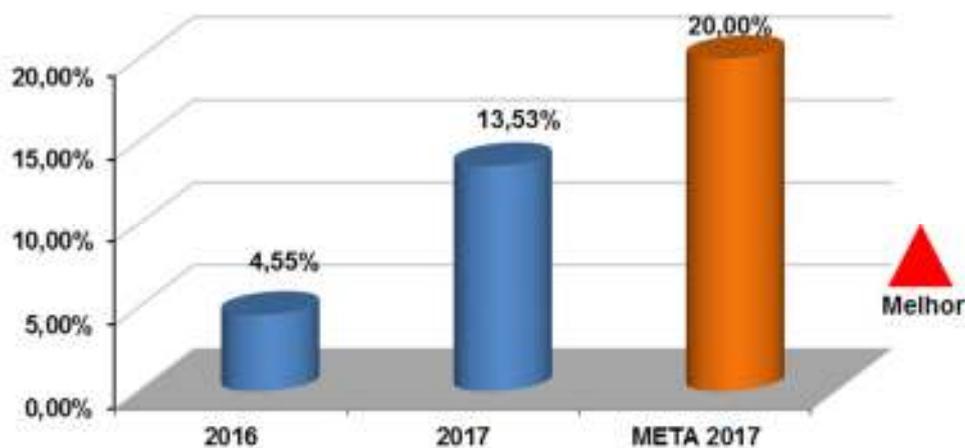
Pessoas e Recursos – PR

Objetivo Estratégico	PR 4 – GARANTIR INFRAESTUTURA ADEQUADA À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
<i>Indicador</i>	PR 4.1 – NOTA DO PLANO DE OBRAS
O que mede	Nota de cada edificação (própria ou alugada) com base na Resolução CNJ n. 114/2010 e na Resolução TJ 44/2011. É composta de dois conjuntos: estrutura física e adequação do imóvel à prestação jurisdicional
Por que medir	Para verificar se os imóveis pertencentes ao Poder Judiciário atendem aos requisitos exigidos na Resolução CNJ n. 114/2010 e na Resolução TJ 44/2011
Como medir	Média ponderada (nota da edificação x metro quadrado)
Quem mede	Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Desdobramento	Desdobramentos por critérios



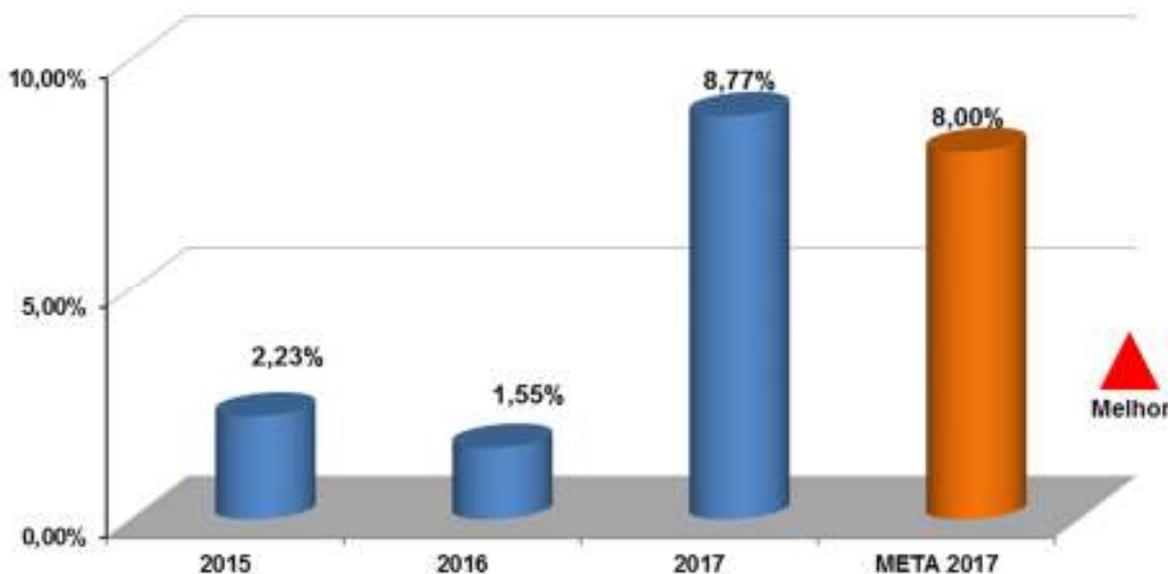
Gestão – GE

Objetivo Estratégico	GE 1 – DISSEMINAR A CULTURA DO PLANEJAMENTO COM ÊNFASE NO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO, ASSEGURANDO A GESTÃO PARTICIPATIVA
<i>Indicador</i>	GE 1.1 – ÍNDICE DE GESTORES DO 1º GRAU CAPACITADOS NO SISTEMA DE GESTÃO
O que mede	Quantidade de juízes e chefes de cartório capacitados no sistema de gestão “Aprimorar”
Por que medir	Para disseminar a cultura de planejamento estratégico e incentivar a utilização do sistema de gestão “Aprimorar” pelas varas e juizados especiais com vistas ao aumento da produtividade
Como medir	$(\text{número de juízes capacitados no sistema de gestão} + \text{número de chefes de cartório capacitados no sistema de gestão}) / (\text{total de juízes ativos} + \text{total de chefes de cartório})$
Quem mede	Corregedoria-Geral da Justiça
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Observação	Desdobramento: (número de juízes capacitados no sistema de gestão / total de juízes ativos) (número de chefes de cartório capacitados no sistema de gestão / total de chefes de cartório)



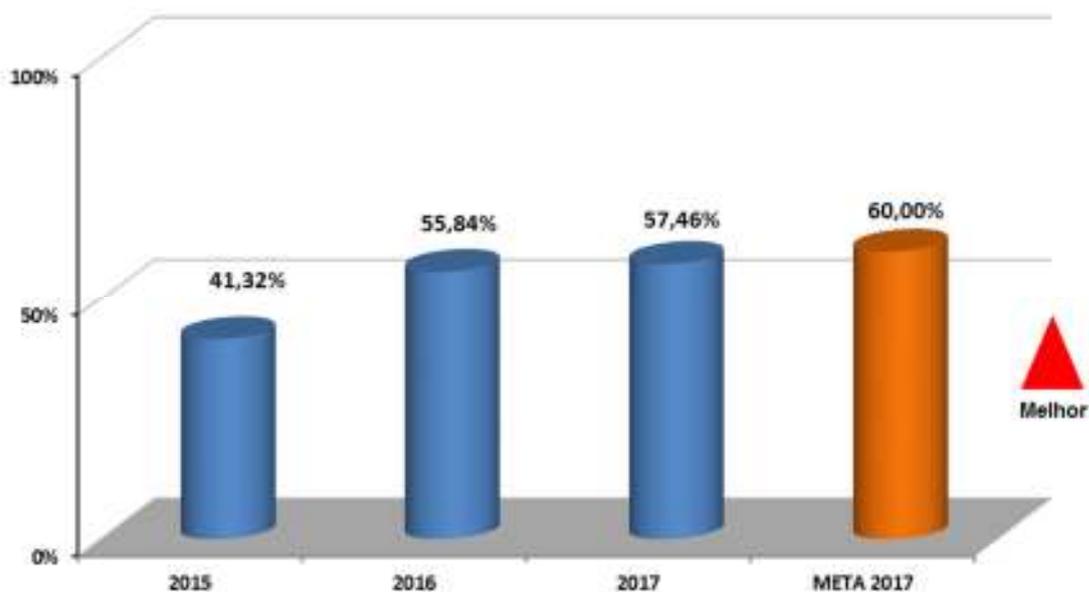
Gestão – GE

Objetivo Estratégico	GE 1 – DISSEMINAR A CULTURA DO PLANEJAMENTO COM ÊNFASE NO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO, ASSEGURANDO A GESTÃO PARTICIPATIVA
<i>Indicador</i>	GE 1.2 – ÍNDICE DE COLABORADORES CAPACITADOS EM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
O que mede	Quantidade de colaboradores que participaram de cursos ou disciplinas cuja ementa aborde assuntos ligados ao planejamento estratégico e <i>balanced scorecard</i> do PJSC
Por que medir	Para que os colaboradores do PJSC estejam aptos a entender as orientações estratégicas institucionais e executá-las em seu âmbito de atuação
Como medir	(Número de colaboradores capacitados / total de colaboradores do PJSC)*100 Consideram-se colaboradores todos os magistrados e servidores ativos do PJSC Devem ser considerados os cursos específicos de planejamento estratégico e BSC e disciplinas dos cursos de pós-graduação da Academia Judicial
Quem mede	Assessora de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor
Observação	Desdobramento: (Número de gestores capacitados / total de gestores do PJSC)*100 Consideram-se gestores: Magistrados de Primeiro e Segundo Graus, Diretores do TJ, Chefes de Divisão, Chefes de Seção, Assessores Técnicos, Gestores dos órgãos ligados à Presidência, Oficiais de Gabinete, Chefes de Secretaria do Foro e Chefes de Cartório.



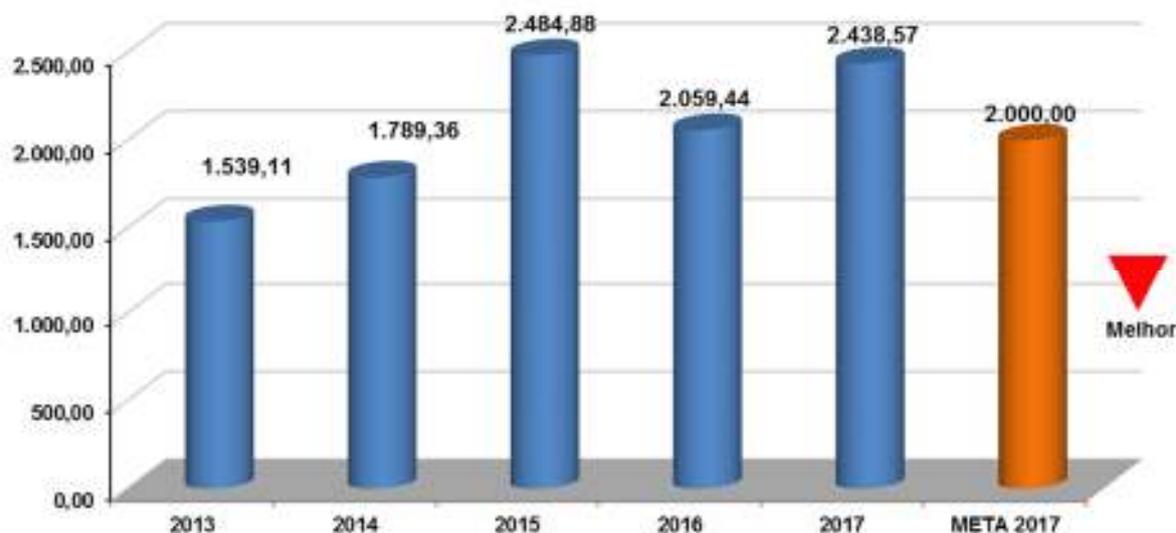
Gestão – GE

Objetivo Estratégico	GE 2 – OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS, ESTABELECENDO PRIORIDADES PARA A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA
<i>Indicador</i>	GE 2.1 – ÍNDICE DAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS DENTRO DO PRAZO REFERENCIAL
O que mede	O prazo das contratações em cada uma das modalidades de licitação e nas dispensas e inexigibilidades de licitação
Por que medir	Para assegurar a eficiência na execução do procedimento de contratação
Como medir	Percentuais das contratações realizadas dentro do prazo referencial
Quem mede	Diretoria de Material e Patrimônio
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor
Observação	<p>O prazo referencial foi estabelecido considerando o somatório dos prazos de cada uma das atividades inerentes ao processo de contratação (fixados no PLI), tendo como marco inicial a data em que aponta o PROJETO BÁSICO na DMP, já autorizada a contratação pelo Senhor Diretor-Geral Administrativo; e como marco final, a homologação do processo de contratação.</p> <p>São 15 atividades que envolvem os prazos individuais relativos às fases interna e externa das licitações e ao processo de contratação das dispensas e inexigibilidades.</p>



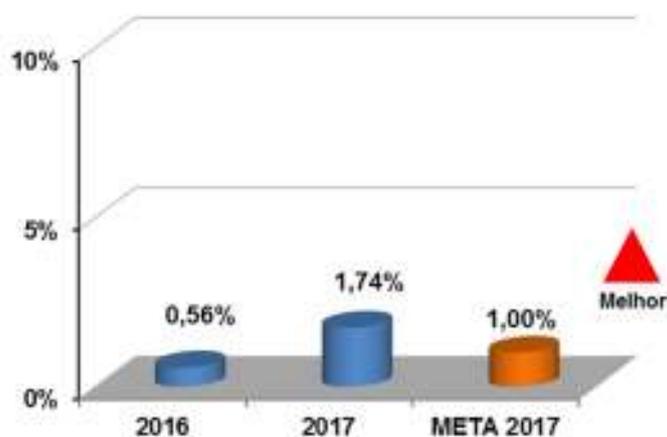
Gestão – GE

Objetivo Estratégico	GE 2 – OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS, ESTABELECENDO PRIORIDADES PARA A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA
<i>Indicador</i>	GE 2.2 – CUSTO DO PROCESSO BAIXADO
O que mede	A relação entre as despesas do PJSC e o número de processos baixados
Por que medir	Para verificar se o PJSC está melhorando seus índices de produtividade em relação aos recursos financeiros disponíveis
Como medir	Dpj / TBaix Dpj (Despesa Total da Justiça) = ODCK (outras despesas correntes e de capital) + DRH (despesas com recursos humanos) TBaix (total de processos baixados) = TBaix1º + TbaixTR + TbaixJE + Tbaix2º
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▼ Quanto menor, melhor
Observação	Consideração a indexação pela URC (unidade de referência de custas)



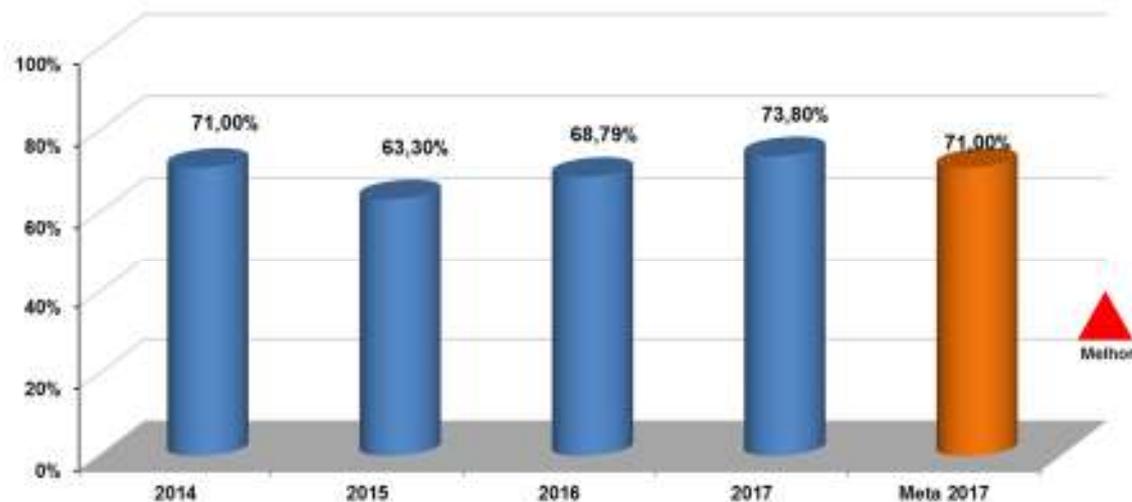
Gestão – GE

Objetivo Estratégico	GE 3 – IMPLEMENTAR A GESTÃO POR DESEMPENHO E ASSEGURAR A MELHORIA CONTÍNUA DOS PROCESSOS DE TRABALHO
<i>Indicador</i>	GE 3.1 – ÍNDICE DE COLABORADORES CAPACITADOS EM GESTÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO
O que mede	Quantidade de colaboradores que participaram de cursos ou disciplinas cuja ementa aborde assuntos ligados à gestão de processos de trabalho
Por que medir	Para que os colaboradores estejam aptos a aplicar a metodologia de gestão de processos de trabalho utilizada no PJSC e, como consequência, obtenham a melhoria contínua nas atividades
Como medir	$(\text{Número de colaboradores capacitados} / \text{total de colaboradores do PJSC}) * 100$
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



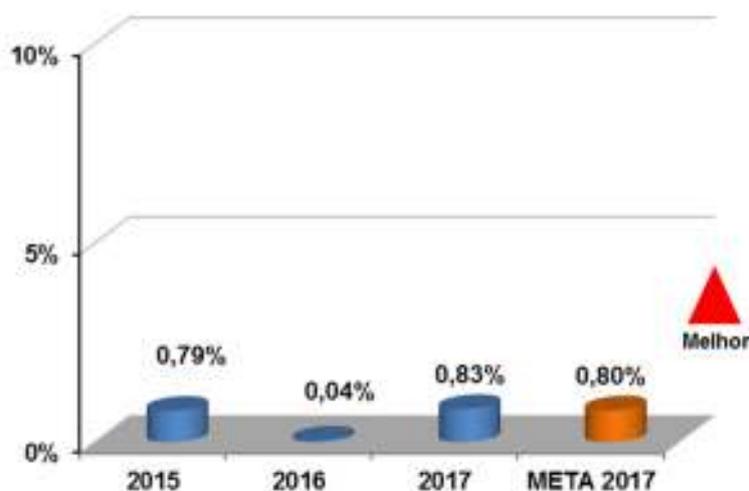
Gestão – GE

Objetivo Estratégico	GE 4 – APERFEIÇOAR A COMUNICAÇÃO INTERNA
<i>Indicador</i>	GE 4.1 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM A EFETIVIDADE DA COMUNICAÇÃO INTERNA
O que mede	O grau de satisfação com a efetividade do processo de comunicação do Tribunal e seus colaboradores, dos superiores e seus subordinados e entre os diversos setores organizacionais
Por que medir	Para verificar se os colaboradores estão sendo informados de maneira oficial e adequada sobre os atos institucionais por parte do Tribunal e por parte de seus superiores hierárquicos
Como medir	Média aritmética das seguintes perguntas constantes da pesquisa de satisfação dos colaboradores: <ul style="list-style-type: none"> • Clareza organizacional: atendimento que recebe de outras áreas do PJSC (questão 4) • Clareza organizacional: comunicação institucional no PJSC (questão 5) • Estilo gerencial: comunicação com seu superior hierárquico (questão 23)
Quem mede	Diretoria de Gestão de Pessoas
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



Gestão – GE

Objetivo Estratégico	GE 5 – CONCRETIZAR A GESTÃO DO CONHECIMENTO
<i>Indicador</i>	GE 5.1 – ÍNDICE DE COLABORADORES CAPACITADOS EM GESTÃO DO CONHECIMENTO
O que mede	Quantidade de colaboradores que participaram de cursos ou disciplinas cuja ementa aborde assuntos ligados à gestão do conhecimento
Por que medir	Para que os colaboradores estejam aptos a aplicar os conceitos da gestão conhecimento no desempenho de suas atividades
Como medir	$(\text{Número de colaboradores capacitados} / \text{total de colaboradores do PJSC}) * 100$
Quem mede	Asplan
Periodicidade	Anual
Tendência	▲ Quanto maior, melhor



Buscando aprimorar a gestão e as rotinas de trabalho no âmbito do Poder Judiciário, a Administração vem envidando esforços em alguns projetos de grande relevância, alguns dos quais descritos a seguir.

SELO JUSTIÇA EM NÚMEROS

Durante a realização do XI Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado nos dias 20 e 21 de novembro de 2017, que contou com a presença dos Presidentes, Corregedores, magistrados e servidores da área da Gestão Estratégica, foi entregue o Selo Justiça em Números aos Tribunais que investem na excelência da produção,

gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais. Também foram avaliados itens como nível de informatização dos Tribunais, uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e cumprimento de resoluções do CNJ alinhadas à gestão da informação. Outra novidade para 2017 é que os Tribunais também foram avaliados pela qualidade da prestação jurisdicional, ou seja, o índice de produtividade comparada da justiça (IPC-Jus) foi computado como novo requisito para pontuação.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, pelo quarto ano consecutivo, foi agraciado com o Selo Ouro.



ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ORÇAMENTOS DO PODER JUDICIÁRIO

A Assessoria de Planejamento, em parceria com a Diretoria de Orçamento e Finanças, conduziu a elaboração da Lei Orçamentária Anual para 2018, feita de maneira participativa, já que cada gestor orçamentário quantificou e apresentou as demandas das áreas sob sua responsabilidade. O resultado foi compilado, confrontado com a previsão de receitas e submetido aos conselhos do FRJ, Sidejud e ao Órgão Especial. A proposta final foi encaminhada à Assembleia Legislativa, que a consolidou com as propostas dos demais poderes/órgãos e aprovou a lei.

No tocante à execução, foram realizados três ciclos de reuniões de ajuste orçamentário com os respectivos gestores para orientá-los quanto ao controle dos gastos e a maximização do desempenho organizacional.

Essas ações estão sintonizadas com o objetivo estratégico "Otimizar a aplicação dos recursos, estabelecendo prioridades para a execução da estratégia", cuja performance é observada por meio do "índice de execução orçamentária".

ADEQUAÇÃO AO SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS (eSocial)

O projeto eSocial está formalizado por meio do Processo Administrativo n. 6233/2016 e está sob a coordenação conjunta da ASPLAN, DTI e DGP. Em síntese, o eSocial é um grande repositório nacional que reunirá informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas de todo o país. Foi instituído pelo Decreto Presidencial n. 8.373, de 11 de dezembro de 2014, sendo de caráter compulsório a todos os empregadores, incluindo os órgãos públicos. Entre os motivos pelos quais o projeto merece atenção destacam-se:

- prazo: o início da obrigatoriedade de utilização está agendado para 14 de janeiro de 2019;
- complexidade: para atender ao eSocial, mais de 40 microdeclarações deverão ser prestadas ao governo, totalizando cerca de 2.600 informações, que precisam estar bem estruturadas em nossos sistemas internos;
- mudanças em procedimentos internos e em sistemas de informação: até o momento foram mapeadas 154 não conformidades às exigências do Governo Federal, que impactam praticamente todas as unidades do Poder Judiciário de Santa Catarina e que exigirão novos procedimentos internos, bem como aquisições e adequações nos sistemas internos utilizados;
- riscos de multas e outras sanções: como o repositório do eSocial reunirá informações assinadas digitalmente pelo próprio empregador, portanto assumidas válidas e irrefutáveis, espera-se que a fiscalização seja potencializada a partir do início de sua operação. Consequentemente, os riscos da aplicação de multas e sanções administrativas também aumentam. Como referência, informações do próprio Ministério do Trabalho indicam que atualmente apenas cerca de 3% das empresas são fiscalizadas. Considerando que as multas podem ser aplicadas em até 5 anos, e com a possibilidade do uso massivo de tecnologia, esse número deve aumentar consideravelmente; e
- inviabilização no recebimento de verbas federais: o eventual descumprimento do prazo para a adoção do eSocial acarreta, por exemplo, nos mesmos efeitos da não entrega das informações tributárias à Receita Federal. Na prática, caso isso ocorra, todo o Estado de Santa Catarina, não apenas o Poder Judiciário, estaria impossibilitado de retirar a Certidão Negativa de Débitos Tributários Federais (CND), o que inviabilizaria o recebimento de verbas federais pelas três esferas de governo e seria profundamente danoso à reputação pública desta Corte.

Diante do escopo, prazo e impactos do eSocial, o ano de 2017 foi de trabalho intenso, especialmente no primeiro semestre, quando foram executadas as atividades a seguir.

- Reuniões para análise dos eventos do eSocial e da EFD-REINF: a partir da publicação dos leiautes do EFD-REINF e das atualizações dos leiautes do eSocial, uma série de reuniões foi realizada para entendimento e discussão dos dados que serão necessários enviar ao ambiente nacional a partir de 2019. Ao todo foram realizadas 24 reuniões de trabalho, que envolveram membros do grupo gestor do projeto, Diretoria de Gestão de Pessoas, Diretoria de Orçamento e Finanças, Diretoria de Saúde, Diretoria de Tecnologia da Informação e Coordenadoria dos Magistrados. Na oportunidade foram listadas as não conformidades relacionadas a sistemas de informação, processos de negócio, atendimento de normatizações e até mesmo entendimento de dados. Assim, as não conformidades representam os desdobramentos que devem ser realizados internamente para adequar o TJSC ao que é solicitado.
- Realização do Seminário Nacional do eSocial para Órgãos Públicos: entre os dias 25 e 27 de abril de 2017 estiveram reunidos na sede do Tribunal de Justiça de Santa Catarina cerca de 450 representantes de 25 estados da federação para conhecer e debater o tema. O evento, que também contou com a participação do grupo gestor nacional do projeto, foi uma oportunidade ímpar para conhecer e partilhar experiências de outros órgãos públicos.
- Refinamento do cronograma e das não conformidades levantadas durante as reuniões de análise dos eventos: a partir do levantamento das não conformidades, percebeu-se a necessidade de organizá-las, priorizá-las e, em alguns casos, refiná-las. A partir disso foi organizado o cronograma geral do projeto, com a indicação de subprojetos, prazos, responsabilidades e dependências. Até o momento 154 não conformidades, das mais diversas complexidades e impactos, foram identificadas.

Diante do exposto, o projeto deve ganhar ainda maior impulso em 2018 e impactar praticamente todas as unidades administrativas do Poder Judiciário de Santa Catarina.

ESCRITÓRIO DE PROCESSOS DE TRABALHO

Juntamente com pessoas e tecnologia, os processos de trabalho formam a tríade na qual os grandes administradores pautam sua gestão. Conforme o Processo Administrativo n. 6690/2016, o Poder Judiciário de Santa Catarina está estruturando um escritório de processos de trabalho como uma das iniciativas concretas para atender ao objetivo estratégico de “Implementar a gestão por desempenho e assegurar a melhoria contínua dos processos de trabalho”. De fato, ao adotar uma abordagem de gestão com foco em processos, espera-se:

- prover um alinhamento entre as estratégias e a ação operacional, expressa pelos processos de trabalho;
- construir uma visão sistêmica da instituição em que cada unidade funcional seja percebida como parte importante desse sistema e que coopere com outras unidades e elementos para prover os serviços ofertados pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- fortalecer a cultura de melhoria contínua dos processos de trabalho entre os colaboradores;
- promover o trabalho colaborativo e o compartilhamento de conhecimento;
- explicitar o conhecimento tácito, documentando as rotinas de trabalho e experiências dos envolvidos;
- medir constantemente o desempenho institucional com o objetivo de avaliar se os resultados alcançados estão próximos dos resultados planejados. O conjunto de processos de trabalho representados na forma de modelos e indicadores permite definir competências e criar uma sistemática de avaliação do desempenho desses processos que exprime o impacto na estratégia organizacional; e
- renovar continuamente as estratégias organizacionais.

Em 2017 os esforços foram direcionados à instituição de um escritório de processos de trabalho (EPT), que se concretizou por meio da Resolução GP n. 44/2017, publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 26 de novembro de 2017. Competirá ao EPT:

- estabelecer diretrizes para a gestão dos processos de trabalho no âmbito do Poder Judiciário catarinense, bem como promover o aperfeiçoamento de sua gestão;
- identificar a demanda de criação ou melhoria de processos de trabalho necessários ao cumprimento dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário catarinense;
- fomentar a internalização da cultura de gestão de processos de trabalho, que compreende a sensibilização, o fomento à capacitação e ao conhecimento e a promoção de eventos de divulgação de boas práticas sobre a temática gestão de processos;
- acompanhar o portfólio de projetos de melhoria dos processos de trabalho, registrando, acompanhando, controlando e divulgando os ganhos de desempenho;
- acompanhar as iniciativas de gestão de processos de trabalho, que compreende o monitoramento das iniciativas de gerenciamento dos processos de trabalho com vistas a colaborar na identificação dos relacionamentos e na integração das áreas, zelando pelo uso das diretrizes, dos métodos e das ferramentas institucionalizados;
- apoiar as unidades de negócio na melhoria dos processos de trabalho, que compreende o suporte ao mapeamento, o redesenho e análise dos processos de trabalho e a definição de indicadores de desempenho;
- atuar como interlocutor entre os gestores dos processos de trabalho e a administração do Poder Judiciário catarinense; e
- exercer o papel de agente de mudança e de melhoria contínua, atuando na coordenação, regulação e colaboração das iniciativas de gestão de processos de trabalho das unidades do Poder Judiciário catarinense.

Para 2018 estão previstas as iniciativas a seguir:

- revisão dos produtos gerados durante a consultoria da Fundação Getúlio Vargas – FGV, realizada entre 2012 e 2014, visando a sua atualização e aperfeiçoamento: premissas, diretrizes, cadeia de valor, metodologia, papéis e responsabilidades;
- expansão do escopo de atuação do EPT, incluindo a área-fim, para melhorar o desempenho institucional, alimentar os indicadores do planejamento estratégico institucional, orientar a otimização dos fluxos no SAJ e atender a programas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, como o Justiça em Números; e
- apoio a outros projetos estratégicos em curso, como a adequação ao eSocial, a adoção de um sistema do tipo ERP (Processo Administrativo n. 6418/2016), a evolução do sistema Aprimorar e a implantação da gestão de pessoas por competências.

GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS

Considerando as orientações do Tribunal de Contas da União – TCU, contidas no Acórdão n. 3023/2013, para que os órgãos do Poder Judiciário estabeleçam indicadores e metas para a área de gestão de pessoas; o entendimento do Conselho Nacional de Justiça – CNJ de que as competências individuais são requisitos essenciais para o alcance dos objetivos da instituição e que a melhoria da gestão de pessoas é um dos macrodesafios do Judiciário nacional estabelecido para o período 2015-2020; e as determinações da Resolução CNJ n. 240/2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário, com a finalidade de assegurar oportunidades de desenvolvimento e aquisição de competências por parte de magistrados e servidores do Judiciário nacional, encontra-se em andamento a implantação da Gestão de Pessoas por Competência – GPC no Poder Judiciário catarinense.

A GPC é um modelo de gestão de pessoas que tem por finalidade obter a melhoria do desempenho institucional por meio da evolução do desempenho dos colaboradores da instituição. Para tanto, fundamenta-se na identificação das competências necessárias para o alcance dos objetivos institucionais, no desenvolvimento das competências individuais, no adequado aproveitamento destas, na estruturação de critérios utilizados pelos subsistemas de recursos humanos e de treinamento e desenvolvimento de pessoal, assim como no reconhecimento dos servidores que têm melhor desempenho na instituição. É baseado no alinhamento de diversas ações da Administração que convergem para um objetivo comum.

A GPC é estudada neste Tribunal desde 2011 em consequência das diretrizes do CNJ definidas na Resolução CNJ n. 111/2010. Sua implantação teve início em 2014 com o projeto de mapeamento das competências das funções exercidas na Justiça de 1º Grau, e a continuidade aprovada pelo Conselho de Gestão no Processo Administrativo n. 548710-2014.2.

A implantação desse modelo de gestão prevê algumas etapas, das quais três já foram concluídas:

- mapeamento das competências organizacionais;
- mapeamento de competências das funções exercidas na Justiça de 1º grau (Autos n. 548710-2014.2); e
- mapeamento das competências gerenciais do Poder Judiciário de Santa Catarina (Processo Administrativo n. 13542/2015).

A continuidade prevê novas etapas, que foram estruturadas nos projetos abaixo, os quais foram iniciados concomitantemente e encontram-se em desenvolvimento:

- mapeamento de competências das funções exercidas na Justiça de 2º grau;
- mapeamento de competências das unidades administrativas;
- desenvolvimento de um modelo de avaliação por competências;
- estruturação de trilhas de aprendizagem; e
- criação de critérios que favoreçam a meritocracia: progressão funcional.

RESOLUÇÃO N. 219, DE 26 DE ABRIL DE 2016, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

A Resolução CNJ n. 219/2016 “Dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e de segundo graus e dá outras providências”.

Como mencionado do documento de apresentação do “Programa de Redução das Desigualdades na Distribuição da Força de Trabalho entre o Primeiro e Segundo Grau de Jurisdição” (*vide* Acompanhamento de Cumprimento de Decisão n. 0002210922016.2.00.0000 e o Processo Administrativo n. 12591/2016, que tratam do tema), a agenda deverá considerar programas e ações que promovam o desenvolvimento da gestão por competências e da gestão do conhecimento de magistrados e servidores; a modernização das carreiras, com a valorização do capital humano, o estabelecimento de sistemas de recompensas e, por consequência, o aumento da produtividade; e a equalização do quadro funcional nos termos da Resolução CNJ n. 219/2016.

Por isso, a implementação da estratégia deve continuar em desenvolvimento, e, diante da grandiosidade, complexidade e importância, o projeto deve transpor gestões deste Tribunal.

Enquanto aguarda o momento adequado, a Assessoria de Planejamento – ASPLAN continua os estudos sobre mecanismos para o atendimento da política tratada na Resolução CNJ n. 219/2016.

Repisando os termos das informações prestadas ao CNJ, foram realizadas duas das oito etapas previstas no processo de implementação da estratégia “Construção de Agenda de Melhoria da Gestão de Pessoas”: (a) levantamento de dados e informações quanto aos indicadores de litigiosidade e distribuição do quadro funcional; e (b) problematização dos diagnósticos, com apresentação à Presidência deste Tribunal.

Cite-se também a criação da Diretoria de Cumprimento Processual Remoto de Primeiro Grau (*vide* Resolução Conjunta GP/CGJ n. 9/2017).

No Portal da Transparência deste Tribunal na internet (<http://www.tjsc.jus.br>, ícone “Acesso à Informação e Transparência”, “Gestão de Pessoas”,

<http://www.tjsc.jus.br/web/aceso-a-informacao-e-transparencia>), já foram disponibilizadas duas versões da Tabela de Lotação de Pessoal – TLP, janeiro e julho de 2017, com o objetivo de incentivar discussões e propostas de solução.

INVESTIMENTO EM INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS

Uma gestão eficaz e eficiente pressupõe a existência de uma infraestrutura informacional para tomada de decisão. Construir, alimentar e compartilhar essa infraestrutura não é tarefa simples, pois a informação geralmente encontra-se dispersa na cabeça das pessoas, nos vários sistemas de informação e em mídias diversas. Além disso, a tecnologia vem impactando o cenário dos negócios e acelerando de forma exponencial o ritmo das mudanças: a internet, a mobilidade, a computação em nuvem e o aprendizado de máquina (*machine learning*) forçam as organizações a repensar seus modelos de negócios, suas estratégias e sua própria gestão, transformando os dados num dos ativos mais valiosos para a continuidade e evolução delas.

Ciente desse cenário, comprometido com a realização da justiça de forma efetiva e célere, e motivado pela experiência positiva de outros órgãos públicos, o PJSC, por meio da ASPLAN e da DTI, vem intensificando a execução de iniciativas que busquem agregar inteligência ao Judiciário. Ademais, vale lembrar que tais iniciativas estão diretamente ligadas a três objetivos estratégicos: “Otimizar a aplicação dos recursos, estabelecendo prioridades para a execução estratégica”, “Implementar a gestão por desempenho e assegurar a melhoria contínua dos processos de trabalho” e “Assegurar soluções adequadas de tecnologia da informação e comunicação”.

Durante 2017, após a aquisição de uma licença da ferramenta Tableau Desktop Professional, no final de 2016, foram realizadas algumas experiências para: (a) avaliar a eficiência de ferramentas dessa natureza; (b) difundir os conceitos de *Data Analytics*; (c) criar cultura organizacional em decisões baseadas em dados; e (d) adquirir *expertise* na condução de projetos dessa natureza. Cita-se como exemplos a criação de painéis gerenciais relacionados ao orçamento institucional e à tramitação de processos administrativos, e dados do Justiça em Números e dos gabinetes dos desembargadores. Outrossim, registra-se a participação em cursos de capacitação e em eventos relacionados ao tema.

Ações dessa natureza merecem atenção e devem ser estimuladas continuamente. Nesses termos, foram sugeridas como ações concretas para o próximo biênio:

- expansão do uso de ferramentas para visualização, análise e descoberta de dados, a exemplo da ferramenta Tableau, adquirida nos termos do Processo Administrativo n. 28561/2016;
- estruturação de um núcleo de inteligência organizacional, de caráter multidisciplinar, nos termos do Processo Administrativo n. 12499/2016, para atender à Resolução CNJ n. 49/2007 e com foco no uso dos dados para a melhoria na gestão da Corte;
- estímulo à troca de experiências com outros órgãos públicos, em especial com o CNJ e outros Tribunais, onde o grau de maturidade nessa área seja reconhecidamente elevado;
- execução de novos projetos na área de *Data Discovery* e *Self-Service BI* com o objetivo de internalizar o conhecimento necessário à condução de

- projetos dessa natureza, avaliar a eficiência das ferramentas disponíveis e criar cultura organizacional em decisões baseadas em dados; e
- fomento à formação de pessoal capacitado nas áreas de Estatística, *Data Science*, *Machine Learning*, Inteligência Artificial, *Data Discovery*, *Self-Service BI*, *Big Data* e assuntos correlatos.

3 INFORMAÇÕES RELATIVAS À GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA (ANEXO V – ITEM II)

3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina – TJSC é executado por meio de duas unidades orçamentárias: **03001 – Tribunal de Justiça de Santa Catarina;** e **03091 – Fundo do Reparelhamento da Justiça.**

Receitas e Repasses Recebidos

Preliminarmente, é necessário lembrar que o Poder Judiciário de Santa Catarina possui três grupos de fontes de recursos que fomentam suas atividades, que dão origem aos recursos orçamentários: Duodécimo, Fundo de Reparelhamento da Justiça – FRJ e Sidejud.

Os recursos oriundos do Duodécimo e do Sidejud são controlados e executados pela Unidade Orçamentária *03001 – Tribunal de Justiça de Santa Catarina;* já os recursos do Fundo do Reparelhamento da Justiça, pela Unidade Orçamentária *03091 – Fundo do Reparelhamento da Justiça.*

A seguir detalha-se cada grupo de fontes de recursos.

I – Grupo de fontes de recursos do Duodécimo: repasses do Poder Executivo correspondentes a 9,41% da Receita Líquida Disponível do Estado – RLD, do Fundo de Assistência Social, do Sistema Especial de Incentivo ao Turismo, Esporte e Cultura – Seitec e do Programa Pró-Emprego. Além dos recursos supramencionados, compõem também o referido grupo de fontes de recursos as receitas próprias diretamente arrecadadas geradas pelo esforço do órgão, especificamente a remuneração das disponibilidades bancárias (rendimentos de aplicações financeira) e o repasse auferido por meio do contrato com o Banco do Brasil (n. 240/2013) para a gestão da folha de pagamento.

Os recursos do grupo de fontes de recursos do Duodécimo podem ser aplicados em qualquer tipo de despesa do Poder Judiciário.

II – Sistema de Gestão Centralizada dos Depósitos Judiciais – Sidejud: constitui os rendimentos provenientes do saldo positivo obtido do total de recursos disponíveis (patrimônio líquido do fundo de investimento), deduzido o valor total dos saldos das subcontas atualizadas de acordo com a poupança, *pro rata die*, e os rendimentos resultantes de aplicações financeiras desta receita (Lei n. 15.327/2010, art. 3º, § 2º), que é transferida e contabilizada no orçamento do Poder Judiciário.

As receitas do Sidejud podem custear o pagamento de despesas com:

I – construção, reforma, instalação e manutenção de Casas da Cidadania e/ou Fóruns Municipais nos municípios que não sejam sede de comarcas e nos distritos e bairros das cidades com alto índice demográfico;

II – instalação, desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades dos Juizados Especiais;
III – modernização das bibliotecas e dos arquivos do PJSC;
IV – Academia Judicial;
V – manutenção, serviços, equipamentos e sistemas de informática;
VI – aquisição e manutenção de mobiliário e de veículos;
VII – implantação e manutenção dos sistemas de segurança do PJSC;
VIII – qualificação e aperfeiçoamento de pessoal;
IX – manutenção e aprimoramento do Sistema de Gestão Centralizada de Depósitos sob Aviso à Disposição do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina;
X – comunicação institucional;
XI – pagamento de verbas de caráter indenizatório e de débito do Poder Judiciário decorrente de reconhecimento de direito ao corpo funcional (alteração inserida pela Lei n. 17.406, de 28 de dezembro de 2017);
XII – cobertura de insuficiência financeira do Poder Judiciário relativa ao Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina; e
XIII – aquisição, construção, manutenção, reforma e conservação de edificações em caráter complementar aos recursos advindos do Fundo de Reparcelamento da Justiça (FRJ).

III – Fundo de Reparcelamento da Justiça – FRJ: oriundo de custas judiciais, taxa judiciária, custas extrajudiciais, outras receitas diversas, receitas de dívida ativa, selo de fiscalização dos atos notariais e registrais e as remunerações das disponibilidades bancárias (Lei n. 8.067/1990).

Os recursos afetos ao FRJ podem ser aplicados nas seguintes finalidades:

I – elaboração e execução de planos, programas e projetos;
II – construção, ampliação e reforma de prédios;
III – aquisição de equipamentos, veículos utilitários e outros materiais;
IV – implementação dos serviços de informática;
V – manutenção e conservação de edificações e no pagamento das demais despesas de custeio;
VI – implementação da sistemática de aquisição e controle do selo de fiscalização, instituído pela Lei Complementar n. 175, de 28 de dezembro de 1998; e
VII – contratação de estagiários para atuarem no PJSC, no Ministério Público do Estado de Santa Catarina – MPSC, nas unidades prisionais e nos estabelecimentos destinados a atendimento da política de proteção aos direitos da criança e do adolescente.

Nesse contexto, o quadro abaixo evidencia a previsão inicial das receitas totais do PJSC consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2017 (Lei n. 17.063/2016) e a respectiva arrecadação, segregada por grupo de fontes de recursos.

Fonte de Recurso	Receita Prevista	Receita Arrecadada	Superávit / Déficit	% s/ Prevista
Duodécimo	1.451.357.310,00	1.446.427.220,78	-4.930.089,22	-0,34%
Sidejud	267.000.000,00	209.992.312,48	-57.007.687,52	-21,35%
Fundo Reaparelhamento Justiça	227.043.500,00	215.461.120,66	-11.582.379,34	-5,10%
Subtotal	1.945.400.810,00	1.871.880.653,92	-73.520.156,08	-3,78%
Receita Pagto. Precatório contra Estado	210.000.000,00	512.559.511,93	302.559.511,93	144,08%
Total	2.155.400.810,00	2.384.440.165,85	229.039.355,85	10,63%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Nota: Receita total arrecadada em 2016: R\$ 1.797.182.164,26, excluída a de Precatórios.

No que concerne à descentralização orçamentária e financeira oriunda do lprev destinada para quitar a folha de pagamento dos inativos do PJSC e dos servidores inativos e pensionistas pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz (transferidos ao Poder Judiciário por força da Lei Complementar n. 127/1994), cumpre observar que as respectivas dotações orçamentárias estão consignadas no orçamento daquela autarquia. Assim sendo, convém não as considerar quando se tratar de execução financeira.

Com o objetivo de financiar os programas de trabalho planejados pelo PJSC, a LOA de 2017 estimou a receita orçamentária do Poder Judiciário em R\$ 1.945.400.810,00. Além disso, no tocante às verbas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais movidos contra a Fazenda estadual, o valor previsto é de R\$ 210.000.000,00, o que totaliza R\$ 2.155.400.810,00.

Entretanto, as previsões de determinadas receitas não se concretizaram, e a arrecadação nos três grupos de fontes de recursos referidos atingiu o montante de R\$ 1.871.880.653,92. Assim, o confronto da estimativa com a receita orçamentária arrecadada evidencia déficit de arrecadação da ordem de R\$ 73.520.156,08 (-3,78%).

Analisando o demonstrativo acima, denota-se que os três grupos de fontes de recursos apresentaram arrecadação abaixo da previsão inicial. Apesar de as receitas do grupo do Duodécimo terem alcançado patamar próximo do previsto (-0,34%), as receitas do Sidejud e do FRJ não tiveram o mesmo desempenho, com -21,35% e -5,10% respectivamente. Comparadas ao arrecadado em 2016, no presente exercício as receitas totais do PJSC tiveram crescimento de 3,91% (superior à inflação – IPCA/IBGE acumulada em 2017, de 2,95%).

No que diz respeito à transferência dos recursos de depósitos judiciais para pagamento de precatórios contra a Fazenda estadual, no dia 7 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 509.167.194,21 (FR 0195), no encerramento do exercício restou saldo financeiro (superávit) de R\$ 363.438.851,83. Este valor servirá de fonte de recurso para abrir crédito suplementar no próximo exercício, vinculado ao pagamento de precatórios.

Despesas Realizadas

Com o objetivo de padronizar os demonstrativos publicados no portal da transparência do Poder Judiciário, na execução da despesa utilizou-se a liquidada. Esta representa o segundo estágio da despesa orçamentária. A liquidação da despesa é normalmente processada pelas Unidades Executoras ao receberem o objeto do empenho (material, serviço, bem ou obra). Conforme previsto no art. 63 da Lei n. 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do crédito e tem como objetivos apurar

a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

As execuções orçamentária e financeira ocorrem concomitantemente por estarem atreladas uma à outra. Havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa. Desse modo, em decorrência do déficit de arrecadação de determinadas fontes de recursos (art. 9º da LRF), as dotações orçamentárias foram contingenciadas na quantia de R\$ 88.590.000,00, sendo R\$ 20.035.000,00 do Duodécimo, R\$ 57.000.000,00 do Sidejud e R\$ 11.555.000,00 do FRJ.

As despesas liquidadas somam R\$ 2.082.727.939,21, sendo R\$ 1.914.969.035,72 provenientes do Duodécimo, Sidejud e FRJ, e o restante, R\$ 167.758.903,49, oriundas dos precatórios contra o Estado.

Assim, o índice de execução orçamentária das despesas liquidadas relativas ao Duodécimo, Sidejud e FRJ atinge 87,5%. Considerando as dotações destinadas ao pagamento de precatórios, esse percentual reduz-se para 76,7%.

Os recursos financeiros alocados nos projetos e atividades que compõem o orçamento do TJSC foram executados por meio de duas unidades orçamentárias, 03001 – Tribunal de Justiça de Santa Catarina e 03091 – Fundo do Reaparelhamento da Justiça. O Anexo I sintetiza todas as ações (projetos e atividades) previstas e realizadas referentes ao exercício de 2017.

De modo a detalhar os gastos apresentados no Anexo I, traz-se em seguida um relatório que relata as principais ações previstas e realizadas, segregadas por áreas temáticas.

Tecnologia da Informação

Os recursos orçamentários direcionados à tecnologia de informação – TI estão apoiados nos direcionamentos da Estratégia Nacional de TI do Poder Judiciário – Entic-Jud, impostos por meio das Resoluções CNJ n. 182/2013 e 211/2015. Essa estratégia nacional está estruturada em ações orientadas à melhoria da governança e gestão de TI, padrões de desenvolvimento e sustentação de sistemas de informação, infraestrutura tecnológica e gestão de pessoas.

Para dar suporte à realização dos diversos projetos, buscou-se investir na renovação e ampliação permanente da estrutura de tecnologia, mais direcionada em 2017 na efetiva aplicação da política de renovação do parque tecnológico de microinformática, ampliação da capacidade de armazenamento do *storage*, atualização tecnológica dos servidores e ampliação do *firewall*. Visando à melhoria da prestação dos serviços aos clientes de TI, bem como para atender a uma das diretrizes estabelecidas pelo CNJ, foi implantada a Central de Serviços Compartilhados.

A seguir estão relacionados os principais projetos/atividades.

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14101 – Gestão dos Equipamentos de TI de uso individual – Sidejud	16.270.654,12	9.716.380,17

Principais produtos/serviços ofertados

Aquisição de microcomputadores
Aquisição de notebooks para Plantão Judiciário
Aquisição de leitor biométrico para controle de apenados
Aquisição de notebooks para núcleos da CGJ
Aquisição de digitalizadora de microfilmes

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14102 – Gestão dos Sistemas Administrativos – Sidejud	9.662.222,84	718.615,78

Principais produtos/serviços ofertados

Desenvolvimento de sistema que permite a gestão de informações sobre permuta de servidores do PJSC
Solução Integrada de Gestão Acadêmica para a Academia Judicial
Nova versão do sistema de marcação de férias
Contratação de atualização e suporte ao Sistema de Gestão de Farmácia
Folha de pagamento – Módulo para controle do pagamento de reajustes e suas diferenças
Folha de pagamento – Módulo para lançamento de informações sobre promoções por aperfeiçoamento e cálculo das diferenças
Módulo de emissão de controle de remessas e recebimento de material
Contratação de licenças da Adobe e Articulate

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14103 – Gestão dos Sistemas Judiciais – Sidejud	18.683.168,59	13.113.984,98

Principais produtos/serviços ofertados

Integração entre TJSC e PGE-SC para comunicação eletrônica em todos os processos contenciosos
Viabilização do recebimento eletrônico, via portal e-SAJ e webservice, de citações e intimações pessoais pelas instituições conveniadas com o TJSC no âmbito do primeiro grau
Implantação da substituição da rotina de intimação do SAJ/AT pelo módulo SIT no SAJ5/PG
Homologação e implantação das sete versões evolutivas do SAJ5-SG
Desenvolvimento de um novo portal da Academia Judicial nos novos padrões estabelecidos.

Reestruturação do Portal do Processo Eletrônico.

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14104 – Gestão das Telecomunicações – Sidejud	7.284.410,00	1.913.214,88

Principais produtos/serviços ofertados

Aquisição do serviço de telefonia fixa – Atendimento à população por meio do sistema de telefonia

Aquisição de equipamento de telefonia VOIP para acesso aos ramais telefônicos instalados

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14105 – Gestão da Infraestrutura de TI – Sidejud	86.820.621,57	43.553.828,98

Principais produtos/serviços ofertados

Aquisição para renovação do certificado SSL wildcard

Aquisição de novos discos rígidos e gavetas para expansão da capacidade total de armazenamento

Aquisição de certificados digitais e-CPF para magistrados e servidores

Aquisição de solução de rede sem fio para atualização tecnológica e ampliação do acesso às redes dos prédios sede do TJSC (Torres I e II), Academia Judicial e ACCR

Contratação de serviço de suporte técnico de monitoramento das aplicações Web

Contratação de suporte técnico Liferay (ferramenta de portal e de pesquisa) e aquisição de novas licenças

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14106 – Gestão e apoio à TI – Sidejud	12.163.188,00	8.254.084,44

Principais produtos/serviços ofertados

Execução de serviços técnicos de planejamento, estruturação, desenvolvimento, implantação e monitoração do programa de adoção de arquitetura orientada a serviço do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e capacitação da equipe técnica interna

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 14107 – Governança e Gestão de TI – Sidejud	5.551.400,00	727.567,74

Principais produtos/serviços ofertados

Aquisição de software e de serviço de implantação para solução corporativa de atendimento de chamados

Capacitação

A Academia Judicial é o órgão de apoio do Poder Judiciário de Santa Catarina responsável pela formação institucional e emprega seus esforços no desenvolvimento de ações formativas que possam repercutir nos campos profissional, pessoal e social daqueles que integram seus quadros.

Todos os cursos e eventos estão alinhados aos objetivos institucionais. Destacam-se a seguir aqueles de grande impacto no que tange ao público-alvo e aos projetos institucionais.

Programa: 0930 – Gestão Administrativa – Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 6781- Capacitação e aperfeiçoamento – Sidejud	22.037.182,27	16.552.582,56
Principais produtos/serviços ofertados		
Curso de formação para ingresso na carreira da magistratura		
Curso de formação inicial para magistrados		
Curso de direito bancário		
Curso de gestão de unidades judiciais em 1º grau		
Curso sobre judicialização da saúde		
Curso de pretendentes à adoção		
Curso de formação de tutores a distância		
Curso de gerenciamento de rotinas		
Curso de procedimentos em unidades judiciais criminais e de execução penal		
Curso de avaliação de desempenho: procedimentos e <i>feedback</i>		
Curso introdutório de gestão judiciária para desembargadores e juízes de 2º grau do Tribunal de Justiça de Santa Catarina		
Mostra de boas práticas		
Unificação do regramento da Enfam		
Curso de avaliação de bens e imóveis		
Curso de gestão de resíduos sólidos na construção civil		
Curso de Libras		
Curso de redação jurídica para magistrados		
Prisões cautelares		
Workshop “Direito sistêmico – mediação, conciliação e resolução de conflitos com as constelações familiares”		
Fórum de assistentes sociais e psicólogos do PJSC		
Oficina de parentalidade		
XLIII Copedem e congresso de 30 anos da Esmesc		

Operação Lava Jato sob a ótica da Teoria dos Jogos
Curso sobre argumentação jurídica
Curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> em gestão estratégica no Poder Judiciário
Curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> em Direito e Gestão Judiciária
Mestrado Profissional em Direito para magistrados e servidores – UFSC
Mestrado em Ciência Jurídica para magistrados e servidores – Univali
Doutorado em Ciência Jurídica para magistrados – Univali
Residência judicial
E-Books – publicação de livros digitais
Wikilex – ferramenta de pesquisa aplicada aos operadores do direito

Obras, Construções e Reformas

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA do Tribunal de Justiça de Santa Catarina é o setor responsável pelo planejamento e execução de projetos, além da fiscalização de obras de construção, ampliação e reforma de edificações do Poder Judiciário catarinense, bem como da gestão de diversos contratos de manutenção predial.

Os recursos orçamentários, grande parte oriundos do Fundo de Reaparelhamento de Justiça, estão distribuídos de acordo com a necessidade de cada projeto e dentro da vigência do Plano Plurianual – PPA (período de quatro anos).

A DEA possui como principal atribuição o gerenciamento de ações destinadas ao cumprimento de metas, propostas e diretrizes traçadas pela Administração, entre as quais se destacam as seguintes.

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 11727 – Ampliação do Fórum de Gaspar – FRJ	4.354.855,54	4.230.815,69

Principais produtos/serviços ofertados

Construção da nova sede

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 11730 – Reforma do prédio do Arquivo Central – FRJ	4.244.485,00	3.722.840,96

Principais produtos/serviços ofertados

Reforma global da edificação

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 6685 – Construção do Fórum de Canoinhas – FRJ	21.159.496,75	10.249.755,43

Principais produtos/serviços ofertados

Construção de nova sede

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 6604 – Construção do Fórum de Navegantes – FRJ	8.146.152,86	5.577.890,79

Principais produtos/serviços ofertados

Construção de nova sede

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 12429 – Reforma do Fórum de Xanxerê – FRJ	1.620.266,61	1.485.291,46

Principais produtos/serviços ofertados

Reforma parcial do prédio do Fórum

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 0930 – 6668 – Reforma do Palácio da Justiça – FRJ	4.818.520,32	2.719.162,68

Principais produtos/serviços ofertados

Reforma dos 5º, 6º e 7º pavimentos

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 6668 – Reforma do Palácio da Justiça – FRJ	4.818.520,32	2.719.162,68

Principais produtos/serviços ofertados

Reforma dos 5º, 6º e 7º pavimentos

Gestão de Pessoas

A Diretoria de Gestão de Pessoas é responsável pelo gerenciamento e supervisão do quadro de pessoal do Poder Judiciário, tanto da Justiça de Primeiro Grau, quanto da Secretaria do Tribunal de Justiça.

A principal atividade sob a gerência da Diretoria de Gestão de Pessoas diz respeito à folha de pagamento. Abaixo se destaca o que de mais importante afetou esta ação.

Programa: 0930 – Gestão Administrativa – Poder Judiciário	Previsto	Realizado
Subação: 6777 – Ativos TJ	1.464.035.786,69	1.460.776.407,41
Principais produtos/serviços ofertados		
Nomeação de 295 servidores efetivos		
Nomeação de 328 servidores comissionados		
Reajuste de 3,78% retroativo a maio de 2016		
Reajuste de 4,08% retroativo a maio de 2017		
Promoções		

3.2 RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar n. 101/2000) estabeleceu normas gerais de finanças públicas voltadas para o controle da despesa, do resultado fiscal e do endividamento. As despesas com pessoal são as que mais despertam a atenção dos gestores públicos em razão de serem as mais representativas.

Com a LRF, que trouxe inovação e impôs responsabilidades aos gestores no trato da coisa pública, percebe-se melhora gradativa na gestão das finanças públicas. A fonte finita de recursos financeiros, aliada aos limites estabelecidos pela LRF, enseja mudança no comportamento da gestão financeira pública, o que evidencia a necessidade do equilíbrio financeiro preconizado pela citada lei.

Limite de gastos com pessoal

A LRF trouxe dispositivos para limitar as despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida – RCL e estabelece para o Poder Judiciário 6% como limite legal, 5,7% como limite prudencial e 5,4% como limite de alerta.

Em 2017 a RCL do Estado totalizou a importância de R\$ 21.131.271.286,44. As deduções referentes às transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 13 do art. 166 da CF/1988) no exercício de 2017 importaram em R\$ 3.382.474,69. Desse modo, a base de cálculo para apuração do percentual gasto com pessoal, representada pela Receita Corrente Líquida Ajustada, perfaz R\$ 21.127.888.811,75. Em relação a 2016 (R\$ 20.488.858.892,36), a referida receita apresenta crescimento de 3,12% (superior à inflação – IPCA/IBGE acumulada de 2017, de 2,95%).

Para fins de mensuração do limite de gasto com pessoal ativo e inativo (Anexo I – Demonstrativo da Despesa com Pessoal), a despesa bruta perfaz R\$ 1.650.441.061,86. Entretanto, a legislação vigente autoriza deduzir os dispêndios com pessoal referentes a exercícios anteriores, as despesas de caráter indenizatório, as decorrentes de decisão judicial e as de inativos pagos com recursos vinculados (RPPS – contribuições e quota patronal – Iprev). Essas despesas denominadas “não computadas” atingiram o montante de R\$ 485.991.289,47. Assim, a despesa líquida com pessoal importou em R\$ 1.164.449.772,39. A inscrição de Restos a Pagar não processados foi de R\$ 31.948,70, resultando na “Despesa Total com Pessoal” no montante de R\$ 1.164.481.721,09.

Comparada com o mesmo período do ano anterior (R\$ 1.057.049.076,99), a despesa total com pessoal no exercício de 2017 teve crescimento de R\$ 107.432.644,10, o que representa incremento de 10,16%.

Nesse contexto, evidencia-se que a “Despesa Total com Pessoal” teve crescimento superior à variação da RCL ajustada. Desse modo, o percentual da despesa total com pessoal atingiu 5,51% em relação à RCL ajustada. Porém, ainda é inferior ao limite legal, de 6,0%, e ao limite prudencial, de 5,7%, estabelecidos nos arts. 20 e 22 da LRF respectivamente.

É importante lembrar que no mesmo período de 2016 o gasto com pessoal em relação à RCL foi de 5,16%. Isto é, no exercício de 2017 ocorreu aumento de 6,78% nesse percentual.

Cumprir destacar que não foram contemplados nas despesas com pessoal do exercício de 2017 os gastos relativos ao pagamento de proventos aos servidores inativos pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz, no valor de R\$ 36.046.206,34. Essa exclusão está em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas do Estado, firmado no Processo LRF 13/00370600, publicado no Diário Oficial Eletrônico n. 1895 daquele órgão em 2 de março de 2016.

Contingenciamento (limitação de empenho)

A cada bimestre o gestor deve verificar se as receitas arrecadadas nas fontes de recursos estão de acordo com as estimativas. Caso ocorra arrecadação inferior (déficit), proceder-se-á à “limitação de empenho”, o que significa que parte do orçamento será contingenciada, de forma a retomar o equilíbrio orçamentário e financeiro.

Até o quinto bimestre do exercício financeiro de 2017, algumas receitas apresentaram comportamento de arrecadação abaixo da meta. Assim, foi necessário contingenciar dotações orçamentárias no montante de R\$ 88.590.000,00, conforme segue.

UO 03001 - Tribunal de Justiça	
Fontes de Recursos do Duodécimo	20.035.000,00
Fontes de Recursos do Sidejud	57.000.000,00
Total UO Tribunal de Justiça	77.035.000,00

UO 03091 - Fundo de Reparelhamento da Justiça	
Fontes de Recursos do FRJ	11.555.000,00
Total UO Fundo de Reparelhamento da Justiça	11.555.000,00

O contingenciado verificado influenciou na não execução de algumas despesas previstas, conforme apontado na seção “Despesas realizadas”.

Restos a Pagar

São considerados restos a pagar as despesas empenhadas que não foram pagas até o fim do respectivo exercício financeiro, distinguindo-se os processados (despesas empenhadas e liquidadas) dos não processados (despesas empenhadas).

No encerramento do exercício de 2017 foram inscritos R\$ 104.560.112,05 em Restos a Pagar.

A LRF veda ao gestor público contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro de seu mandato, “ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito” (art. 42 da LRF). Nesse contexto, a LRF impôs mais um limite ao administrador público, qual seja, para a devida inscrição de despesas em Restos a Pagar é obrigatório existir disponibilidade de caixa.

No encerramento do exercício de 2017 as disponibilidades totais do PJSC somaram R\$ 6.308.958.133,25, e as obrigações totalizaram R\$ 5.522.025.627,71, já considerados os valores referentes à inscrição em Restos a Pagar.

Nesse contexto, considerando que as disponibilidades de caixa superaram as obrigações, resultando em superávit financeiro, o TJSC cumpriu o limite de inscrição de Restos a Pagar disposto no art. 42 da LRF.

3.3 ANEXO I

Relatório da Execução Orçamentária – 2017

Ação		Orçamento			Execução					
Código	Descrição	Dotação Atualizada	Contingenciado	Dotação Líquida	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
		A	B	C = A – B	D	D / C	E	E / C	F	F / C
Unidade Orçamentária 03091 – Fundo de Reaparelhamento da Justiça										
6386	Construção do Fórum de Rio do Oeste – FRJ	62.700,00	-	62.700,00	13.000,00	20,7%	-	0,0%	-	0,0%
6602	Reforma dos prédios do Fórum de Blumenau – FRJ	383.802,63	-	383.802,63	10.400,00	2,7%	10.400,00	2,7%	10.400,00	2,7%
6604	Construção do Fórum de Navegantes – FRJ	8.146.152,86	-	8.146.152,86	5.577.890,79	68,5%	5.577.890,79	68,5%	5.577.890,79	68,5%
6646	Reforma do Fórum de Brusque – FRJ	52.634,00	-	52.634,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
6657	Construção do Fórum de Rio Negrinho – FRJ	50.000,00	-	50.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
6668	Reforma do Palácio da Justiça – FRJ	4.818.520,32	-	4.818.520,32	2.719.162,68	56,4%	2.719.162,68	56,4%	2.719.162,68	56,4%
6673	Construção do Fórum de Garuva – FRJ	50.800,00	-	50.800,00	14.000,00	27,6%	2.000,00	3,9%	2.000,00	3,9%
6679	Construção do Fórum de Garopaba – FRJ	10.000,00	-	10.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
6680	Reforma dos prédios do Fórum de Balneário Camboriú – FRJ	312.001,97	-	312.001,97	41.065,10	13,2%	31.215,10	10,0%	31.215,10	10,0%
6684	Construção do Fórum de Campos Novos – FRJ	221.978,00	-	221.978,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
6685	Construção do Fórum de Canoinhas – FRJ	21.159.496,75	-	21.159.496,75	11.206.326,57	53,0%	10.249.755,43	48,4%	10.249.755,43	48,4%
6686	Reforma do Fórum de Correia Pinto – FRJ	129.832,68	-	129.832,68	92.012,44	70,9%	92.012,44	70,9%	92.012,44	70,9%
6687	Construção do Fórum de Curitiba – FRJ	50.000,00	-	50.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
6688	Reforma do Fórum de Descanso – FRJ	92.316,00	-	92.316,00	90.325,32	97,8%	90.325,32	97,8%	90.325,32	97,8%
6689	Reformas dos Fóruns de Itajaí – FRJ	110.000,00	-	110.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
6694	Construção do Fórum de Rio do Sul – FRJ	100.000,00	-	100.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
6785	Manutenção e serviços administrativos gerais – FRJ	261.969,90	-	261.969,90	107.595,10	41,1%	88.456,16	33,8%	88.456,16	33,8%
6786	Coordenação do selo de fiscalização dos atos notariais e registrais – FRJ – Selo	39.236.461,87	400.000,00	38.836.461,87	37.547.870,89	96,7%	34.663.974,29	89,3%	34.663.974,29	89,3%
9279	Reforma dos prédios do Fórum de Joinville – FRJ	117.785,00	-	117.785,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
10410	Reforma do Fórum de Campo Erê – FRJ	60.865,51	-	60.865,51	55.440,00	91,1%	-	0,0%	-	0,0%
10411	Reforma do Fórum de Chapecó – FRJ	342.365,00	-	342.365,00	141.620,26	41,4%	141.620,26	41,4%	141.620,26	41,4%
10515	Reforma do Fórum Regional do Estreito – FRJ	419.105,61	-	419.105,61	331.800,39	79,2%	331.800,39	79,2%	331.800,39	79,2%
10516	Reforma do Fórum de Taió – FRJ	43.187,00	-	43.187,00	11.000,00	25,5%	6.831,53	15,8%	6.831,53	15,8%
10517	Reforma do Fórum da Capital – FRJ	43.657,00	-	43.657,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
10527	Reforma do Fórum de Lauro Müller – FRJ	40.675,00	-	40.675,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
10529	Construção do Fórum de Araquari – FRJ	50.800,00	-	50.800,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%

10532	Manutenção, serviços e equipamentos de informática – FRJ	10.000,00	-	10.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11625	Construção do Fórum de Herval do Oeste – FRJ	50.000,00	-	50.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11628	Construção do Fórum de Sombrio – FRJ	30.000,00	-	30.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11633	Construção do Fórum de São Lourenço do Oeste – FRJ	62.700,00	-	62.700,00	14.000,00	22,3%	8.191,48	13,1%	8.191,48	13,1%
11634	Construção do Fórum de Imituba – FRJ	204.354,00	-	204.354,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11635	Reforma do Fórum de Santa Rosa do Sul – FRJ	149.912,00	-	149.912,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11640	Reforma do Fórum de Tubarão – FRJ	785.048,15	-	785.048,15	225.684,07	28,7%	225.684,07	28,7%	225.684,07	28,7%
11717	Ampliação do Fórum de Balneário Camboriú – FRJ	20.498,00	-	20.498,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11721	Ampliação do Fórum de Gaspar – FRJ	4.354.855,54	-	4.354.855,54	4.230.815,69	97,2%	4.230.815,69	97,2%	4.230.815,69	97,2%
11727	Ampliação do Fórum de Campo Erê – FRJ	10.000,00	-	10.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
11728	Ampliação do Fórum de Santa Rosa do Sul – FRJ	10.000,00	-	10.000,00	6.574,37	65,7%	6.574,37	65,7%	6.574,37	65,7%
11729	Reforma dos prédios do Fórum de São José – FRJ	38.500,00	-	38.500,00	33.776,50	87,7%	33.776,50	87,7%	33.776,50	87,7%
11730	Reforma do prédio do Arquivo Central – FRJ	4.244.485,00	-	4.244.485,00	4.175.007,53	98,4%	3.722.840,96	87,7%	3.722.840,96	87,7%
12002	Construção do Fórum de Timbó – FRJ	250.911,00	-	250.911,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12429	Reforma do Fórum de Xanxerê – FRJ	1.620.266,61	-	1.620.266,61	1.505.039,79	92,9%	1.485.291,46	91,7%	1.485.291,46	91,7%
12430	Reforma do Fórum de Itaiópolis – FRJ	5.000,00	-	5.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12431	Reforma do Fórum de Lages – FRJ	211.457,00	-	211.457,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12433	Reforma do Fórum de São Bento do Sul – FRJ	20.000,00	-	20.000,00	13.971,26	69,9%	-	0,0%	-	0,0%
12463	Reforma do Fórum de Barra Velha – FRJ	486.967,17	-	486.967,17	339.649,36	69,7%	339.649,36	69,7%	339.649,36	69,7%
12471	Reforma do Fórum de São Lourenço do Oeste – FRJ	18.335,00	-	18.335,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12474	Reforma dos prédios do Almoarifado, Gráfica e Patrimônio do PJSC – FRJ	126.591,00	-	126.591,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12477	Manutenção dos prédios do Poder Judiciário de Santa Catarina – FRJ	25.119.795,08	745.000,00	24.374.795,08	15.024.596,61	61,6%	9.580.547,75	39,3%	9.580.547,75	39,3%
12655	Aquisição de imóvel para abrigar áreas administrativas e judiciais do PJSC – FRJ	6.819.283,00	6.804.283,00	15.000,00	14.984,00	99,9%	14.984,00	99,9%	14.984,00	99,9%
12909	Reforma do Fórum de Ponte Serrada – FRJ	80.000,00	-	80.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12910	Reforma do Fórum de Palmitos – FRJ	6.917,00	-	6.917,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12911	Reforma do Fórum de Presidente Getúlio – FRJ	19.810,00	-	19.810,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12912	Reforma do Fórum de Tijucas – FRJ	203.382,00	-	203.382,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12913	Reforma do Fórum de Mondai – FRJ	37.113,00	-	37.113,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12914	Reforma do Fórum de Itapoá – FRJ	23.341,00	-	23.341,00	2.700,00	11,6%	2.700,00	11,6%	2.700,00	11,6%
12922	Reforma do Fórum de Itapema – FRJ	328.448,00	-	328.448,00	239.769,74	73,0%	239.769,73	73,0%	239.769,73	73,0%
12923	Ampliação do Fórum Regional do Estreito – FRJ	422.566,24	-	422.566,24	408.381,71	96,6%	408.381,71	96,6%	408.381,71	96,6%
12924	Ampliação do Fórum de Blumenau – FRJ	269.509,00	-	269.509,00	7.000,00	2,6%	7.000,00	2,6%	7.000,00	2,6%
12926	Reforma do Fórum Des. Eduardo Luz – FRJ	240.008,98	-	240.008,98	114.263,31	47,6%	114.263,31	47,6%	114.263,31	47,6%
14015	Reforma do Fórum de São Francisco do Sul – FRJ	498.866,00	-	498.866,00	435.708,67	87,3%	435.708,67	87,3%	435.708,67	87,3%
14021	Instalação e ocupação de imóveis – FRJ	845.000,00	-	845.000,00	249.186,32	29,5%	231.740,64	27,4%	231.740,64	27,4%

14023	Aquisição de mobiliário – FRJ	10.000,00	-	10.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14027	Implantação e modernização dos sistemas de gravação e transmissão – FRJ	1.190.000,00	-	1.190.000,00	1.022.117,76	85,9%	831.252,46	69,9%	831.252,46	69,9%
14034	Desenvolvimento de políticas socioambientais – FRJ	2.068.318,00	-	2.068.318,00	626.780,32	30,3%	423.391,85	20,5%	423.391,85	20,5%
14036	Manutenção e serviços necessários ao funcionamento das unidades do PJSC – FRJ	49.909.967,49	-	49.909.967,49	41.085.057,26	82,3%	35.089.122,24	70,3%	35.089.122,24	70,3%
14038	Manutenção do parque gráfico – FRJ	1.839.000,00	-	1.839.000,00	794.623,28	43,2%	687.920,35	37,4%	687.920,35	37,4%
14042	Manutenção de serviços financeiros e encargos – FRJ	2.448.154,66	-	2.448.154,66	2.436.298,48	99,5%	2.192.036,89	89,5%	2.192.036,89	89,5%
14043	Deslocamentos e suprimentos de fundos – FRJ	1.192.503,00	-	1.192.503,00	300.892,58	25,2%	293.029,77	24,6%	293.029,77	24,6%
14048	Gestão da frota do PJSC – FRJ	1.534.000,00	-	1.534.000,00	1.359.798,70	88,6%	1.133.295,58	73,9%	1.133.295,58	73,9%
14049	Aquisições e serviços de material e patrimônio do PJSC – FRJ	4.227.527,84	-	4.227.527,84	3.163.052,55	74,8%	2.799.076,34	66,2%	2.799.076,34	66,2%
14051	Locações de imóveis – FRJ	6.207.354,29	-	6.207.354,29	5.444.127,76	87,7%	4.897.337,62	78,9%	4.897.337,62	78,9%
14056	Locação de mão-de-obra terceirizada – FRJ	65.551.954,00	-	65.551.954,00	56.554.605,43	86,3%	51.255.103,40	78,2%	51.255.103,40	78,2%
14058	Gestão de folha de pagamento – estagiários – FRJ	10.000,00	-	10.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14060	Realização de concursos – FRJ	8.711.067,82	3.000.000,00	5.711.067,82	2.990.350,82	52,4%	691.303,34	12,1%	691.303,34	12,1%
14061	Gestão de folha de pagamento – fiscalização cartórios extrajudiciais – FRJ – Selo	7.353.538,13	55.000,00	7.298.538,13	5.188.612,68	71,1%	5.188.612,68	71,1%	5.188.612,68	71,1%
14077	Reforma do Fórum de Caçador – FRJ	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14078	Reforma do Fórum de Bom Retiro – FRJ	313.907,69	-	313.907,69	232.873,39	74,2%	232.873,39	74,2%	232.873,39	74,2%
14079	Reforma do Fórum de Anchieta – FRJ	431.097,21	-	431.097,21	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14095	Manutenção da saúde ocupacional – FRJ	863.869,00	-	863.869,00	122.550,86	14,2%	116.053,33	13,4%	116.053,33	13,4%
14096	Programas de Comunicação Institucional – FRJ	1.502.850,00	550.717,00	952.133,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14097	Monit. e Fisc. dos Sistemas Carcerário e de Exec. de Medidas Socioeducativas – FRJ	10.000,00	-	10.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14098	Manutenção, serviços e equipamentos para garantir a infraestrutura da CGJ – FRJ	310.000,00	-	310.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14099	Gestão Estratégica do Poder Judiciário – FRJ	94.590,00	-	94.590,00	46.073,00	48,7%	33.382,00	35,3%	33.382,00	35,3%
14100	Manutenção e suporte à atividade jurisdicional – FRJ	57.750,00	-	57.750,00	32.898,60	57,0%	31.881,60	55,2%	31.881,60	55,2%
Total Unidade Orçamentária do FRJ		279.828.476,00	11.555.000,00	268.273.476,00	206.401.331,94	78,43%	180.989.036,93	76,66%	180.989.036,93	74,58%

Unidade Orçamentária 03001 – Tribunal de Justiça

6775	Manutenção e serviços administrativos gerais – TJ	84.907,24	-	84.907,24	84.507,24	99,5%	64.428,98	75,9%	64.428,98	75,9%
6777	Administração de pessoal ativo e encargos – TJ	1.484.070.786,69	20.035.000,00	1.464.035.786,69	1.460.808.356,11	99,8%	1.460.776.407,41	99,8%	1.404.292.896,88	95,9%
6779	Encargos extrajudiciais com inativos – TJ	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
6780	Administração de pessoal inativo e encargos – TJ	28.935.309,39	-	28.935.309,39	28.922.165,12	100,0%	28.922.165,12	100,0%	28.922.165,12	100,0%
6781	Capacitação e aperfeiçoamento – Sidejud	22.037.182,27	-	22.037.182,27	17.218.448,96	78,1%	16.552.582,56	75,1%	16.552.582,56	75,1%
6782	Encargos com precatórios e sentenças – TJ	527.751.022,41	-	527.751.022,41	167.758.903,49	31,8%	167.758.903,49	31,8%	167.758.903,49	31,8%
6784	Manutenção e serviços administrativos gerais – SIDEJUD	10.000,00	-	10.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12656	Aquisição de imóvel para abrigar áreas administrativas e judiciais do PJSC – SIDEJUD	10.000,00	-	10.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%

12927	Manutenção dos prédios do Poder Judiciário de Santa Catarina – SIDEJUD	1.553.500,00	-	1.553.500,00	238.802,68	15,4%	187.777,20	12,1%	187.777,20	12,1%
12930	Administração de pessoal extraquadro – TJ	8.327.135,98	-	8.327.135,98	8.327.135,98	100,0%	8.327.135,98	100,0%	8.327.135,98	100,0%
14020	Instalação e ocupação de imóveis – Sidejud	1.140.400,00	-	1.140.400,00	774.261,48	67,9%	523.467,29	45,9%	523.467,29	45,9%
14022	Aquisição de mobiliário – Sidejud	3.500.000,00	-	3.500.000,00	1.738.935,20	49,7%	1.362.615,75	38,9%	1.362.615,75	38,9%
14026	Implantação e modernização dos sistemas de gravação e transmissão – Sidejud	-	-	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14029	Desenvolvimento de pessoas – Sidejud	8.073.660,00	-	8.073.660,00	3.127.438,07	38,7%	3.119.278,07	38,6%	3.119.278,07	38,6%
14032	Programas de Comunicação Institucional – TJ	261,90	-	261,90	261,90	100,0%	261,90	100,0%	261,90	100,0%
14033	Promoção de soluções alternativas de conflitos – Sidejud	11.519.327,75	8.800.000,00	2.719.327,75	19.019,92	0,7%	15.704,74	0,6%	15.704,74	0,6%
14035	Manutenção e serviços necessários ao funcionamento das unidades do PJSC – Sidejud	10.000,00	-	10.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14037	Manutenção de documentação e informação – Sidejud	4.248.222,00	-	4.248.222,00	842.034,98	19,8%	638.908,75	15,0%	638.908,75	15,0%
14039	Manutenção da segurança institucional – Sidejud	430.465,00	-	430.465,00	138.364,65	32,1%	73.623,36	17,1%	73.623,36	17,1%
14040	Manutenção de serviços financeiros e encargos – TJ	86.096,79	-	86.096,79	86.096,79	100,0%	86.096,79	100,0%	86.096,79	100,0%
14041	Manutenção de serviços financeiros e encargos – Sidejud	2.873.098,00	-	2.873.098,00	2.297.120,01	80,0%	1.853.064,67	64,5%	1.853.064,67	64,5%
14044	Deslocamentos e suprimentos de fundos – TJ	2.168.249,84	-	2.168.249,84	2.167.264,53	100,0%	2.049.666,14	94,5%	2.049.666,14	94,5%
14045	Deslocamentos e suprimentos de fundos – Sidejud	394.878,00	-	394.878,00	114.952,79	29,1%	107.832,06	27,3%	107.832,06	27,3%
14047	Gestão da frota do PJSC – Sidejud	490.500,00	-	490.500,00	278.100,00	56,7%	-	0,0%	-	0,0%
14050	Aquisições e serviços de material e patrimônio do PJSC – FRJ	10.000,00	-	10.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14052	Locações de imóveis – Sidejud	10.000,00	-	10.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
14054	Manutenção da saúde ocupacional – TJ	1.005.164,69	-	1.005.164,69	1.005.164,69	100,0%	991.714,31	98,7%	991.714,31	98,7%
14055	Locação de mão-de-obra terceirizada – Sidejud	53.262.406,73	8.000.000,00	45.262.406,73	37.658.129,70	83,2%	34.386.955,72	76,0%	34.386.955,72	76,0%
14057	Gestão de folha de pagamento – estagiários – Sidejud	72.720.906,00	30.000.000,00	42.720.906,00	34.102.670,57	79,8%	34.102.670,57	79,8%	34.102.670,57	79,8%
14059	Gestão de folha de pagamento – militares – Sidejud	10.086.475,00	-	10.086.475,00	8.938.778,96	88,6%	8.938.778,96	88,6%	8.938.778,96	88,6%
14066	Atualização do acervo bibliográfico – Sidejud	2.908.271,00	-	2.908.271,00	516.655,91	17,8%	516.227,71	17,8%	516.227,71	17,8%
14101	Gestão de Equipamentos de TI de uso individual – SIDEJUD	21.370.654,12	5.100.000,00	16.270.654,12	12.570.804,81	77,3%	9.716.380,17	59,7%	9.716.380,17	59,7%
14102	Gestão dos Sistemas Administrativos – SIDEJUD	9.662.222,84	-	9.662.222,84	1.259.020,25	13,0%	718.615,78	7,4%	718.615,78	7,4%
14103	Gestão dos Sistemas Judiciais – SIDEJUD	18.683.168,59	-	18.683.168,59	17.818.068,43	95,4%	13.113.984,98	70,2%	13.113.984,98	70,2%
14104	Gestão das Telecomunicações – SIDEJUD	7.284.410,00	-	7.284.410,00	2.862.763,23	39,3%	1.913.214,88	26,3%	1.913.214,88	26,3%
14105	Gestão da Infraestrutura de TI – SIDEJUD	86.820.621,57	-	86.820.621,57	50.436.405,75	58,1%	43.553.828,98	50,2%	43.553.828,98	50,2%
14106	Gestão e apoio à TI – SIDEJUD	12.163.188,00	-	12.163.188,00	8.539.405,06	70,2%	8.254.084,44	67,9%	8.254.084,44	67,9%
14107	Governança e Gestão de TI – SIDEJUD	5.551.400,00	-	5.551.400,00	1.137.750,97	20,5%	727.567,74	13,1%	727.567,74	13,1%
14115	Gestão de folha de pagamento – ativos TI – Sidejud	5.638.100,00	-	5.638.100,00	5.040.115,41	89,4%	5.040.115,41	89,4%	5.040.115,41	89,4%
14121	Programas de Comunicação Institucional – Sidejud	3.174.143,99	-	3.174.143,99	813.599,57	25,6%	583.136,79	18,4%	583.136,79	18,4%
14122	Administração de pessoal ativo e encargos – Sidejud	66.544.231,00	5.100.000,00	61.444.231,00	33.613.505,78	54,7%	33.613.505,78	54,7%	33.613.505,78	54,7%

14123	Administração de pessoal inativo e encargos – Sidejud	30.611.000,00	-	30.611.000,00	10.405.188,67	34,0%	10.405.188,67	34,0%	10.405.188,67	34,0%
14124	Administração de pessoal extraquadro – Sidejud	10.500.000,00	-	10.500.000,00	2.743.011,13	26,1%	2.743.011,13	26,1%	2.743.011,13	26,1%
Total Unidade Orçamentária do Tribunal de Justiça		2.525.721.366,79	77.035.000,00	2.448.686.366,79	1.924.403.208,79	78,59%	1.901.738.902,28	77,66%	1.845.255.391,75	75,36%
Total executado do orçamento do TJSC		2.805.549.842,79	88.590.000,00	2.716.959.842,79	2.130.804.540,73	78,43%	2.082.727.939,21	76,66%	2.026.244.428,68	74,58%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – Sigef

Nota 1: As despesas com pessoal inativo custeadas com recursos do Iprev foram apresentadas em separado pois não constam do Orçamento do TJSC, mas são descentralizadas pelo Iprev para execução neste Poder.

**4 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA (ANEXO V, ITEM III):
 QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA – MENSAL (ANEXO V, ITEM III, ALÍNEA “A”)**

Vínculo (39)	Exercício 2017											
	Quantidades/Mês (40)											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Agentes públicos civis ativos (servidores) ocupantes de cargo efetivo (41)	5814	5779	5784	5802	5804	5791	5782	5780	5776	5777	5786	5780
Agentes públicos civis ativos ocupantes de emprego público (42)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agentes públicos militares ativos (43)	72	73	73	72	72	72	71	69	68	68	68	68
Membros ativos de poder ou órgão (44)	513	511	510	509	509	509	509	508	508	508	509	509
Agentes políticos com mandato eletivo (45)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na unidade gestora com vínculo efetivo com o ente (46)	1210	1203	1188	1192	1197	1197	1196	1198	1198	1201	1203	1199
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o ente (47)	801	809	797	797	794	795	794	795	796	796	816	816

Servidores contratados por tempo determinado (48)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estagiários (49)	3015	3056	3151	3215	3228	3257	3253	3246	3293	3294	3263	3038
Servidores recebidos à disposição de outras unidades gestoras (50)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores cedidos para outras unidades gestoras (51)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de governo	20	19	18	18	18	18	17	17	17	17	17	16
Servidores cedidos para outras esferas de governo	3	3	3	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários (52)	145	145	144	144	144	144	144	144	145	146	146	146
Conselheiros tutelares (53)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	11593	11598	11668	11753	11770	11787	11770	11761	11805	11811	11812	11576

NOTAS:

(39) Inclui apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à situação atual em que se encontre. Em caso de acumulação informam-se ambos os cargos.

(40) Quantidade existente no último dia do mês.

(41) Inclui os servidores ativos ocupantes de cargo efetivo, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas a que o servidor faz jus. Excluem-se os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluem-se os recebidos mediante o instituto de disposição. Excluem-se os cedidos.

(42) Inclui os servidores ativos ocupantes de emprego público, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas que o servidor faz jus. Excluem-se os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluem-se os recebidos à disposição. Excluem-se os cedidos.

- (43) Inclui os policiais militares e os bombeiros militares. Excluem-se os militares da reserva que retornam como temporários.
- (44) Inclui os membros ativos de poder ou órgão: Desembargadores e Juizes do Tribunal de Justiça, Procuradores e Promotores de Justiça do Ministério Público, Conselheiros do Tribunal de Contas e Auditores Substitutos de Conselheiros, Defensores Públicos, bem como os Procuradores do Ministério Público no Tribunal de Contas.
- (45) Inclui os agentes políticos em exercício de mandato eletivo no ente: Governador, Vice-Governador, Prefeito, Vice-Prefeito, Deputados Estaduais e Vereadores.
- (46) Inclui os servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na unidade gestora com vínculo efetivo com o ente da referida unidade gestora.
- (47) Inclui os servidores ativos ocupantes exclusivamente de cargo ou emprego em comissão de livre nomeação e exoneração (comissionado puro, sem vínculo permanente com o ente da referida unidade gestora).
- (48) Inclui os servidores contratados por tempo determinado (admitido em caráter temporário – ACT).
- (49) Inclui todos os estagiários/bolsistas de qualquer nível de escolaridade, inclusive os médicos residentes.
- (50) Inclui os servidores recebidos à disposição cujo ônus seja da unidade gestora, bem como os que o ônus seja do órgão de origem ressarcido pela unidade gestora.
- (51) Inclui os servidores cedidos para outras unidades gestoras cujo ônus permanece com a origem sem ressarcimento da unidade gestora.
- (52) Inclui policiais civis e militares da reserva que retornam como temporários.
- (53) Inclui a quantidade de conselheiros tutelares.

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA – MENSAL – VALORES (ANEXO V, ITEM III, ALÍNEA “A”)

Vínculo (54)	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês (55)												Exercício	2017
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL	
Agentes públicos civis ativos ocupantes de cargo efetivo (servidores)	R\$ 47.943.923,86	R\$ 50.645.603,53	R\$ 50.205.868,12	R\$ 49.318.960,39	R\$ 50.304.033,96	R\$ 54.661.487,26	R\$ 50.412.780,16	R\$ 71.009.692,00	R\$ 56.053.366,83	R\$ 97.412.792,58	R\$ 51.695.569,87	R\$ 108.654.817,10	R\$ 738.318.895,66	
Agentes públicos civis ativos ocupantes de emprego público	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Agentes públicos militares ativos	R\$ 204.433,57	R\$ 272.150,67	R\$ 230.439,13	R\$ 246.343,83	R\$ 230.599,28	R\$ 247.057,47	R\$ 237.769,13	R\$ 255.873,58	R\$ 223.669,22	R\$ 315.560,46	R\$ 206.991,27	R\$ 237.836,33	R\$ 2.908.723,94	
Membros ativos de poder ou órgão	R\$ 36.428.948,25	R\$ 22.044.854,65	R\$ 22.329.874,14	R\$ 28.789.352,91	R\$ 26.147.379,50	R\$ 28.843.119,41	R\$ 34.417.379,24	R\$ 28.400.209,24	R\$ 26.219.677,50	R\$ 44.597.862,11	R\$ 24.826.227,06	R\$ 36.418.917,24	R\$ 359.463.801,25	
Agentes políticos com mandato eletivo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na unidade gestora com vínculo efetivo com o ente	R\$ 18.128.768,69	R\$ 20.246.481,49	R\$ 18.411.813,95	R\$ 18.517.289,84	R\$ 20.110.201,89	R\$ 20.029.348,08	R\$ 19.083.752,50	R\$ 27.935.543,51	R\$ 20.064.307,00	R\$ 39.049.271,73	R\$ 19.634.574,97	R\$ 46.550.248,03	R\$ 287.761.601,67	
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o ente	R\$ 6.381.871,06	R\$ 7.789.271,46	R\$ 7.845.680,38	R\$ 7.846.251,44	R\$ 7.813.187,17	R\$ 8.028.170,59	R\$ 7.984.931,51	R\$ 10.655.613,50	R\$ 8.631.403,82	R\$ 13.883.642,00	R\$ 8.582.162,16	R\$ 14.459.364,16	R\$ 109.901.549,25	
Servidores contratados por tempo determinado	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Estagiários	R\$ 2.834.402,05	R\$ 2.664.878,57	R\$ 2.732.902,40	R\$ 2.793.344,27	R\$ 2.843.847,17	R\$ 2.866.249,48	R\$ 2.891.965,24	R\$ 2.877.809,08	R\$ 2.909.336,69	R\$ 2.928.312,79	R\$ 2.911.149,80	R\$ 2.957.350,82	R\$ 34.211.548,36	

Servidores recebidos à disposição de outras unidades gestoras	R\$ -												
Servidores cedidos para outras unidades gestoras	R\$ -												
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de governo	R\$ 69.037,12	R\$ 69.894,89	R\$ 71.783,36	R\$ 70.798,39	R\$ 71.416,56	R\$ 80.324,90	R\$ 73.633,30	R\$ 94.637,21	R\$ 74.024,88	R\$ 131.765,30	R\$ 74.293,11	R\$ 99.950,51	R\$ 981.559,53
Servidores cedidos para outras esferas de governo	R\$ 39.112,30	R\$ 39.212,58	R\$ 41.666,98	R\$ 45.035,34	R\$ 53.753,11	R\$ 48.494,03	R\$ 48.953,16	R\$ 68.324,02	R\$ 49.201,78	R\$ 95.415,76	R\$ 49.649,17	R\$ 132.730,34	R\$ 711.548,57
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	R\$ 129.920,00	R\$ 127.807,13	R\$ 141.944,82	R\$ 146.981,99	R\$ 145.663,55	R\$ 191.260,00	R\$ 197.382,59	R\$ 194.415,45	R\$ 199.338,66	R\$ 197.100,00	R\$ 200.020,00	R\$ 204.400,00	R\$ 2.076.234,19
Conselheiros tutelares	R\$ -												
Total													R\$ 1.536.335.462,41

NOTAS

(54) Inclui apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à situação atual em que se encontra. Em caso de acumulação informam-se ambos os cargos.

(55) Inclui a despesa anual da folha de pagamento bruta de todos os agentes públicos, por natureza do vínculo, cujo pagamento é de responsabilidade da unidade gestora. Inclui todas as verbas de caráter remuneratório e indenizatório integrantes da folha de pagamento, bem como as contribuições recolhidas (patronal) pelo ente à previdência social, abrangendo ainda, no caso de unidades gestoras do Estado, a previdência complementar SC PREV.

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

DEMONSTRATIVO DE POSTOS DE TRABALHO NA UNIDADE GESTORA POR MEIO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS (ANEXO V, ITEM III, ALÍNEA “B”)

Discriminação dos Postos de Trabalho (por Categorias/Funções) (56)	MÊS/QUANTIDADE												Exercício	2017
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Despesa Liquidada Anual	
Engenheiro Mecânico, Técnico em Edificações, Técnico em Refrigeração	9	9	9	11	11	11	11	11	11	11	11	11	657.677,09	
Operador de Sistemas de CFTV	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	423.697,68	
Porteiro	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	229.612,51	
Office-Boy	212	227	227	226	227	249	248	250	252	251	251	254	7.175.360,54	
Desenhista Industrial Gráfico	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	577.513,23	
Copeira, Garçom	205	205	205	205	205	205	206	208	212	213	213	213	7.758.050,07	
Impressor – Serigrafia, Impressor de Corte e Vinco, Operador de Guilhotina, Preparador de Matrizes de Corte e Vinco	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	1.344.998,96	
Servente	679	679	679	679	679	679	571	571	571	586	586	586	18.648.606,55	
Marceneiro	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	248.012,54	
Auxiliar de Carga e Descarga	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	33	33	1.077.265,33	
Jardineiro	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	1.885.500,32	
Zelador	138	138	138	138	138	138	138	139	139	140	139	142	4.901.071,60	
Recepcionista	216	216	216	216	216	216	216	217	217	217	217	217	6.106.379,74	
Vigilância armada	320	322	322	322	322	322	322	322	322	322	322	322	33.998.714,36	
Conferente, Operador de empilhadeira	22	22	22	27	27	27	27	27	27	30	30	30	609.598,60	
Total	1945	1962	1962	1968	1969	1991	1883	1889	1895	1914	1916	1922	85.642.059,12	

NOTAS:

(56) Refere-se à quantidade de postos de trabalho, e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês. Devem ser informados os postos de trabalho por categoria/função (atividade contratada). Exemplo: recepcionista, digitador, servente, copeira, etc.

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

5 INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS E INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS (ANEXO V, ITENS IV E V, ALÍNEAS “A” E “B”)

O PJSC mantém dois convênios vigentes, firmados com a Caixa (para cessão de uso da ferramenta SINAPI – CV n. 167/2015) e com a Universidade Federal de Santa Catarina, tendo como interveniente a Fundação José Arthur Boiteaux (Mestrado Profissional, CV n. 237/2016).

Convênio 237/2016	Mestrado profissional	CNPJ	Liquidado
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA		83.899.526/0001-82	R\$ 48.960,00
FUNDAÇÃO JOSE ARTHUR BOITEUX		83.472.860/0001-55	R\$ 834.240,00
Convênio 167/2015	Cessão de uso da ferramenta SINAPI	CNPJ	Liquidado
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		00.360.305/0001-04	R\$ 4.800,00

Fonte: Diretoria de Material e Patrimônio

INDICAÇÃO DO ÓRGÃO DE IMPRENSA OFICIAL, NOS TERMOS DO ART. 6º, XIII, DA LEI N. 8.666/1993 (ANEXO V, ITEM V, ALÍNEA “B”)

Diário de Justiça Eletrônico, disponível no sítio do PJSC, em <http://busca.tjsc.jus.br/dje-consulta/#/main>.

Anexo V

V – Informações sobre licitações e contratos: (Vide Portaria N.TC-0106/2017 – DOTC-e de 01/03/2017)

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação; (Vide Portaria N.TC0106/2017 – DOTC-e de 01/03/2017)

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993. (Vide Portaria N.TC-0106/2017 – DOTC-e de 01/03/2017)

		Liquidado	Obras e serviço de engenharia	Bens	Serviços
	Convite	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Tomada de Preços	R\$ 3.528,23	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.528,23
	Concorrência	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Dispensa de licitação por valor	R\$ 374.101,37	R\$ -	R\$ 187.619,86	R\$ 186.481,51
	Dispensa de licitação - outras	R\$ 12.015.200,62	R\$ -	R\$ 38.628,90	R\$ 11.976.571,72
	Inexigibilidade	R\$ 26.485.833,03	R\$ -	R\$ -	R\$ 26.485.833,03
	Pregão Presencial	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Pregão Eletrônico	R\$ 83.046.693,64	R\$ -	R\$ 18.280.333,88	R\$ 64.766.359,76
TRIBUNAL DE JUSTIÇA		R\$ 121.925.356,89	R\$ -	R\$ 18.506.582,64	R\$ 103.418.774,25
	Convite	R\$ 330.372,52	R\$ 263.692,11	R\$ 849,60	R\$ 65.830,81
	Tomada de Preços	R\$ 3.277.105,68	R\$ 2.621.235,27	R\$ -	R\$ 655.870,41
	Concorrência	R\$ 27.873.992,00	R\$ 27.865.792,00	R\$ -	R\$ 8.200,00
	Dispensa de licitação por valor	R\$ 3.387.139,98	R\$ 150.554,70	R\$ 1.504.480,61	R\$ 1.732.104,67
	Dispensa de licitação - outras	R\$ 25.675.119,20	R\$ 241.614,07	R\$ 8.780,40	R\$ 25.313.343,88
	Inexigibilidade	R\$ 187.778,33	R\$ 15.550,00	R\$ 5.371,05	R\$ 166.857,28
	Pregão Presencial	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Pregão Eletrônico	R\$ 67.840.334,54	R\$ 389.424,29	R\$ 6.737.492,62	R\$ 60.666.964,91
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA		R\$ 128.571.842,25	R\$ 31.547.862,44	R\$ 8.256.974,28	R\$ 88.609.171,96
	Convite	R\$ 330.372,52	R\$ 263.692,11	R\$ 849,60	R\$ 65.830,81
	Tomada de Preços	R\$ 3.280.633,91	R\$ 2.621.235,27	R\$ -	R\$ 659.398,64
	Concorrência	R\$ 27.873.992,00	R\$ 27.865.792,00	R\$ -	R\$ 8.200,00
	Dispensa de licitação por valor	R\$ 3.761.241,35	R\$ 150.554,70	R\$ 1.692.100,47	R\$ 1.918.586,18
	Dispensa de licitação - outras	R\$ 37.690.319,82	R\$ 241.614,07	R\$ 47.409,30	R\$ 37.289.915,60
	Inexigibilidade	R\$ 26.673.611,36	R\$ 15.550,00	R\$ 5.371,05	R\$ 26.652.690,31
	Pregão Presencial	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Pregão Eletrônico	R\$ 150.887.028,18	R\$ 389.424,29	R\$ 25.017.826,50	R\$ 125.433.324,67
TOTAL		R\$ 250.497.199,14	R\$ 31.547.862,44	R\$ 26.763.556,92	R\$ 192.027.946,21

Fonte: Diretoria de Material e Patrimônio

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")

CONSOLIDADO (todos os contratos)	MÊS												Despesa Anual (R\$)
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Quantidade de Postos de Trabalho	1945	1962	1962	1968	1969	1991	1883	1889	1895	1914	1916	1920	
Despesa (R\$)	7.701.751,64	7.893.544,44	7.910.189,50	7.934.593,77	7.951.706,98	7.983.414,54	7.516.975,53	7.635.358,75	7.658.185,06	7.681.093,25	7.719.530,04	7.759.763,57	

ANEXO V (Redação do anexo I dada pela Portaria N.TC-0362/2016 – DOTC-e de 12.07.2016)
 CONTEÚDO MÍNIMO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO TITULAR DE UNIDADE GESTORA (Art. 14, § 1º)
 III – Informações sobre a gestão de pessoas e terceirização de mão de obra:

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês;

Contrato	Objeto	Término da vigência		MÊS												Despesa Anual (R\$)	
				Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
162/2011	Limpeza e conservação	30/06/2017	Qtd. de postos	679	679	679	679	679	679	679							
			Despesa (R\$)	1.871.312,97	1.869.186,42	1.865.430,05	1.869.277,12	1.868.529,25	1.868.358,67								
189/2011	Auxiliar almoxarife	31/03/2017	Qtd. de postos	22	22	22											
			Despesa (R\$)	51.930,16	52.009,36	52.009,36											
088/2012	Vigilância armada	01/10/2017	Qtd. de postos	320	322	322	322	322	322	322	322	322	322	322	322	322	322
			Despesa (R\$)	2.939.054,84	3.100.099,24	3.112.345,26	3.112.317,92	3.112.345,26	3.109.977,60	3.102.195,94	3.102.195,94	3.102.195,94	3.102.195,94	3.102.195,94	3.102.195,94	3.102.195,94	3.102.195,94
184/2012	Jardinagem	31/01/2018	Qtd. de postos	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53
			Despesa (R\$)	171.793,65	170.601,19	170.172,44	172.225,06	172.116,64	172.116,64	172.115,32	170.280,70	171.248,80	171.470,35	171.574,87	171.794,38	171.794,38	171.794,38
185/2012	Zeladoria	31/01/2018	Qtd. de postos	138	138	138	138	138	138	138	138	138	138	138	138	138	138
			Despesa (R\$)	444.052,28	445.122,43	444.258,13	446.090,11	443.515,50	445.023,82	444.269,69	447.541,46	448.522,81	444.164,22	448.511,15	454.239,39	454.239,39	454.239,39
201/2012	Recepção	31/01/2018	Qtd. de postos	216	216	216	216	216	216	216	216	217	217	217	217	217	217
			Despesa (R\$)	548.903,23	548.329,97	547.158,64	547.460,17	541.095,35	547.663,56	541.845,61	547.328,56	547.839,63	549.504,68	550.633,97	550.879,36	550.879,36	550.879,36
085/2013	Auxiliar gráfico	28/04/2018	Qtd. de postos	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
			Despesa (R\$)	116.527,80	116.009,90	123.086,37	123.636,48	123.774,00	123.498,95	123.636,48	123.636,47	123.774,00	123.774,00	123.774,00	123.774,00	123.774,00	123.774,00
042/2014	Vigilância eletrônica	31/03/2019	Qtd. de postos	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
			Despesa (R\$)	33.678,16	35.456,32	35.456,32	35.456,32	35.456,32	35.456,32	35.456,32	35.456,32	35.456,32	35.456,32	35.456,32	35.456,32	35.456,32	35.456,32
080/2014	Design Gráfico	27/04/2018	Qtd. de postos	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
			Despesa (R\$)	51.138,16	51.138,16	50.925,09	50.712,01	53.244,10	53.466,88	53.466,88	53.466,88	53.244,10	53.466,88	53.244,10	53.466,88	53.244,10	53.021,32
106/2014	Marcenaria	20/07/2018	Qtd. de postos	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
			Despesa (R\$)	22.632,76	22.537,88	22.632,76	22.632,76	22.538,42	22.538,43	22.632,76	22.632,76	22.253,21	22.632,76	22.444,08	22.537,87	22.158,32	22.158,32
159/2014	Auxiliar carga e descarga	30/11/2018	Qtd. de postos	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	33	33	33
			Despesa (R\$)	90.251,93	92.634,11	90.580,98	90.029,74	99.534,21	101.017,40	99.775,17	94.432,78	99.177,91	101.319,35	107.218,99	109.583,26	109.583,26	109.583,26
046/2015	Portaria	29/04/2018	Qtd. de postos	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
			Despesa (R\$)	21.701,46	20.663,25	19.832,69	21.701,46	21.805,29	21.805,29	21.701,47	21.293,03	21.708,83	20.047,13	19.112,42	21.189,55	21.189,55	21.189,55
055/2015	Mensageria	28/04/2018	Qtd. de postos	212	227	227	226	227	249	248	250	252	251	251	249	249	249
			Despesa (R\$)	527.064,05	558.902,11	565.684,26	560.674,09	564.067,68	589.150,50	604.398,34	619.227,78	622.361,41	625.736,10	623.102,77	621.151,98	621.151,98	621.151,98
081/2015	Copeiragem	16/06/2018	Qtd. de postos	205	205	205	205	205	205	206	208	212	213	213	216	216	216
			Despesa (R\$)	765.936,86	764.954,10	764.717,15	764.438,26	764.445,30	764.318,88	767.839,01	770.083,39	783.051,59	790.898,46	793.687,21	805.584,52	805.584,52	805.584,52
021/2016	Técnico em edificações	27/01/2019	Qtd. de postos	9	9	9	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11
			Despesa (R\$)	45.773,33	45.900,00	45.900,00	47.166,67	53.500,00	53.373,33	53.500,00	53.500,00	53.500,00	50.080,00	55.738,51	58.442,90	58.442,90	58.442,90
290/2016	Auxiliar almoxarife	31/03/2018	Qtd. de postos				27	27	27	27	27	27	27	27	30	30	30
			Despesa (R\$)				70.775,60	75.739,66	75.648,27	75.831,05	75.739,73	75.724,46	76.107,47	84.032,36	86.038,21	86.038,21	86.038,21
089/2017	Limpeza e conservação	02/07/2018	Qtd. de postos								571	571	571	586	586	586	586
			Despesa (R\$)									1.398.311,49	1.498.922,50	1.497.746,50	1.504.278,91	1.537.275,87	1.540.695,97
160/2017	Vigilância armada	30/03/2018	Qtd. de postos														
			Despesa (R\$)														

6 SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NO EXERCÍCIO, (ANEXO V, ITEM VI)

Quanto às principais recomendações expedidas pela Auditoria Interna do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e as providências adotadas, destacam-se as abaixo descritas.

As informações foram compiladas a partir dos achados apontados no Relatório de Gestão do exercício 2016, de processos administrativos e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna de 2017.

1) No Relatório de Gestão do exercício 2016 constou o achado de auditoria relativo ao pagamento do auxílio-funeral (Processo Administrativo n. 12802/2016), que trouxe uma série de recomendações objetivando melhorar o fluxo e a tramitação segundo o rito sumaríssimo.

Acolhendo a recomendação da Auditoria Interna, a Diretoria-Geral Administrativa autorizou a formação de grupo de trabalho (com DOF, DGP e Auditoria Interna) para análise, padronização e melhoria do fluxo do processo de pagamento de auxílio-funeral, remetendo os autos à Diretoria de Gestão de Pessoas para presidir os trabalhos.

Atualmente, o Processo Administrativo n. 12802/2016 encontra-se na DGP para desenvolvimento dos trabalhos do grupo.

2) O processo Processo Administrativo n. 12690/2016, que trata do cumprimento da IN TC-20/2015, resultou nas recomendações abaixo.

2.1) Constatada ausência de controle de objetos e serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos EBCT.

Segundo consta no relatório de auditoria, a Diretoria de Infraestrutura informa: “Quanto às despesas discriminadas na presente fatura, informamos que a Seção de Correspondência deste Tribunal não dispõe de mecanismos necessários para efetuar controle”. E acrescenta que “O processo administrativo n. 474044-2012.0, que trata de desenvolvimento de um sistema para rastreamento e registro das correspondências que circulam nos malotes, bem como alimentação automática dos pesos dos malotes por meio de balanças interligadas a computadores, tramita nesta Corte. Consideramos de fundamental importância a conclusão de tal sistema para que possamos comparar o que é postado com o que está sendo pago”.

Dessa forma, a Auditoria Interna recomendou que seja informada a situação: a) do desenvolvimento do sistema tratado no Processo Administrativo n. 474044-2012.0; e b) do atendimento às recomendações apontadas por esta auditoria no Processo Administrativo n. 510540-2013.4, no sentido de que sejam aferidos, mesmo que por amostragem, os valores cobrados em cada item de serviço prestado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Setores responsáveis: Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Tecnologia da Informação.

Em resposta, a Diretoria de Infraestrutura informou que não dispõe de sistema para a realização dos controles e que há demanda nesse sentido em desenvolvimento (Processo Administrativo n. 474044-2012.0).

A Diretoria de Tecnologia da Informação prestou as seguintes informações:

“Para fins de contextualização acho apropriado apresentar um breve histórico desta demanda. Ela foi iniciada pela Diretoria de Infraestrutura em 2012 e desde então aguardava recursos e priorização para que pudesse ser atendida. Em 2014 a Diretoria de Tecnologia da Informação retomou as discussões com a equipe técnica da DIE com vistas à melhor compreensão das necessidades daquela diretoria, o que derivou em algumas iniciativas. De forma a dar celeridade à obtenção da solução pretendida, a DIE, com apoio da DTI, buscou em outros órgãos públicos soluções computacionais que fossem similares ao que se desejava, e que pudesse obtida pelo TJSC com custo mínimo, potencialmente através de convênio de cooperação técnica. Infelizmente não se obteve sucesso, restando a possibilidade de uso de sistema desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Tocantins. Para fins de avaliação, nos dias 22 e 23 de setembro de 2014 estivemos naquele tribunal eu e o servidor Giovani Soares Fernandes, chefe da Seção de Correspondência. Como resultado desta visita, embora alguns pontos positivos tenham sido observados, a avaliação conjunta foi que o sistema não atendia às necessidades da DIE, o que inviabilizou a estratégia de adoção conforme desejávamos. Esta restrição fez com que restasse como alternativa o desenvolvimento de solução específica, possivelmente através da contratação de fábrica de software, uma vez que com recursos próprios a DTI não poderia fazê-lo. Também, à época, outra restrição era que a equipe técnica da DTI não possuía condições de mensurar os serviços contratados de desenvolvimento utilizando a métrica de Pontos de Função, conforme determina o CNJ, o que acabou por inviabilizar qualquer contratação deste tipo. Contudo, durante o ano de 2015 nos preparamos e passamos a adotar com sucesso, desde o início de 2016, o Ponto de Função como medida para nossos contratos de manutenção dos sistemas, inicialmente os destinados aos sistemas desenvolvidos em tecnologia Caché.

Dentro do planejamento de contratações desta divisão está prevista nova licitação para contratação de serviços de desenvolvimento (fábrica de software) para novas tecnologias, mais modernas, que contemplará sistemas ditos “não Caché”. Dentre estes podemos incluir o desenvolvimento do sistema solicitado pela DIE. É o breve relato.

Isso exposto, em termos de prazos, espera-se que o novo contrato esteja assinado em janeiro de 2017 e que em fevereiro de 2017 já possamos iniciar as primeiras demandas, entre as quais, uma vez priorizada, podemos incluir esta solicitação da DIE.

Era o que me cumpria-me informar, continuando à disposição para outros esclarecimentos, se necessário.”

Dessa forma, foram prestadas as informações acerca da perspectiva de continuidade no atendimento da demanda originada no Processo Administrativo n.

474044-2012.0, estando a demanda sob a gestão da DTI para atendimento da recomendação e entrega do sistema à DIE.

3) No Processo Administrativo n. 21814/2016, que trata da auditoria na gestão nos processos licitatórios que estão sob a responsabilidade da Diretoria de Material e Patrimônio, foram apresentadas pela Auditoria Interna recomendações relacionadas à justificativa de preço, ao uso da assinatura digital, ao planejamento dos serviços que serão executados e comprometimento de recursos suficientes, e ao planejamento visando diminuir as prorrogações desnecessárias. Setor responsável: Diretoria de Material e Patrimônio.

Após tramitação do processo administrativo sobre o assunto, a Auditoria Interna considerou atendidas as recomendações e determinou o arquivamento, em 2017.

No Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAAA 2017, a Auditoria Interna apontou que nos processos de pagamentos mensais dos contratos de terceirização de mão de obra continuada persiste a falta de demonstração de procedimentos de fiscalização pela DGP sobre os encargos trabalhistas e previdenciários.

Sobre a recomendação, desde 2015 a Administração vem adotando medidas para seu cumprimento, tendo instituído grupo de trabalho para estudo e aprimoramento dos procedimentos de fiscalização. Após sucessivas reuniões do grupo, e apresentação de uma proposta de resolução, entrou em vigor a Instrução Normativa n. 5/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que contém abordagem praticamente idêntica.

Desde então a Administração vem trabalhando com diversas das diretrizes traçadas na Instrução Normativa n. 5/2017 e pretende gradualmente ver todas as suas disposições implementadas.

4) No Processo Administrativo n. 8415/2016, que trata da auditoria na gestão dos contratos sob a responsabilidade da Diretoria de Tecnologia da Informação, foram apresentados achados relacionados à ausência de designação de fiscal técnico, demandante e administrativo, necessidade de capacitação para fiscais técnicos e ausência de registro centralizado de todas as ocorrências contratuais.

Foi apontada, ainda, deficiência nos controles de chamados e atendimentos sob a responsabilidade da TI. Neste ponto, em 2017 foi criada a Central de Serviços, destinada aos atendimentos da DEA, DIE e DTI no âmbito do TJSC.

No documento 530747/2017, do Processo Administrativo n. 8415/2016, a Auditoria Interna determinou o arquivamento dos autos, porquanto todas as recomendações apontadas foram atendidas ou estão com as devidas providências em andamento.

5) No Processo Administrativo n. 2184/2016, que trata da auditoria nos processos licitatórios, foram apresentados achados relacionados à justificativa de preço incompleta, falhas procedimentais no edital, insuficiência de recursos orçamentários para dar suporte ao contrato assinado e demora na contratação, esta resultando em contratação emergencial.

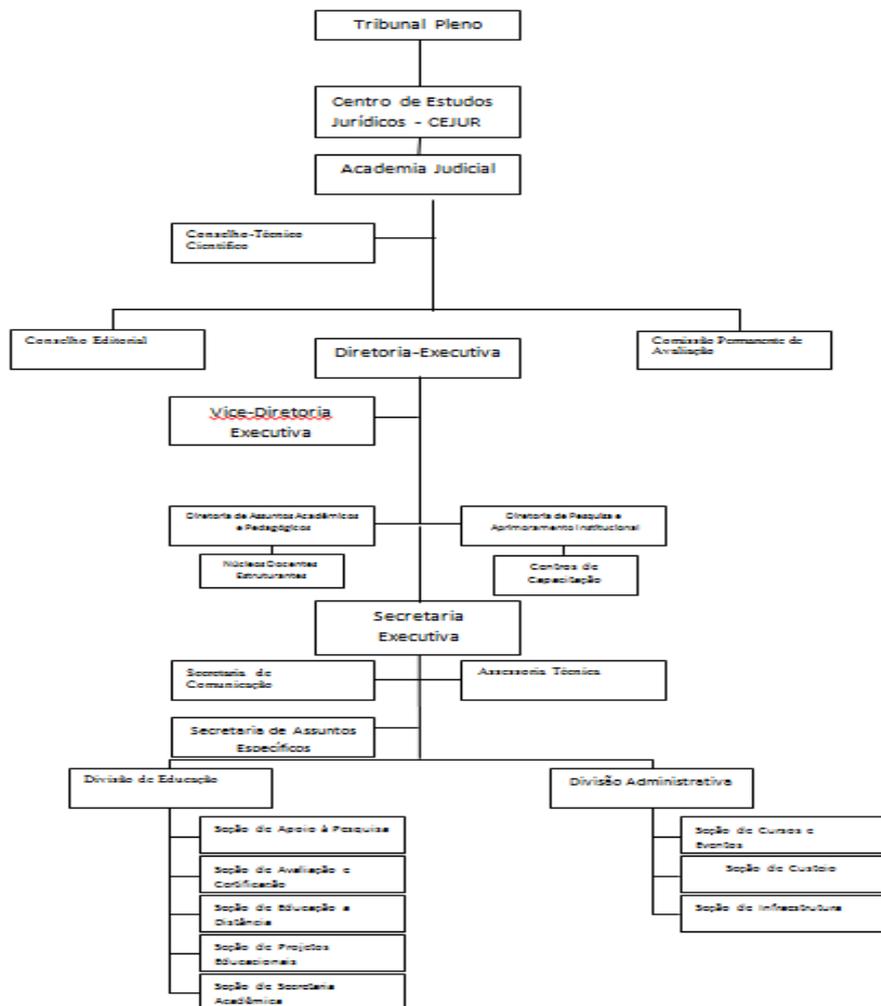
Conforme consta no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAAA 2017, todas as recomendações foram atendidas, com exceção da questão relacionada à insuficiência de recursos orçamentários, que foi submetida à DGA.

7 CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

A Academia Judicial – AJ foi criada pela Resolução TJ n. 06/2000 e inaugurada em 23 de novembro de 2001. Já o Centro de Estudos Jurídicos do Tribunal de Justiça – Cejur foi criado em 9 de outubro de 1991 pela Resolução TJ n. 14/1991 e pela Portaria GP n. 557/1991 com o objetivo de marcar culturalmente o primeiro centenário do Tribunal de Justiça.¹

A Resolução TJ n. 17/2012 trouxe a última reestruturação do Cejur e da AJ. Estabelece que o Cejur constitui órgão responsável pelo desenvolvimento humano e profissional dos magistrados e servidores do Poder Judiciário e que tem por finalidade aprimorar o atendimento à sociedade catarinense, garantindo-lhe uma prestação jurisdicional qualificada e eficiente.

Para o atendimento de seus objetivos institucionais, o Cejur está organizado conforme a estrutura deste organograma.



¹ Os Caminhos da Educação no Poder Judiciário de Santa Catarina. Edição Comemorativa. Florianópolis, SC, 2015.

Na organização estabelecida pela Resolução TJ n. 28/2014, o mapa estratégico do Poder Judiciário de Santa Catarina, com vigência de 2015 a 2020, posiciona a AJ na perspectiva de “pessoas e recursos”, com o objetivo institucional de “desenvolver permanentemente conhecimentos, habilidades e atitudes” para auxiliar o PJSC no alcance de sua missão e prospecção de seu futuro, ou seja, sua visão.



Fonte: www.tjsc.jus.br

Em desdobramento a esse objetivo institucional, a AJ criou seu mapa tático-operacional, previsto na Resolução AJ n. 3/2013, nos termos do art. 26, inciso I, de seu regimento interno.

Enquanto o mapa estratégico traz quatro perspectivas, o mapa tático-operacional desenvolve seus objetivos em três níveis: público-alvo; procedimentos internos; e gestão e estrutura.



Fonte: www.tjsc.jus.br/academia

Com a construção coletiva do novo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI para o quinquênio 2018-2023, houve intenso debate em relação à visão institucional dessa escola, visto que, ao se aprofundarem os estudos acerca do entendimento conceitual das mais diversas instituições de ensino e acerca dos marcos normativos que foram editados após 2012, concluiu-se que a visão que se adéqua à realidade da AJ é “ser referência como escola judicial de governo”.

PROJETOS

Os projetos desenvolvidos pela Academia Judicial são coerentes em relação às diretrizes previstas no mapa tático-operacional dessa instituição de ensino.

Aquisição de sistema de gestão educacional

Projeto alinhado aos objetivos “racionalizar e sistematizar fluxos, rotinas e procedimentos” e “modernizar a infraestrutura física e tecnológica”.

A licitação para aquisição de um sistema de gestão educacional para a AJ, que contemplará a automatização e agilizará as atividades administrativas e acadêmicas do fluxo de trabalho, foi realizada em 30 de junho de 2017, sendo homologada sua adjudicação para a empresa classificada em primeiro lugar no dia 7

de agosto de 2017. Na sequência será firmado o contrato, e a empresa vencedora terá o período de quatro meses para a implantação do novo software.

Plano de desenvolvimento institucional

Projeto alinhado diretamente à missão e à visão institucionais.

Em março de 2016 o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep editou um documento orientador específico para as escolas de governo, que norteará a estrutura do plano de desenvolvimento institucional – PDI nas seguintes dimensões: planejamento e desenvolvimento; gestão institucional; corpo social; desenvolvimento profissional; e infraestrutura e orçamento.

Após análise e discussões internas, optou-se pela contratação de consultoria externa para a elaboração do PDI desta AJ (quinquênio 2018-2023). A contratação ocorreu em outubro de 2016, quando foi estabelecido o cronograma das atividades pela consultora, com término em abril de 2017.

Entre as várias ações estabelecidas está a construção do instrumento de coleta de dados para o PDI, com sua aplicação e sistematização das informações.

Este projeto cumpre um dos requisitos do Conselho Estadual de Educação para manutenção do credenciamento da AJ como instituição de ensino superior, bem como atende às exigências da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) no que diz respeito ao projeto político-pedagógico institucional.

Plano de formação

Projeto alinhado aos objetivos “aprimorar a formação profissional de magistrados e servidores” e “capacitar colaboradores para atuação no Judiciário e atendimento à sociedade”.

O Diretor-Executivo da AJ iniciou o mandato em 1º de fevereiro de 2016 com a intenção de democratizar a elaboração do plano de formação. Em um primeiro momento efetuou-se uma pesquisa com os magistrados catarinenses de forma compartilhada e democrática. Para tanto, valeu-se, entre outros instrumentos, de questionário de pesquisa com a finalidade de melhor nortear as ações e definições para a elaboração do plano de formação e aperfeiçoamento durante a gestão.

O objetivo da pesquisa foi buscar a identificação das dificuldades internas e a possibilidade de atendimento das necessidades vividas pelos magistrados, com temas pesquisados e apresentados pela Enfam, AJ – Diretoria de Assuntos Acadêmicos e Pedagógicos, Corregedoria-Geral da Justiça e Grupos de Câmeras, e com temas livres apontados pelos respondentes.

Com o apoio da Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, a pesquisa foi aplicada utilizando-se a ferramenta Liferay, que auxiliou no encaminhamento e na tabulação das informações apresentadas pelos magistrados.

O diagnóstico, resultado da análise dos questionários, foi importante para fixar a natureza dos cursos e eventos, uma vez que permitiu a identificação das carências e possibilita que a instituição se ajuste às expectativas dos magistrados.

A pesquisa resultou nos Editais n. 2/2016-AJ e 11/2017-AJ, que aprovaram o Plano de Formação e Aperfeiçoamento para Magistrados, Servidores e

Colaboradores referente aos exercícios de 2017 e 2018, com organização por temas de abrangência.

Reestruturação do laboratório de informática

Projeto alinhado ao objetivo “modernizar a infraestrutura física e tecnológica”.

Visando à busca do aprimoramento dos ambientes ligados ao desenvolvimento e à capacitação de magistrados, servidores e colaboradores, em parceria com a DTI foi realizado um estudo para modificação do mobiliário do laboratório de informática, onde foram instaladas bancadas ergonômicas com projeção específica e novos equipamentos.

Atualmente existem quatro salas de aulas disponíveis, sendo uma delas destinada à realização de cursos/eventos que necessitam do uso de equipamentos de informática (notebook ou microcomputador).

A instalação de bancadas na sala de aula proporcionou melhoria nos aspectos pedagógicos e ergonômicos, com as condições para o aprendizado por parte daqueles que frequentam os cursos ofertados pela AJ.

Mudança de sede

Projeto alinhado ao objetivo “modernizar a infraestrutura física e tecnológica”.

Em 28 de março de 2016 a Academia ganhou novo endereço, pela primeira vez em sede própria, na rua Almirante Lamego.

Em 19 de outubro do mesmo ano, em decisão do Tribunal Pleno, nos termos da Resolução TJ n. 23/2016, o prédio que abriga a nova sede e o Fórum de Direito Bancário da Capital foi nomeado “Edifício Judiciário Desembargador Norberto Ulysséa Ungaretti”, em homenagem àquele que, em sua carreira brilhante, exerceu diversas funções públicas de realce, entre elas: professor do Curso de Direito da UFSC, membro titular da Academia Catarinense de Letras, onde ocupou a cadeira 40, e sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Comemoração do aniversário de 15 anos da Academia Judicial

Projeto alinhado ao objetivo “modernizar a infraestrutura física e tecnológica” e “criar espaços para construção do conhecimento”.

Em 23 de novembro de 2016 a AJ celebrou seu aniversário na presença de autoridades, em cerimônia que marca uma trajetória de conquistas e grandes projetos para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes de magistrados, servidores e demais colaboradores do Judiciário catarinense.

Na oportunidade foi inaugurada a galeria de diretores da AJ e lançado o e-book do programa “Novo Código de Processo Civil em Debate”.

Programa Novo Código de Processo Civil em Debate

Projeto alinhado aos objetivos de “criar espaços para construção do conhecimento”, “aprimorar a formação profissional de magistrados e servidores” e “capacitar colaboradores para atuação no Judiciário e atendimento à sociedade”.

Ao longo de 2016 foram propostas sete frentes de trabalho no programa Novo Código de Processo Civil em Debate (Lei n. 13.105/2015, em vigor a partir de março de 2016), conforme se verá a seguir.

1	Congresso Brasileiro de Processo Civil e II Congresso de Processo Civil de Florianópolis	Realizado nos dias 27, 28 e 29 de julho (30 horas-aula) nesta capital, sob organização da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, em parceria com a Escola Superior de Advocacia – ESA, com oferta de 315 vagas para magistrados e servidores, cujas inscrições e despesas foram custeadas pela AJ.
2	Sala de Debates Virtuais	É um projeto pioneiro na AJ. Magistrados e assessorias discutiram numa sala de debates virtuais temáticas relacionadas a questões práticas do novo CPC. O projeto conta atualmente com 531 pessoas cadastradas e 12 salas de discussão (coordenação: Juíza Quitéria Tamanini Vieira Peres).
3	Wikilex	Trata-se de um ambiente de produção coletiva em que o público acessa a plataforma Wiki. A ferramenta permite ao usuário inserir informações em quatro campos, a saber: legislação correlata, súmulas, jurisprudência e comentários. As opções estão disponíveis nos artigos de lei. A jurisprudência compilada em campo próprio é resultado de pesquisa realizada no âmbito dos Tribunais Superiores, bem como em outros Tribunais brasileiros. Está disponível no site do TJSC, em “Legislação” (coordenação: Desembargador Paulo Henrique Moritz Martins da Silva).
4	E-book	Lançado na festa de comemoração do aniversário de 15 anos da AJ, é resultante de artigos de oito autores que atuaram nas palestras e cursos realizados pelo estado (coordenação: Desembargador Paulo Henrique Moritz Martins da Silva).
5	Curso sobre o NCPC	Realizado no Ambiente Virtual do Complexo de Ensino Renato Saraiva, com 1.500 inscritos, entre magistrados e servidores.
6	Curso NCPC	Realizado em 10 regionais: Itajaí, Blumenau, Lages, Videira, Joinville, Tubarão, Criciúma, São Miguel do Oeste, Chapecó e Capital, com 603 inscritos, entre magistrados e servidores (coordenação: Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto).

7	Palestras sobre o NCPC	<p>Realizadas no Tribunal Pleno, com 1.300 participantes presenciais e centenas de participantes nas transmissões <i>on-line</i>.</p> <p>Palestras: Direito Intertemporal, com o Desembargador Hélio do Valle Pereira; Postulação, Saneamento e Técnicas da Decisão Judicial, com o Desembargador Paulo Henrique Moritz Martins da Silva; As Nulidades Processuais e o Novo Código de Processo Civil, com o Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto; Recursos no Sistema Processual, com o Desembargador Saul Steil; A Execução no Novo CPC e as Ações de Família no Novo CPC, com os advogados Lauane Volpe Camargo e Luiz Henrique Volpe Camargo; O NCPC e o Impacto na Jurisdição de Primeiro Grau: Aspectos Destacados, com a Juíza Quitéria Tamanini Vieira Peres e o Assessor Leonardo Beduschi; O Procedimento Comum no Novo CPC, com o Juiz do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro Alexandre Freitas Câmara (coordenação: Desembargador Paulo Henrique Moritz Martins da Silva).</p>
---	------------------------	--

Implantação da biblioteca virtual

Projeto alinhado ao objetivo “modernizar a infraestrutura física e tecnológica”.

A Biblioteca da AJ, em atividade desde 2005, recebeu regulamentação própria e a denominação “Biblioteca Desembargador Norberto Ulysséa Ungaretti”, por meio da Resolução AJ n. 5/2015. Desde então houve progressos quanto a atributos imprescindíveis, tais como funcionalidade, qualidade dos serviços prestados, modernização dos recursos materiais e tecnológicos, segurança, acessibilidade, crescimento constante do acervo e sinalização.

O quantitativo de obras disponibilizadas pela Editora do Cejur também sofreu significativo aumento, pois em 2016 foram produzidos três livros físicos e três e-books, sendo um livro eletrônico correspondente a uma coleção de quatro volumes.

Reconhecendo e adotando o saber como um dos pilares em que se fundamenta a AJ, é essencial a criação de um ambiente propício à inovação e ao compartilhamento de informações, especialmente num período de mudança de paradigmas. Desse modo, surgiu o interesse de criação de uma biblioteca virtual, razão pela qual se elaborou um estudo – bem como se buscou informações em empresas do ramo –, visando à elaboração de um projeto para aquisição de serviços de acesso a acervo virtual.

O projeto visou à contratação da empresa Minha Biblioteca (consórcio formado pelas editoras Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva), que foi autorizada conforme a Inexigibilidade de Licitação n. 157/2017, publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 8 de agosto de 2017.

Há um catálogo com 2.748 títulos de Direito, num acervo de 7.855 obras. Esse acervo estará à disposição dos magistrados e servidores quando estiverem matriculados em cursos da AJ, bem como nas pós-graduações oferecidas com o apoio da AJ. A referida plataforma conta ainda com funcionalidades destinadas à pesquisa.

Instalação de ADSL nas salas de aula

Projeto alinhado ao objetivo “modernizar a infraestrutura física e tecnológica”.

Em julho de 2017, as salas de aula da AJ passaram a contar com mais um facilitador ao trabalho. Foram instalados quatro *modems* ADSL (Linha Digital Assimétrica para Assinante), um por sala, com 10 Mb de velocidade cada. Com isso, os professores e alunos poderão ter conexão ilimitada e sem restrições à internet, o que facilita o aprendizado. Será possível usar o wi-fi nos *smartphones* e computadores pessoais dos alunos e professores durante os cursos.

Evolução do Moodle na AJ

Projeto alinhado ao objetivo “modernizar a infraestrutura física e tecnológica”.

A DTI tem realizado ajustes e melhorias na infraestrutura do Ambiente Virtual de Aprendizagem da AJ visando permitir o aumento gradual da quantidade de alunos simultâneos no ambiente. Em 2015 havia um limite de acesso de 700 alunos simultâneos. Em março de 2016 esse número aumentou para 1.300 alunos, em 2017 aumentou para 3.000 alunos.

Foram realizadas as seguintes melhorias pela equipe da DTI durante esse período: aumento na disponibilização de recursos do servidor da aplicação – CPU, memória e disco (2015); transferência do servidor de aplicação para ambiente mais seguro e robusto (sala-cofre) (2015); atualização da versão da aplicação – Moodle 2.8 (2015), Moodle 3.1 (2016) e Moodle 3.3 (2017); atualização da versão do sistema operacional do servidor da aplicação (2015 e 2017); ajustes nas configurações do servidor de banco de dados e de aplicação do Moodle para melhora do desempenho (2015); instalação de ferramenta de monitoramento e bloqueios por motivo de segurança (2016); e eliminação de arquivos de *backup* em desuso.

Implantação da nova página eletrônica da Academia Judicial

Projeto alinhado ao objetivo “modernizar a infraestrutura física e tecnológica”.

Atendendo às diretrizes institucionais relativas à comunicação visual, e após um longo trabalho em parceria com a DTI, sempre sob a supervisão do Núcleo de Comunicação Institucional – NCI, a AJ recebeu novo espaço na internet e passou a integrar o portal do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Além de um leiaute padronizado, que identifica facilmente a instituição principal e confere organização aos assuntos, o *site* conta com ferramentas para facilitar a busca por conteúdos. O novo endereço virtual entrou em funcionamento no dia 11 de agosto de 2017.

Academia Judicial

- » Início
- » Institucional
- » Ensino
- » Pesquisa
- » Extensão
- » Corpo de Formadores
- » Legislação
- » Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI
- » Processo de Avaliação Institucional

Sistemas Internos

Siga-nos



Inicie o *tour* guiado para conhecer o novo portal



14 agosto 2017 | 17h47min
Academia Judicial, com novo layout, passa a integrar o Portal do PJSC

Notícias recentes

15 agosto 2017 | 17h26min

Curso de Avaliação de Desempenho a distância tem público-alvo ampliado
Inscrições abertas para magistrados e servidores

14 agosto 2017 | 15h53min

AJ prorroga inscrições para Chefes de Cartório e Secretários de Juizados Especiais
Aperfeiçoamento será realizado na Capital

VER TODAS AS NOTÍCIAS DA AJ

Cursos e eventos

Agenda
Inscrições
Formulários
Relatórios e avaliação
Certificado
Histórico de participação

Acessar o Ambiente Virtual - EaD

Biblioteca

Perguntas frequentes

Mapa do site

Contato



Fale conosco sobre esta página

Sobre o TJSC

Rua Álvaro Millien da Silveira, n. 208
Centro - Florianópolis - Santa Catarina
CEP: 88020-901
CNPJ: 83.845.701/0001-59

Atendimento:

Fale Conosco

Central Telefônica: (48) 3287-1000
Formulário de contato
Centro de Atendimento e Informações
Ouvidoria
Pesquisa de Satisfação

Contatos

Tribunal de Justiça
Comarcas
Consulta de e-mails
Plantão Judiciário - Tribunal de Justiça
Plantão Judiciário - Comarcas

Acompanhe o TJSC



OFERTA DE CURSOS

A Academia Judicial desenvolve ações formativas dirigidas aos profissionais que integram o quadro do Poder Judiciário.

Os cursos se dividem em três tipificações: formação inicial, formação continuada e formação complementar. No que diz respeito à modalidade, podem ser: a distância (com tutoria ou autoinstrucional), presencial ou semipresencial. Quanto ao porte, são classificados como cursos ou eventos.

Todos os cursos ou eventos estão alinhados aos objetivos institucionais mas também buscam colaborar para o desenvolvimento dos servidores e magistrados nos aspectos pessoal e social. Destacam-se a seguir aqueles de grande impacto no que tange ao público-alvo e aos projetos institucionais.

Cursos de formação inicial

Os cursos de formação inicial preparam ingressantes para o desempenho de uma função. Têm como intuito proporcionar aos novos servidores e magistrados o desenvolvimento de aptidões para os primeiros passos da vida profissional.

Curso de formação para ingresso na carreira da magistratura

O Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura transcorreu no período de 8 de agosto a 9 de dezembro de 2016, tornando aptos ao ingresso na magistratura dezesseis candidatos-alunos, os quais participaram de atividades formativas de cunho teórico e prático.

Na fase prática os candidatos-alunos produziram despachos e sentenças em 1.306 processos judiciais físicos e digitais, oriundos das comarcas de Urussanga, Blumenau, Chapecó, Ascurra, Içara, São José, Capital (Santo Antônio de Lisboa) e Santo Amaro da Imperatriz. Ainda nessa fase realizaram atividades no Fórum Norte da Ilha, onde produziram, supervisionados por magistrado, 237 sentenças em audiência, sendo 82 acordos e 80 despachos ou decisões.

Finalizada essa fase do concurso, os candidatos-alunos foram empossados como juízes substitutos.

Curso de formação inicial para magistrados

A AJ ofertou aos dezesseis juízes recém-empossados no Tribunal de Justiça de Santa Catarina o Módulo Nacional do Curso de Formação Inicial da Enfam. Foi um encontro entre os vitaliciandos e magistrados com vasta experiência a fim de colocar em pauta o papel que exercem, a relação entre a sociedade e o Poder Judiciário, o impacto econômico e social das decisões judiciais, a ética nas relações interpessoais e interinstitucionais, a questão racial no Brasil, a execução penal e a questão carcerária, o depoimento especial, a adoção e outros temas sensíveis e recorrentes nas varas da infância e juventude.

Cursos de formação continuada e eventos

A formação continuada promove o desenvolvimento técnico e comportamental de novas competências. Essas capacitações servirão para fins de promoção a todos os magistrados e servidores do Judiciário catarinense e, ainda, para preparar docentes, instrutores e tutores especializados.

Curso de direito bancário

No dia 27 de abril de 2017 a AJ realizou o Curso de Direito Bancário com o intuito de oferecer aos magistrados os conhecimentos necessários para prolatar suas sentenças e decisões judiciais considerando os reflexos econômicos e financeiros com fundamento na Teoria da Análise Econômica do Direito (AED), mormente na área do Direito Bancário e do Direito do Consumidor.

Curso de gestão de unidades judiciais em primeiro grau

A gestão de unidades, de um modo geral, é feita de forma empírica, com base em experiências pessoais, pautada no mais das vezes em ações, e não em planejamento. O curso de gestão de unidades judiciais em primeiro grau foi oferecido em vários períodos e visou a melhoria na identificação dos problemas de gerenciamento que atingem a tramitação processual por meio de técnicas de gestão e

domínio de ferramentas do sistema Aprimorar e de automação judiciária. Foi realizado em parceria com a Corregedoria-Geral da Justiça.

Curso sobre judicialização da saúde

Os magistrados, nos meses de agosto e setembro de 2017, participaram do Curso sobre Judicialização da Saúde, que é credenciado pela Enfam e conta com 24 horas-aula. A capacitação aborda, entre outros tópicos, a equidade dos julgamentos e as consequências dessas decisões em relação à atividade administrativa do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

Curso de pretendentes à adoção

O Curso de Pretendentes à Adoção tem como objetivo contribuir para a preparação dos pretendentes acerca dos aspectos legais, sociais e psicológicos da adoção. Os postulantes participam de 16 horas-aula, em atendimento ao art. 197-C, § 1º, da Lei de Adoção (Lei n. 12.010/2009):

§ 1º É obrigatória a participação dos postulantes em programa oferecido pela Justiça da Infância e da Juventude preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar, que inclui preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

Em 2017 o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA completou 27 anos e foi tema amplamente discutido no Judiciário. A Academia Judicial, atenta aos debates atuais, ainda em 2016 formou 1.724 pretendentes à adoção. Foram 27.280 horas de conteúdo. Já em 2017, 1.096 pretendentes à adoção foram formados em diversas comarcas do estado.

Neste sentido foi realizado nos dias 15 e 16 de setembro de 2016, em Joinville, e 21 e 22 de setembro de 2017, em Blumenau, o Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção e Fórum Estadual de Juizes, Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Técnicos do Poder Judiciário e Ministério Público. O evento, que está em sua 14ª edição, traz a discussão de temas afetos à infância e juventude, à adoção, à criança acolhida e aos procedimentos jurídicos de habilitação.

Curso de língua portuguesa: tópicos gramaticais

O Curso de Língua Portuguesa: Tópicos Gramaticais, realizado na modalidade a distância, oferece aos servidores e magistrados do Poder Judiciário de Santa Catarina instrumental teórico-prático para um bom desempenho linguístico no desenvolvimento das atividades de trabalho. Dividida em três módulos, a capacitação de 134 horas-aula foi concluída por 2.842 colaboradores em 2016.

Em 2017 o curso passou a ser autoinstrucional (sem o auxílio de tutor), tendo alcançado 562 participantes nesse novo conceito de ensino-aprendizagem.

Curso de formação de tutores a distância

O Curso de Formação de Tutores alcançou 200 servidores e 40 magistrados. Oferecida na modalidade a distância no período de 28 de março a 8 de maio de 2016, a formação é pré-requisito para exercer tutoria em ambientes virtuais de cursos ofertados pela AJ. A carga horária total foi de 60 horas-aula.

Curso de gerenciamento de rotinas

O Curso de Gerenciamento de Rotinas – Processos Físicos e Digitais – SAJ5/PG, lançado em maio de 2016, teve por objetivo oferecer aos servidores e estagiários capacitados do Poder Judiciário de Santa Catarina aulas teórico-práticas para um bom desempenho dos procedimentos do SAJ/PG5, bem como atingir todas as unidades do estado de forma gradativa. A capacitação foi realizada na plataforma Moodle, na modalidade a distância e autoinstrucional (sem tutoria, mas com a presença de moderadores para dirimir dúvidas).

Foram 1.074 capacitados nas mais diversas comarcas do estado. Além disso, diante da expansão dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs), a AJ ofereceu 110 vagas aos servidores que atuam nessas unidades para habilitá-los nos fluxos, subfluxos e filas de trabalho do Cejusc pré-processual e processual.

Curso de capacitação em SPA

O Sistema de Processo Administrativo (SPA), normatizado pela Resolução Conjunta GP/CGJ n. 7/2015, tem por objetivo o cadastramento, a tramitação e a classificação de processos administrativos em meio eletrônico no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Para garantir o uso adequado do sistema e o aproveitamento pleno de sua potencialidade, foi necessário capacitar seus usuários.

Conforme o disposto no art.42 da referida resolução, “a partir de 1º de fevereiro de 2016, todos os novos processos administrativos no âmbito do Poder Judiciário catarinense devem ser autuados eletronicamente”. Nesses termos, foi iminente a capacitação dos integrantes das unidades e, como estratégia de formação permanente, foi ofertado o curso na modalidade autoinstrucional, com a presença de moderadores para dirimir dúvidas.

Curso de procedimentos em unidades judiciais criminais e de execução penal

A AJ ofereceu vagas do Curso de Procedimentos em Unidades Judiciais Criminais e de Execução Penal para chefes de cartório e servidores das varas de competência criminal e de execução penal na modalidade a distância e com carga horária de 60 horas.

O objetivo do curso foi contribuir para a formação técnica dos profissionais que atuam nas varas criminais e nas varas de execução penal, de forma a adequar os procedimentos de cartório aos padrões estabelecidos nas Resoluções CNJ n. 108 e 113 e na Orientação CGJ n. 33, bem como aprimorar e unificar as rotinas e os fluxos de trabalho.

Curso de avaliação de desempenho: procedimentos e *feedback*

O objetivo do Curso de Avaliação de Desempenho: Procedimentos e *Feedback* é preparar magistrados e servidores para realizar a avaliação de desempenho de maneira justa e condizente com a realidade, atendendo aos objetivos pretendidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas e sem causar prejuízos ao relacionamento interpessoal.

A AJ ofereceu 400 vagas para o curso, que aconteceu de 29 de fevereiro a 6 de maio de 2016. A modalidade a distância permitiu aos participantes o cumprimento de 143 horas-aula.

Em 2017 foram ofertadas novas vagas em três turmas: de 10 de abril a 28 de maio (356 magistrados e servidores); de 19 de junho a 7 de agosto (363 participantes); e de 28 de agosto a 15 de outubro (112 participantes).

Os tutores deste curso participaram presencialmente do “Workshop de Tutoria para Curso de Avaliação de Desempenho e *Feedback*”, com 4,5 horas-aula.

Curso introdutório de gestão judiciária para desembargadores e juízes de segundo grau do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Em parceria com a 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça, a Academia Judicial disponibilizou, de modo inovador, a desembargadores e juízes de direito de 2º grau esse curso, que tem como objetivo reportar uma visão sistêmica da gestão administrativa no Poder Judiciário.

Foram debatidos inúmeros temas, como: Secretaria-Geral do TJSC; Diretoria-Geral Administrativa e Diretoria Geral Judiciária; Gestão Pública, Governança e Sustentabilidade; Gestão e Liderança; Planejamento por Cenários Prospectivos; Impacto da Tecnologia nas Pessoas; e Gestão Orçamentária.

Em 2016 o curso foi ministrado nas manhãs (carga horária diária de 2,5 horas-aulas) dos dias 24 de agosto, 28 de setembro, 26 de outubro e 30 de novembro. Em 2017 as aulas ocorreram em 22 de maio, 19 de junho, 21 de agosto, 18 de setembro, 16 de outubro e 20 de novembro.

Mostra de boas práticas

A AJ realizou em parceria com a Assessoria de Planejamento – Asplan a 4ª Mostra de Boas Práticas do Judiciário catarinense, que integrou as comemorações aos 125 anos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no dia 7 de outubro de 2016, no auditório do Tribunal Pleno, em Florianópolis.

O objetivo do evento foi identificar e disseminar práticas positivas de magistrados e servidores para uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva. Foram disponibilizadas 487 vagas para magistrados, servidores e público externo convidado.

Unificação do regramento da Enfam

Nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2016 aconteceu em Brasília o II Encontro Nacional de Diretores e Coordenadores Pedagógicos das Escolas Judiciais e da Magistratura. O evento teve como objetivo unificar o regramento da Enfam.

A AJ integrou as atividades do Encontro, representada pelo Desembargador Luiz César Medeiros, diretor-executivo, e pelo servidor Alexandre dos Anjos, secretário-executivo da instituição de ensino.

Instruções de teletrabalho aos chefes de secretaria de foro

Com a edição da Resolução TJ n. 14/2015, que regulamentou o Programa do Teletrabalho no PJSC e a implementação desse modelo no Judiciário catarinense, surgiu a necessidade de orientações para sua operacionalização no cotidiano organizacional, especialmente nas comarcas. Assim sendo, foram oferecidas vagas aos chefes de secretaria de foro a fim de que estes atuassem nos esclarecimentos aos magistrados e servidores da justiça de primeiro grau.

Curso de avaliação de bens e imóveis

No dia 29 de março de 2017, com o oferecimento de 35 vagas, foi realizado o Curso de Avaliação de Bens e Imóveis para aperfeiçoar e atualizar os oficiais de justiça e avaliadores na produção de autos de penhora e avaliação. O objetivo da capacitação foi fornecer aos participantes os instrumentos técnicos necessários para a avaliação de bens imóveis/móveis, com a elaboração dos respectivos laudos e enfrentamento das impugnações.

Curso de gestão de resíduos sólidos na construção civil

A destinação final dos resíduos sólidos na construção civil tem sido objeto de exigência de cumprimento pelo CNJ, que prevê a inclusão desse requisito nos memoriais e projetos básicos, e, conseqüentemente, novas cláusulas nos futuros contratos. Assim, a AJ realizou o Curso de Gestão de Resíduos Sólidos na Construção Civil para servidores indicados pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura nos dias 3 e 4 de abril de 2017, com carga horária de 20 horas-aula.

Curso de Libras

A AJ disponibilizou, por meio de convênio, 60 vagas para o Curso de Libras (básico) para servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina que atuam no atendimento ao público.

O objetivo do curso foi difundir o uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras, favorecendo a comunicação entre surdos e ouvintes no desempenho das atividades profissionais e nas relações sociais, como garantia do respeito à diversidade sociocultural.

O curso aconteceu de 2 de maio a 31 de julho de 2016 no ambiente virtual Moodle da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE e somou 120 horas-aula.

Curso de redação jurídica para magistrados

A AJ ofereceu a magistrados o Curso de Redação Jurídica (presencial), que aconteceu de 13 a 15 de abril de 2016.

O objetivo do curso, que somou 20 horas-aula, foi fazer com que os participantes produzissem e interpretassem textos jurídicos de forma mais simples e objetiva, contribuindo para a celeridade da Justiça. Foram disponibilizadas 30 vagas.

Prisões cautelares

No dia 8 de abril de 2016 a Academia Judicial, em parceria com a Associação dos Magistrados Catarinenses – AMC e a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina – Esmesc, realizou evento sobre prisões cautelares, conduzido pelo Ministro do STJ Rogerio Schietti Machado Cruz.

No turno matutino foi ministrada palestra para magistrados, servidores e acadêmicos da Esmesc. Foram disponibilizadas 60 vagas para cada categoria (180 ao todo). No período vespertino, as atividades foram dirigidas apenas a magistrados. A palestra e os demais trabalhos foram realizados nas dependências da AMC/Esmesc, na Capital.

Workshop “Direito sistêmico – mediação, conciliação e resolução de conflitos com as constelações familiares”

Com a finalidade de instrumentalizar os participantes a identificar situações, no exercício de suas funções profissionais, que possam ser esclarecidas com os recursos disponíveis na metodologia desenvolvida por Bert Hellinger, autor das constelações familiares, a AJ realizou em suas dependências, nos dias 6 e 7 de abril de 2017, o *Workshop* sobre Direito Sistêmico, no qual foram transmitidos os princípios teóricos e as possibilidades de aplicação das constelações familiares no campo do Direito, da mediação e da resolução de conflitos.

Fórum de assistentes sociais e psicólogos do PJSC

A AJ ofereceu 230 vagas para o Fórum de Assistentes Sociais e Psicólogos do Poder Judiciário de Santa Catarina. O evento foi realizado nos dias 5 e 6 de maio de 2016 no auditório do TJSC (Pleno) e teve como objetivo aprimorar o desempenho dos profissionais em questão em suas atividades diárias no Judiciário catarinense.

Oficina de parentalidade

As primeiras edições de 2016 da Oficina de Parentalidade dirigidas a coordenadores técnicos de serviço de mediação familiar aconteceram nos dias 30 e 31 de maio, em Chapecó, e 18 e 19 de julho, em Florianópolis.

Em 2017 o curso aconteceu na Capital, de 3 a 5 de abril; em Joinville, de 7 a 9 de junho; e em Chapecó, de 15 a 17 de agosto.

O objetivo do evento, que teve carga horária de 24 horas-aula, foi facilitar a comunicação entre os usuários e o Poder Judiciário, favorecendo a possibilidade de escolha de um método adequado de resolução de disputas.

XLIII Copedem e Congresso de 30 anos da ESMESC

A AJ estabeleceu parceria com o Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura – Copedem e a Esmesc para a realização, nos dias 16 e 17 de junho de 2016, do XLIII Copedem e Congresso de 30 Anos da Esmesc. Foram ofertadas 120 vagas.

A conferência de abertura foi ministrada pelo professor português Antonio Pedro Barbas Homem no auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses, no Itacorubi, em Florianópolis.

Operação Lava Jato sob a ótica da Teoria dos Jogos

Em 21 de julho de 2017, das 14h às 17h40, no auditório do TJSC, aconteceu o evento organizado pela Juíza Vânia Petermann “A Operação Lava Jato sob a Ótica da Teoria dos Jogos”, coordenado pelo Juiz Alexandre Moraes da Rosa, autor de “A Teoria do Jogos Aplicada ao Processo Penal”.

Entre os palestrantes/debatedores estavam Jéssica Gonçalves, o Procurador de Justiça Rodrigo Chemim (MPPR), autor do livro “Mãos Limpas e Lava-Jato: a corrupção se olha no espelho”, e o Delegado Federal Márcio Anselmo, autor de “Colaboração (Delação) Premiada”, que integrou a força-tarefa da Lava Jato até o início de 2018.

O evento, aberto ao público e gratuito, teve 350 participantes presenciais e transmissão ao vivo aos integrantes da instituição.

Curso sobre argumentação jurídica

O Curso sobre Argumentação Jurídica congrega magistrados e possibilita o conhecimento, aprimoramento e discussão da teoria, além de divulgar e incentivar estudos e pesquisas.

O curso, que possui 40 horas-aula e que é credenciado pela Enfam, foi realizado nos meses de maio e junho de 2017. Teve como formador o Dr. Tiago Gagliano Pinto Alberto, que trouxe à baila a expectativa de incentivar o discente a aplicar os parâmetros interpretativos e de fundamentação jurídica nas atuais concepções do Direito.

Em virtude da demanda pelo curso foram ofertadas duas novas turmas, em outubro e novembro do mesmo ano. O conteúdo abrange aspectos genéricos e aspectos avançados. Entre outros temas, discutiu-se a compreensão do direito e da sua formatação ideológica, sintática, semântica e pragmática a partir de diversas linhas de pensamento jurídico, tradicionais e contemporâneas.

Cursos de formação suplementar

A formação suplementar diz respeito à ampliação de conhecimentos de perfil acadêmico, reflexivo e crítico para o aprimoramento institucional de longo prazo. Tem como objetivo implementar curso de graduação e programas de pós-graduação *lato sensu* e outros cursos por área específica para aperfeiçoar as atividades judicantes exercidas pelos magistrados e servidores.

Curso de pós-graduação *lato sensu* em gestão estratégica no Poder Judiciário

A Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Estratégica no Poder Judiciário foi autorizada pelo Conselho Estadual de Educação e teve início em agosto de 2015. É destinada aos servidores efetivos do quadro de pessoal do Poder Judiciário catarinense que atuam como gestores.

O curso vem proporcionar debates de conceitos de vanguarda na área da gestão pública, bem como incentivar a troca de experiências, o desenvolvimento de mecanismos inovadores, a assimilação dos pressupostos teóricos que fundamentam

políticas e práticas de gestão estratégica e o conhecimento das principais atividades e procedimentos dos vários subsistemas da Administração.

A formatura dos 38 alunos foi realizada em 16 de dezembro de 2016, no Tribunal Pleno, com lançamento do *e-book* “Coleção Estudos sobre Gestão Estratégica no Poder Judiciário de Santa Catarina – 2014” (quatro volumes), que consiste em um conjunto de artigos científicos produzidos nos anos de 2015 e 2016 como trabalho de conclusão do referido curso.

Em agosto de 2017 iniciou-se uma nova turma com previsão de término para dezembro de 2018. Esta edição é a segunda feita exclusivamente pela AJ. Houve revisão no projeto pedagógico com mudança de grade curricular e ampliação de carga horária para 376 horas-aulas (304 horas-aulas presenciais e 72 horas-aulas a distância).

Curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito e Gestão Judiciária

A Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito e Gestão Judiciária, reconhecida pela Enfam, tem por objetivo tornar o aluno apto a exercer a judicatura no território de Santa Catarina com base na aplicação da legislação vigente, com ética e profissionalismo. O curso visa instrumentalizar os discentes para o papel de líder em sua equipe de trabalho, para a gestão de recursos materiais e humanos disponíveis em sua unidade judicial e para a aplicação de princípios de formação humanística, ética, cultural, psicológica, ideológica, social, científica e tecnológica norteados pela instituição.

O programa do curso foi concebido com a pretensão de desenvolver a formação interdisciplinar dos magistrados catarinenses, tendo em vista a necessidade dessa abordagem nas questões afetas à gestão judiciária nas unidades judiciais.

A grade curricular é constituída de 360 horas-aulas, sendo 288 presenciais e 72 virtuais.

As aulas iniciaram-se em março de 2017 e terminaram em dezembro do mesmo ano, ficando o desenvolvimento e a apresentação do artigo de conclusão do curso para 2018.

Mestrado profissional em direito para magistrados e servidores – UFSC

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por meio da AJ, firmou convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC para viabilizar a participação de seus magistrados e servidores no Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, com processo seletivo regulamentado pelo Edital n. 1/PPGPD/2016. Nesse primeiro chamamento feito pela UFSC foram aprovados três magistrados e vinte servidores.

Em maio de 2017 a UFSC lançou o Edital n. 1/PPGPD/2017, no qual disponibilizou vinte vagas para magistrados e quatro vagas para servidores do PJSC portadores de diploma de bacharel em Direito.

O referido programa tem por objetivos a qualificação profissional dos operadores jurídicos, especialmente aqueles que exercem atividades, funções e poderes públicos; o desenvolvimento de novos conhecimentos e tecnologias na área do Direito, visando contribuir para a melhoria das instituições nacionais; e a elaboração de um pensamento crítico voltado à construção e aplicação de um direito mais adequado à realidade brasileira no século XXI.

Mestrado em ciência jurídica para magistrados e servidores – Univali

Dando continuidade aos termos do Convênio n. 72/2012, firmado entre o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, foi possibilitada a participação de servidores e magistrados no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Mestrado em Ciência Jurídica. Os Editais n. 38/2015 e 81/2016 da Univali regulamentam respectivamente o processo de inscrição e o de seleção de servidores e magistrados interessados.

O Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica da Univali, nos termos divulgados por essa universidade, visa contribuir para o enriquecimento da pesquisa e para o desenvolvimento qualitativo de atividades voltadas ao ensino e à análise crítica dos fundamentos do direito positivo. Promove, com isso, a formação para o magistério jurídico e a formação de pesquisadores amparados por grupos de pesquisa, sempre vinculados às linhas de pesquisa e à área de concentração.

Para 2016/2 foi aprovado pela AJ o custeio de cinco vagas para magistrados e dezenove vagas para servidores. Já para o segundo semestre de 2017 foram aprovadas dezoito vagas para magistrados.

Doutorado em ciência jurídica para magistrados – Univali

O Edital Conjunto n. 99/2015, celebrado entre o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a Univali, regulamenta o Convênio n. 106/2015, pelo qual foi instituída turma especial para magistrados no Curso de Doutorado em Ciência Jurídica da Univali. Referido curso é regido pelas normas regimentais do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica da Univali, que funciona em regime de dupla titulação com a Universidade de Perugia, na Itália, e a Universidade de Alicante, na Espanha.

Em 2016, após os trâmites internos do processo seletivo da Univali, foram aprovados para o primeiro semestre quinze magistrados; e para 2017/1 foram preenchidas seis vagas por magistrados, conforme se colhe dos Processos Administrativos n. 11138/2015 e n. 484/2017.

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DOS DOCENTES

Uma instituição de ensino é muito mais do que um espaço em sala de aula e equipamentos. A essência de uma instituição está em sua atitude. Nessa seara, o corpo docente constitui o grande agente transformador no processo de construção do conhecimento e de mudança social. Desse modo, deve ser bem estruturado e constituído por profissionais realmente envolvidos com a educação, com a prática pedagógica e com o que a instituição quer oferecer a seus clientes. O docente, além de trabalhar com competência os conceitos inerentes a sua área de formação, deve vivenciar a ética e a cidadania.

O corpo docente da AJ é composto de juízes e servidores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, bem como de docentes externos convidados ou contratados. Os magistrados e servidores podem efetuar seu cadastro no Sistema do Corpo Docente da AJ apresentando os documentos exigidos e a titulação acadêmica mínima em sua área de estudos.

Vale ressaltar que a manutenção de convênios do PJSC com universidades em programas de mestrado e doutorado tem contribuído para a integração de magistrados e servidores habilitados ao quadro de formadores da AJ.

Foi realizado procedimento de seleção de tutores, categoria que integra o corpo de formadores da AJ, com reorganização pela Instrução Normativa AJ n. 1/2016. Os novos critérios foram aplicados nos cursos de “Avaliação de Desempenho: Procedimentos e *Feedback*”, com o auxílio da Diretoria de Tecnologia da Informação. No momento da inscrição, que é realizada no portal da AJ, o candidato anexa diploma de maior titulação e certificado de participação em curso de tutor.

PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

A AJ, como escola judicial de governo, possui diversos programas institucionais, realizados em parceria ou de maneira autônoma. Os programas institucionais têm por finalidade a promoção de ações de formação direcionadas a atender a demandas específicas da sociedade e do Poder Judiciário.

Residência judicial

A residência judicial tem por finalidade o aprendizado da atividade prático-jurídica, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, e deve ser desenvolvida em gabinete de magistrado de primeiro ou segundo grau, sob a orientação de magistrado vitalício pertencente ao Poder Judiciário catarinense e sob a supervisão da AJ e da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina.

São disponibilizadas atualmente 250 vagas, e há 147 residentes em atividade.

E-Books

Nos termos do Edital AJ n. 2/2017, disponibilizado no Diário de Justiça de 8 de março de 2017, foi aberta a chamada para a publicação de livros digitais, em conformidade com a Resolução AJ n. 2/2014.

A publicação é voltada a trabalhos desenvolvidos em curso de graduação ou pós-graduação e demais produções realizadas com método científico.

Foram selecionadas, nos termos do edital em comento, as obras: “A tutela dos produtos essenciais, previstos no código de defesa do consumidor”, de João Paulo Fistarol Campos; “Análise da função jurisdicional do Estado à luz do paradigma neoconstitucionalista”, de Douglas Beckhauser de Freitas; e “A responsabilidade dos agentes públicos e do Estado brasileiro por violações dos direitos humanos no período da ditadura militar brasileira (1964-1985): uma análise jurídico-política a partir do legado disciplinar de Hannah Arendt”, de Vanessa de Assis Martins.

Wikilex

Trata-se de uma ferramenta de pesquisa aplicada aos operadores do direito. Possui o formato de construção colaborativa e permite ao usuário acompanhar e consultar a legislação atualizada. Além disso, o usuário poderá acrescentar abaixo de cada dispositivo legal sua contribuição nos campos “legislação correlata”, “súmulas”, “jurisprudência”, “comentários” e “modelos”.

Para facilitar a consulta e os registros, o instrumento conta com uma estrutura administrativa composta de coordenador-geral, coordenador e moderador. A legislação disponível atualmente é o Novo Código de Processo Civil, sob moderação do servidor Leonardo Beduschi.

Revista do CEJUR/TJSC: prestação jurisdicional – qualificação

A Revista do Cejur/TJSC: Prestação Jurisdicional, que está em seu quarto volume, possui ênfase em gestão e organização judiciária, resolução não adversarial de conflitos, políticas públicas, justiça, processo, cidadania e mídia. Busca fomentar a produção e a disseminação de artigos inéditos na área da prestação jurisdicional elaborados por magistrados, docentes, pesquisadores, discentes e profissionais da área jurídica.

Nos anos de 2016 e 2017 foram desenvolvidas tratativas com o intuito de indexar e qualificar a Revista do Cejur/TJSC por meio de contratação de empresa especializada. A proposta, em linhas gerais, inclui planejamento, aspectos técnicos e de qualidade do periódico.

Doutrina do Cejur

A Doutrina do Cejur é uma ferramenta de busca que possui em seu banco de dados a pesquisa desenvolvida por magistrados e servidores no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação.

O sistema está disponível no portal da AJ e foi atualizado em 2017. Foram inseridos 64 títulos de trabalhos concluídos em 2016.

Projetos e núcleos de pesquisa

Os projetos de pesquisa apresentados, nos limites das áreas temáticas e programas institucionais, poderão ser realizados no período compreendido entre um e dois anos.

Os líderes que quiserem dar continuidade aos projetos de pesquisa, após o término destes, poderão apresentar proposta de constituição de núcleo de estudo e pesquisa na mesma área temática desenvolvida no projeto.

Os núcleos de estudo e pesquisa são unidades permanentes que produzem conhecimento jurídico por meio de projetos de pesquisa.

Em 2017 houve o acompanhamento de dois projetos de pesquisa:

- a) “Gestão de lançamento de decisões na área cível no primeiro grau” (sob a liderança do Dr. Orlando Luiz Zanon Junior); e
- b) “Fluxo de atendimento às gestantes ou mães que manifestam interesse em entregar seus filhos à adoção” (sob a liderança de Elaine Cristina Mendonça da Silva).

Comitê de gestão da criatividade

O Comitê de Gestão da Criatividade, organizado pela Resolução GP n. 8/2015 e formado por magistrados e servidores, objetiva captar ideias e projetos de melhoria dos serviços internos e externos da máquina administrativa e judiciária para a otimização do atendimento e a satisfação das necessidades dos usuários da Justiça.

O comitê se reúne bimestralmente, nos meses ímpares, para deliberação quanto às propostas recebidas. Até o momento foram analisados vinte e dois projetos, dois dos

quais foram encaminhados à Administração do Tribunal de Justiça: “Central de intimações por telefone” e “Abraça uma vítima”.

Mediação judicial

No ano de 2016 a AJ recebeu da Coordenadoria do Sistema dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos – Jepsac a incumbência de continuar os cursos de competências da mediação judicial, até então organizados por esse órgão.

Em atendimento à Resolução CNJ n. 125/2010, foi iniciado pela AJ o módulo teórico. A normativa estabelece que o curso deverá ser dividido em duas etapas: módulo teórico (40 horas-aula); e módulo prático – estágio supervisionado (100 horas-aula).

Além disso, foi expandido o quadro de supervisores de estágio, com a formação exigida pelo CNJ, ou seja, formação no módulo teórico, módulo prático e curso de formação de supervisor (16 horas-aula).

Com o advento das Resoluções Enfam n. 6, de 21 de novembro de 2016, e n. 3, de 7 de junho de 2017, o entendimento referente à composição dos cursos foi alterado. A AJ, em julho de 2017, enviou à Enfam a solicitação de reconhecimento como instituição formadora. Desse modo, coube à AJ a formação de servidores e cidadãos que atuarão como mediadores judiciais e, também, a organização dos servidores supervisores por comarca.

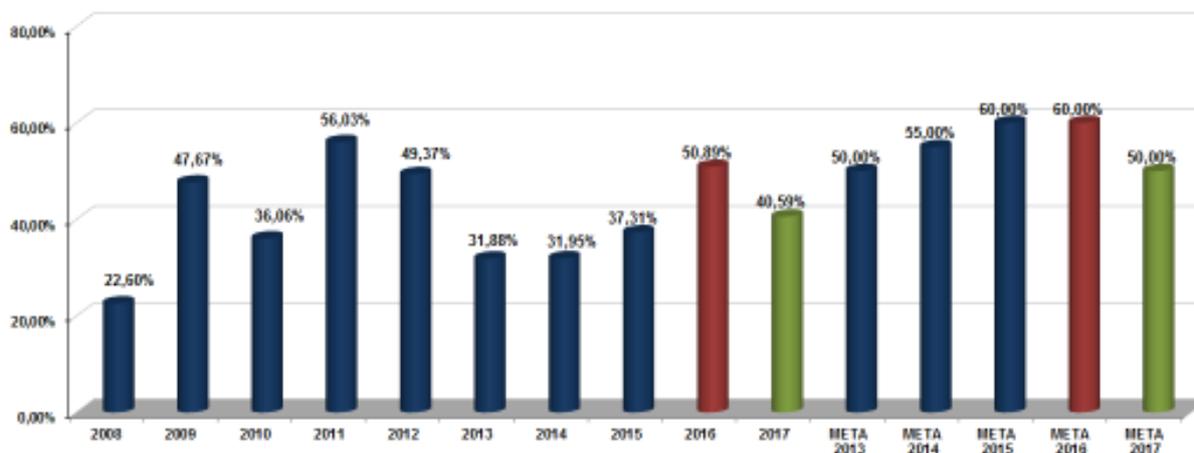
As aulas teóricas são ofertadas pela Academia, em cujo portal são abertas as inscrições ao público. Feita a etapa de fundamentação, corre o prazo de um ano para conclusão do estágio supervisionado. Para facilitar ao público (interno ou externo) o contato para agendamento de aulas práticas, o *site* do Tribunal de Justiça de Santa Catarina disponibiliza a relação de supervisores da mediação judicial. Para atuar como mediador judicial, a pessoa capaz deverá estar graduada há pelo menos dois anos em curso de ensino superior de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e capacitada em escola ou instituição de formação de mediadores reconhecida pela Enfam ou pelos Tribunais, nos termos do art.11 da Lei n. 13.140/2015.

RESULTADOS DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS: ANÁLISE DOS INDICADORES DA AJ

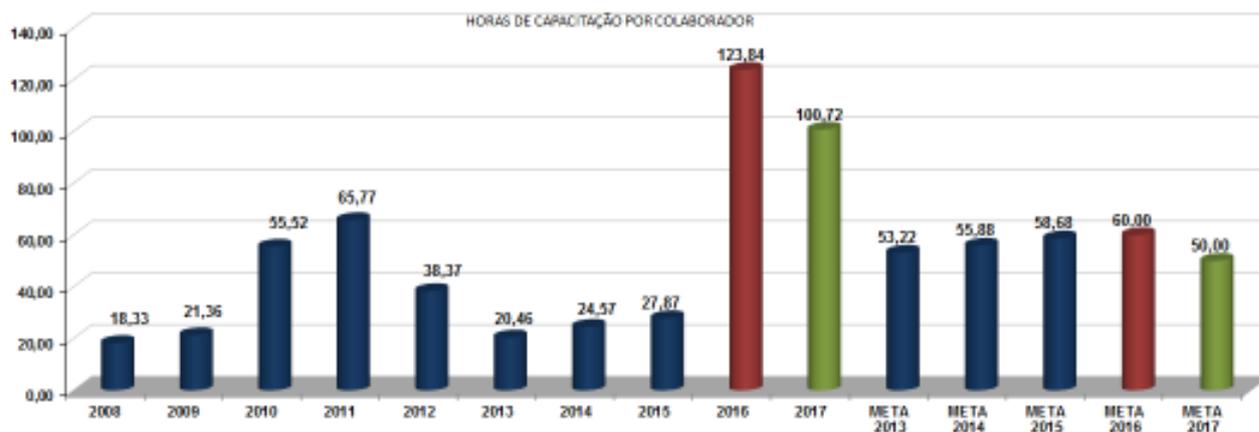
Os indicadores controlados pela AJ e pela Diretoria de Gestão de Pessoas, foram extraídos do mapa estratégico do PJSC na perspectiva de “pessoas e recursos” e tem como objetivo desenvolver permanentemente conhecimentos, habilidades e atitudes, bem como garantir o apropriado percentual de colaboradores capacitados por meio de verificação da quantidade de magistrados, servidores, estagiários e bolsistas que participaram de eventos de capacitação promovidos e/ou patrocinados pelo PJSC, tais como cursos internos, cursos externos, seminários, congressos e bolsas de estudo de graduação e pós-graduação.

Quanto aos indicadores

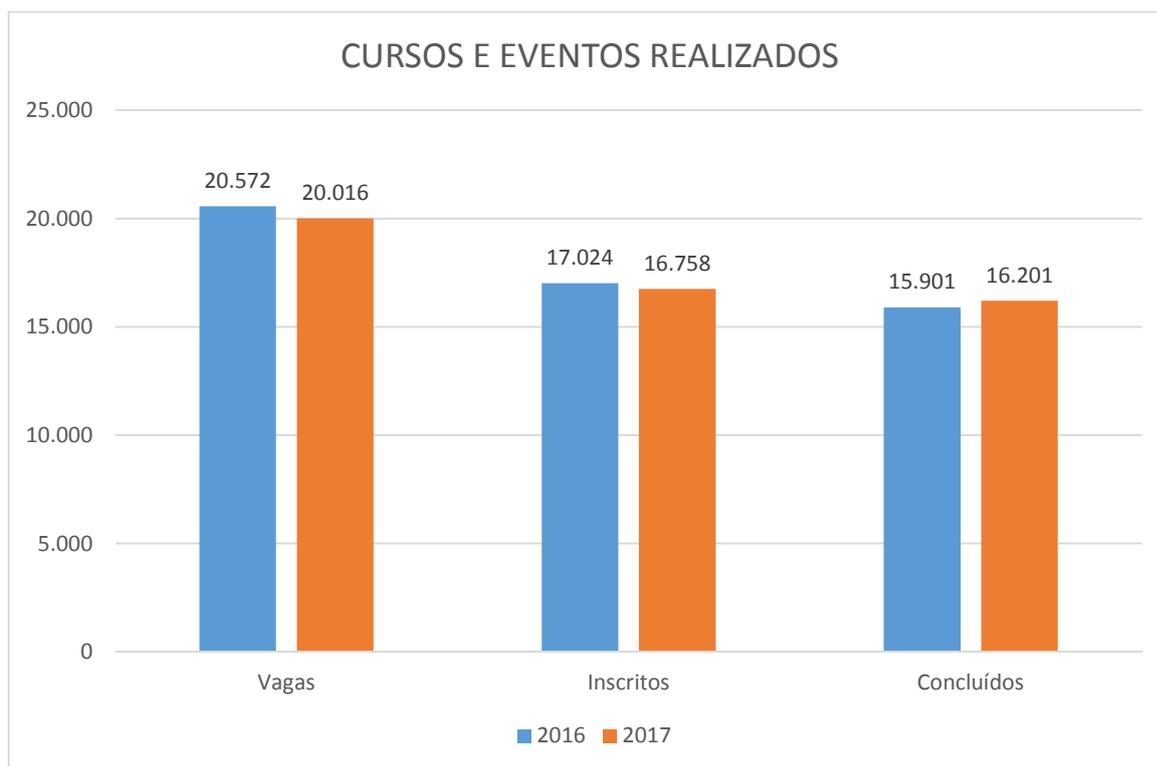
Colaboradores capacitados (sem repetição de participação)



Horas de capacitação por colaborador (sem repetição de participação)



Quanto à gestão de participação do público-alvo



Obs.: Os dados referentes ao número de inscritos e de formados nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2017 foram calculados com base no número de vagas ofertadas.

RESUMO DE CURSOS – 2016				
ÁREAS	Vagas oferecidas	Inscrições realizadas	Particip. Aprovados	Total de cursos
CURSOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	185	149	147	5
CURSOS NA ÁREA JUDICIAL	13.082	10.862	10.071	74
CURSO NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO	3.560	2.556	2.337	32
CURSO NA ÁREA DE LÍNGUAS	3.160	2.969	2.882	7
CURSO NA ÁREA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL/SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	224	154	151	1
CURSO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO	300	273	252	3
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	61	61	61	3
TOTAL	20.572	17.024	15.901	125

RESUMO DE CURSOS – 2017				
ÁREAS	Vagas oferecidas	Inscrições realizadas	Particip. Aprovados	Total de cursos
CURSOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	304	255	253	11
CURSOS NA ÁREA JUDICIAL	11.281	9.429	9.178	127
CURSO NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO	5.570	4.691	4.577	47
CURSO NA ÁREA DE LÍNGUAS	555	572		4
CURSO NA ÁREA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL/SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	40	40	39	2
CURSO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO	41	39	39	3
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	56	56	56	2
TOTAL	17.847	15.082	14.142	196

RELAÇÃO DE CURSOS REALIZADOS EM 2017

Curso/Evento	Período		vagas	inscritos	concluídos	Modalidade
Língua Portuguesa – Tópicos Gramaticais – 1º Semestre	01/02/2017	30/06/2017	500	517	361	Ead
Oficina de Formação de Formadores	17/02/2017	17/02/2017	10	10	10	Presencial
Sistema de Processo Administrativo – SPA – 1ª Edição	06/02/2017	03/03/2017	500	498	457	Ead
Gerenciamento de Rotinas – CEJUSC – 1ª Edição	13/02/2017	12/03/2017	110	110	95	Ead
Estudos Avançados de Direito e Literatura	10/02/2017	10/02/2017	40	39	21	Presencial
Curso de Gerenciamento de Rotinas SAJ5/SG – Secretários de Câmaras – Turma 1	20/02/2017	20/02/2017	25	18	18	Presencial
Curso de Gerenciamento de Rotinas SAJ5/SG – Secretários de Câmaras – Turma 2	24/02/2017	24/02/2017	25	23	23	Presencial
Módulo Nacional Enfam – Formação Novos Juízes	30/01/2017	03/02/2017	16	16	16	Presencial

Pós-Graduação – Direito e Gestão Judiciária	09/03/2017	07/12/2017	16	16	16	Presencial
Formação de Base em Mediação Familiar – 2ª Edição – Pinhalzinho	20/03/2017	23/03/2017	40	40	34	Presencial
Formação de Base em Mediação Familiar – 1ª Edição – Xaxim	22/03/2017	24/03/2017	40	41	37	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: Processos físicos e virtuais – Sistema SAJ5/PG – 1ª Edição	06/03/2017	14/04/2017	1000	761	692	Ead
Capacitação SAJ5/SG – Gabinete – Processos Físicos e digitais – SAJ5/SG – Turma 1	07/03/2017	08/03/2017	15	13	13	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 2ª Edição – Gaspar	13/03/2017	13/03/2017	20	14	14	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 1ª Edição – Blumenau	14/03/2017	14/03/2017	40	30	29	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 3ª Edição – Criciúma	20/03/2017	20/03/2017	25	17	17	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 6ª Edição – Urussanga	21/03/2017	21/03/2017	20	16	16	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 4ª Edição – Forquilha	21/03/2017	21/03/2017	20	9	9	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 5ª Edição – Içara	22/03/2017	22/03/2017	20	16	15	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 12ª Edição – Araranguá	23/03/2017	23/03/2017	35	34	34	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 7ª Edição – Lages	27/03/2017	27/03/2017	20	20	20	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 11ª Edição – Otacílio Costa	28/03/2017	28/03/2017	20	13	12	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 8ª Edição – Anita Garibaldi	28/03/2017	28/03/2017	10	7	7	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 9ª Edição – Campo Belo do Sul	29/03/2017	29/03/2017	15	8	7	Presencial

Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 10ª Edição – Correia Pinto	29/03/2017	29/03/2017	20	15	13	Presencial
Planilhas Eletrônicas – Nível Básico	13/03/2017	17/03/2017	30	16	15	Presencial
Justiça Restaurativa – Eixo 1 – Capital	06/03/2017	01/08/2017	30	12	12	semi-presencial
Formação de Supervisores – Curitiba	06/03/2017	07/03/2017	40	14	13	Presencial
Justiça Restaurativa – Seminário – Fpolis	20/03/2017	20/03/2017	400	394	394	Presencial
Gestão de Projetos / MS Project	09/03/2017	10/03/2017	30	17	16	Presencial
Procedimentos em Unidades Judiciais Criminais e de Execução Penal – 1ª Edição	13/03/2017	30/04/2017	200	89	80	Ead
Matemática Financeira Aplicada a Mercado Imobiliário – 3ª Edição	15/03/2017	17/03/2017	40	22	20	Presencial
Avaliação de Bens Imóveis – 1ª Edição	29/03/2017	29/03/2017	35	35	31	Presencial
Avaliação de Bens Imóveis – 2ª Edição	30/03/2017	30/03/2017	35	35	34	Presencial
Teletrabalho – Chefes de Secretaria – 1ª Edição	28/03/2017	28/03/2017	40	33	27	Presencial
Teletrabalho – Chefes de Secretaria – 2ª Edição	29/03/2017	29/03/2017	40	28	24	Presencial
Teletrabalho – Chefes de Secretaria – 3ª Edição	30/03/2017	30/03/2017	40	33	26	Presencial
Capacitação SAJ5/SG – Gabinete – Processos Físicos e digitais – SAJ5/SG – Gab Des. André Dacol	22/03/2017	22/03/2017	1	1	1	Presencial
Capacitação para Uso do Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas – SEER	01/03/2017	16/03/2017	10	6	6	Presencial
Direito Sistêmico	17/03/2017	28/03/2017	20	23	21	semi-presencial
Gestão de Unidades Judiciais	17/03/2017	12/05/2017	36	36	33	semi-presencial
I Simpósio de Direito e Economia da Região do Norte de Santa Catarina – Joinville	17/03/2017	17/03/2017	30	9	8	Presencial
Curso de Recuperações Judiciais e Falências	17/03/2017	04/04/2017	10	4	4	Presencial
Workshop de tutoria para o curso de avaliação de desempenho e feedback	31/03/2017	31/03/2017	15	13	13	Presencial
Gestão de Unidades Judiciais	24/04/2017	15/07/2017	32	32	25	semi-presencial

Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 15ª Edição – Videira	19/04/2017	19/04/2017	15	15	15	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 18ª Edição – Concórdia	26/04/2017	26/04/2017	45	41	36	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 19ª Edição – Itupumirim	27/04/2017	27/04/2017	10	8	8	Presencial
Gerenciamento de Rotinas – CEJUSC – 2ª Edição	03/04/2017	30/04/2017	250	124	117	Ead
Matemática Financeira Aplicada a Mercado Imobiliário – 4ª Edição	05/04/2017	07/04/2017	40	27	22	Presencial
Capacitação para uso do Sistema de Processo Administrativo – SPA – 2ª Ed	02/05/2017	28/05/2017	500	323	318	Ead
Avaliação de Desempenho e Feedback – 1ª Edição	10/04/2017	28/05/2017	390	365	347	Ead
Oficina de Parentalidade	03/04/2017	05/04/2017	50	38	37	Presencial
Justiça restaurativa – Eixo 2, 3 e 4 – Fpolis	05/04/2017	24/08/2017	70	55	55	semi-presencial
Justiça restaurativa – Eixo 2, 3 e 4 – Lages	13/06/2017	17/10/2017	70	64	64	semi-presencial
Análise de Negócios – 1ª Edição	02/05/2017	05/05/2017	10	11	11	Presencial
Análise de Negócios – 2ª Edição	17/04/2017	20/04/2017	30	29	29	Presencial
Comunicação não Violenta – Comunicação Sustentável	05/09/2017	26/09/2017	20	20	20	Presencial
Capacitação dos Servidores do Programa de Teletrabalho do PJSC – 1ª Edição	17/04/2017	17/04/2017	30	22	21	Presencial
Capacitação dos Servidores do Programa de Teletrabalho do PJSC – 2ª Edição	18/04/2017	18/04/2017	30	27	23	Presencial
Capacitação dos Servidores do Programa de Teletrabalho do PJSC – 3ª Edição	19/04/2017	19/04/2017	30	19	18	Presencial
Capacitação em Competência da Mediação Familiar – Concórdia	26/04/2017	28/04/2017	40	41	36	Presencial
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais – Nível Intermediário	08/08/2017	10/10/2017	5	5	5	Ead
Gestão de Resíduos sólidos na Construção Civil / Sustentabilidade	03/04/2017	04/04/2017	20	20	19	Presencial
Direito Bancário e do Consumidor – Aspectos relevantes do cotidiano do juiz	28/04/2017	12/05/2017	30	11	8	semi-presencial

Formação de Supervisores	30/05/2017	01/06/2017	30	29	25	Presencial
Curso de Formação de Conciliadores – Sistema dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública – Legislação Correlatas – 1ª Edição – Joinville	17/04/2017	20/04/2017	40	36	30	Presencial
Formação de Conciliadores – Blumenau	05/06/2017	08/06/2017	40	40	38	Presencial
Gestão Estratégica do PJSC com o uso do BSC – 1ª Edição	17/04/2017	21/05/2017	250	249	240	Ead
Gestão Administrativa do TJSC – Desembargadores e Juizes de 2º Grau	22/05/2017	22/05/2017	20	21	21	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 13ª Edição – Tangará	17/04/2017	17/04/2017	10	8	8	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 14ª Edição – Fraiburgo	18/04/2017	18/04/2017	25	17	16	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 16ª Edição – Itá	24/04/2017	24/04/2017	15	10	10	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 17ª Edição – Seara	25/04/2017	25/04/2017	20	10	10	Presencial
Planilhas Eletrônicas – Nível Intermediário	08/05/2017	16/05/2017	30	22	22	Presencial
Planilhas Eletrônicas – Nível Avançado	22/05/2017	31/05/2017	30	20	20	Presencial
Argumentação Jurídica	24/05/2017	02/06/2017	30	26	22	Presencial
Ambientação Institucional – 1ª Edição	29/06/2017	29/07/2017	400	162	162	Ead
Seminário – A Justiça do Futuro – Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos	25/05/2017	26/05/2017	250	231	231	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: Processos físicos e digitais – Sistema SAJ5/PG – 2ª Edição	06/06/2017	16/07/2017	1000	640	640	Ead
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 20ª Edição – Porto Belo	03/05/2017	03/05/2017	20	17	16	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 21ª Edição – Itapema	04/05/2017	04/05/2017	30	23	21	Presencial

Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 22ª Edição – Tijucas	05/05/2017	05/05/2017	30	21	19	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 23ª Edição – Jaraquá do Sul	08/05/2017	08/05/2017	57	30	30	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 24ª Edição – Guaramirim	09/05/2017	09/05/2017	25	13	11	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 25ª Edição – Mafra	10/05/2017	10/05/2017	25	20	19	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 26ª Edição – Itaiópolis	11/05/2017	01/05/2017	12	6	6	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 27ª Edição – Papanduva	12/05/2017	12/05/2017	15	9	8	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 28ª Edição – Presidente Getúlio	22/05/2017	22/05/2017	15	11	8	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 29ª Edição – Ibirama	22/05/2017	22/05/2017	25	21	21	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 30ª Edição – Indaial	23/05/2017	23/05/2017	35	20	18	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 31ª Edição – Ascurra	24/05/2017	24/05/2017	15	11	11	Presencial
Técnica de Entrevista Investigativa com testemunhas e vítimas	02/05/2017	28/07/2017	15	10	10	Presencial
Plamilhas Eletrônicas – Nível Intermediário	28/06/2017	06/07/2017	30	23	22	Presencial
Atualização de Registros em Serviço Social – Etapa 1	09/10/2017	27/11/2017	50	50	50	semi- presencial
14º Fórum Estadual dos Juizados Especiais – FEJESC	05/10/2017	06/10/2017	150	46	46	Presencial
Capacitação SAJ5/SG – Gabinete – Processos Físicos e digitais do SAJ/SG	12/07/2017	12/07/2017	1	1	1	Presencial
Justiça Restaurativa – Eixo 1 – Formação de Gestores em Justiça Restaurativa – Lages	02/05/2017	02/10/2017	30	30	30	Presencial
Atendimento ao Público	04/09/2017	03/12/2017	2000	2000	2000	Ead

O Juiz e o Serviço Extrajudicial	09/10/2017	24/11/2017	40	35	35	Ead
Planilhas Eletrônicas – Nível Básico – Chapecó	21/06/2017	23/06/2017	25	25	25	Presencial
Oficina de Parentalidade – Joinville	07/06/2017	09/06/2017	40	21	21	Presencial
Gabinete – Processos Físicos e Digitais do SAJ5/SG	01/06/2017	01/06/2017	30	28	24	Presencial
Avaliação de Desempenho e Feedback – 2ª Edição	19/06/2017	07/08/2017	390	363	348	Ead
FOFO 1 – Formação de Formadores – Nacional	20/06/2017	22/06/2017	11	9	9	Presencial
Fase Interna das Contratações Públicas: Etapas Fundamentais – 1ª Edição	18/09/2017	22/09/2017	31	31	31	Presencial
Capacitação SAJ/SG e PG – Digitalização e categorização de processos	17/07/2017	17/07/2017	40	20	9	Presencial
Plantão Judicial	12/06/2017	09/07/2017	400	400	394	Ead
A Operação Lava-Jato sob a ótica da Teoria dos Jogos	21/07/2017	21/07/2017	300	200	200	Presencial
Capacitação SAJ/SG e PG – Digitalização e categorização de processos	18/07/2017	21/07/2017	40	16	14	Presencial
Sensibilização para a Importância de Cuidar de Si	23/06/2017	14/07/2017	30	8	7	Presencial
Capacitação de Auditores – Nível Básico	19/06/2017	22/06/2017	16	16	13	Presencial
Procedimentos em Unidades Judiciais Criminais e de Execução Penal – 2ª Edição	26/06/2017	06/08/2017	200	199	185	Ead
Procedimento de Carga de Processos Físicos – SAJ/SG – Turma 1	22/05/2017	22/05/2017	30	27	26	Presencial
Procedimento de Carga de Processos Físicos – SAJ/SG – Turma 2	23/05/2017	23/05/2017	30	17	16	Presencial
Procedimento de Carga de Processos Físicos – SAJ/SG – Turma 3	29/05/2017	29/05/2017	30	28	28	Presencial
Procedimento de Carga de Processos Físicos – SAJ/SG – Turma 4	30/05/2017	30/05/2017	30	27	24	Presencial
Procedimentos de Secretários de Foros – Itajaí	09/05/2017	22/06/2017	8	8	7	Presencial
Planilhas Eletrônicas – Nível Básico – Joinville	26/07/2017	28/07/2017	25	17	17	Presencial
Oratória – 1ª edição	13/07/2017	14/07/2017	25	25	21	Presencial

Avaliação de Bens Imóveis – 3ª Edição – Chapecó	06/11/2017	06/11/2017	35	35	35	Presencial
Capacitação de Auditores – Nível Intermediário	03/07/2017	06/07/2017	16	11	11	Presencial
Administração Orçamentária e Financeira	11/09/2017	28/09/2017	30	30	30	Presencial
Workshop sobre a Utilização das Tabelas Processuais Unificadas do CNJ	26/09/2017	27/09/2017	21	21	21	Presencial
Curso de Aperfeiçoamento e Atualização de Chefes/Secretários dos Sistema dos Juizados Especiais – Joinville	28/08/2017	31/08/2017	30	19	19	Presencial
Gestão estratégica com uso do BSC – 2ª Edição	11/09/2017	15/10/2017	250	250	250	Ead
Fase Interna das Contratações Públicas: Etapas Fundamentais – 2ª Edição	23/10/2017	27/10/2017	39	39	39	Presencial
Judicialização da Saúde	31/08/2017	01/09/2017	35	18	18	semi-presencial
Formação de Conciliadores – Capital	28/08/2017	31/08/2017	40	40	40	Presencial
Gestão de Unidades Judiciais – 1º Grau	14/08/2017	03/10/2017	38	34	34	semi-presencial
Gestão de Risco e Governança	02/08/2017	04/08/2017	40	30	29	Presencial
Oratória – 2ª edição	27/11/2017	28/11/2017	25	25	25	Presencial
Plantão Judicial – 2ª Edição	14/08/2017	17/09/2017	605	565	565	Ead
Gestão Administrativa do TJSC – Desembargadores – 2ª Edição	19/06/2017	19/06/2017	35	21	16	Presencial
Plantão Judicial – 3ª Edição	02/10/2017	05/11/2017	501	501	501	Ead
Formação de Base em Mediação Familiar – Lages	27/06/2017	29/06/2017	40	37	31	Presencial
Formação de Base em Mediação Familiar – Criciúma	27/06/2017	29/06/2017	40	37	31	Presencial
Formação de Conciliadores – Chapecó	21/08/2017	24/08/2017	40	40	40	Presencial
Gabinete – Processos Físicos e digitais do SAJ5/SG – Instrutores	01/09/2017	01/09/2017	10	6	6	Presencial
Avaliação de Bens Imóveis – 4ª Edição – Itajaí	08/11/2017	08/11/2017	35	35	35	Presencial
Avaliação de Desempenho e Feedback – 3ª Edição	28/0/2017	15/10/2017	390	390	390	Ead

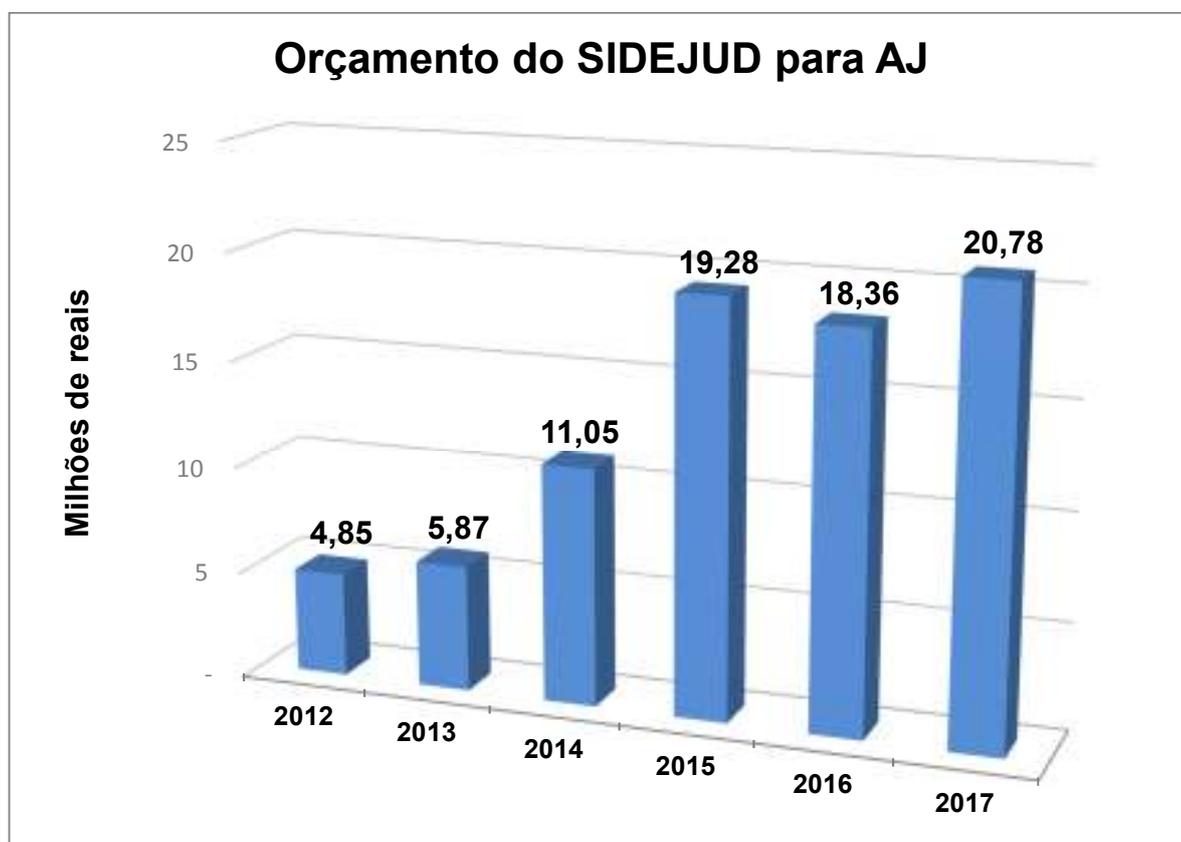
Planilhas Eletrônicas – Nível Básico – Capital	23/08/2017	25/08/2017	25	23	23	Presencial
Capacitação em Sistema de Processo Administrativo SPA – 3ª Edição	04/09/2017	01/10/2017	500	263	263	Ead
Programação de Macros com VBA no software MS-Excel	02/10/2017	01/11/2017	25	20	20	Presencial
Pós-Graduação em Gestão Estratégica no PJSC	09/08/2017	14/12/2017	40	40	40	Presencial
Redação de Emendas de Acordãos – 1ª Edição	11/09/2017	14/09/2017	25	27	27	Presencial
Workshop – Crimes e Violações aos Direitos Humanos na internet	22/09/2017	22/09/2017	40	25	25	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: Processos físicos e virtuais – Sistema SAJ/PG5 e SAJ-SG – 3ª Edição	14/08/2017	24/09/2017	500	261	261	Ead
Curso Introdutório sobre Gestão Judiciária para Desembargadores e Juizes de 2º Grau	21/08/2017	21/08/2017	35	21	16	Presencial
Formação de Base em Mediação Familiar – Joinville	26/09/2017	28/09/2017	40	40	40	Presencial
Formação de Base em Mediação Familiar – Blumenau	08/08/2017	10/08/2017	40	37	32	Presencial
Aperfeiçoamento de Gestores de TI	18/09/2017	19/09/2017	40	40	40	Presencial
Curso Introdutório sobre Gestão Judiciária para Desembargadores e Juizes de 2º Grau	25/09/2017	25/09/2017	35	21	21	Presencial
Aperfeiçoamento e Atualização de Chefes/Secretários do Sistema dos Juizados Especiais – Capital	23/10/2017	26/10/2017	30	30	30	Presencial
14º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e apoio à Adoção – Fórum Estadual de Juizes, Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Técnicos do PJ e MPSC – Blumenau	21/09/2017	22/09/2017	400	389	389	Presencial
Gerenciamento de Rotinas – CEJUSC – 3ª Edição	11/09/2017	08/10/2017	150	147	147	Ead
Instrução Normativa n. 5/17 e as principais alterações	16/10/2017	17/10/2017	40	40	40	Presencial
Esquadrias Especiais – Glassing e Fachadas em Pele de Vidro	19/10/2017	19/10/2017	30	30	30	Presencial
Esquadrias Especiais – Glassing e Fachadas em Pele de Vidro	16/10/2017	12/11/2017	200	62	62	Ead

Argumentação Jurídica – Aspectos Genéricos	19/10/2017	20/10/2017	35	35	35	Presencial
Workshop de Comunicação – 1ª Edição	09/10/2017	11/10/2017	20	20	20	Presencial
Workshop de Comunicação – 2ª Edição	09/10/2017	11/10/2017	20	20	20	Presencial
Base em Mediação Familiar – Capital	17/10/2017	19/10/2017	40	40	40	Presencial
Análise e Melhoria de Processos	23/10/2017	27/10/2017	30	30	30	Presencial
Formação de Gestores de Processos	30/10/2017	11/12/2017	30	30	30	Presencial
Curso Introdutório sobre Gestão Judiciária para Desembargadores e Juizes de 2º Grau	30/10/2017	30/10/2017	35	21	21	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: Processos físicos e virtuais – Sistema SAJ/PG5 – 4ª Edição	09/10/2017	19/11/2017	500	264	264	Ead
Gestão de Pessoas	30/10/2017	10/12/2017	40	40	40	Ead
Atualização em Legislação de Pessoal	06/11/2017	05/12/2017	30	30	30	Presencial
Assédio Moral	06/11/2017	27/11/2017	20	20	20	Presencial
Formação de Analistas de Negócio – Edição Adaptada	13/11/2017	14/11/2017	30	30	30	Presencial
II Fórum Estadual de Assistentes Sociais e Psicólogos do PJSC	09/11/2017	11/11/2017	175	175	175	Presencial
Aperfeiçoamento e Atualização de Chefes/Secretários do Sistema dos Juizados Especiais – Chapecó	07/11/2017	10/11/2017	30	30	30	Presencial
Avaliação de Bens Imóveis – 5ª Edição – Fpolis	09/11/2017	09/11/2017	35	35	35	Presencial
Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância	30/10/2017	31/10/2017	35	35	35	Presencial
Curso Introdutório sobre Gestão Judiciária para Desembargadores e Juizes de 2º Grau	20/11/2017	20/11/2017	35	21	21	Presencial
Argumentação Jurídica – Aspectos Avançados	13/11/2017	14/11/2017	35	35	35	Presencial
Redação Jurídica Objetiva	14/09/2017	29/09/2017	30	16	16	Presencial
Gerenciamento de Rotinas: SAJ5/PG – Plantão Judiciário – 32ª Edição – Laguna	05/06/2017	05/06/2017	25	16	16	Presencial

Avaliação de Bens Imóveis – 6ª Edição – Fpolis	10/11/2017	10/11/2017	35	35	35	Presencial
Workshop de tutoria para o curso de avaliação de desempenho e feedback – T2	09/06/2017	09/06/2017	15	15	13	Presencial
Curso – Histórico de partes aplicado à Execução Penal – 1ª Edição	19/06/2017	24/07/2017	12	12	12	semi-presencial
Curso – Histórico de partes aplicado à Execução Penal – 2ª Edição	26/06/2017	24/08/2017	15	15	15	semi-presencial
Workshop de tutoria para o curso de avaliação de desempenho e feedback – T3	14/08/2017	14/08/2017	15	15	15	Presencial
Teoria e Prática da Produção de Decisões Judiciais – 1ª Edição	14/08/2017	21/08/2017	30	30	30	Presencial
Gabinete – Processos Físicos e digitais – SAJ5/SG	21/08/2017	22/08/2017	27	14	14	Presencial
Gestão de Unidades Judiciais – 1º Grau	28/08/2017	17/10/2017	31	24	24	semi-presencial
Teoria e Prática da Produção de Decisões Judiciais – 2ª Edição – Blumenau	26/10/2017	27/10/2017	30	30	30	semi-presencial
Teoria e Prática da Produção de Decisões Judiciais – 3ª Edição – Capital	16/11/2017	17/11/2017	30	30	30	semi-presencial
Montagem e Manutenção de microcomputadores e redes locais	20/11/2017	22/11/2017	14	14	14	Presencial
Orçamentos de Obras Públicas utilizando o SINAPI	20/11/2017	21/11/2017	20	20	20	Presencial
Pretendentes à Adoção – Várias Comarcas	07/01/2017	19/12/2017	1096	1096	1096	Presencial
Língua Portuguesa – Tópicos Gramaticais – 2º Semestre	14/08/2017	03/12/2017	201	201	201	Ead
Impacto do CPC nos Tribunais de Justiça após 1 ano de vigência	21/09/2017	23/09/2017	16	16	16	Presencial
Procedimentos em Unidades Judiciais Criminais e de Execução Penal – 3ª Edição	09/10/2017	19/11/2017	200	160	160	Ead
Gestão de Finanças Pessoais	23/10/2017	24/10/2017	25	25	25	Presencial
Capacitação em Mediação Judicial	23/10/2017	27/10/2017	38	38	38	Presencial
Formação de Conciliadores – Camboriú	24/10/2017	27/10/2017	55	55	55	Presencial
Atualização em Processo Civil	25/10/2017	30/11/2017	39	39	39	Presencial
Demandas e Recursos Repetitivos	20/11/2017	30/11/2017	35	35	35	Presencial

Formação de Base em Mediação Familiar – Joaçaba	21/11/2017	23/11/2017	40	40	40	Presencial
Financiamento Partidário e de Campanhas Eleitorais	23/11/2017	24/11/2017	30	30	30	Presencial
Gestão de Unidades Judiciais em Primeiro Grau – Praticando Gestão Estratégica na Unidade Judicial	23/11/2017	24/11/2017	200	200	200	Presencial
Protocolo de atividades nas inspeções de espaços socioeducativos, dificuldades, boas práticas e orientações institucionais	24/11/2017	24/11/2017	40	40	40	Presencial
Segurança Jurídica na Execução Penal	28/11/2017	29/11/2017	25	25	25	Presencial
Oficina de Parentalidade – Capital	05/12/2017	07/12/2017	40	40	40	Presencial
TOTAL			20016	16758	16201	

SÉRIE HISTÓRICA DO ORÇAMENTO



Fonte: Academia Judicial

8 GESTÃO DE PESSOAS

A Diretoria de Gestão de Pessoas é responsável pelo gerenciamento e supervisão do quadro de pessoal do Poder Judiciário, tanto da Justiça de Primeiro Grau, quanto da Secretaria do Tribunal de Justiça, e inclui servidores efetivos e comissionados, inativos, estagiários, voluntários e terceirizados.

Esse trabalho envolve o controle do ingresso na carreira, com o acompanhamento dos processos de nomeação dos servidores, de contratação de estagiários e terceirizados, e de adesão dos voluntários.

É responsável também pelo controle da movimentação funcional dos servidores (remoção, disposição, lotação, etc.), pelo registro de todos os incidentes ocorridos durante a vida funcional dos colaboradores do Poder Judiciário e pela elaboração da folha de pagamento dos magistrados, servidores, inativos (incluídos os juízes de paz e extrajudiciais), residentes judiciais e estagiários.

Controla ainda as avaliações de desempenho e de estágio probatório dos servidores, e os afastamentos legais, direitos, deveres e benefícios dos colaboradores.

No presente relatório serão apresentadas informações mais detalhadas sobre os principais programas e atividades de responsabilidade da Diretoria de Gestão de Pessoas desenvolvidos no decorrer de 2017.

O principal projeto sob a gerência da Diretoria de Gestão de Pessoas diz respeito à folha de pagamento. No ano de 2017 a estimativa da folha de pagamento, contemplada na Lei Orçamentária Anual, era de R\$ 1.420.889.116,00, correspondente a 11.595 matrículas. Ao final do exercício, o valor efetivamente despendido em folha de pagamento correspondeu a R\$ 1.536.335.462,41, sendo contabilizadas 11.576 matrículas no mês de dezembro de 2017.

É oportuno mencionar que, no valor total efetivamente despendido em folha de pagamento ao final do exercício, incluem-se aqueles pertinentes a projetos executados ao longo do ano, como provimento de novos cargos, reajustes, estudos sobre alterações remuneratórias, entre outros.

A propósito, durante o ano de 2017 ocorreram 295 nomeações de servidores para cargos efetivos e 328 para cargos comissionados, totalizando 623 nomeações.

Além disso, houve a concessão de reajuste do vencimento dos servidores do Poder Judiciário nos seguintes percentuais:

- 3,78%, retroativo a 1º de maio de 2016: Resolução TJ n. 6/2017 (estimativa financeira de R\$ 66.148.963,95);
- 4,08%, retroativo a 1º de maio de 2017: Resolução TJ n. 15/2017 (estimativa financeira de R\$ 28.530.860,00).

Salienta-se que o valor previsto no projeto orçamentário específico para concessão de reajuste aos servidores era de R\$ 22.382,875,00,00, correspondente a 3%. Para a efetivação dos reajustes, procedeu-se a remanejamento orçamentário.

No que se refere aos funcionários terceirizados que laboram para o Poder Judiciário, o ano de 2017 encerra com 2.228 postos preenchidos nas seguintes áreas: Auxiliar de Carga e Descarga, Auxiliar Administrativo, Copeira, Desenhista Industrial Gráfico, Engenheiro Mecânico, Copeira, Garçom, Impressor de Corte e Vinco, Impressor de Serigrafia, Jardineiro, Marceneiro, Office-Boy, Operador de Acabamento, Operador de Guilhotina, Operador de Sistemas CFTV, Porteiro, Preparador de Matrizes de Corte e Vinco, Recepcionista, Servente, Técnico em Edificações, Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado, Vigilante Armado e Zelador.

Do total acima mencionado, 1.510 estão distribuídos nas comarcas e 718 no Tribunal de Justiça.

As empresas que atuaram no Poder Judiciário em 2017 prestando serviços de mão de obra terceirizada foram: Canadense Administração e Serviços Ltda., Intersept Ltda., Liderança Limpeza e Conservação Ltda., Lince Segurança Eletrônica Ltda. ME, Lince Segurança Patrimonial Ltda. ME, Mobra Serviços de Vigilância Ltda. e Suricate Serviços Terceirizados Ltda. Epp.

Já em relação aos estagiários, o Poder Judiciário Catarinense encerrou o exercício de 2017 com 3.038 vagas preenchidas, com valor total desembolsado ao longo do ano de R\$ 34.211.548,36. A estimativa contemplada na Lei Orçamentária Anual era de 3.030 vagas providas ao custo anual de R\$ 42.700.000,00.

No tocante às ações de desenvolvimento de pessoas, cumpre informar que a Diretoria de Gestão de Pessoas é responsável pela elaboração de diagnósticos, trabalhos em grupo e acompanhamento de servidores que apresentam baixo desempenho nas avaliações de desempenho e estágio probatório ou encaminhados pela Corregedoria-Geral da Justiça ou outros setores do Tribunal de Justiça.

Em 2017 foram acompanhados 205 servidores de todo o Estado, sendo 203 servidores demandados ao Programa de Acompanhamento do Desempenho, enquanto duas solicitações foram provenientes de acompanhamento pelo gestor da Unidade. Foi realizado o Programa de Desenvolvimento de Relações Interpessoais com um grupo de servidores da comarca de Blumenau, incluindo entrevistas individuais para o diagnóstico e a realização de quatro encontros com o grupo.

Foram realizadas, outrossim, uma intervenção com visita à comarca decorrente do Acompanhamento de Estágio Probatório, oito intervenções *in loco* em oito diferentes comarcas e duas intervenções no Tribunal de Justiça decorrentes do Programa de Acompanhamento do Desempenho dos servidores.

Cumpre destacar ainda a realização de duas edições do Programa de Preparação para Aposentadoria, com a participação total de 60 servidores. O Programa de Preparação para a Aposentadoria tem como objetivo oportunizar momentos de reflexão, elaboração da transição e concepção de projetos aos servidores que estejam próximos da aposentadoria. Busca-se, assim, oferecer apoio para se pensar a vida após o desligamento do trabalho, quebrar o antigo paradigma de que a aposentadoria é o tempo da ociosidade e fomentar a visão de que esse é o tempo de transformar sonhos em projetos.

Como se observa, sobre as atividades desenvolvidas por esta Diretoria, especificamente no tocante ao provimento de cargos vagos (decorrentes de aposentadoria e remoção) e às ações de desenvolvimento de pessoas, o conhecido cenário de crise econômica e de restrições financeiras, que enseja a realização de constantes contingenciamentos, afetou a realização dos trabalhos.

9 MATERIAL E PATRIMÔNIO

A Diretoria de Material e Patrimônio – DMP, unidade administrativa vinculada à Diretoria-Geral Administrativa – DGA, responde pela operacionalização da cadeia de suprimentos do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina – PJSC, o que requer a gestão de atividades-meio, como a aquisição de materiais, a contratação (direta ou por licitação) de serviços e de obras, a execução dos contratos, a logística, o controle dos bens móveis e imóveis, entre outras atividades correlatas.

Para tal, sua estrutura administrativa conta com o gabinete da Diretora e respectiva secretaria, Assessoria Técnico-Jurídica e quatro divisões, cujas atribuições, em síntese, refletem as atividades primárias de gestão: da seleção de fornecedores, do acompanhamento dos contratos, da logística e do patrimônio. Dispõe ainda de cargos em comissão de Pregoeiro e de três comissões permanentes instituídas, e demanda ao Diretor-Geral Administrativo a composição de comissões especiais no âmbito das modalidades de licitações.

Plano de gestão e resultados obtidos em 2017

Durante o exercício de 2017 várias ações destinadas à otimização de prazos de tramitação e redução da utilização de recursos nos processos de trabalho foram implementadas, conforme tabela abaixo.

AÇÕES	Processo Administrativo	RESULTADOS	PERSPECTIVA
DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO			
Realização do Programa de Melhoria de Clima Organizacional na DMP, em parceria com a DGP	<u>Processo Administrativo</u> <u>46149/2017</u>	Melhoria das relações interpessoais e condições de trabalho em decorrência dos apontamentos realizados pela equipe	CONDIÇÕES DE TRABALHO
Negociação, quando do reajustamento dos contratos sob a responsabilidade da DMP (locações e transporte de mercadorias para as Comarcas)	596598-2016.5	Economia de R\$ 162.877,28, aplicando-se índices de reajustamento de preços, em média, de 4,93%, em substituição ao índice calculado de 8,28%	REDUÇÃO DE CUSTOS
Orientações às Comarcas quanto aos procedimentos quanto à diferenciação entre contratações diretas por RC e contratação por meio de suprimento de fundos	<u>Processo Administrativo</u> <u>28811/2017</u>	Redução de contratações diretas por RC e aumento na abertura de contas por Chefes de Secretaria para utilização de suprimento de fundos	OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS
AÇÕES	Processo Administrativo	RESULTADOS	PERSPECTIVA
Capacitação de 70 servidores para adoção do processo de planejamento da contratação e suas três fases em todas as	<u>Processo Administrativo</u> <u>12765/2017</u>	Aumento da transparência do processo de contratação, com a mitigação de riscos decorrentes do planejamento da contratação, da seleção	GESTÃO DO CONHECIMENTO

contratações: oficialização da demanda, estudos preliminares e projeto básico	<u>Processo Administrativo</u> <u>o</u> <u>20365/2017</u>	do fornecedor ou da execução contratual	
Adoção, pela DMP, da lista de verificação (check-list) do processo de planejamento da licitação, com ênfase na necessidade de realização de estudos preliminares e indicação das justificativas de restrição à competição eventualmente inseridas no projeto básico	<u>Processo Administrativo</u> <u>o</u> <u>20385/2017</u>	Redução do número de impugnações e recursos que possam ensejar o retardamento, fracasso ou deserção do processo licitatório	REDUÇÃO DE PRAZO
Revisão do edital pelos Pregoeiros anteriormente ao lançamento da licitação, a fim de verificar a adequação da forma de adjudicação e os critérios de habilitação e qualificação exigidos,	<u>Processo Administrativo</u> <u>o</u> <u>23550/2017</u>		REDUÇÃO DE PRAZO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS DIRETAS			
Credenciamento de cooperativas de coleta de bens reciclados na Grande Florianópolis, como piloto, para celebração de convênio com todas as interessadas – Edital 70/2017	<u>Processo Administrativo</u> <u>o</u> <u>26023/2016</u>	Não mais utilização de contratos de coleta de resíduos recicláveis para a Grande Florianópolis, ensejando a desoneração financeira desta atividade	AÇÃO DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL REDUÇÃO DE CUSTOS
Credenciamento de órgãos e entidades interessados em receber em doação bens inservíveis para o PJSC – Edital 6/2017	<u>Processo Administrativo</u> <u>o</u> <u>10205/2016</u>	Privilégios à transferência de bens a órgãos do Estado de Santa Catarina, mantendo-se os bens móveis adquiridos com recursos públicos na esfera pública estadual, municipal, federal, prioritariamente	AÇÃO DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL
AÇÕES	<u>Processo Administrativo</u> <u>o</u>	RESULTADOS	PERSPECTIVA
Revisão, em conjunto com a DIE e DEA, acompanhada da Divisão de Patrimônio, com base em dados históricos, dos objetos contratados de forma direta	<u>Processo Administrativo</u> <u>o</u> <u>21989/2017</u>	Decisão pela não contratação de bens e serviços não essenciais (retirando-os da listagem de materiais e serviços) e pela aglutinação em licitações de itens similares, portanto, reduzindo as contratações diretas. Redução de 37% nas RCs emitidas para aquisição de itens estocáveis, que passaram a compor processos licitatórios	REDUÇÃO DE CUSTOS
Alteração da forma de contratação de serviços de natureza continuada – passaram a ser objeto de contrato e não mais de Ata	<u>Processo Administrativo</u> <u>o</u>	Redução da quantidade de licitações a serem realizadas nos próximos 48 meses, haja vista que os contratos continuados têm duração	OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS

de Registro de Preços (exemplos: contrato da prestação de serviços de preparação de eventos, de elaboração de material para comunicação visual, instalação de persianas)	<u>o</u> <u>23285/2015</u>	máxima de 60 meses e as Atas de Registro de Preços, de 12 meses caso os contratos de natureza continuada sejam prorrogados	
Inserção de cláusulas nos editais (contratação de brigadistas, vigilantes armados, recepcionistas e zeladores) visando à adoção das boas práticas dos órgãos fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União e objeto da Instrução Normativa n. 5/2017, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão	<u>Processo</u> <u>Administrativ</u> <u>o</u> <u>34955/2017</u>	Redução dos futuros impactos nas contratações de serviços continuados ou não, quando da implementação destas boas práticas pelo CNJ por meio de Resoluções que, em sua maioria, refletem os recentes entendimentos do Tribunal de Contas da União	GESTÃO DO CONHECIMENTO
Adequações do edital que contenham grupos, com previsão da possibilidade de apresentação dos custos unitários apenas pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, desde que respeitados os custos unitários máximos	<u>Processo</u> <u>Administrativ</u> <u>o</u> <u>23285/2015</u>	Desnecessidade de julgamento de todas as propostas e otimização dos prazos de julgamento das licitações	REDUÇÃO DE PRAZOS
AÇÕES	Processo Administrativo	RESULTADOS	PERSPECTIVA
Elaboração de modelo de Projeto Básico Simplificado para contratações de Soluções de Tecnologia da Informação com valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)	<u>RESOLUÇÃO</u> <u>O 35/2017 –</u> <u>GP</u>	Otimizando os prazos destas contratações	OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS
Autuação de processos contendo todas as orientações repassadas pela Divisão de Licitação e Compras Diretas aos Pregoeiros e Comissões, aos servidores da SGL	<u>Processo</u> <u>Administrativ</u> <u>o</u> <u>28811/2017</u> <u>Processo</u> <u>Administrativ</u> <u>o</u> <u>23285/2017</u> <u>Processo</u> <u>Administrativ</u> <u>o</u> <u>23380/2017</u> <u>Processo</u> <u>Administrativ</u> <u>o</u> <u>23550/2017</u>	Gestão do conhecimento por meio do compartilhamento de informações, contendo a motivação da tomada de decisão	GESTÃO DO CONHECIMENTO
Retorno do emprego da modalidade convite, não mais utilizada desde 2015, com a ampliação da	<u>Processo</u> <u>Administrativ</u>	Redução dos prazos de publicação – de trinta para cinco dias – nos processos de licitação de contratação	REDUÇÃO DE PRAZOS

divulgação dos editais, que passaram a ser publicados, também, no Comprasnet e mantida a publicação no site do TJSC, no DJE e no jornal de grande circulação estadual	<u>o</u> <u>12765/2016</u>	de obras de engenharia abaixo de R\$ 150.000,00, anteriormente licitados na modalidade tomada de preços	
DIVISÃO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E REGISTRO DE PREÇOS			
Celebração de contratos continuados com prazo inicial superior a 12 meses (prorrogados, em sua maioria, 4 vezes) e, quando da prorrogação, ampliação do prazo além de 12 meses		Redução da necessidade de prorrogar a cada período de 12 meses – serão contratos de prazo inicialmente fixado em 20 meses (diminuindo de 4 para 2 prorrogações por contrato continuado)	OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS
DIVISÃO DE PATRIMÔNIO			
Acompanhamento, por equipe de servidores da Divisão de Patrimônio, da desocupação e ocupação de prédios	<u>Processo Administrativo</u> <u>o</u> <u>22536/2017</u>	Reutilização de mobiliário, evitando aquisições de mobiliário novo desnecessariamente, a exemplo de Gaspar, que teve 38% dos bens reaproveitados, quando da mudança	AÇÃO DE SUSTENTABILIDADE
AÇÕES	Processo Administrativo	RESULTADOS	PERSPECTIVA
Autuação de todos os processos de apuração de responsabilidade quanto à gestão patrimonial de bem móveis e constatação de que se tratam de 6080 bens a serem localizados ou indenizados		Constatação de que dos 6080 bens não encontrados, 4737 deles correspondem a 8 lotações (77,91% dos bens correspondem a 7,08% das lotações) e tomada de decisão por finalizar estes processos antes dos demais	OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS
Conclusão dos estudos, juntamente com a DDI, visando à reclassificação das obras bibliográficas adquiridas para a Biblioteca Central e Bibliotecas Setoriais como materiais de consumo; e àquelas adquiridas para os magistrados, como bens permanentes com alto custo de controle	<u>Processo Administrativo</u> <u>o</u> <u>5592/2017</u>	Redução dos recursos (humanos e financeiros) envolvidos nos controles sobre os bens – Divisão de Patrimônio (DMP), Divisão de Contabilidade (DOF) e Divisão de (DDI)	REDUÇÃO DE CUSTOS
DIVISÃO DE ALMOXARIFADO			
Acompanhamento do comportamento de consumo dos bens estocáveis de maior vulto	<u>Processo Administrativo</u> <u>o</u> <u>27305/2016</u>	Redução de consumo de papel A4 pelo PJSC em patamares superiores a 20,49% (correspondente à redução em valores de 16,72%, equivalente a –R\$ 225.853,29), ensejando, também, diminuição dos valores dispendidos com transporte de mercadorias	REDUÇÃO DE CUSTOS

		para as Comarcas (Redução de 6% em relação aos volumes transportados em 2016 e diminuição em 43.960 kg em relação ao exercício anterior (8,66%))	
		Redução de 12,19% (- R\$ 1.343.362,96) nas aquisições de materiais de consumo do PJSC	REDUÇÃO DE CUSTOS

Plano de gestão e resultados esperados para 2018

Muitos outros estudos de melhoramentos de processos vêm sendo propostos à Administração, a fim de vê-los implementados em 2018, conforme tabela abaixo.

AÇÕES	Processo Administrativo	RESULTADOS ESPERADOS	PERSPECTIVA
Adoção de edital-modelo, autopreenchido, com a inserção do Projeto Básico como um anexo ao edital		Estabelecer indicadores para mensuração	OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS
Adoção da lista de verificação do processo de planejamento da contratação por todas as <u>Unidades Demandantes e Requisitantes</u>, com indicação do resultado dos estudos preliminares e implementação da pesquisa de preços nos moldes da Instrução Normativa MPOG n. 5/2014;		Estabelecer indicadores para mensuração	OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS
Normatização do custo mínimo do processo de aplicação de penalidades decorrentes de inadimplemento contratual, passando a processar somente aquelas superiores ao custo do processo administrativo	<u>Processo Administrativo</u> <u>12611/2016</u>	Estabelecer indicadores para mensuração	REDUÇÃO DE CUSTOS
Ressarcimento, na folha de pagamento, da aplicação de vacina a servidores e membros, da contratação de ADSL e da realização de mudanças de magistrados		Desnecessidade de realização de licitações para contratação dos serviços que passarão a ser ressarcidos na folha de pagamento	REDUÇÃO DE CUSTOS OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS
Apreciação das defesas de retenções de penalidades pela Diretoria de Material e Patrimônio e, somente em	<u>Processo Administrativo</u> <u>12589/2016</u>	Redução de um grau de jurisdição administrativa	OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS

sede recursal, submetida ao Diretor-Geral Administrativo			
AÇÕES	Processo Administrativo	RESULTADOS ESPERADOS	PERSPECTIVA
Previsão, em edital, de critérios objetivos de aplicação de penalidades aos licitantes, contendo patamares mínimos e máximos de cada sanção		Estabelecer indicadores para mensuração	OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS
Reajustamento de preços objeto da Atas de Registro de Preços, o que diminuiria consideravelmente o número de pedidos de revisão de preços ou de cancelamento de Atas vigentes	<u>Processo Administrativo 3040/2015</u>	Estabelecer indicadores para mensuração	OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS
Implementação do uso do cartão corporativo para contratações dos serviços de refeições para as sessões do tribunal do júri realizadas nas comarcas, da aquisição de água e leite e outros bens e serviços, por meio do prévio credenciamento de todos os interessados em contratar com a Administração Pública	<u>Processo Administrativo 43903/2017</u>	Estabelecer indicadores para mensuração	REDUÇÃO DE CUSTOS
Elaboração do termo de referência (pesquisa de preços e critério de aceitabilidade da proposta) pela Unidade Requisitante, com auxílio e correção da Seção de Fornecedores		Estabelecer indicadores para mensuração	OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS
Revisão da Resolução GP n. 8/2009 (Processo Administrativo 4707/2014) quanto à conceituação de objeto e mesmo local, para fins de contratação de bens e serviços por meio de dispensa de licitação em função do valor (art.24, incisos I e II da Lei n. 8.666/93)	<u>Processo Administrativo 4707/2014</u>	Estabelecer indicadores para mensuração	GESTÃO DO CONHECIMENTO
AÇÕES	Processo Administrativo	RESULTADOS ESPERADOS	PERSPECTIVA
Conclusão da apuração do custo do processo licitatório, para fins de regulamentação quanto à decisão de licitar ou contratar por dispensa de licitação em função do valor		Estabelecer indicadores para mensuração	REDUÇÃO DE CUSTOS

Implementação do processo simplificado para inexigibilidades abaixo de R\$ 8 mil, sem a necessidade de serem submetidos à prévia autorização de reserva orçamentária pelo Sidejud	<u>Processo Administrativo 18530/2017</u>	Estabelecer indicadores para mensuração	OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS
Acompanhamento do consumo do papel e campanha, junto à DTI, pela redução do consumo		Redução, em mais 5%, no quantitativo de papel A4 adquirido pelo PJSC (já reduzido em 2017 em mais de 20%)	AÇÃO DE SUSTENTABILIDADE REDUÇÃO DE CUSTOS
Utilização de embalagens econômicas, com produtos concentrados		Diminuir o uso de embalagens a serem despejados no meio ambiente (a exemplo dos desinfetantes concentrados) e custos transporte	AÇÃO DE SUSTENTABILIDADE
Credenciamento de palestrantes para ministrar cursos da Academia Judicial e Diretoria de Gestão de Pessoas		Estabelecer indicadores para mensuração	OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS
Adoção de parecer referencial (contratos de adesão, convênios E-SAJ, inexigibilidades com valor que obedece à Resolução que fixa remuneração de instrutores externos)	<u>Processo Administrativo 44876/2017</u> <u>Processo Administrativo 45279/2017</u>	Reduzir o número de pareceres a serem exarados pela Assessoria e situações concretas padronizadas e previamente aprovados	OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS
Implementação do processo simplificado de contratação em caso de duplo enquadramento (inexigibilidade e dispensa de licitação por valor),	<u>Processo Administrativo 18530/2017</u>	Otimizar prazos e procedimentos, dispensando a publicação	OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS
AÇÕES	Processo Administrativo	RESULTADOS ESPERADOS	PERSPECTIVA
Capacitação continuada das Unidades Requisitantes		Estabelecer indicadores para mensuração	GESTÃO DO CONHECIMENTO
Implementação do Projeto de Readequação da Estrutura Administrativa da DMP	<u>Processo Administrativo 13052/2017</u>	Estabelecer indicadores para mensuração	CONDIÇÕES DE TRABALHO

Dados estatísticos da Diretoria

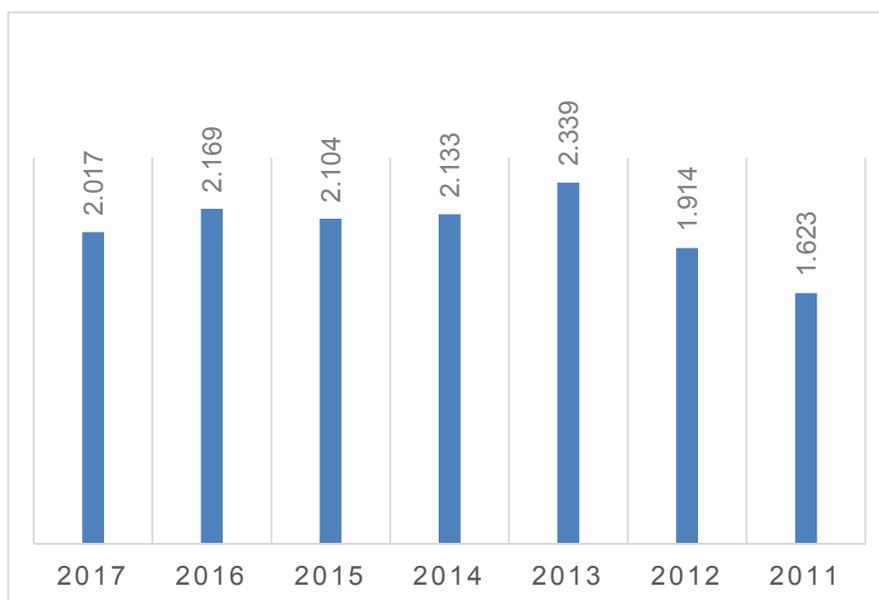
Gabinete da Direção

Assessoria

	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Pareceres jurídicos	2.034	2.169	2.104	2.133	2.339	1.914	1.623
Projeto Básico	445						
Aquisição de solução de TI	55	491	470	483	849	910	806
Requisição de Material e Serviço	20						
Aditamento (de contrato e de nota de empenho)	229						
Prorrogação de vigência contratual	438	679	533	466	477	588	
Acréscimo, remanejamento e supressão	54						
Convênio e Prorrogação de Convênio	142	91 160	44	40	47	105	96
Defesa	58						
Descumprimento contratual	41						
Alienação de bens móveis permanentes	128						
Baixa de bens permanentes	144						
Inventário e Termo de Responsabilidade	44						
Reconhecimento de despesa	29						
Prorrogação de prazo de execução	90						
Reajuste, Reequilíbrio e Repactuação	92						
Gestão predial	140						
Apuração de comportamento inidôneo	39						
Reuniões	70						
Regularização de bens imóveis	8	15	21	18	13	28	
Assessoramento por e-mail, por telefone e em reuniões	6.720	7.548	6.257	3.750	2.789	2.370	
Realização de treinamento para as unidades (2h cada)	37	5	6	3	10	8	

Fonte: Dados do setor

Gráfico 1 – Pareceres jurídicos

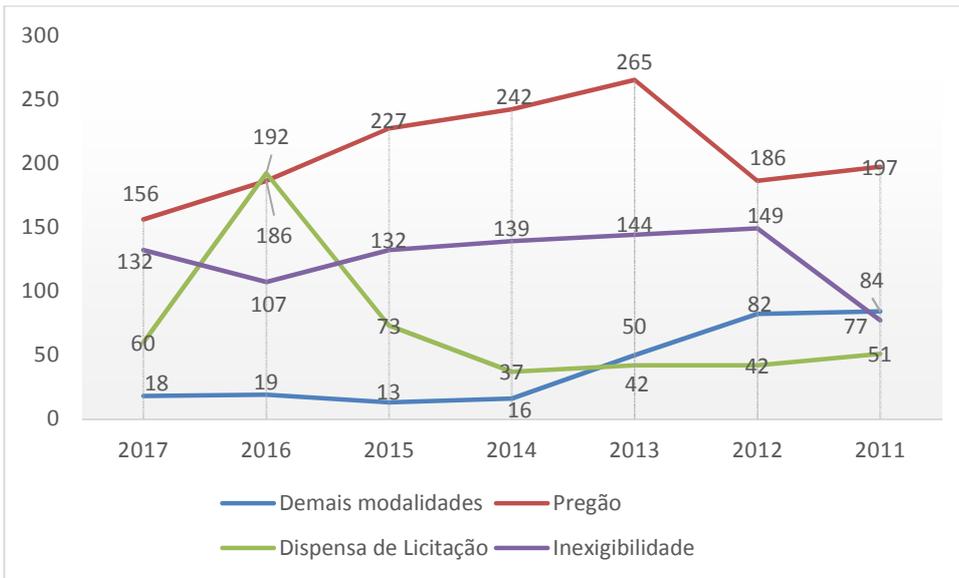


Fonte: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

Divisão de Licitação e Compras Diretas

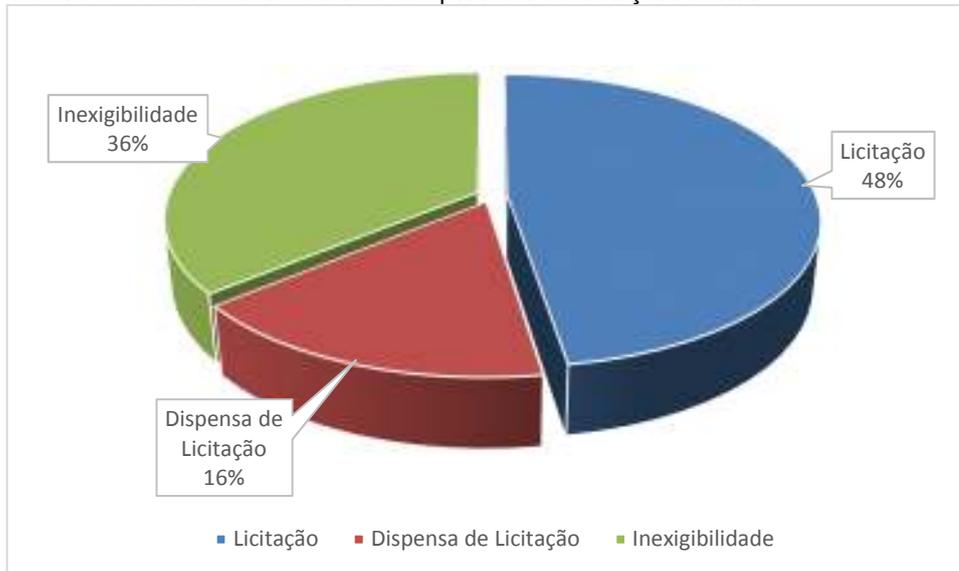
		2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Concorrências		3	2	4	7	14	12	20
Tomadas de Preço		11	13	8	9	36	52	50
Convites		4	4	1	0	0	18	14
Pregões								
<i>Presenciais</i>		1	4	29	242	265	186	197
<i>Eletrônicos</i>		155	182	198				
Dispensas de Licitação (EXCETUADOS os incisos I e II, art 24)	Dispensa Emergencial	11	17					
	Dispensa (Inciso XII)	23	156	73	37	42	42	51
	Demais Dispensas	26	19					
Inexigibilidades de Licitação	Inexigibilidade de Licitação	130	104	131	138	144	149	77
	Credenciamento	2	3	1	1			
Leilões			2	1	2	1	1	1
Modalidade ainda não definida				23	47	31	65	21
Total de procedimentos de contratação		366	506	469	483	533	525	431

Tabela 4 – Procedimentos de contratação realizados



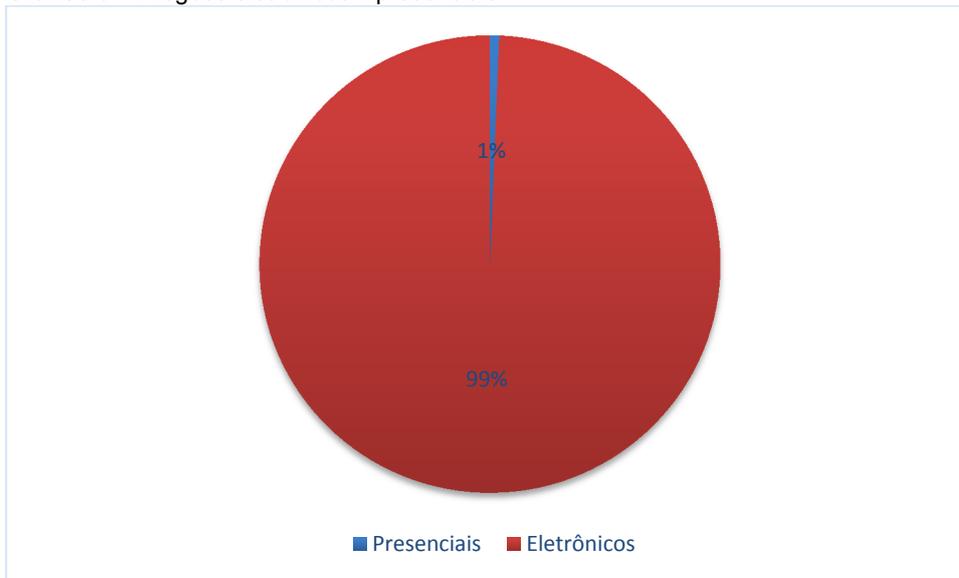
Fonte: Dados do setor (redução no número de pregões em face do Planejamento Institucional de Licitações – aglutinação de objetos similares no mesmo procedimento licitatório)

Gráfico 2 – Procedimento licitatório competitivo e contratações diretas



Fonte: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

Gráfico 3 – Pregões eletrônicos x presenciais



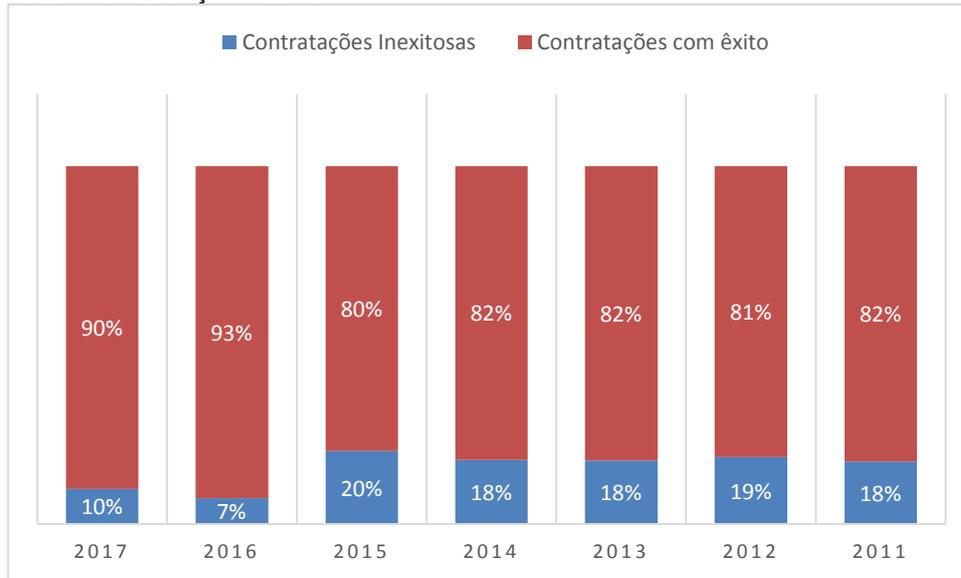
Fonte: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

Tabela 5 – Situação dos procedimentos licitatórios

	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Contratações ainda não concluídas	184	74	220	294	223	226	180
Contratações com êxito	164	257	198	155	255	243	207
Contratações canceladas	11	8	12	11	26	31	21
Licitações desertas	3	2	25	19	22	17	14
Licitações fracassadas	2	5	13	4	7	6	6
Contratações revogadas	2	3	1	0	0	1	0
Contratações anuladas		2	0	0	0	1	3
Total de procedimentos licitatórios	366	351	469	483	533	525	431

Fonte: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

Gráfico 4 – Licitações exitosas



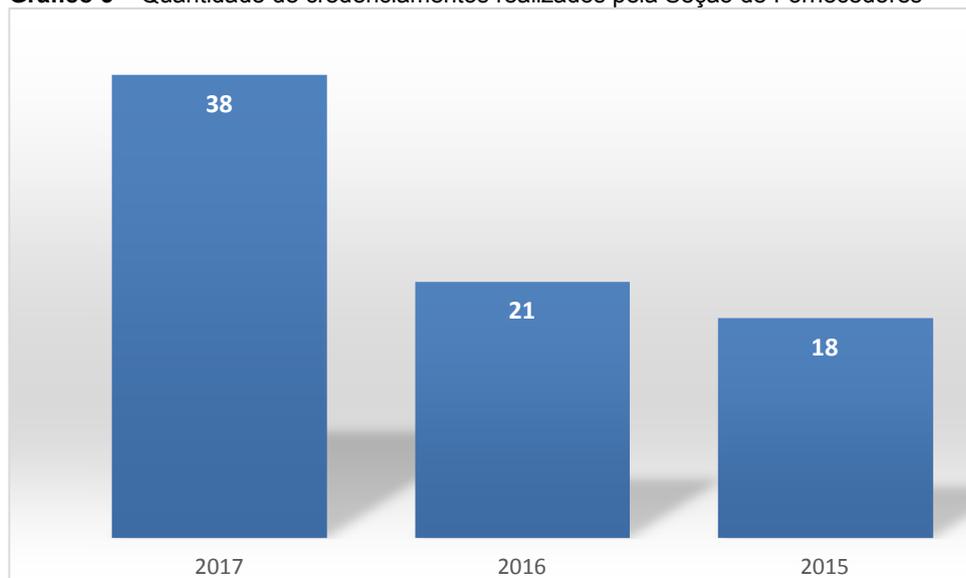
Fonte: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

Tabela 6 – Atividades da Seção de Controle de Fornecedores

	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Atestados de capacidade técnica	56	57	34	77	54	72	
Pedidos de reserva orçamentária	416	345	478	556	586	532	484
Termos de referência	411	407	483	525	539	519	390
Cadastro de fornecedores	981	905	804				
Credenciamentos	38	21	18				
Quantidade média quinzenal de atualizações cadastrais	700	700	700	700	625	520	500
Informações complementares (diversas)	464	666	159	138	109	103	

Fonte: Dados do setor

Gráfico 5 – Quantidade de credenciamentos realizados pela Seção de Fornecedores



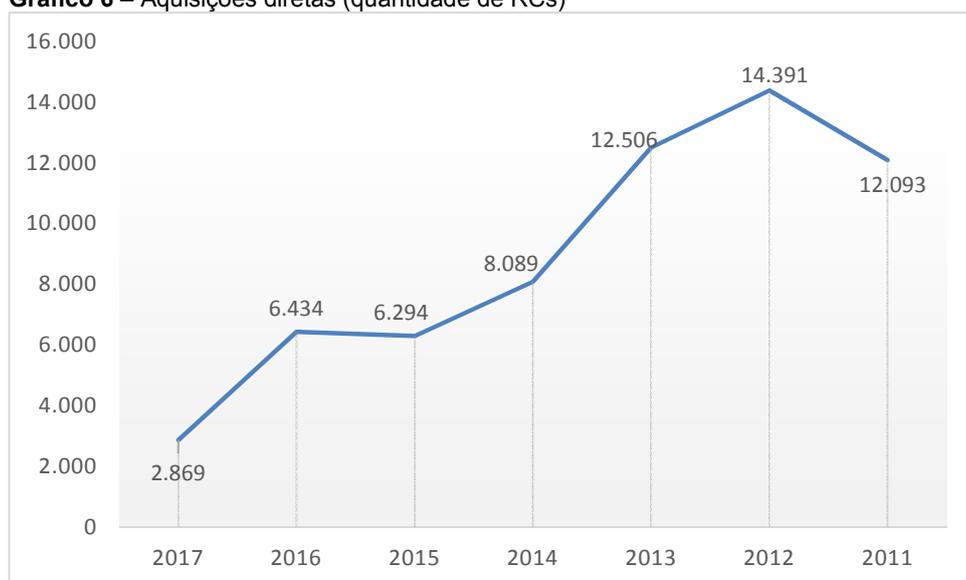
Fonte: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

Tabela 7 – Requisições de compras (contratações diretas em função do valor)

	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Número de requisições de compra	2.869	6.434	6.294	8.089	12.506	14.391	12.093
Valor gasto por aquisições diretas (R\$)	3.761.241	5.045.320	4.667.239	5.120.840	5.426.936	5.557.660	6.141.155

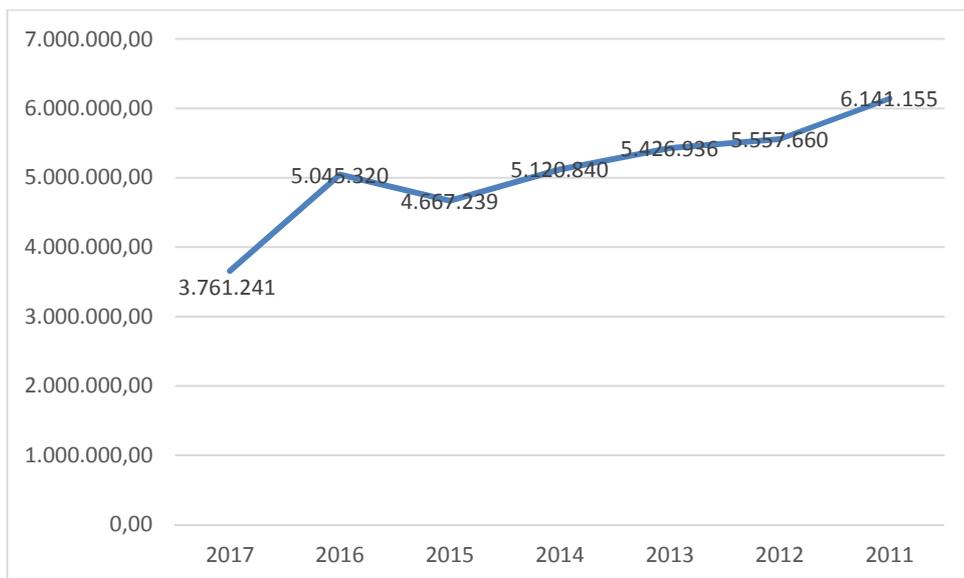
Fonte: Dados do setor

Gráfico 6 – Aquisições diretas (quantidade de RCs)



Fonte: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

Gráfico 7 – Requisições de Compras (valores dispendidos)



Fonte: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços

Tabela 8 – Atas de registro de preços

		2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Número de atas de registro de preços		308	298	306	255	233	236	136
Quantidade de pedidos relativos às atas		684	3.230	15.024*	2.533	1.374	1.654	1.811
Valor gasto por atas de registro de preços (R\$)	Empenhado	11.438.471	14.310.719	48.856.345	38.836.793	5.982.954	14.778.984	17.496.878
	A empregar			171.972		14.617	700.702	3.688.006
<i>* Incorporados os pedidos de livros (11.233 pedidos)</i>								

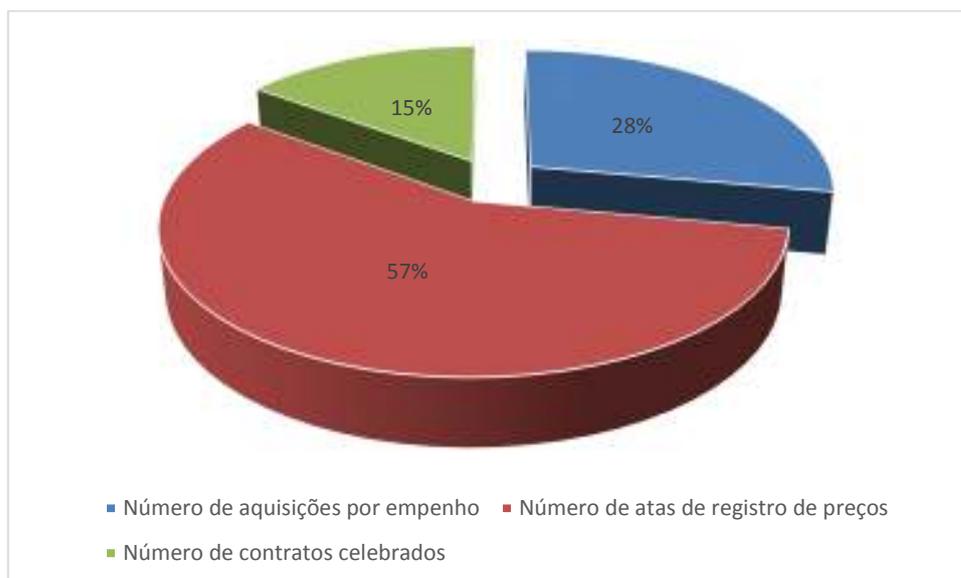
Fonte: Dados do setor

Tabela 9 – Entrega única, dispensas e inexigibilidade de licitações

		2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Número de aquisições por empenho		150	124	116	587	243	131	75
Valor gasto por aquisições por empenho (R\$)		4.701.761,04	3.345.622,18	2.645.133	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado

Fonte: Dados do setor

Gráfico 8 – Ajustes resultantes das licitações exitosas



Fonte: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

Tabela 10 – Movimentações e atividades – Contratos

	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Contratos celebrados	80	211	147	214	185	150	180
Convênios celebrados	92	91	44	40	51	42	96
Comodatos celebrados			8	31	14	12	5
Termos aditivos elaborados (contratos)	448	361	305	411	477	212	315
Termos aditivos elaborados (convênios)	125	160	60	55	47	21	
Contratos prorrogados	207	209	168	135	121	145	215

Fonte: Dados do setor

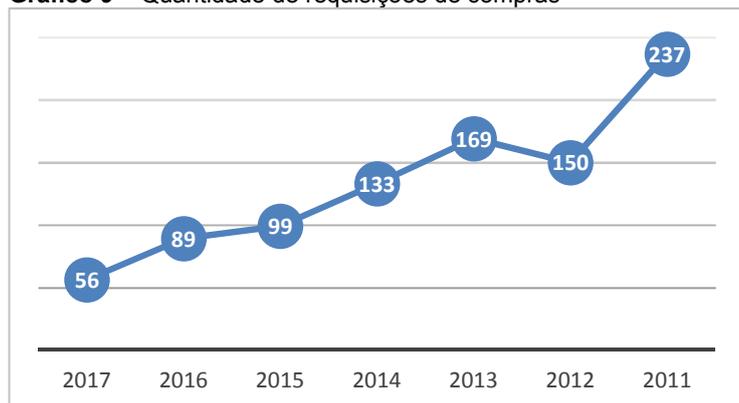
Divisão de Almoxarifado

Tabela 11 – Requisições

	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
REQUISIÇÕES DE MATERIAIS PROCESSADAS	16.046	16.571	17.176	19.941	21.224	19.264	20.326
REQUISIÇÕES DE COMPRA	56	89	99	133	169	150	237

Fonte: Dados do setor (houve redução de 37% das requisições de compras devido à ampliação de itens adquiridos por processo licitatório em 2017)

Gráfico 9 – Quantidade de requisições de compras



Fonte: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

Tabela 12 – Inclusões no estoque

	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
POR COMPRA	4.066	4.061	3.875	4.835	5.085	5.768	5.195
FORMULÁRIO – GRÁFICA	169	186	166	153	396	424	390
ITENS DE MATERIAIS MOVIMENTADOS	66.959	72.272	78.006	90.741	103.050	103.630	106.038

Fonte: Dados do setor

Tabela 13 – Transporte de mercadoria

	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
VOLUMES TRANSPORTADOS PARA COMARCAS	35.257	37.515	43.711	57.086	54.538	45.708	53.364
NÚMERO DE REMESSAS PARA COMARCAS	2.225	2.288	2.821	2.862	3.036	3.253	3.396
PESO DOS MATERIAIS TRANSPORTADOS (KG)	463.200	507.160	630.736	807.536	792.608	732.993	787.519
VALOR DAS MERCADORIAS TRANSPORTADAS (R\$)	7.671.017	7.199.118	11.335.655	22.678.121	13.267.491	11.959.003	17.250.143

Fonte: Dados do setor

Tabela 14 – Valores movimentados (R\$)

	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
MATERIAL DE CONSUMO	9.677.220	11.020.583	9.387.987	10.353.822	16.897.172	11.871.429	16.124.029
MATERIAL PERMANENTE	15.006.072	11.307.913	54.583.476	61.656.052	22.520.437	30.448.187	25.759.742
TOTAL DE CONTRATAÇÕES	24.683.292	22.328.496	63.971.463	72.009.874	39.417.609	42.319.616	41.883.771

Fonte: Dados do setor (o principal item que gerou essa oscilação foi a aquisição de computadores do CT 138/2017, que representa aproximadamente sete milhões de reais, e houve distribuição até o momento de aproximadamente 48% de toda a aquisição)

Tabela 15 – Valor do estoque (R\$)

	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
MATERIAL DE CONSUMO	3.720.957	3.714.125	3.215.277	3.561.215	3.544.518	3.510.218	3.365.503
MATERIAL PERMANENTE	5.519.791	4.557.896	3.718.410	7.524.201	6.897.897	3.915.307	4.426.312
TOTAL	9.240.748	8.272.021	6.933.687	11.085.416	10.442.414	7.425.525	7.791.815

Fonte: Dados do setor (a diferença deve-se principalmente aos computadores adquiridos recentemente, que nesta data correspondem a R\$ 2.383.259,24 do estoque, aproximadamente 43% do valor total de bens permanentes existentes)

Gráfico 10 – Valor do estoque (R\$)



Fonte: PJSC/Diretoria de Material e Patrimônio

Divisão de Patrimônio

Tabela 16 – Incorporação de bens móveis

	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
APARELHOS DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	1397	849	657	725			
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	18	9	30	6			
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	42	48	29	38			
APARELHOS, EQUIP. UTENS. MED. ODONT. LABORATÓRIO	11	1	15	4			
COLEÇÕES DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10.827	15.002	12.140	13.258	15.849	16.606	26.992
EDIFÍCIOS		3	5	4			

EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	16	472	326	2.415			
EMPILHADEIRA		1					
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DADOS	1.282	907	3.235	14.831			
EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES					9.094	6.325	7.938
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	656	679	738	1.104			
EQUIPAMENTOS MANOBRA PATRULHAMENTO		1	1	1			
EQUIPAMENTOS PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	83	273	270	122			
MÁQUINAS E EQUIP. ENERGÉTICOS	1.503	367	2.314	3.116			
MÁQUINAS E EQUIP. GRÁFICOS	3	2	1	4			
MÁQUINAS EQUIP. NATUREZA INDÚSTRIA	5	2	3	8			
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		2	1	2			
MÁQUINAS, INSTR. UTENSÍLIOS ESCRITÓRIO	541	121	156	290			
MAQUINAS, MOTORES E APARELHOS					4.327	3.817	7.355
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIP.DIVERSOS	1.274	732	971	820			
MOBILIÁRIOS	3.779	2.959	5.574	8.608	7.073	5.908	9.534
SOFTWARE	1	34	43	100			
TERRENOS		2	7	4			
VEÍCULOS			4	38	45	34	114
ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	4						
TOTAL	21.442	22.466	26.520	45.498	36.388	32.690	51.933

Fonte: Dados do setor

Tabela 17 – Transferência de bens

	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	3	8	8				
APARELHOS DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO		2.388	1.920	2.975			
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO		84	118	128			
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS		73	56	84			
APARELHOS, EQUIP. UTENS.MED.ODONT.LABOR ATÓRIO		34	31	106			
COLEÇÕES DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS		53	7.715				
EDIFÍCIOS			1	5			
EMPILHADEIRA		1					
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	530	1.542	907	2.763			
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DADOS	11.915	11.014	13.945	30.019			
EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES					17.374	5.833	602
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICO E ELÉTRICOS	1.834	2.109	2.378	3.044			

EQUIPAMENTOS MANOBRA PATRULHAMENTO		2	1	1			
EQUIPAMENTOS PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	223	509	362	320			
MÁQUINAS E EQUIP. ENERGÉTICOS	4.690	5.068	7.469	9.480			
MÁQUINAS E EQUIP. GRÁFICOS	7	10	2	13			
MÁQUINAS EQUIP. NATUREZA INDÚSTRIA		2	11	6			
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	2	1	3	2			
MÁQUINAS, INSTR. UTENSÍLIOS ESCRITÓRIO	1.383	1.601	2.072	3.520			
MÁQUINAS, MOTORES E APARELHOS					16.466	4.071	5.375
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIP.DIVERSOS	2.381	2.541	2.267	3.782			
MOBILIÁRIO GERAL	14.674	14.757	18.484	35.692	34.577	3.411	2.852
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA MUSEU			2				
SOFTWARES	86	25	74	79			
TERRENOS			1	6			
VEÍCULOS	2	6	70				
TOTAL	37.730	41.828	57.897	92.025	68.417	13.315	8.829

Fonte: Dados do setor

Tabela 18 – Alienação de bens

		2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
PROCESSOS COM ALIENAÇÕES	Processos de doação	208	117	115	108	177	129	139
	Processos de transferência a outros órgãos		78	38	32	18	18	30
PROCESSOS DE INUTILIZAÇÃO		35	93	434	54	47	1	1
ENTIDADES ATENDIDAS	Não informado		195	126	92	148	137	120

Fonte: Dados do setor

Tabela 19 – Bens móveis consertados

	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
EQUIPAMENTOS DIVERSOS E MOBILIÁRIO EM GERAL	67	140	186	78	153	321	691

Fonte: Dados do setor

No ano de 2017 foram supervisionadas 2.043 lotações (unidades administrativas reguladas pela Resolução GP n. 9/2013), as quais abrigam o total de 485.316 bens permanentes. Foram incorporados 12.317 bens, entre eles quatro imóveis, sendo o restante bens móveis permanentes.

Quanto aos bens inativos, foram baixados 21.460 bens móveis permanentes.

O controle patrimonial é uma exigência constitucional prevista no art. 58 da Constituição do Estado de Santa Catarina, disciplinado pela Lei Federal n. 4.320/1964 e Lei Complementar n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Em razão disso, no ano de 2017 foram autuados 291 (duzentos e noventa e um) processos administrativos para regularização de inconsistências presentes em termos de responsabilidade.

Outrossim, registra-se o cumprimento da meta no exercício de 2017, com a tramitação de todos os processos de inventários patrimoniais, mediante metodologia de orientação *in loco* dos gestores patrimoniais. As lotações envolvidas foram: comarcas de Santa Rosa do Sul, Itajaí, Imbituba, Dionísio Cerqueira, Caçador, Criciúma, Fórum Eduardo Luz, Fórum Rid Silva, Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Documentação e Informações.

10 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI tem como missão a efetivação das políticas de informatização, assegurando soluções adequadas de tecnologia da informação a seus usuários.

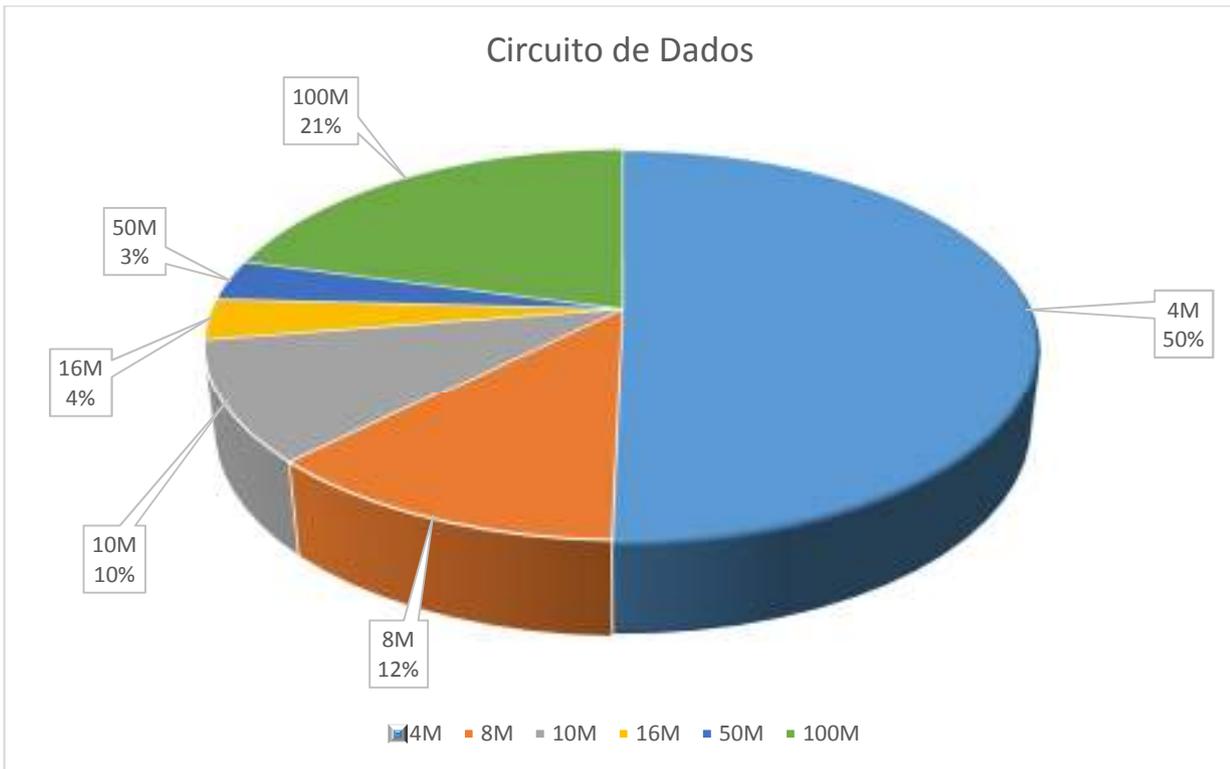
Compete à DTI a gestão da tecnologia da informação relativa às áreas de pesquisa, desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias de informação – TI, o provisionamento de novos sistemas, bem como a manutenção dos sistemas legados, manutenção de equipamentos e canais de comunicação, a disseminação do conhecimento sobre a utilização da informática, a prestação de suporte em todas as unidades organizacionais do PJSC e a prestação de suporte nos sistemas de gestão de processos judiciais e administrativos.

Ainda, presta assessoramento técnico à Administração para a definição de estratégias e políticas para o uso da TI no âmbito do Poder Judiciário catarinense – PJSC, de modo a assegurar o alinhamento de TI com as demandas internas e externas, a segurança das informações e a atualização tecnológica.

PARQUE TECNOLÓGICO

Detalhamento da infraestrutura tecnológica física e lógica do PJSC
Sala-cofre Sala com certificação NBR 15247, com proteção contra incêndio, inundações e arrombamento Sistema de combate a incêndio, controle de acesso biométrico e câmeras Dois nobreaks redundantes de 120 kva cada
Servidores físicos 2 chassis com 16 servidores HP cada 520 máquinas virtuais
Bancos de dados Appliance de bancos de dados Oracle Exadata X4 Appliance de bancos de dados Oracle Exadata X5 Appliance de bancos de dados Oracle Exadata X6
Storages Storage EMC VNX 5400, aprox. 120 TB Storage EMC VNX 5500, aprox. 100 TB
Backup 2 appliances de backup em disco Datadomain 2 bibliotecas automatizadas de backup em fita 2 appliances de backup Oracle ZDLRA
9.407 ramais públicos para efetuar e receber ligação externa diretamente
626 linhas de telefonia móvel

Equipamento	Quantidades
Microcomputadores	13.797
Ultrabooks/notebooks	1.488
Impressoras	2.075
Multifuncionais	1.830
Escâneres	1.558
Monitores	25.131
TOTAL	45.879



Serviço/Equipamento	Quantidade instalada
Internet – TJSC	600 Mbps
Link Comarcas	4 Mbps – 1 Gbps
Centrais telefônicas	101
Capacidade de ramais	16.275
Ramais em uso	7.477

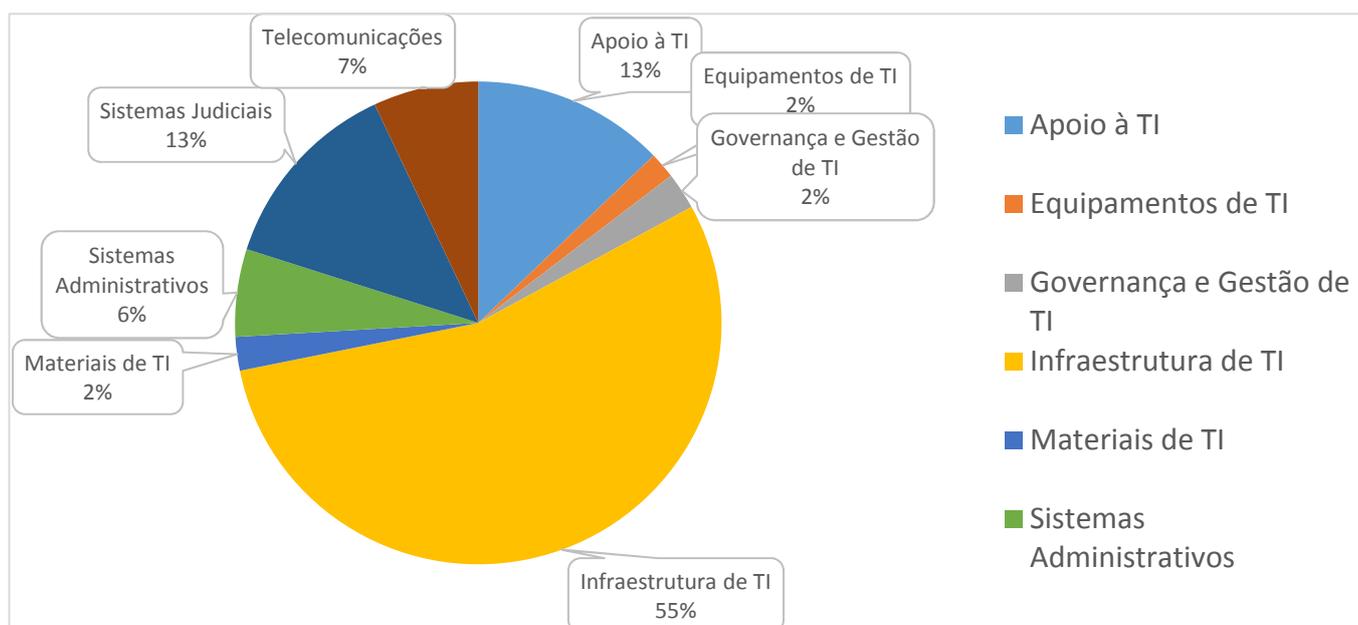
PROJETOS CONCLUÍDOS

Em 2017 foram concluídos cento e quatro projetos, com a seguinte configuração.



ORÇAMENTO

A execução dos projetos de TI consumiram um orçamento de R\$ 103.602.520,49 no ano, com a seguinte segmentação.



GOVERNANÇA

A gestão desse quantitativo de colaboradores, projetos e contratos, bem como do volume de recursos orçamentários, só é possível pelo processo de governança de TI atualmente executado pela Diretoria, que, apoiado em sua estrutura organizacional e operacional, tem o objetivo de levar a efeito as diretrizes estabelecidas pela Administração.

Esse processo de governança está apoiado nos direcionamentos da Estratégia Nacional de TI do Poder Judiciário – Entic-Jud, impostos por meio das Resoluções CNJ n. 182/2013 e 211/2015. A estratégia nacional está estruturada em ações orientadas à melhoria da governança e gestão de TI, padrões de desenvolvimento e sustentação de sistemas de informação, infraestrutura tecnológica e gestão de pessoas.

Para dar suporte à realização dos diversos projetos, busca-se investir na renovação e ampliação permanente da estrutura de tecnologia, mais direcionada, no ano de 2017, à efetiva aplicação da política de renovação do parque tecnológico de microinformática, à ampliação da capacidade de armazenamento do *storage*, à atualização tecnológica dos servidores e à ampliação do *firewall*. Visando à melhoria da prestação dos serviços aos clientes de TI, bem como para atender a uma das diretrizes estabelecida pelo CNJ, foi implantada a Central de Serviços Compartilhados.

A evolução da governança de TI, como demonstrado a seguir, foi uma das ações prioritárias conduzidas em 2017 pelo gabinete do diretor, para atender às diretrizes e determinações dispostas.



Das ações dispostas no plano de trabalho proposto pelo Entic-Jud, destacam-se em 2017:

- conclusão da política de segurança da informação;
- conclusão do plano anual de capacitação;
- reorganização da estrutura organizacional da área de sistemas;
- proposição dos serviços críticos de TI e estruturação do plano de continuidade dos serviços críticos de TI;
- implantação da Central de Serviços de 1º Nível;
- implantação de rede sem fio nas edificações administrativas;
- atualização do parque tecnológico de microinformática;
- garantia de ambiente de processamento central;
- garantia de *links* de comunicação com operadores distintos;
- garantia de solução de *backup* com capacidade suficiente; e
- atualização dos processos de aquisições de bens e contratações de serviços de TI alinhadas àquelas diretrizes.

LICITAÇÕES

O investimento na renovação e ampliação da estrutura de tecnologia pode ser percebido por meio das licitações realizadas ao longo do ano de 2017. Elas são apresentadas a seguir.

HOMOLOGADAS EM 2017

Descrição Objeto	Valor Global Estimado (R\$)	Modalidade	N. da Licitação	Data da contratação
VOIP – Aquisição de novos equipamentos para atualização dos servidores VoIP	511.511,00	Pregão Eletrônico	268/2016	09/02/2017
Solução para escanerização de microfimes pela Divisão de Arquivo e Memória do Judiciário/DDI	120.477,00	Pregão Eletrônico	003/2016	13/01/2017
Expansão da capacidade total de armazenamento do storage VNX5400	1.584.735,00	Pregão Eletrônico	274/2016	13/01/2017
Aquisição de telefones analógicos	48.253,00	Pregão Eletrônico	004/2017	15/03/2017
Contratação STFC (Serviço Telefônico Fixo Comutado) –dod 6/2016	1.024.933,85	Pregão Eletrônico	279/2016	01/06/2017
SISTEMA ACADEMIA JUDICIAL – Aquisição do Sistema de Gestão da Academia Judicial (licenciamento, implantação, suporte mensal e treinamento) – DOD 19/2014	1.487.482,28	Pregão Eletrônico	016/2017	10/08/2017
ADOBE+ARTICULATE – Aquisição de solução em software para elaboração de cursos à distância (licenças e renovação ADOBE + Articulate)	285.868,98	Pregão Eletrônico	161/2017	06/09/2017
ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA EXADATA – Atualização Tecnológica Exadata V2 e X2	14.428.785,22	Pregão Eletrônico	042/2017	25/04/2017
MICROCOMPUTADORES – Aquisição de microcomputadores – Processo N. 26284/2016	8.344.827,30	Pregão Eletrônico	072/2017	25/08/2017
CENTRAL DE SERVIÇOS – Implantação de uma Central de Serviços – Processo N. 24556/2016 – DOD 19/2015	10.226.200,84	Pregão Eletrônico	052/2017	23/06/2017
CARTUCHOS DE TONNER 1º semestre – Aquisição de materiais de consumo TI (toner, cilindro e fotocondutor)	3.436.248,60	Pregão Eletrônico	095/2017	01/09/2017
Manutenção e suporte técnico do programa Sistema de Gestão de Farmácias e Drogarias	8.684,00	Inexigibilidade	276/2017	14/11/2017
SUPORTE DYNATRACE – Suporte à plataforma APM Dynatrace		Inexigibilidade	098/2017	30/05/2017
CERTIFICADOS DIGITAIS – Aquisição de certificados digitais	641.619,88	Pregão Eletrônico	035/2017	17/03/2017
Solução em portabilidade para Plantões Judiciais e Núcleos – notebooks (**)	245.250,72	Pregão Eletrônico	087/2017	01/09/2017
WIRELESS – Implantação de rede wireless nos prédios TJ – DOD 03/2015		Pregão Eletrônico	048/2017	31/05/2017
RFID BIBLIOTECA – Otimização do gerenciamento do acervo das obras bibliográficas da Biblioteca Des. Marcílio Medeiros.	6.401,70	Pregão Eletrônico	197/2017	30/11/2017
Requisitos das instalações físicas para novo firewall de aplicação	62.015,21	Convite	013/2017	19/04/2017
Serviços de validação e emissão de certificados digitais padrão ICP-Brasil, tipo A3	41.170,18	Dispensa	38/2017	26/01/2017
Contratação dos serviços de aconselhamento imparcial em TIC	990.045,00	Inexigibilidade	263/2017	20/11/2017

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Entre os projetos e atividades desenvolvidos pela Diretoria no exercício de 2017 destacam-se os seguintes, agrupados pelos temas sistema judicial, infraestrutura (telefonia, rede, segurança, banco de dados) e equipamentos.

Em cada etapa, em cada atividade, buscou-se agregar valor aos serviços oferecidos pelo Poder Judiciário catarinense, seja pelo desenvolvimento de novas soluções, seja pela atualização ou mesmo pela manutenção e suporte de softwares, no ideal de atender sempre mais e melhor tanto usuários internos quanto externos, sendo o serviço gratuito ou não.

PROJETOS EXECUTADOS

Área	Nome do Projeto	Descrição	Benefícios	Natureza	Início	Término
Telefonia	Acesso à rede de telefonia fixa	Aquisição do serviço de telefonia fixa em face do término do contrato 251/2011.	Manter a conectividade telefônica do Poder Judiciário com a rede telefônica privada. Atendimento à população por meio do sistema de telefonia.	Aquisição de Solução de TI	01/06/2016	23/06/2017
	Equipamento de conectividade VOIP	Aquisição de Equipamento de telefonia VOIP para acesso aos ramais telefônicos instalados.	Manter a estrutura atual de telefonia VOIP e propiciar sua ampliação quando necessário.	Aquisição de Solução de TI	01/05/2016	15/02/2017
Sistemas para CGJ	Pedido de providências TCE – Emolumentos 2-0	Cumprimento do pedido de providências Autos n. 0000899-76.2015 (SAJ/CGJ), nova solicitação para relatório de arrecadação para TODAS as serventias do estado.	Atendimento do pedido de providências.	Desenvolvimento	19/10/2017	19/10/2017
	Relatórios Cadastro Extrajudicial 1-0	Relatórios gerenciais do sistema de cadastro extrajudicial	Extração de informações gerenciais e monitoramento de pendências nos cadastros das serventias.	Desenvolvimento	19/06/2017	15/09/2017

	Gerenciador de Selos Digitais 2-0	Aplicativo para gerenciamento de selos digitais de fiscalização. Permite anulação/desanulação/cancelamento/geração de selos, além de exibir o ciclo de vida do mesmo e permitir a liberação de selos para downloads que falharam.	Habilita o setor da CGJ a atender de forma mais imediata as situações de anulação e disponibilização de selos para as serventias. Provê um painel que exibe todos eventos do ciclo de vida do selo, incluindo geração, download e recebimento.	Desenvolvimento	29/08/2017	25/08/2017
	Pedido de providências TCE – Emolumentos	Relatório com informações de arrecadação de emolumentos por parte das serventias extrajudiciais de SC no intuito de fornecer subsídios para a auditoria operacional do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.	Cumprimento do pedido de providências Autos n. 0000899-76.2015 (SAJ/CGJ)	Desenvolvimento	31/07/2017	11/08/2017
	Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais – Módulo Pré-Processual	Módulo Pré-Autuação. Evita a abertura de processo administrativo na CGJ decorrente das correições integradas na serventia. Sistema de justificativa/contestação dos itens apontados para as serventias antes da autuação de processo administrativo.	Redução da entrada de processos administrativos na Corregedoria Geral da Justiça.	Desenvolvimento	01/11/2016	28/07/2017
	Cadastro Extrajudicial 2-4	Módulo de prestação de contas dos delegatários, suporte à publicação automática de eventos e padronização de nomes das serventias.	Controle efetivo para a prestação de contas dos delegatários. Esta versão deve atender integralmente ao código de normas.	Desenvolvimento	08/08/2016	06/06/2017
	Inspeção Virtual do FRJ 2-1	Nova plataforma web para a aplicação. Ajustes de usabilidade da interface. Filtros para facilitar o processo de trabalho nos itens.	Diminui a necessidade de deslocamento dos auditores para as serventias, reduzindo gastos com diárias e dando celeridade ao processo.	Desenvolvimento	01/03/2017	29/05/2017
	Cadastro Extrajudicial 2-3-6	Revisão do mecanismo de gerenciamento de dados bancários da serventia.	Ajustar o mecanismo de pagamento de ressarcimento, alterado na última versão.	Desenvolvimento	24/01/2017	03/03/2017
Sistemas Judiciais (Sidejud)	SIDEJUD – Gestão de Penas Pecuniárias	Automação de procedimento	Automação de procedimento.	Desenvolvimento	01/03/2017	30/06/2017

Sistemas Judiciais – Novo órgão julgador	CRIOJ – Criação de Novo Órgão Julgador – 5ª Câmara de Direito Público	Em reunião solicitada pela Diretoria-Geral Judiciária – DGJ, a DTI foi comunicada da necessidade de criação de novos órgãos julgadores, com base no Ato Regimental TJ n. 145/2016 (publicado em 07/11/2016). Este projeto dedica-se à criação da Quinta Câmara de Direito Público.	Ganho de eficiência operacional de modo a tornar a atividade jurisdicional mais célere e efetiva, com intuito de julgar mais processos do que os distribuídos	Implantação	24/08/2017	08/11/2017
	CRIOJ – Projeto de Criação do Novo Órgão Julgador – Grupos de Direito Criminal	Através de comunicação eletrônica pela Diretoria de Cadastramento e Distribuição Processual – DCDP/DGJ, a DTI foi comunicada da necessidade de criação de dois Grupos de Direito Criminal, com base em Proposta de Ato Regimental. Este projeto dedica-se à criação do Primeiro Grupo de Direito Criminal e do Segundo Grupo de Direito Criminal.	Ganho de eficiência operacional de modo a tornar a atividade jurisdicional mais célere e efetiva, com intuito de julgar mais processos do que os distribuídos	Implantação	13/07/2017	13/09/2017
	CRIOJ – Criação de Novo Órgão Julgador – 5ª Câmara Criminal	Em reunião solicitada pela Diretoria-Geral Judiciária – DGJ, a DTI foi comunicada da necessidade de criação de novos órgãos julgadores, com base no Ato Regimental TJ n. 145/2016 (publicado em 07/11/2016). Este projeto dedica-se à criação da Quinta Câmara de Direito Criminal.	Ganho de eficiência operacional de modo a tornar a atividade jurisdicional mais célere e efetiva, com intuito de julgar mais processos do que os distribuídos	Implantação	17/04/2017	21/08/2017
Sistemas Judiciais – Novas Varas	INOVA Curitiba – Implantação da Nova Vara Regional de Execuções Penais em Curitiba	Implantação da Vara Regional de Execuções Penais da Comarca de Curitiba, e alteração de competências.	Operacionalizar a transferência de processos para a vara nova, sem provocar impacto nas estatísticas das varas de origem.	Implantação	21/07/2017	20/09/2017
	INOVA-Jaraguá do Sul – Transferência de processos para a nova Vara Regional de Jaraguá do Sul	Transferência de processos para a nova Vara Regional de Jaraguá do Sul.	Garantir a redistribuição dos processos para a nova Vara de Jaraguá do Sul.	Implantação	21/02/2017	24/04/2017
	INOVA-Meleiro – Transferência de processos para a nova Vara Regional do Litoral Sul (Meleiro)	Transferência de processos para a nova Vara Regional do Litoral Sul (Meleiro).	Garantir a redistribuição dos processos para a nova Vara de Meleiro.	Implantação	21/02/2017	05/04/2017

Sistemas Judiciais – Integração com órgãos externos	INPROC-PG – Implantação da Integração (TJSC) SAJ-PG5 x (PGE-SC) PGE-NET	Integração entre TJSC e PGE-SC para comunicação eletrônica em todos os processos contenciosos. Atualmente a integração existe somente para a Execução Fiscal.	Permitir as intimações e citações pelo portal e-SAJ de todos os processos contenciosos, não apenas os executivos fiscais, em que a PGE é parte.	Implantação	03/05/2016	25/05/2017
Sistemas judiciais – Implantação	CIPE-PG – Implantação de Citação e Intimação pessoal eletrônica para as instituições conveniadas no âmbito do Primeiro Grau	Projeto com o objetivo de viabilizar o recebimento eletrônico, via portal e-SAJ e webservice, de citações e intimações pessoais pelas instituições conveniadas com o TJSC no âmbito do primeiro grau.	Contudo, o compartilhamento realizado não atende adequadamente aos termos da Resolução CM 19/2014, já que permite o encaminhamento de mandados às centrais do Norte da Ilha e do Continente.	Implantação	03/05/2016	25/05/2017
	Implantação do SIT (Sistema Integrado de Transferências)	Implantação da substituição da rotina de Intimação do SAJ/AT pelo módulo SIT no SAJ5/PG.	Reduzir a ocorrência de problemas nas intimações. Tornar imediato o envio das intimações.	Implantação	20/07/2016	19/03/2017
	Migração dos Processos da Vara de Execuções Fiscais da Capital	Migração dos processos da Vara da Fazenda Pública da Capital. Esta vara fazia parte do escopo do projeto principal de Migração dos Processos das Varas de Execução Fiscal, mas a migração dos processos da Vara da Capital não foi realizada, ao tempo do projeto, por solicitação do magistrado titular da mesma. No momento a CGJ solicitou a migração.	Unificação das informações das varas de execução fiscal, facilitando o trabalho dos magistrados e a geração de relatórios.	Implantação	16/02/2017	13/03/2017
	Migração dos Processos das Varas de Execução Fiscal	Migração dos processos das varas virtuais de Execução Fiscal para as varas oficiais, unificando as varas de execução fiscal.	Unificação das informações das varas de execução fiscal, facilitando o trabalho dos magistrados e a geração de relatórios.	Implantação	14/09/2016	13/03/2017
Sistemas Judiciais – Homologação e testes	Homologação e Atualização do SAJ5- SG – Versões 1-8-8, 1- 8-10, 1-8-12, 1-8-14, 1- 8-17 e 1-8-20	Homologação e implantação das 7 versões evolutivas do SAJ5-SG recebidas em 2016 e que não puderam ser atualizadas em decorrência do Projeto IPE-SG e das adequações para a Febraban.	Disponibilizar para os servidores do TJSC um grande conjunto de melhorias no SAJ5/SG especificados pelo Grupo de Homologação do SAJ5/SG.	Implantação	01/11/2016	28/11/2017

	Automação de Testes Funcionais	TACAP – Automação de Testes Funcionais	- Melhorar a qualidade dos sistemas SAJ liberados em ambientes de produção;- Promover a economia de tempo e recursos através da automatização de testes manuais;	Desenvolvimento	03/04/2017	13/09/2017
Sistemas Judiciais – Fluxos	PIF Cejusc Piloto – Projeto Piloto de Implantação do Fluxo de Trabalho para o CEJUSC	Projeto Piloto de implantação dos Fluxos Cejusc Processual e Pré-Processual nas comarcas de Concórdia, Barra Velha e Capital.	Otimização do gerenciamento das demandas pré-processuais e processuais do Cejusc, à partir da disponibilização de um fluxo específico. Potencialização da capacidade de produção dos magistrados e servidores. Transparência das informações da tramitação pré-processual, por meio da disponibilização no Portal e-SAJ.	Implantação	22/04/2016	19/12/2017
	PIF – Implantação do Fluxo de Plantão Judiciário	Criação de varas virtuais em cada comarca com a instalação do fluxo Plantão Judiciário, visando apresentar os recursos existentes no SAJ5/PG para que o magistrado e o servidor plantonista consigam dar andamento aos processos analisados durante o expediente no plantão, de forma mais ágil e eficaz.	Possibilitar o tratamento apropriado para os processos recebidos no regime de plantão judicial no SAJ5/PG. O servidor plantonista poderá acessar o sistema de sua residência, sem necessidade de locomoção ao Fórum para recebimento dos processos durante o plantão. A implantação permitirá que o advogado envie os processos via peticionamento eletrônico. A intimação do Ministério Público também poderá ser realizada via sistema. O magistrado poderá analisar pelo SAJ/PG, pedidos realizados durante o plantão para processos em andamento.	Implantação	01/08/2014	13/12/2017

	PIMEF NUGEP – Projeto de Implantação de Melhorias no Fluxo NUGEP	<p>O projeto visa o desenvolvimento e automatização do Fluxo NUGEP do SAJ5/SG, para agregar economia processual e celeridade ao cumprimento de atos judiciais.</p> <p>Justifica-se a abertura de um projeto no âmbito da Divisão de Sistemas Judiciais para eventuais ajustes e configurações necessárias, por meio da criação de novas filias, criação de atividades automatizadas, configurações automatizadas de acordo com as movimentações lançadas, criação de modelos e movimentações, entre outros, de acordo com a Resolução GP n. 32/2017.</p>	<p>Implantar soluções de ajustes e configurações no fluxo de trabalho NUGEP do SAJ5/SG, que visem o aumento da produtividade; redução da taxa de congestionamento; agilidade e eficácia no gerenciamento dos procedimentos administrativos decorrentes da aplicação da repercussão geral, dos recursos repetitivos, dos incidentes de resolução de demandas repetitivas e dos incidentes de assunção de competência; e ganho de eficiência operacional, de modo a tornar a atividade jurisdicional célere e efetiva.</p>	Desenvolvimento	08/08/2017	20/10/2017
	IFIJU – Implantação do Fluxo do Trabalho da Infância e Juventude	<p>Aprimoramento e expansão do Fluxo Infância e Juventude para todas as Comarcas do Estado.</p>	<p>Propiciar a separação e a organização dos processos da Infância e Juventude em Fluxo próprio, otimizando as rotinas cartorárias.</p>	Implantação	29/11/2016	12/04/2017
	REJUF – Adequação do fluxo cível para recuperação judicial e falências	<p>Adequação do fluxo cível para recuperação judicial e falências. Será utilizado o fluxo “Cível – Genérico”, já existente, contudo, com algumas inovações específicas para estas demandas.</p>	<p>Atender ao rito estabelecido pela Lei de Recuperação Judicial e Falência, Lei n. 11.101/2005, que dispõe em seu art.79 que os processos de falência e os seus incidentes preferem a todos os outros na ordem dos feitos, em qualquer instância. Foram realizadas alterações no Sistema SAJ/PG, a fim de tornar o processamento destas ações mais célere, com economia processual e melhorias na gestão.</p>	Implantação	03/08/2016	10/04/2017
Sistemas Judiciais	Melhorias nas ferramentas de apoio a digitalização de processos			Desenvolvimento	31/01/2017	19/09/2017

			Suprir a necessidade de envio de informações ao CNJ, conforme solicitação na Resolução n. 235/2016, até que a solução definitiva seja entregue pela Softplan. Além disso, os ajustes realizados na base de dados trarão maior confiabilidade as informações estatísticas.	Intervenção em Base de Dados	20/09/2016	15/03/2017
Sistemas Administrativos	SISNUGEP – Extração de dados de Primeiro e Segundo Grau	Em fase de validação do script para extração dos dados e envio para o CNJ os dados dos processos sobrestados de temas do STF. Início da fase de correção dos dados processuais, o qual foi sugerido ser tratado em conjunto com o projeto de saneamento da base do SG5.				
	Banco de Remoção por Permuta	Sistema que permita a gestão de informações sobre permuta de servidores do PJSC. Deve possibilitar o cadastro de informações referentes à solicitação de permuta dos servidores do PJSC, bem como consulta aos dados.	Restabelecer o serviço e disponibilizar informações sobre permutas entre lotações do PJSC. Promover atualização tecnológica, visual e melhorar a experiência do usuário no uso do ferramenta.	Desenvolvimento	19/07/2017	03/10/2017
	Gestão Acadêmica da Academia Judicial	Solução Integrada de Gestão Acadêmica para Academia Judicial, com atuação na área de Instituição de Ensino Superior (cursos de graduação e pós-graduação), e de Escola de Governo (cursos livres). Além disso deve contemplar também o gerenciamento de participação de magistrados e servidores em cursos/eventos externos, residência judicial, e projetos de pesquisa.	Melhoria na gestão da Academia Judicial e apoio aos principais procedimentos relacionados àquela unidade, trazendo maior eficiência e melhoria na qualidade dos serviços prestados.	Aquisição de Solução de TI	07/01/2015	31/08/2017
	SBT – versão 1-7	Suporte a metadados do tipo arquivo, configuração de ordenação de resultados e metadados do tipo documentos relacionados.	Possibilidade de disponibilização de documentos digitalizados e sem OCR – assinados, melhoria da apresentação dos documentos relacionados e opções de ordenação.	Desenvolvimento	01/09/2016	31/03/2017
	Utilização do Malote Digital pelos CEJUSC	Proporcionar a utilização do Sistema Malote Digital pelos CEJUSCs (inicialmente aos dezoito já implantados) e pelo Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos.	Celeridade, segurança e agilidade na troca de documentos de forma eletrônica.	Implantação	01/06/2016	31/03/2017
	PDFs preenchíveis – DGP	Confecção de PDFs preenchíveis (documentos e declarações) para nomeação e posse	Padronizar e facilitar o preenchimento destes documentos, agilizando a prestação do serviço.	Desenvolvimento	01/09/2016	20/02/2017

eSocial – Sistema para Gestão de Férias de Magistrados	Nova versão do sistema de marcação de férias, para atender às novas determinações da Resolução GP que versa sobre novas regras para marcação de férias de magistrados de 1º e 2º graus.	Permite a solicitação de alteração de uma marcação por parte do magistrado de 1º grau. Implementa o fluxo necessário para a marcação de férias dos desembargadores e juizes de 2º grau, de acordo com sua locação dentro das Camaras.	Desenvolvimento	25/10/2016	19/12/2017
Cadastro de contratos	Cadastro de contratos para substituição de controles em planilha Excel.	Maior segurança, eliminando o risco de perdas das planilhas Excel; Centralização das informações, visto que atualmente existem várias planilhas.	Desenvolvimento	08/11/2016	05/10/2017
Atualização e suporte do Sistema de Gestão de Farmácia	Contratação de atualização e suporte ao sistema de gestão de farmácia	Apoio à Seção de Farmácia na gestão da Farmácia do TJSC, com as funcionalidades necessárias para integração com os sistemas do informatizados do PJSC.	Aquisição de Solução de TI	02/02/2017	29/09/2017
Módulo para Controle do pagamento de reajustes e suas diferenças	Funcionalidade implementada na folha de pagamento que permite o lançamento de reajustes, fracionados, com o cálculo de suas diferenças controlados	Permitir o lançamento automatizado de reajustes, com controle de pagamento de diferenças e atrasados. Tem impacto direto na determinação da Presidência para pagamento do Reajuste do ano de 2016, que será fracionado em 3 meses e terá suas diferenças pagas após, com datas de referência diferentes.	Desenvolvimento	10/08/2017	10/08/2017
Boletos com Registro	Mudança da modalidade de boletos de cobrança emitidos pelos sistemas SAJ, CCJ, Sidejud e Precatórios, da atual “sem registro” para “com registro” por exigência da Febraban.	Adequação à nova exigência da Febraban de alteração da modalidade de boleto de cobrança “sem registro” para “com registro”.	Desenvolvimento	01/06/2016	31/07/2017
eSocial – Sistema para controle de atos e lançamento de promoções por aperfeiçoamento	Módulo para lançamento de informações sobre promoções por aperfeiçoamento e cálculo das diferenças	Viabilizará o encaminhamento mais rápido dos processos de promoção por aperfeiçoamento acumulados nos últimos anos. Refatoração do código da rotina MC/GP será o ponto de início para a implementação do novo SAF.	Desenvolvimento	15/09/2016	28/03/2017

	DIRF 2017	Adequações às novidades da DIRF 2017	Obrigações legais do TJSC de prestar informações de rendimentos de todos os destinatários de recursos financeiros.	Desenvolvimento	08/02/2017	24/02/2017
	Módulo de emissão de controle de remessas e recebimento de material	Módulo do sistema de Almoxarifado para emissão de documentos de remessas, para realizar o transporte e o recebimento de materiais de forma eletrônica.	O sistema possibilitará o cálculo das faturas de transporte de forma automatizada, maior controle do saldo dos almoxarifados setoriais e maior agilidade para tratar problemas de entrega.	Desenvolvimento	01/08/2016	20/02/2017
	SGDD (Sistema Gerenciador de Despesas com Deslocamentos) versão 2-3	Versão 2.3 do sistema que automatiza o processo de concessão de diárias, ressarcimento de despesas e prestação de contas no PJSC	Agilizar o processo de solicitação, pagamento e prestação de contas para solicitação de antecipação de valores e ressarcimentos para despesas com deslocamentos a serviço no PJSC.	Desenvolvimento	01/01/2016	15/02/2017
Segurança de portal Web	Atualizar a Pesquisa de Satisfação Externa	Atualizar o projeto da aplicação Java para resolver brechas de segurança e acrescentar o reCAPTCHA do Google.	Eliminar o risco de segurança e atualizar as bibliotecas do projeto. Conhecer melhor o sistema da pesquisa para a futura migração do formulário para o Liferay.	Desenvolvimento	09/05/2017	26/09/2017
	Desindexação de conteúdos (em homologação) dos mecanismos de pesquisa	Eliminar os portais e formulários em homologação dos resultados das pesquisas realizadas no Google, Bing, etc.	Evitar acessos indevidos aos conteúdos e formulários em ambientes de homologação. Evitar a divulgação de portais que ainda estão em homologação.	Desenvolvimento	28/07/2017	11/08/2017
	Transparência nos bloqueios do portal	Dar mais transparência ao usuário se for detectado um uso anormal do portal através de um determinado número IP.	Informar ao usuário que o IP do dispositivo dele foi bloqueado e possibilitar o acesso ao portal mediante comprovação via Captcha.	Desenvolvimento	08/11/2016	30/06/2017
	Portal de Transparência – Consulta de Vencimentos	Implementação de novas funcionalidades na consulta de vencimentos – identificação do usuário, estruturação das informações.	Proteger as informações disponibilizadas no portal de transparência.	Desenvolvimento	10/02/2017	20/02/2017
Segurança	Renovação Certificado SSL	Aquisição para renovação do certificado SSL wildcard.	Manutenção e disponibilidade dos servidores web de forma segura.	Implantação	27/04/2017	07/07/2017

	Aquisição de Certificados Digitais	Aquisição de certificados digitais e-CPF para magistrados e servidores, viabilizando a realização de atividades judiciais e administrativas.	Garantir a continuidade no fornecimento de certificados digitais para magistrados e servidores, tanto para renovação quanto para fornecimento de novas unidades. Diante da virtualização dos processos, este recurso é cada vez mais necessário.	Aquisição de Solução de TI	01/09/2016	20/03/2017
	Aquisição emergencial de Certificados Digitais	Aquisição emergencial de certificados digitais e-CPF para atender demanda de certificados que exige urgência.	Garantir a continuidade dos trabalhos forenses para os serviços que utilizam certificados digitais.	Aquisição de Solução de TI	30/11/2016	26/01/2017
Redes	Desativação do Domínio tj.sc.gov.br	Desativação do domínio e do direcionamento e-mails de tj.sc.gov.br para tjsc.jus.br	Reduzir a complexidade do ambiente web e diminuir a quantidade de SPAMs que são enviados para o domínio gov, aumentando a segurança dos dados no PJSC.	Implantação	20/06/2017	29/09/2017
	Solução Wireless para o PJSC	Aquisição de solução de rede sem fio para atualização tecnológica e ampliação do acesso às redes dos prédios sede do TJSC (Torres I e II), Academia Judicial e ACCR.	Fornecer conexão por rede sem fio (wireless) com segurança. Atendimento a demandas reprimidas e à crescente necessidade de uso de dispositivos móveis dos magistrados e servidores. Acessibilidade da informação aos usuários em trânsito ou em locais onde não há disponibilidade de pontos de rede com fio.	Aquisição de Solução de TI	01/03/2015	19/12/2017
	Switch Nexus para o CPD	O switch Nexus (dispositivo de conexão de rede) será utilizado no CPD para melhorar a qualidade de rede das torres I e II do TJSC.	Contribui para a garantia da segurança dos dados e disponibilidade dos serviços do PJSC.	Implantação	01/09/2016	15/07/2017
Prova de conceito Sistema Administrativo	PoC Chatbot para Ouvidoria	Prova de Conceito com a empresa Ascendant para utilização de ferramenta Chatbot para o contexto da Ouvidoria.	Análise da ferramenta visando à celeridade e eficiência no atendimento da Ouvidoria, bem como suporte ao atendimento de demanda (que deve crescer em 2018). Aprendizagem da equipe da DTI sobre ferramentas e conceitos de Machine Learning e Computação Cognitiva.	Análise ou Estudo	31/10/2017	14/12/2017

Portais web

Viabilização de autoinscrição em cursos autoinstrucionais	Alteração do sistema de inscrições em cursos para permitir que o aluno se inscreva a qualquer tempo em cursos autoinstrucionais, sem a necessidade de aguardar a abertura de uma turma.	Possibilidade de disponibilização de cursos autoinstrucionais de forma permanente, incluindo cursos de SAJ.	Desenvolvimento	01/11/2016	11/09/2017
Portal Conciliação e Mediação	Portal para centralizar as informações referentes à Conciliação e Mediação, bem como os órgãos associados.	Facilitar o acesso a estas informações tão relevantes ao cidadão e também à instituição que contempla a conciliação e mediação no seu planejamento estratégico.	Desenvolvimento	12/07/2017	30/11/2017
Portal do Advogado	Criação de um espaço no Portal do PJSC dedicado aos advogados.	Centralizar as informações e os acessos aos principais recursos utilizados pelos advogados.	Desenvolvimento	25/05/2017	30/11/2017
Portal do Cidadão	Criação de um espaço no Portal do PJSC dedicado aos cidadãos.	Centralizar as informações e os acessos aos principais recursos utilizados pelos cidadãos.	Desenvolvimento	25/05/2017	30/11/2017
Portal do Magistrado	Criação de um espaço no Portal do PJSC dedicado aos magistrados.	Centralizar as informações e os acessos aos principais recursos utilizados pelos magistrados.	Desenvolvimento	16/05/2017	30/11/2017
Portal do servidor – reorganização	Reorganizar o portal do servidor agregando os itens disponíveis no acesso rápido da página inicial e buscando facilitar a navegação pelo servidor.	Melhor navegabilidade, acesso facilitado, centralização das informações.	Desenvolvimento	10/05/2017	30/11/2017
Melhorias no formulário de contato	Melhorias no formulário de contato (feedback contextualizado), disponível no rodapé de todos os portais do PJSC, para ser contextualizado por site/portal e tornar o campo Assunto mais “inteligente”.	Automação e padronização de procedimentos.	Desenvolvimento	18/10/2016	24/11/2017
Organogramas	Alteração do formato de publicação do organograma, para não depender do software Microsoft Visio e também ser no formato responsivo e de fácil atualização.	Atualização de informações. Disponibilização de organograma geral.	Desenvolvimento	13/02/2017	10/11/2017
Definição de papéis e permissões para editores de conteúdo	Criação de papéis e permissões mínimas necessárias para a atualização de conteúdos disponíveis nos portais do PJSC pelos próprios responsáveis pelos conteúdos, com envio de e-mail das alterações para o administrador do portal (NCI)	Descentralização da edição de conteúdos nos portais do PJSC.	Desenvolvimento	16/05/2017	30/10/2017

Identidade visual do portal de serviços	Propor ajustes ao leiaute da Central de Serviços entregue pela empresa, alinhando ao padrão institucional do PJSC	Garantir, sempre que possível, a padronização visual das aplicações oferecidas aos usuários pelo PJSC.	Desenvolvimento	16/10/2017	30/10/2017
Wikilex – Estatuto da Criança e do Adolescente	Incluir na Wikilex o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei n. 12.594/2012 (a segunda legislação foi retirada do projeto original).	Divulgar o entendimento da CEIJ e pesquisas de jurisprudência destas leis, bem como permitir a contribuição dos servidores e magistrados do PJSC.	Desenvolvimento	15/08/2017	22/09/2017
Novo Portal da AJ	Desenvolvimento de um novo portal da Academia Judicial nos novos padrões estabelecidos.	Organização do conhecimento; Criação de ambiente mais amigável para inscrição e participação em cursos; Padronização e integração com o portal institucional do PJSC.	Desenvolvimento	02/05/2016	15/08/2017
Criação de novo portal do Malote Digital	Visto o alarme da SSO/DAD sobre vulnerabilidades do ambiente de produção do Sistema Malote Digital, a necessidade de atualização das configurações do ambiente e que há um projeto no backlog da APW visando à atualização do leiaute do portal do Malote Digital, sugere-se que seja criado um novo portal para Malote Digital (em ambiente Liferay) e desative-se o atual.	Atualização as configurações do Sistema Malote Digital;Melhoria da segurança do ambiente de produção;Migração para o leiaute, bem como utilização de ferramenta CMS institucional;Desativação de sistema legal.	Desenvolvimento	14/08/2017	15/08/2017
Plugin visualizador de imagens	Pesquisar um plugin visualizador de imagens do tipo slideshow (responsivo).	Substituir o atual plugin visualizador de imagens que não é adequado aos dispositivos móveis e com isso atualizar a página de exibição de notícias para o leiaute do novo portal do PJSC.	Análise ou Estudo	21/11/2016	11/08/2017
Portal de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação	Criação de um espaço no Portal do PJSC dedicado às informações sobre o processo de contratação de TI.	Centralizar as informações e os acessos às principais informações para os responsáveis pelo processo de contratação de TI.	Desenvolvimento	23/05/2017	30/06/2017
Reestruturação do Portal do Processo Eletrônico	Reestruturação do Portal do Processo Eletrônico, principalmente da página que disponibiliza as certidões de indisponibilidade.	Proporcionar acesso mais fácil e rápido às informações; Reduzir a necessidade de atendimento	Desenvolvimento	23/08/2016	10/02/2017

	Desenvolvimento de uma proposta de leiaute para o – Jurisprudência em Teses	Desenvolvimento do leiaute do Jurisprudência em Teses em conformidade com os padrões adotados no Portal do PJSC	Padronização da identidade visual	Desenvolvimento	30/01/2017	01/02/2017
	Usabilidade e design do SPA	Pesquisa e desenvolvimento de melhores práticas de usabilidade e design aplicadas ao SPA	Solucionar dificuldades encontradas pelos usuários do SPA e melhorar a experiência desses. Adaptar o atual leiaute para aproximar mais do estilo das outras aplicações web e portal.	Desenvolvimento	18/10/2016	01/02/2017
	Alteração das consultas no Portal de Transparência	Alteração da consulta no portal de transparência no que se refere a folha de pagamento	Atendimento às necessidades apontadas pelo CNJ	Desenvolvimento	23/01/2017	17/02/2017
Monitoramento/Suporte	Suporte da ferramenta de monitoramento Dynatrace	Contratação de serviço de suporte técnico do software Dynatrace, que faz o monitoramento das aplicações Web.	Manter o adequado funcionamento da plataforma de monitoramento das aplicações Web, como por exemplo o monitoramento da infraestrutura do processo eletrônico (e-SAJ).	Aquisição de Solução de TI	06/09/2016	31/05/2017
Monitoramento de sistemas	Sistema de monitoramento do Selo Digital 1-0	Aplicativo de monitoramento dos serviços e aplicativos de apoio do Selo Digital e demais serviços da CGJ sob responsabilidade da SCJE.	Monitoria da condição de uso dos componentes do projeto, e facilidade na identificação dos pontos com falha.	Desenvolvimento	29/08/2017	30/11/2017
Licenças de sistemas externos	Contratação licenças Adobe e Articulate	Processo para contratação de licenças das ferramentas Adobe e Articulate	Atualizar ou disponibilizar licenças das ferramentas Adobe e Articulate para os setores que trabalham com criação gráfica e de cursos EaD	Aquisição de Solução de TI	13/02/2017	15/09/2017
Integração com órgãos externos/Segurança	Integração TJSC-SSP-SC para certidões de nascimento e de casamento	O Selo Digital passa a disponibilizar também as informações referentes a certidões de nascimento e casamento que ele recebe. Termo n. 223/2014	As novas certidões passam a subsidiar o processamento e evitar as fraudes existentes nos pedidos de emissão de Carteira de Identidade em Santa Catarina.	Desenvolvimento	18/05/2017	29/06/2017

Infraestrutura de Portais web	Migração dos contatos das Comarcas do TAR para o Liferay	Em razão de problemas apresentados recentemente no TAR, da dificuldade de atualização por alguns TSIs que desconhecem a ferramenta, sugeriu-se a desativação da ferramenta e o NCI solicitou que os dados fossem migrados para páginas no Liferay.	Facilidade de atualização dos contatos pelo NCI, sem necessidade de intervenção dos TSI e descontinuidade de um sistema antigo, fora dos padrões atuais da DTI.	Desenvolvimento	27/09/2017	10/11/2017
	Licitação Liferay	Licitação para contratação de suporte técnico Liferay (ferramenta de portal e de pesquisa) e aquisição de novas licenças.	Atualização de ferramentas para reduzir recursos com manutenção, disponibilidade e segurança.	Aquisição de Solução de TI	01/02/2016	30/03/2017
	Desativação Wordpress	Análise e possível migração de páginas e conteúdos para o novo portal e desativação do servidor Wordpress	Redução da necessidade de recursos para manutenção	Desenvolvimento	18/03/2016	27/03/2017
Formulários web	Novo formulário desligamento – Aposentadoria	Atualizar o formulário de aposentadoria para o novo modelo da DGP.	Contemplar novos questionamentos relevantes e melhorar o formulário.	Desenvolvimento	01/12/2017	19/12/2017
	Novo formulário desligamento – Exoneração	Atualizar o formulário de exoneração para o novo modelo da DGP.	Contemplar novos questionamentos relevantes e melhorar o formulário.	Desenvolvimento	01/12/2017	19/12/2017
	Novo formulário ingresso	Atualizar o formulário de ingresso para o novo modelo da DGP.	Contemplar novos questionamentos relevantes e melhorar o formulário.	Desenvolvimento	11/07/2017	15/12/2017
	Formulário Requerimento de Autorização de Acesso Processos- Documentos Administrativos Digitalizados	Substituir o formulário PDF (anteriormente disponível em disponível em http://www.tjsc.jus.br/adm/formularios/dgi/Res_20-2013-GP_Formulario_solicitacao_autorizacao_acesso.pdf) para um formulário Liferay.	Envio das informações diretamente por e-mail, com cópia ao superior do solicitante.	Desenvolvimento	11/07/2017	21/09/2017
	Requerimentos de Certidão Narrativa e de Certidão de Distribuição – Segundo Grau	Desenvolvimento de um formulário para o requerimento de certidões narrativas – Segundo Grau	Agilidade na emissão de certidões pelas diretorias e acesso facilitado ao solicitante	Desenvolvimento	13/07/2016	31/08/2017
	Formulário Inscrição para Especialização em Gestão Estratégica no PJSC	Disponibilizar um formulário de inscrição aos interessados na Especialização em Gestão Estratégica.	Disponibilizar um formulário de inscrição nos padrões estabelecidos no Portal do PJSC.	Desenvolvimento	19/05/2017	27/06/2017

	Formulário Avaliação Ergonômica do Posto de Trabalho	Desenvolvimento do formulário Avaliação Ergonômica do Posto de Trabalho.	Cumprir as Normas Regulamentadoras 6 e 17 e as ações de saúde determinadas pela Resolução n. 207-2015-CNJ (art. 6º, V) e do eSocial. Importante observar que a Avaliação Ergonômica do Posto de Trabalho foi uma das necessidades mais apontadas pelas comarcas, segundo relatório-2015 da Asplan.	Desenvolvimento	09/11/2016	15/06/2017
	Formulário – Termo de Compromisso de Devolução do Crachá de Identificação e da Carteira de Identidade Funcional	Desenvolvimento de um formulário com o objetivo de adotar novos procedimentos para a restituição do crachá de identificação e da carteira funcional em decorrência do encerramento das atividades de servidores no Poder Judiciário	Automação e padronização de procedimentos	Desenvolvimento	16/11/2016	16/05/2017
	Formulário para pedido de sustentação oral	Desenvolver formulário de pedido de sustentação oral presencial, conforme previsto no NCPD.	Facilidade no pedido de sustentação oral, por meio de formulário.	Desenvolvimento	01/08/2016	15/05/2017
	Publicação de Avisos	Desenvolvimento de um formulário para a solicitação e uniformização da publicação de avisos na página inicial do Portal do PJSC. Ajustes na visualização dos avisos para públicos interno e externo.	Automação e padronização de procedimentos	Desenvolvimento	30/03/2016	22/02/2017
Equipamentos	Aquisição de microcomputadores – Processo Administrativo n. 26284	Aquisição de Microcomputadores para atualização de equipamentos lotados no parque do TJSC com defasagem tecnológica (micros celeron corei3), com atenção especial aos equipamentos utilizados pela DEA e pela DTI; CEJUSCs e salas de audiências.	Mediante atualização do parque de equipamentos de informática, evita-se que haja descontinuidade na prestação jurisdicional, bem como nos serviços administrativos essenciais ao funcionamento do PJSC, tais como elaboração de projetos pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura e desenvolvimento de sistemas de informática.	Aquisição de Solução de TI	27/05/2015	19/12/2017
	Aquisição de notebooks para Plantão Judiciário – Processo Administrativo n. 6848	Aquisição de Notebooks para o plantão eletrônico. Projeto desenvolvido em conjunto com a CGJ.	Garantir mobilidade para uso dos sistemas do PJSC por servidores em plantão ou em viagens pelo estado.	Aquisição de Solução de TI	01/02/2017	08/12/2017

	Leitor biométrico para controle de apenados – Processo Administrativo n. 31461	Aquisição de leitores biométricos para atendimento de projeto de leitura digital de apenados e reposição dos leitores danificados.	Atendimento do projeto de leitura digital de apenados e reposição dos leitores danificados.	Aquisição de Solução de TI	15/08/2016	20/10/2017
	Aquisição de notebooks para núcleos da CGJ – Processo Administrativo n. 9632	Aquisição de Notebooks para substituição dos atuais equipamentos utilizados pelos núcleos da CGJ.	Garantir mobilidade para uso dos sistemas do PJSC por servidores da CGJ nas viagens correicionais.	Aquisição de Solução de TI	16/03/2015	18/10/2017
	Aquisição de Digitalizadora de microfilmes	Aquisição de Digitalizadora de microfilmes para consulta e digitalização dos documentos microfilmados pela DDI e pela DRH.	Agilizar consideravelmente o serviço prestado pela Divisão de Arquivo e Memória do Poder Judiciário, especialmente para acórdãos produzidos pelo TJSC.	Aquisição de Solução de TI	03/10/2014	20/01/2017
Banco de Dados	Expansão da capacidade da base de dados do SAJ5PG	Expansão do espaço das bases de documentos do SAJPG em virtude do espaço livre reduzido. Será preciso copiar todos os documentos para o novo ambiente, que terá o espaço aumentado em 5 vezes. A manutenção será realizada de 07 a 10/09/2017 e o SAJ5PG, SG e Turmas terão períodos de indisponibilidade.	Fornecer o ambiente necessário para o funcionamento do SAJ5/PG. Continuidade do serviço.	Implantação	28/08/2017	11/09/2017
	Migração Exadata V2 e X2 para X6	Migração das bases dos Exadatas v2 e X2 para o recém-adquirido Exadata X6.	Os Exadatas V2 e X2 serão descontinuados por falta de suporte do fabricante e as bases deverão ir para o X6 recém-adquirido que será colocado em uso.	Implantação	05/06/2017	17/07/2017
	Expansão da capacidade do storage VNX5400	Aquisição de novos discos rígidos e gavetas para expansão da capacidade total de armazenamento.	Instalação de novos sistemas, ampliação de serviços, melhoria do desempenho e da disponibilidade.	Aquisição de Solução de TI	19/07/2016	30/03/2017

Arquitetura de desenvolvimento de sistemas	Programa Adoção do SOA	Execução de serviços técnicos de planejamento, estruturação, desenvolvimento, implantação e monitoração do programa de adoção de arquitetura orientada a serviço do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e capacitação da equipe técnica interna. (grupo – consultoria arquitetura software).	Suporte ao uso e implementação de Mapeamento de Processos de Negócio (BPM) devidamente estruturado e governado. Formação de analistas e arquitetos nas boas práticas e princípios da Orientação a Serviços, independentemente de plataforma tecnológica. Compatibilização do FW3 à plataforma de BPM / SOA existente. Suporte ao mapeamento de processos de alto nível. Catalogação dos serviços de negócio. Reusabilidade de soluções, padrões e serviços de negócio. Escalabilidade dos serviços de negócio. Possibilidade de gestão de mudança tecnológica e governança adequada, no nível de serviços/processos de negócio.	Implantação	15/05/2015	18/12/2017
	ConsoleApp 3-0	Console de Aplicações é uma ferramenta customizada que permite ao desenvolvedor, arquiteto e gerente de projeto de uma determinada aplicação, configurar, monitorar e verificar, o funcionamento da mesma em todo seu ciclo de vida – integrado ao ALM (Application Lifecycle Management) do TJSC, utilizando FW3 (grupo – aplicações suporte e operação).	Independência controlada para gerente e/ou desenvolvedor nas atividades de gerencia, monitoração e configuração básica de uma aplicação; Agilidade na identificação de erros e resolução de problemas; Segurança e Auditoria na gerencia do ciclo de vida da aplicação; Melhoria da governança das aplicações; Aderência tecnológica ao FW3/SOA.	Desenvolvimento	01/11/2015	30/06/2017

<p>Aquisição de solução de suporte</p>	<p>Central de Serviços – Processo Administrativo n. 24556</p>	<p>Aquisição de software e de serviço de implantação para solução corporativa de atendimento de chamados. Inicialmente a solução atenderá os chamados de TI e, na sequência, abarcará também as demandas de outras áreas do PJSC.</p>	<p>Maior eficiência dos serviços de suporte ao usuário, aumento de acessibilidade: ponto único de contato. Maior produtividade: menos interrupção do segundo nível. Redução de impacto: rapidez na restauração de serviços. Maior disponibilidade do atendimento, melhor percepção de qualidade e satisfação os usuários, melhor comunicação. Maior conhecimento por meio da especialização por áreas e mais facilidade na identificação de gargalos. Padronização e otimização de atividades e processos, manutenção do conhecimento corporativo acumulado e indicadores para gestão e suporte à decisão.</p>	<p>Aquisição de Solução de TI</p>	<p>01/02/2016</p>	<p>30/06/2017</p>
	<p>Reestruturação Jurisprudência</p>	<p>Ajuste de Leiaute da Jurisprudência, criação do portal e desenvolvimento da funcionalidade de consulta de teses, conforme previsto no NCPC.</p>	<p>Revisão da disposição e das informações disponibilizadas; Atualização de leiaute; Criação de consulta por teses (novo CPC) e do portal da Jurisprudência.</p>	<p>Desenvolvimento</p>	<p>01/08/2016</p>	<p>01/09/2017</p>

Para viabilizar alguns dos projetos acima, foram distribuídos os seguintes equipamentos.

DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS 2017	Quantidade
Microcomputadores	1.899
Celulares para plantonistas	347
Celulares para juizados especiais	18
Modem 4G para plantonistas	111
Ultrabooks/notebooks	128
Monitores	849
Nobreaks	35
Impressoras	189
Mesas de som	25
Microfones	109
Escâneres	59

SERVIÇOS PRESTADOS

Dos serviços prestados pela DTI, para os públicos externo e interno, tem-se um mapa-resumo dos principais serviços com as quantidades referentes ao ano de 2017, bem como um descritivo de algumas ações implementadas voltadas à melhoria deles.

SERVIÇO	Quantidade
Sistemas relativos ao 1º e 2º Grau	64 sistemas
Peticionamentos por meio do portal e-SAJ (média diária)	15.000
Portal institucional	Média diária de 156.794 acessos
Diário da Justiça Eletrônico	Mais de 340.000 matérias publicadas
Portal da Jurisprudência catarinense	Média de 44.000 acessos mensais
Sistema Hermes – Malote Digital	785.000 documentos encaminhados
Sistema de Processos Administrativo – SPA	96 mil processos criados 936.000 documentos emitidos 572 setores habilitados 1.460 usuários habilitados 468 assuntos distintos habilitados para tramitação Autuação de 82% dos processos em meio eletrônico

Público Externo

SERVIÇO	AÇÃO	IMPACTO
Sistema de Automação do Judiciário	448 atualizações de versões do SAJ testadas e atualizadas em ambiente de produção em 2017, sendo: <ul style="list-style-type: none"> o 181 versões do SAJ para o Primeiro Grau; o 138 versões do SAJ para o TJSC; e o 129 versões do SAJ para as Turmas Recursais. 	o
	1.044 ações de melhorias, ajustes e correções nas configurações do sistema SAJ	
	714 chamados de atendimentos especializados de suporte técnico de 2º nível	
	115 especificações de requisitos aprovadas para melhorias	

Público Interno

SERVIÇO	AÇÃO e IMPACTO
Sistema de Processos Administrativo – SPA	134 horas de capacitação direcionadas a 1.500 servidores
Sistema de Gestão Acadêmica da Academia Judicial	Aquisição de nova solução
Portal do Poder Judiciário de Santa Catarina	Implantação de melhorias
Subportais	Criação e reorganização de sub-portais para: <ul style="list-style-type: none"> ○ Academia Judicial ○ Corregedoria-Geral da Justiça ○ Jurisprudência ○ Ouvidoria ○ Processo Eletrônico ○ Transparência ○ Wikilex (legislação anotada) ○ Wikilex – Novo CPC
Diagramações e criações gráficas	Desenvolvimento
Capacitações e eventos	Participação das equipes em: <ul style="list-style-type: none"> ○ SAJ PG e SG – 4.709 usuários capacitados em 65 turmas ○ Avaliação de desempenho: procedimentos e feedback ○ Aperfeiçoamento dos Gestores de TI ○ Gestão de Riscos e Governança ○ Especialização em Gestão Estratégica no Poder Judiciário ○ Gestão de Processos de Negócios ○ Gestão financeira e orçamentária ○ MS Project ○ Workshops internos sobre gestão de contratos e contratações de TI ○ IN n. 05/2017 ○ Formação Análise de Negócio
Portal da Jurisprudência	Publicação de nova versão

11 INFRAESTRUTURA

Entre os serviços de apoio e infraestrutura desenvolvidos no ano de 2017 ressaltam-se a melhoria dos fluxos e processos de trabalho, a otimização de recursos e das atividades relacionadas ao planejamento das aquisições, bem como o gerenciamento, controle e fiscalização das contratações de serviços e produtos sob responsabilidade desta Diretoria.

Com relação ao planejamento das aquisições de bens, equipamentos e serviços de apoio, foram realizados estudos visando ao agrupamento do maior número de itens em um mesmo processo licitatório, possibilitando a otimização do tempo dispendido na busca de orçamentos, análise de editais e acompanhamento das sessões públicas de licitação.

Quanto aos fluxos dos processos de trabalho e aprimoramento das atividades, destaca-se a melhoria trazida pela tramitação digital dos processos de pagamento, que deu celeridade aos procedimentos de conferência e emissão de parecer. Além disso, a implementação do processo eletrônico de pagamento favoreceu o trâmite entre as unidades beneficiadas que recebem os serviços/produtos, como também para os servidores envolvidos nas atividades de gerenciamento, controle e fiscalização.

Outra ferramenta importante para o aperfeiçoamento dos serviços foi a implantação da Central de Serviços Compartilhada, que visa, por meio de um canal único de entrada, o atendimento de chamados dos serviços de infraestrutura, apoio, engenharia e informática. No portal o usuário realiza suas solicitações e consegue acompanhar seu pedido. Inicialmente, o projeto foi disponibilizado para os chamados das Torre I e II do prédio-sede do Tribunal de Justiça. Para 2018 há a previsão de expansão do serviço para todas as unidades do PJSC.

No setor de transporte vale destacar o gerenciamento dos serviços de manutenção e conservação da frota oficial, que atualmente é composta de 253 veículos, distribuídos da forma a seguir.

Categoria	Quantidade
Veículos de representação	5
Veículos de transporte institucional	59
Veículos de serviço	189

É oportuno mencionar que dos 189 veículos de serviço 126 estão distribuídos nas unidades de primeiro grau, observada a necessidade das atividades jurisdicionais de cada comarca.

Uma das principais ações nesse setor é a realização periódica de manutenção preventiva nos veículos para reduzir ou impedir falhas no desempenho deles, aumentar a vida útil do bem e garantir a segurança de magistrados e servidores que utilizam o serviço de transporte para o desenvolvimento de suas atividades.

Os serviços de manutenção e de conservação dos veículos oficiais são realizados de forma centralizada, por meio do Contrato n. 189/2017, cujo objeto é a contratação de serviços continuados de operacionalização e gerenciamento de abastecimento e manutenção da frota.

Abaixo estão os gastos com a manutenção dos veículos nos últimos três anos.

Ano	Despesa com manutenção	Número de veículos
2015	R\$ 315.840,00	281
2016	R\$ 302.650,58	251
2017	R\$ 399.905,64	253

No setor gráfico houve avanço no desenvolvimento de projetos na área de criação e na especificação dos produtos produzidos em meio virtual e/ou impresso, o que colaborou para a disseminação de diversas campanhas institucionais de interesse coletivo, algumas em parceria com outros órgãos públicos. Em apoio à sustentabilidade, adotou-se política de incentivo ao uso das tecnologias virtuais em substituição às impressas.

12 ENGENHARIA E ARQUITETURA

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA do Tribunal de Justiça de Santa Catarina é o setor responsável pelo planejamento e execução de projetos, além da fiscalização de obras de construção, ampliação e reforma de edificações do Poder Judiciário Catarinense, bem como da gestão de diversos contratos de manutenção predial.

Os recursos orçamentários, grande parte oriundos do Fundo de Reaparelhamento de Justiça, estão distribuídos de acordo com a necessidade de cada projeto e dentro da vigência do Plano Plurianual – PPA (período de quatro anos).

A DEA possui como principal atribuição o gerenciamento de ações destinadas ao cumprimento de metas, propostas e diretrizes traçadas pela Administração do Poder Judiciário de Santa Catarina – PJSC no que se refere a:

- **avaliação de terrenos destinados a futuras edificações** – *verificação de viabilidade técnica de construção, bem como contratação de sondagens de solo e de levantamentos topográficos/planialtimétricos;*
- **elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, além de supervisão daqueles elaborados por profissionais contratados** – *projetos arquitetônico e complementares (estrutural, elétrico, de cabeamento estruturado, telefônico, de computação, de sonorização, de climatização, hidrossanitário, de estação de tratamento de esgoto (ETE), de circuito fechado de televisão (CFTV), de alarme e preventivo contra incêndio, etc.);*
- **elaboração de memoriais descritivos** – *detalhamento de todas as fases e materiais utilizados nos projetos;*
- **elaboração de estudos de leiaute e de adequações físicas** – *análises com relação à disposição de mobiliário; de aberturas; de pontos de energia, lógica e telefonia; de aparelhos de climatização, bem como da necessidade de realocação de paredes e divisórias;*
- **orçamentação** – *de obras de construção, reforma e ampliação, bem como de serviços de manutenção previstos em contratos ou solicitados por meio de requisições de compra;*
- **fiscalização e acompanhamento de obras** – *planejamento, organização e controle da execução de construções, reformas e ampliações; liberação de pagamento; análise de aditivos contratuais;*
- **gestão da conservação/manutenção predial, nas áreas elétrica e civil, bem como no que diz respeito a elevadores/ plataformas elevatórias, sistemas de climatização e subestações de energia elétrica, portas giratórias** – *elaboração de especificações técnicas e de levantamentos de quantitativos; emissão de ordens de serviço e gerenciamento dos respectivos contratos;*
- **análise de questões que envolvem a acessibilidade das edificações que integram o Poder Judiciário** – *adequação dos prédios à legislação vigente;*
- **vistorias em imóveis** – *referentes a prédios locados para fins de instalação de unidades judiciárias;*
- **regularização de projetos das edificações do Poder Judiciário** – *junto a entidades como prefeituras municipais, concessionárias de energia*

elétrica, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, etc., visando à contratação de obras de adequação, quando necessárias;

- **análise de requisições de compra pertinentes às áreas de engenharia e arquitetura** – *avaliação do mérito dos pedidos, bem como dos valores apresentados e se são compatíveis com os preços de mercado;*
- **atuação em procedimentos licitatórios** – *análise e acompanhamento de editais na área de engenharia e arquitetura, bem como participação em comissões de licitação;*
- **instrução de processos referentes a matrículas de terrenos dos quais o Poder Judiciário seja confrontante** – *quando necessária a devida retificação ou unificação de matrícula;*
- **suporte à Secretaria de Gestão Socioambiental do TJSC** – *fornecimento de informações e dados referentes às áreas de atuação da DEA;*
- **gestão de planilhas das áreas que o Ministério Público de Santa Catarina ocupa em unidades pertencentes ao Poder Judiciário** – *controle necessário para fins de ressarcimento ao PJSC, conforme o Convênio n. 226/2008;*
- **gestão orçamentária** – *elaboração do orçamento anual da Diretoria, controle de empenhos contratuais, remanejamento de recursos orçamentários destinados à área de atuação da DEA;*
- **atuação no Conselho Gestor de Engenharia (CGEng)** – *participação em reuniões periódicas e prestação de informações para tomada de decisões;*
- **gestão do Plano de Obras do TJSC** – *controle do cumprimento do ranking estabelecido e gerenciamento de eventuais inclusões de obras emergenciais – mediante aprovação do Tribunal Pleno;*
- **gestão das obras relacionadas no PPA 2016/2019** – *gerenciamento e planejamento de metas previstas na execução do Plano Plurianual das obras de construção, reforma e ampliação do PJSC; e*
- **atualização do Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-Sfinge) do Tribunal de Contas do Estado** – *inserção periódica de dados a respeito do andamento das obras de construção, reforma e ampliação do Poder Judiciário.*

Além disso, alguns números traduzem a importância do trabalho desempenhado pela equipe da Diretoria de Engenharia e Arquitetura.

- Atualmente, a DEA gerencia cerca de 150 edificações, que, juntas, somam uma área de quase 300 mil metros quadrados, o que equivale a quase quarenta campos de futebol.
- Para tanto, são necessários recursos de grande monta: somente durante o exercício de 2017 foi administrado um orçamento de aproximadamente R\$ 62,8 milhões, de acordo com a Lei Orçamentária Anual – LOA.
- As demandas de manutenção predial são as mais diversas, desde problemas elétricos e manutenções corretivas e preventivas a reformas

em geral e atendimento emergencial, com orçamento oriundo do Fundo de Reaparelhamento de Justiça na ordem de R\$ 25 milhões, de acordo com a LOA 2017.

- Atua diariamente nos prédios-sede do Tribunal de Justiça*, atendendo a chamados nas áreas de climatização, elevadores, instalações elétricas e manutenção predial em geral. Durante 2017 foram cerca de 4.700 atendimentos, o que equivale a quase 18 pedidos por dia, considerando os 264 dias úteis do ano.

No final de 2017 foi disponibilizada uma nova ferramenta com o objetivo de otimizar ainda mais o atendimento às demandas, o “Portal de Serviços”, uma central de atendimento unificada, via web, exclusiva para abertura de chamados, que engloba, além da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, as Diretorias de Infraestrutura e de Tecnologia da Informação.

O novo procedimento se encontra em fase inicial de implantação, restrito apenas a usuários das Torres I e II do TJSC, mas já mostrou potencial para ser ampliado, aprimorado e consolidado como uma importante ferramenta de gestão de atendimento às demandas.

Abaixo seguem informações mais detalhadas das ações desenvolvidas pela DEA ao longo do ano de 2017.

(*) A Justiça de Segundo Grau é composta pelas seguintes edificações: Torres I e II, Unidade Presidente Coutinho, Unidade Almirante Lamego, Unidade Anita Garibaldi, Gráfica, Almoxarifado e Arquivo Central.

PROJETOS ARQUITETÔNICOS E COMPLEMENTARES

Nº	LOCALIDADE	OBJETO	SITUAÇÃO
01	Balneário Camboriú (Fórum de Família)	Elaboração de diretrizes técnicas e projeto básico, visando à contratação de projetos arquitetônico e de engenharia para a obra de reforma global do prédio do Fórum	Finalizado
02	Balneário Camboriú (Sede)	Elaboração do projeto preventivo contra incêndio da obra de reforma e ampliação do prédio do Fórum	Finalizado
03	Balneário Camboriú (Sede)	Atualização do levantamento de patologias, incluindo orçamento, para a obra de reforma e ampliação do prédio do Fórum	Finalizado
04	Balneário Camboriú (Sede)	Projeto preventivo contra incêndio para reforma dos sistemas vitais do prédio do Fórum	Finalizado
05	Blumenau (Fórum Universitário)	Elaboração de projeto hidrossanitário para reforma parcial do prédio do Fórum	Finalizado
06	Blumenau (Fórum Universitário)	Elaboração de projeto de ligação da rede de esgoto interna à rede pública e projeto preventivo contra incêndio	Finalizado
07	Campo Erê	Elaboração de projeto hidrossanitário para reforma e ampliação do prédio do Fórum	Em desenvolvimento
08	Campo Erê	Elaboração de projeto preventivo contra incêndio para reforma do prédio do Fórum	Em desenvolvimento
09	Campo Erê	Elaboração dos projetos elétrico, de telecomunicações e de cabeamento estruturado para reforma e ampliação do Fórum	Em desenvolvimento
10	Campo Erê	Finalização do projeto arquitetônico para reforma e ampliação do prédio do Fórum	Em desenvolvimento
11	Capital (Norte da Ilha)	Elaboração de projeto da rede hidráulica para instalação de novas cisternas	Em desenvolvimento
12	Concórdia	Elaboração de memorial de especificações para substituição dos brises do prédio do Fórum	Finalizado
13	Criciúma	Elaboração de material técnico visando à contratação de obras para reforma do sistema preventivo contra incêndio	Finalizado
14	Fraiburgo	Elaboração de projeto para substituição da cobertura do prédio do Fórum	Autorizado – a iniciar
15	Herval do Oeste	Elaboração de projetos arquitetônico, estrutural, preventivo contra incêndio, hidrossanitário e de impermeabilização	Em desenvolvimento
16	Ibirama	Elaboração de estudo geotécnico de estabilidade de talude e projeto de contenção	Em desenvolvimento
17	Ibirama	Elaboração de projeto para substituição da cobertura do prédio do Fórum	Autorizado – a iniciar
18	Indaial	Elaboração de projeto para substituição da cobertura do prédio do Fórum	Autorizado – a iniciar
19	Itajaí	Projetos arquitetônico e complementares para reforma parcial (reparo de impermeabilização; recuperação de estrutura; instalação de guarda corpo e corrimãos)	Finalizado
20	Joaçaba	Especificações para recuperação das esquadrias do prédio do Fórum	Finalizado

21	Joinville (Sede)	Elaboração de levantamento e de projeto da rede de esgoto para ligação com a rede pública	Em desenvolvimento
22	Joinville (Sede)	Elaboração de projeto preventivo contra incêndio	Em desenvolvimento
23	Lages	Projeto arquitetônico e da estrutura metálica da cobertura para obra de reforma do prédio do Fórum	Em desenvolvimento
24	Lages	Projeto preventivo contra incêndio para a obra de reforma do prédio do Fórum	Em desenvolvimento
26	Laguna	Elaboração de projeto para substituição da cobertura do prédio do Fórum	Em desenvolvimento
25	Laguna	Projetos arquitetônico e complementares para instalação de porta giratória detectora de metais e adequações no sistema preventivo contra incêndio	Finalizado
27	Ponte Serrada	Projetos arquitetônico, hidrossanitário e de exaustão mecânica para a obra de reforma de acessibilidade	Em desenvolvimento
28	Santa Cecília	Elaboração de projeto preventivo contra incêndio	Em desenvolvimento
29	Santa Rosa do Sul	Elaboração do projeto arquitetônico para a obra de reforma e ampliação do Fórum	Em desenvolvimento
30	Santo Amaro da Imperatriz	Elaboração de projeto preventivo contra incêndio	Em desenvolvimento
31	Seara	Elaboração de projeto para substituição de cobertura	Em desenvolvimento
32	Seara	Elaboração de projeto preventivo contra incêndio	Em desenvolvimento
33	Tijucas	Elaboração do projeto preventivo contra incêndio	Em desenvolvimento
34	Tijucas	Elaboração do projeto arquitetônico e elétrico para a obra de cercamento do terreno do prédio do Fórum	Finalizado
35	Tribunal de Justiça	Projeto de reforma das passarelas de ligação entre as Torres I e II do TJSC	Finalizado
36	Tribunal de Justiça (Torre II)	Elaboração de projeto estrutural para a retirada da estrutura metálica dos brises, projeto de nova estrutura de suporte para a cobertura do ático e projeto de recuperação da estrutura metálica remanescente	Finalizado
37	Tribunal de Justiça (Almoxarifado e Gráfica)	Elaboração de projeto de sistema de alarme de intrusão	Em desenvolvimento
38	Tribunal de Justiça (Torres I e II)	Elaboração e unificação dos projetos preventivos contra incêndio para o complexo	Em desenvolvimento
39	Urubici	Elaboração de projeto preventivo contra incêndio	Em desenvolvimento
40	Urubici	Elaboração de projeto para substituição da cobertura	Autorizado – a iniciar

Fonte: Controle da Assessoria Técnica – Gerência de Projetos e da Divisão de Projetos/DEA

ORÇAMENTOS ELABORADOS PARA LICITAÇÕES

Nº	LOCALIDADE	OBRA / SERVIÇO	VALOR ORÇADO
01	Balneário Camboriú	Regularização dos sistemas de prevenção contra incêndio, abandono e iluminação de emergência	R\$ 125.210,34
02	Capital	Orçamento para contratação de instalação de redes de proteção	R\$ 28.500,00
03	Capital	Orçamento para contratação de manutenção em pele de vidro	R\$ 303.828,40
04	Chapecó	Orçamento para manutenção de esquadrias da fachada	R\$ 1.068.522,29
05	Concórdia	Orçamento para contratação de reforma parcial – brises	R\$ 263.309,09
06	Fraiburgo	Orçamento para manutenção emergencial – recuperação de telhado	R\$ 32.319,12
07	Itajaí	Orçamento para impermeabilização de acesso ao Salão do Júri	R\$ 254.439,79
08	Lages	Orçamento para manutenção emergencial – recuperação de telhado	R\$ 91.107,75
09	Laguna	Orçamento para manutenção emergencial – recuperação de telhado	R\$ 97.235,92
10	Laguna	Orçamento para contratação emergencial – cobertura do prédio	R\$ 88.274,39
11	Poder Judiciário	Orçamento para contratação de serviços de limpeza de fossa e de reservatórios de água – para regiões sem contrato	R\$ 3.053.226,49
12	Tijucas	Orçamento para execução de cercamento no perímetro do prédio	R\$ 442.318,79
13	Tribunal de Justiça	Orçamento para contratação de obra de reforma parcial das passarelas (ligação entre as Torres I e II)	R\$ 769.898,28
TOTAL			6.618.190,65

Fonte: Divisão de Projetos/Seção de Orçamento e Custos/DEA

Não estão inclusos no quadro acima aqueles orçamentos que não envolvem procedimento licitatório.

OBRAS CONCLUSAS

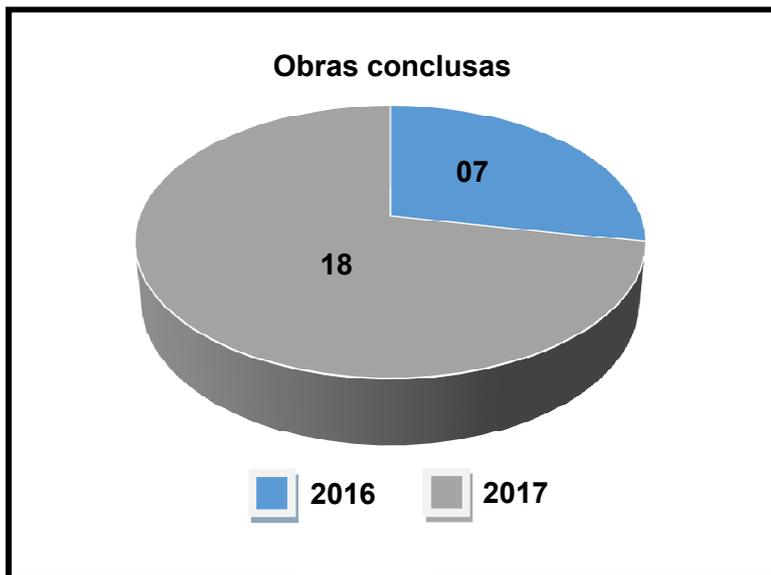
Nº	LOCALIDADE	OBRA	N. DO CONTRATO	INVESTIMENTO (SEM ADITIVOS)	DATA DE CONCLUSÃO
01	Tribunal de Justiça (Torre II)	Instalação de novo sistema de iluminação do Tribunal Pleno	248/2015 e Empenhos 1652 e 1653/2016	R\$ 279.700,00	04/01/2017
02	Barra Velha	Reforma parcial do prédio do Fórum	227/2016	R\$ 415.680,18	05/04/2017
03	Capital (Fórum Eduardo Luz)	Instalação de porta giratória detectora de metais e adequações no sistema preventivo contra incêndio	287/2016	R\$ 122.546,71	07/04/2017
04	São Bento do Sul	Execução de nova drenagem e reconformação do talude do terreno	182/2016	R\$ 105.886,84	05/05/2017
05	Descanso	Reforma parcial (instalação de porta giratória com detector de metais)	276/2016	R\$ 97.541,40	25/05/2017
06	Gaspar	Construção de nova sede	1/2014	R\$ 18.903.062,04	08/06/2017
07	Bom Retiro	Reforma parcial do prédio do Fórum (adequações de acessibilidade)	194/2016	R\$ 437.297,86	09/06/2017
08	Itapema	Instalação de porta giratória detectora de metais	16/2017	R\$ 230.282,24	05/08/2017
09	Xanxerê	Reforma parcial do prédio do Fórum	153/2015	R\$ 2.040.046,45	14/08/2017
10	Chapecó	Reforma parcial (adequações prediais relativas à acessibilidade e prevenção contra incêndio)	221/2016	R\$ 397.174,46	15/08/2017
11	São José	Ligação da rede de esgoto com o sistema público de tratamento	249/2016	R\$ 25.396,70	06/09/2017
12	Capital (Fórum do Estreito)	Reforma parcial e ampliação do prédio do Fórum	254/2016	R\$ 650.000,01	08/09/2017
13	Jaraguá do Sul	Execução de adequações de projeto preventivo contra incêndio e sistema de tratamento de esgoto	300/2016	R\$ 160.563,63	13/10/2017
14	Criciúma	Substituição dos elevadores instalados no prédio do Fórum	112/2016	R\$ 397.174,46	13/10/2017
15	São Francisco do Sul	Substituição de cobertura	252/2016	R\$ 448.693,83	14/10/2017
16	Correia Pinto	Reforma parcial do prédio do Fórum (execução de sala de desarme e instalação de porta giratória)	226/2016	R\$ 72.387,16	22/11/2017
17	Tribunal de Justiça (Arquivo Central)	Reforma global da edificação	82/2015	R\$ 14.270.645,97	14/12/2017*
18	Canoinhas	Construção de nova sede	51/2015	R\$ 17.111.887,48	23/12/2017**

Fonte: Controle da Assessoria Técnica – Gerência de Projetos/DEA

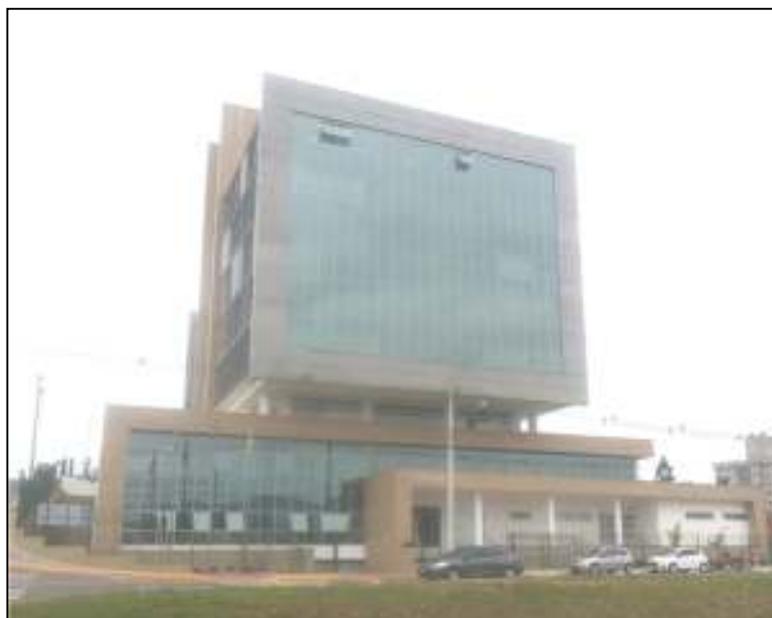
Dados computados até 13/12/2017.

Reforma global do prédio do Arquivo Central – há pendências por parte da empresa que está executando a obra, sendo que o Termo de Recebimento Provisório – TRP será emitido somente em 2018.

Construção do novo Fórum da comarca de Canoinhas – data prevista para emissão do Termo de Recebimento Provisório.



Fonte: Assessoria Técnica – Gerência de Projetos/DEA
* Dados computados até 13/12/2017.



Fórum de Gaspar – Foto: Rafael Linsmeyer/DEA (set/2017)



Fórum de Canoinhas – Foto: Rafael Linsmeyer/DEA (abril/2017)



Fórum do Estreito / comarca da Capital – Foto: Divisão de Projetos/DEA (jul/2017)





Tribunal Pleno / TJSC – Fotos: Débora Carolina Piazza/DEA (dez/2017)

OBRAS EM EXECUÇÃO

Nº	LOCALIDADE	OBRA	N. DO CONTRATO / EMPENHO	INVESTIMENTO (SEM ADITIVOS)	TÉRMINO CONTRATUAL	AVANÇO FÍSICO DA OBRA
01	Navegantes	Construção de nova sede	60/2014	R\$ 16.324.488,52	21/07/2017	92,1%
02	Tribunal de Justiça (Torre I)	Reforma do 5º pavimento	23/2016	R\$ 3.942.960,72	03/03/2018	60%
		Reforma do 6º pavimento (etapa conclusa)			Concluída em 16/11/2017	100%
		Reforma do 7º pavimento (etapa conclusa)			Concluída em 03/04/2017	100%
03	Tubarão	Reforma global do prédio do Fórum	137/2017	R\$ 2.958.000,00	26/02/2019	17,7%
04	Rio do Sul*	Construção de nova sede	5/2014	R\$ 24.839.582,86	SEM PREVISÃO* Processo Administrativo 16797/17	24%

Fonte: Controle da Assessoria Técnica – Gerência de Projetos/DEA

Dados computados até 13/12/2017. Não incluem pedidos de prorrogação de prazos ainda em análise.

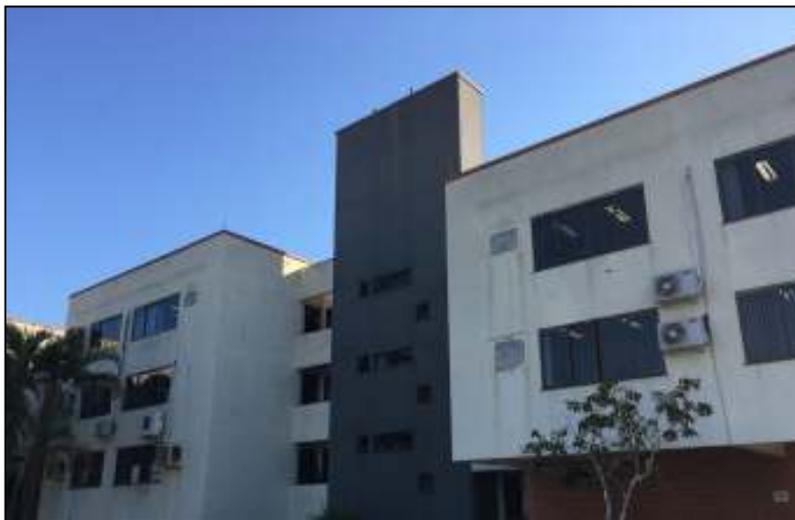
* Contrato rescindido – em análise para continuação com segunda colocada da licitação.



Fonte: Assessoria Técnica – Gerência de Projetos/DEA
Dados computados até 13/12/2017.



Fórum de Navegantes – Foto: Diogo coelho Rocha/DEA (nov/2017)



Fórum de Tubarão – Foto: Débora Carolina Piazza/DEA (set/2017)



Fórum de Tubarão / Salão do Júri – Foto: Wilson Spernau Júnior/DEA (out/2017)



Torre I / TJSC (reforma do 7º pavimento) – Foto: Débora Carolina Piazza/DEA (dez/2017)



Torre I / TJSC (reforma do 6º pavimento) – Foto: Débora Carolina Piazza/DEA (dez/2017)



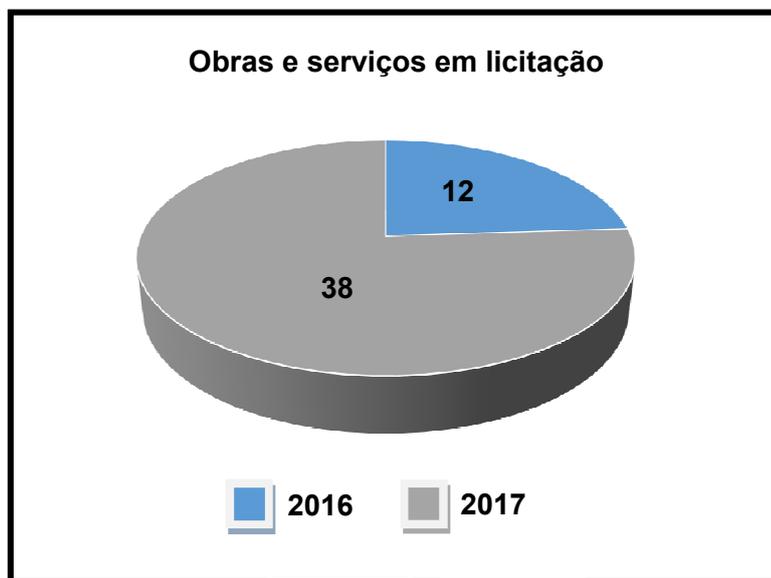
Torre I / TJSC (reforma do 5º pavimento) – Fotos: Débora Carolina Piazza/DEA (dez/2017) e Wilson S. Júnior/DEA (jun/2017)

OBRAS E SERVIÇOS EM LICITAÇÃO

N.	LOCALIDADE	OBJETO
01	Araquari	Elaboração dos projetos arquitetônico e de engenharia para a obra de construção
02	Balneário Camboriú	Reforma dos sistemas vitais de prevenção contra incêndio
03	Campos Novos	Elaboração dos projetos arquitetônico e de engenharia para a obra de construção
04	Capital (Fórum Eduardo Luz)	Contratação de serviços de substituição de placas de controle dos equipamentos hidrônicos do tipo cassete e Hi Wall instalados no prédio do Fórum Des. Eduardo Luz
05	Capital (Sede)	Substituição de redes horizontais de proteção instalados no vão central do prédio que abriga o Fórum Des. Rid Silva
06	Capital (Sede)	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da pele de vidro do prédio do Fórum Desembargador Rid Silva
07	Capital (Sede)	Contratação de serviços de manutenção continuada (preventiva mensal, corretiva ilimitada) no grupo motor-gerador, instalado no prédio do Fórum Des. Rid Silva.
08	Chapecó	Contratação de empresa para a ampliação do sistema de climatização tipo VRV
09	Chapecó	Contratação de serviços continuados de manutenção (preventiva mensal e corretiva) no sistema de climatização
10	Concórdia	Substituição de brises
11	Criciúma	Contratação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) em elevadores
12	Curitibanos	Elaboração dos projetos arquitetônico e de engenharia para a obra de construção
13	Garuva	Elaboração dos projetos arquitetônico e de engenharia para a obra de construção
14	Gaspar	Contratação de serviços continuados de manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização do Fórum
15	Itajaí	Reforma parcial para reparo de impermeabilização, recuperação de estrutura e instalação de guarda corpo e corrimãos
16	Itapoá	Elaboração dos projetos arquitetônico e de engenharia para a obra de reforma global
17	Joaçaba	Manutenção de esquadrias do prédio do Fórum
18	Joinville	Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços continuados de manutenção (preventiva e corretiva) do sistema de climatização
19	Laguna	Instalação de porta giratória detectora de metais e adequações no sistema preventivo contra incêndio
20	Laguna	Recuperação emergencial de cobertura
21	Navegantes	Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços continuados de manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização
22	PJSC – Diversos prédios	Serviço de remoção, modificação e instalação de equipamentos de ar-condicionado do tipo hidrônico
23	PJSC – Diversos prédios	Contratação de serviços continuados de limpeza de reservatório de água potável, limpeza e desentupimento do sistema de esgoto nos prédios do PJSC
24	PJSC – Diversos prédios	Contratação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) e instalação sob demanda de equipamentos de ar-condicionado, instalados nos prédios do PJSC

25	PJSC – Diversos prédios	Contratação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) das portas giratórias detectoras de metal do Poder Judiciário de Santa Catarina
26	PJSC – Diversos prédios	Contratação de serviços continuados de manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de calefação dos Fóruns das comarcas de Campo Erê, Urubici e São Joaquim
27	PJSC – Diversos prédios	Aquisição de condicionadores de ar do tipo split, modelo Hi Wall, piso-teto e cassete
28	PJSC – Diversos prédios	Contratação de empresa especializada para manutenção (preventiva e corretiva) das subestações de energia do PJSC
29	PJSC – Diversos prédios	Aquisição de aparelhos de ar-condicionado compacto, do tipo janeleiro
30	Rio do Oeste	Elaboração dos projetos arquitetônico e de engenharia para a obra de construção
31	Rio Negrinho	Elaboração dos projetos arquitetônico e de engenharia para a obra de construção
32	São José	Contratação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) em equipamentos de climatização instalados na comarca de São José
33	São Lourenço do Oeste	Elaboração dos projetos arquitetônico e de engenharia para a obra de construção
34	Tijucas	Cercamento do imóvel que abriga o Fórum
35	Timbó	Construção do novo prédio do Fórum
36	Tribunal de Justiça (Arquivo Central)	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) no sistema central de ar-condicionado
37	Tribunal de Justiça	Manutenção do sistema de iluminação do estacionamento coberto do Tribunal de Justiça
38	Tribunal de Justiça	Reforma parcial do prédio do TJSC – Torre II, contemplando a reforma das passarelas que ligam a Torres I e II

Fonte: Controle da Assessoria Técnica – Gerência de Projetos/DEA
Dados computados até 13/12/2017.



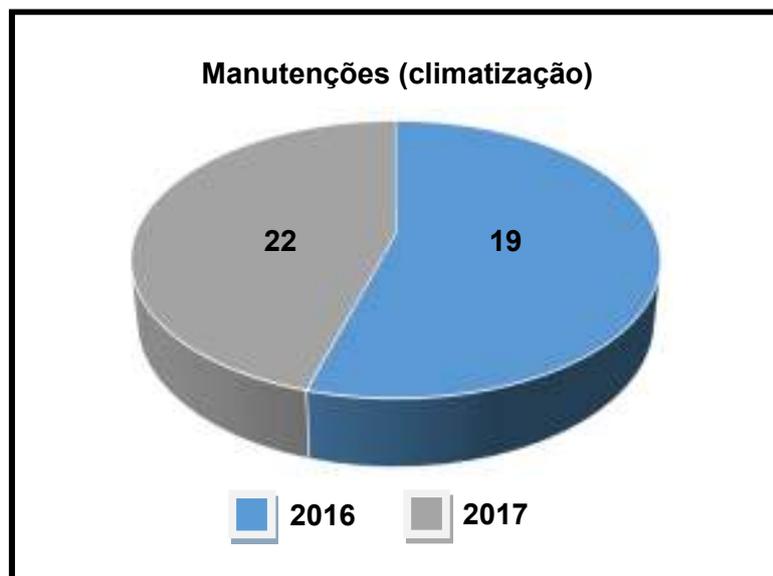
Fonte: Assessoria Técnica – Gerência de Projetos/DEA
Dados computados até 13/12/2017.

MANUTENÇÕES (climatização)

N.	LOCALIDADE	OBJETO	N. DO CONTRATO
01	Brusque	Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização	123/2015
02	Campo Erê	Manutenção no sistema de calefação instalado no prédio do Fórum	109/2012
03	Capital (Fórum Eduardo Luz)	Manutenção (preventiva e corretiva) nos dois equipamentos chiller (resfriadores de líquido) do sistema de climatização central	57/2013
04	Capital (Fórum Eduardo Luz)	Manutenção (preventiva e corretiva) nos climatizadores do tipo cassete, modulares, hidrônicos, de embutir, ventiladores, acessórios e componentes do circuito hidráulico de água gelada do sistema de climatização	137/2013
05	Capital (Fórum Norte da Ilha)	Manutenção (preventiva e corretiva) nos condicionadores de ar do tipo VRF do Fórum	173/2017
06	Capital (Sede)	Manutenção (preventiva e corretiva) nos resfriadores de líquido, nos condicionadores de ar do tipo Fan Coil e hidrônicos, nas bombas primárias e secundárias, nas torres de arrefecimento, nas caixas de volume de ar variável, do sistema de climatização	184/2013
07	Chapecó	Manutenção (preventiva e corretiva) nos sistemas de climatização	64/2012
08	Palhoça	Manutenção (preventiva e corretiva) nos dois equipamentos chiller (resfriadores de líquido) do sistema de climatização central	54/2013
09	Palhoça	Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização	179/2015
10	Poder Judiciário	Manutenção (preventiva e corretiva) nos aparelhos de ar-condicionado instalados nas edificações do Poder Judiciário – Região da Grande Florianópolis	123/2014
11	Poder Judiciário	Serviços continuados de instalação de equipamentos de ar-condicionado do tipo split, modelo Hi Wall e piso-teto, nas edificações do Poder Judiciário – Região da Grande Florianópolis	162/2014
12	Poder Judiciário	Serviços de análise química e tratamento de águas nos sistemas de climatização instalados nos prédios dos Fóruns da Capital (Sede e Des. Eduardo Luz) e da Torre II do TJSC	42/2016
13	Poder Judiciário	Serviços de análise química, controle e tratamento de águas utilizadas nos sistemas de climatização instalados nos prédios dos Fóruns da Capital (Sede e Des. Eduardo Luz) e da Torre II do Tribunal de Justiça de SC	42/2016
14	Poder Judiciário	Manutenção (preventiva e corretiva) de condicionadores de ar tipo Self Contained dos prédios do Poder Judiciário de Santa Catarina	001/2017
15	São Bento do Sul	Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização	104/2017
16	São Joaquim	Manutenção no sistema de calefação do prédio do Fórum	108/2012

17	São José	Manutenção do sistema de climatização	113/2011
18	São José	Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização	303/2016
19	Tribunal de Justiça (Torre I)	Manutenção (preventiva e corretiva) nos equipamentos de climatização do tipo "janeleiro"	15/2016
20	Tribunal de Justiça (Torre I)	Manutenção (preventiva e corretiva) nos equipamentos de climatização do tipo split, split inverter, Self Contained, VRV, entre outros	226/2013
21	Tribunal de Justiça (Torre II)	Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização	217/2013
22	Urubici	Manutenção no sistema central de calefação instalado no prédio do Fórum	104/2012

Fonte: Controle da Assessoria Técnica – Gerência de Projetos/DEA

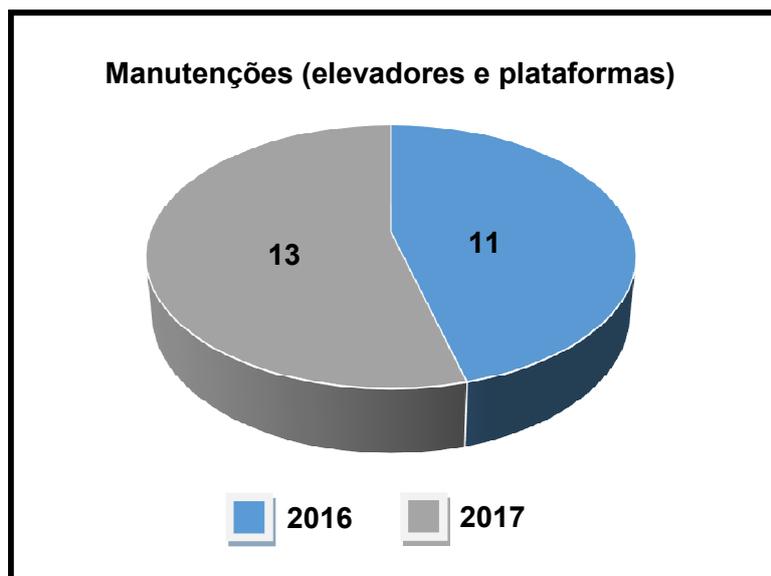


Fonte: Assessoria Técnica – Gerência de Projetos/DEA

MANUTENÇÕES (elevadores e plataformas elevatórias)

N.	LOCALIDADE	OBJETO	N. DO CONTRATO
01	Blumenau	Manutenção de dois elevadores	256/2016
02	Capital (Fórum Eduardo Luz)	Manutenção (preventiva e corretiva) de elevador instalado no prédio do Fórum	008/2015
03	Criciúma	Manutenção de dois elevadores	256/2016
04	Gaspar	Manutenção (preventiva e corretiva) de três elevadores	85/2017
05	Itajaí	Manutenção de dois elevadores	255/2016
06	Poder Judiciário	Manutenção (preventiva e corretiva) nas plataformas elevatórias instaladas em prédios do Poder Judiciário	18/2014
07	São José (Anexo)	Manutenção (preventiva e corretiva) em elevadores instalados no prédio anexo ao Fórum	87/2016
08	Comarcas Diversas	Manutenção em elevadores instalados nos prédios dos Fóruns/Unidades Judiciárias de Palhoça, Capital, Norte da Ilha, Unidade Almirante Lamego, São José, São Joaquim, Joaçaba, Chapecó, Joinville, Brusque, Lages, Balneário Camboriú e Concórdia	187/2013
09	Poder Judiciário	Serviços continuados de manutenção (preventiva e corretiva) em plataformas elevatórias instaladas nos prédios do Poder Judiciário Catarinense	234/2016
10	Tribunal de Justiça (Torre I)	Manutenção (preventiva e corretiva), com cobertura total de peças, componentes e assessórios, em quatro elevadores	167/2012
11	Tribunal de Justiça (UPC)	Manutenção (preventiva e corretiva) de dois elevadores	74/2016
12	Tribunal de Justiça (Torre I e Torre II)	Manutenção (preventiva e corretiva) de nove elevadores	305/2016
13	Tribunal de Justiça (Arquivo Central – Aririú)	Manutenção em elevadores	188/2017

Fonte: Controle da Assessoria Técnica – Gerência de Projetos/DEA



Fonte: Assessoria Técnica – Gerência de Projetos/DEA

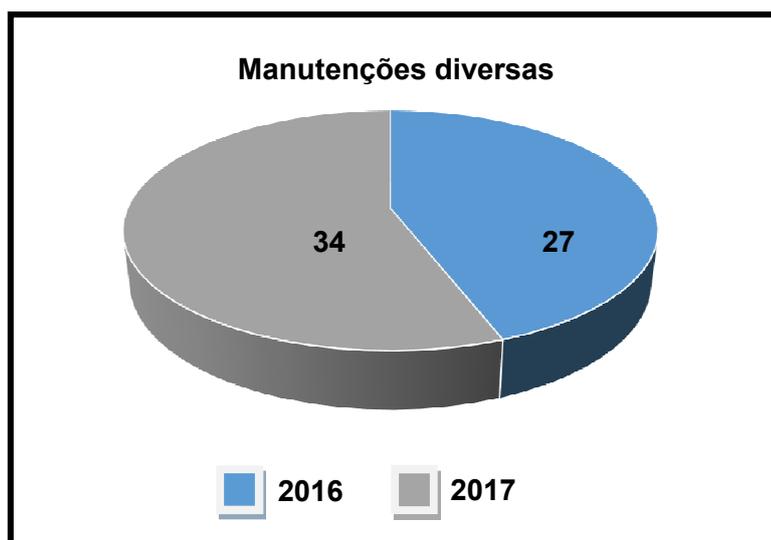
MANUTENÇÕES DIVERSAS

N.	LOCALIDADE	OBJETO	N. DO CONTRATO
01	Capital (Sede)	Manutenção (preventiva e corretiva) do grupo gerador	148/2012
02	Capital (Sede)	Manutenção (preventiva e corretiva) de pele de vidro	045/2016
03	Chapecó	Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva das esquadrias externas do prédio do Fórum da comarca de Chapecó	143/2017
04	Comarcas Diversas	Manutenção (preventiva e corretiva) em paredes de divisórias leves, paredes de gesso acartonado, forro modular, forro de gesso acartonado, piso laminado de madeira e piso vinílico para os prédios das Regiões: I – Sul do Estado; II – Grande Florianópolis; III – Vale do Itajaí	125/2013
05	Comarcas Diversas	Manutenção do sistema preventivo contra incêndio em unidades do Poder Judiciário	007/2013
06	Comarcas Diversas	Manutenção do sistema preventivo contra incêndio em unidades do Poder Judiciário	008/2013
07	Comarcas Diversas	Manutenção do sistema preventivo contra incêndio em unidades do Poder Judiciário	009/2013
08	Comarcas Diversas	Manutenção (preventiva e corretiva) em paredes de divisórias leves, paredes de gesso acartonado, forro modular, forro de gesso acartonado, piso laminado de madeira e piso vinílico para os prédios das Regiões: I – Sul do Estado; II – Grande Florianópolis; III – Vale do Itajaí	126/2013
09	Comarcas Diversas	Pintura de prédios do Poder Judiciário – Região I (Sul do Estado)	172/2015

10	Comarcas Diversas	Manutenção (preventiva e corretiva) de pintura em prédios do Poder Judiciário – Região III (Vale do Itajaí)	195/2013
11	Comarcas Diversas	Manutenção (preventiva e corretiva) de pintura em prédios do Poder Judiciário – Região IV (Norte do Estado) e Região VI (Oeste do Estado)	196/2013
12	Comarcas Diversas	Manutenção (preventiva e corretiva) de pintura em prédios do Poder Judiciário – Região V (Região Serrana)	197/2013
13	Comarcas Diversas	Manutenção predial (preventiva e corretiva) para prédios do Poder judiciário – Região I (Sul do Estado)	21/2014
14	Comarcas Diversas	Manutenção predial (preventiva e corretiva) para prédios do Poder judiciário – Região VI (Oeste do Estado)	23/2014
15	Comarcas Diversas	Execução de serviços de instalação, conservação e manutenção das instalações elétricas e de telecomunicações em prédios do Poder Judiciário – Região I (Sul do Estado)	27/2014
16	Comarcas Diversas	Serviços de instalação e manutenção das redes elétricas e de telecomunicações em prédios do Poder Judiciário – Região IV (Norte do Estado); Região V (Região Serrana); Região VI (Oeste do Estado)	29/2014
17	Poder Judiciário	Manutenção (preventiva e corretiva) de vidros e películas em esquadrias de unidades do Poder Judiciário	111/2013
18	Poder Judiciário	Serviços continuados de limpeza de reservatório de água e desentupimento do sistema hidrossanitário de prédios locados e de propriedade do Poder Judiciário – Região da Grande Florianópolis	176/2012
19	Poder Judiciário	Manutenção (preventiva e corretiva) de pintura em prédios do Poder Judiciário – Região II (Grande Florianópolis)	181/2016
20	Poder Judiciário	Manutenção (preventiva e corretiva) em estações de tratamento de esgoto (ETEs) de prédios do Poder Judiciário	241/2013
21	Poder Judiciário	Execução de serviços de instalação, conservação e manutenção das instalações elétricas e de telecomunicações em prédios do Poder Judiciário – Região II (Grande Florianópolis) e Região III (Vale do Itajaí)	28/2014
22	Poder Judiciário	Manutenção preventiva e corretiva das portas automáticas do Poder Judiciário de Santa Catarina (Grande Florianópolis)	172/2016
23	Poder Judiciário	Serviços continuados de manutenção de extintores e mangueiras de incêndio e avaliação dos demais sistemas preventivos de incêndio – Região V (Serrana) e Região VI (Oeste)	48/2017
24	Poder Judiciário	Serviços continuados de manutenção de extintores e mangueiras de incêndio e avaliação dos demais sistemas preventivos de incêndio – Região I (Sul) e Região IV (Norte)	54/2017
25	Poder Judiciário	Serviços continuados de manutenção de extintores e mangueiras de incêndio e avaliação dos demais sistemas preventivos de incêndio – Região IIA (Grande Florianópolis – 1º Grau), Região IIB (Grande Florianópolis – 2º Grau) e Região III (Vale do Itajaí)	55/2017

26	Poder Judiciário	Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, adequação, modernização e melhoria da segurança dos prédios do Poder Judiciário modernização – Região I (Sul)	107/2017
27	Poder Judiciário	Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, adequação, modernização e melhoria da segurança dos prédios do Poder Judiciário modernização – Região IIA (Grande Florianópolis – 1º Grau)	75/2017
28	Poder Judiciário	Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, adequação, modernização e melhoria da segurança dos prédios do Poder Judiciário modernização – Região IIB (Grande Florianópolis – 2º Grau)	88/2017
29	Poder Judiciário	Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, adequação, modernização e melhoria da segurança dos prédios do Poder Judiciário modernização – Região III (Vale do Itajaí)	190/2017
30	Poder Judiciário	Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, adequação, modernização e melhoria da segurança dos prédios do Poder Judiciário modernização – Região IV (Norte)	91/2017
31	Poder Judiciário	Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, adequação, modernização e melhoria da segurança dos prédios do Poder Judiciário modernização – Região V (Serrana)	111/2017
32	Poder Judiciário	Serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, adequação, modernização e melhoria da segurança dos prédios do Poder Judiciário modernização – Região VI (Oeste)	116/2017
33	Tribunal de Justiça (Torre I e Torre II)	Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos do sistema de nobreak pertencente ao CPD do TJSC	40/2016
34	Tribunal de Justiça (Torre I e Torre II)	Manutenção continuada do sistema de geração de energia de emergência do prédio do Tribunal de Justiça	281/2016

Fonte: Controle da Assessoria Técnica – Gerência de Projetos/DEA



Fonte: Assessoria Técnica – Gerência de Projetos/DEA



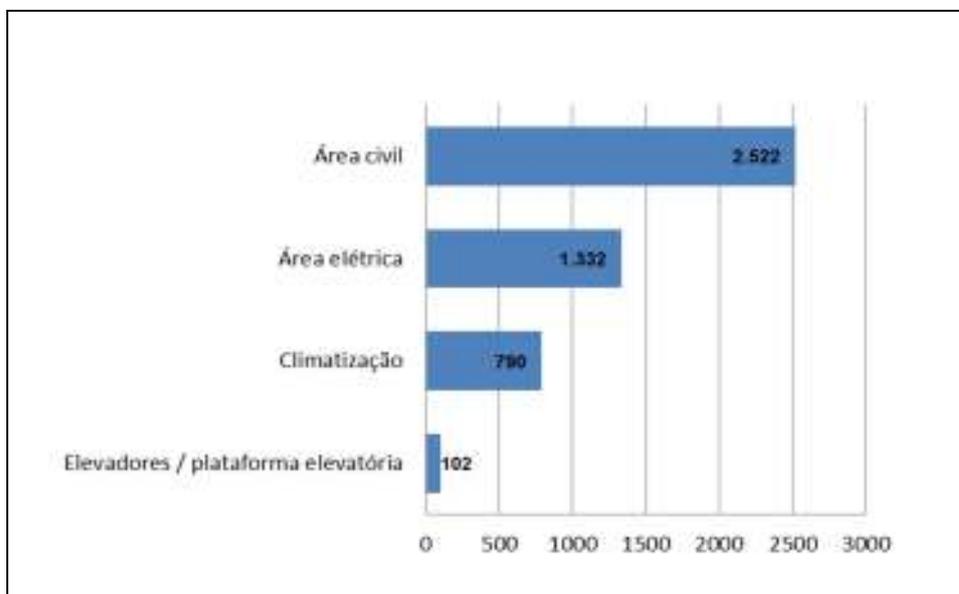
Reformulação do acesso à Torre I / TJSC – Foto: Débora Carolina Piazza/DEA (dez/2017)

CENTRAL DE ATENDIMENTO/DEA

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Chamados na área civil	2.522
Chamados na área elétrica	1.322
Chamados na área de climatização	790
Chamados na área de elevadores/plataforma elevatória	102
TOTAL	4.746

Fonte: Divisão de Manutenção Predial de 2º Grau/DEA
Dados computados até 13/12/2017.

Observações: atendimentos realizados em todas as edificações que integram o Tribunal de Justiça (Torres I e II, Unidade Presidente Coutinho, Unidade Almirante Lamego, Unidade Anita Garibaldi, Gráfica, Almojarifado e Arquivo Central). Não inclui serviços demandados por meio de processos administrativos, bem como aqueles originados dentro da própria DEA.



Fonte: Divisão de Manutenção Predial de 2º Grau/DEA
Dados computados até 13/12/2017.

ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS

TIPO DE DOCUMENTO	QUANTIDADE
Despachos (físicos e digitais – SPA) – Direção/Assessoria	939
Pareceres Técnicos (físicos e digitais – SPA) – Direção/Assessoria	334
Ofícios – Direção	189
Requisições de Compra (DEA como Unidade Requisitante) – Direção	126
TOTAL	1.563

Fonte: controle da Secretaria da DEA e SPA
Dados computados até 13/12/2017.

TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS FÍSICOS

TIPO DE DOCUMENTO	QUANTIDADE
Recebimentos de processos administrativos (físicos) – Direção/Assessoria	357
Envios de processos administrativos (físicos) – Direção/Assessoria	347
Processos administrativos (físicos) arquivados	48
Requisições de Compra cadastradas (DEA como Unidade Requisitante)	126
Requisições de compra recebidas para análise (outras Unidades Requisitantes)	1.115
Requisições de compra enviadas após análise	1.062
Notas fiscais recebidas	119
Notas fiscais enviadas	117
Notas de empenho recebidas	1.122

Fonte: PTC – Sistema de Protocolo e Controle de Documentos da Secretaria/DEA
Dados computados até 13/12/2017.

TRAMITAÇÃO EM SPA

TIPO DE DOCUMENTO	QUANTIDADE
Recebimentos de processos no setor	22.949
Envios de processos pelo setor	22.314
Processos criados no setor	417
Documentos criados no setor*	17.049
TOTAL	62.729

Fonte: SPA

Dados computados até 13/12/2017.

* Os dados incluem os despachos e pareceres citados anteriormente, na seção 10.

VIAGENS A SERVIÇO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Aéreas e terrestres	337

Fonte: Controle da Secretaria/DEA

Dados computados até dia 13/12/2017.

ATENDIMENTOS DE TSI

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Abertura de chamados internos	287

Fonte: Controle de chamados/DEA

Dados computados até 13/12/2017.

Observação: não estão computados chamados efetuados por *e-mail*, *padion* ou telefone.

PRINCIPAIS OBRAS – EXERCÍCIO DE 2017

N.	LOCALIDADE	OBJETO	OBSERVAÇÕES
01	Balneário Camboriú	Ampliação do Fórum	Obra não iniciada: Devido ao lapso de tempo, desde a elaboração do primeiro material técnico destinado ao início do processo licitatório da obra (o qual restou fracassado), foi necessária revisão/atualização dos projetos (arquitetônico e complementares), bem como das planilhas orçamentárias. Ainda existe uma indefinição quanto à execução das obras, tendo em vista a possibilidade de cessão de uso do terreno para o MP, visando à construção de sede própria (Processo Administrativo n. 38330/2017).
02	Blumenau	Reforma global do Fórum	Obra não iniciada: Devido ao lapso de tempo, desde a elaboração do primeiro material técnico destinado ao início do processo licitatório da obra (o qual restou fracassado), foi necessária revisão/atualização dos projetos (arquitetônico e complementares), bem como das planilhas orçamentárias. Na atualização foram contemplados a ampliação dos ambientes climatizados, bem como os projetos elétricos e de cabeamento estruturado (Processo Administrativo n. 16419/2017)
03	Capital – Sede – Des. Rid Silva	Instalação de CFTV	Obra não iniciada: O projeto foi concluído e encaminhado à Administração, por meio do Processo Administrativo n. 507553-2013.0, em abril de 2016, visando autorização da licitação para contratação dos serviços. Todavia, até o presente momento, a licitação não foi autorizada.
04	Imbituba	Construção do novo Fórum	Obra não iniciada: Projeto necessitou de revisão e adequações, em função de questionamentos efetuados por empresas participantes da licitação de construção do Fórum de Timbó (de mesma tipologia). O projeto permanece em desenvolvimento.
05	Timbó	Construção do novo Fórum	Obra não iniciada: Houve diversos questionamentos efetuados por empresas participantes da licitação Concorrência n. 0014/2017, os quais ensejaram a suspensão daquela licitação. Após a reabertura da licitação, ocorreu denúncia referente à habilitação da empresa que apresentou a proposta mais vantajosa. Após, diligências, confirmou-se a denúncia, o que ensejou a desabilitação da referida empresa. Prosseguiu-se com a análise da segunda proposta, a qual atendeu os critérios do certame, estando o processo em fase de homologação.
06	Tubarão	Reforma global do Fórum	Obra iniciada: Em abril de 2017 foi celebrado o Contrato n. 047/2017 com a empresa Althoff Construções Ltda. Todavia, a empresa não apresentou a garantia contratual, necessária para início das obras. O contrato foi rescindido. Foi, então, iniciado procedimento de contratação do remanescente da obra junto à segunda colocada da licitação. O novo contrato, de n. 137, foi assinado em setembro de 2017. As obras encontram-se em andamento.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

O ano de 2017 também foi marcado por importantes avanços, principalmente na área de projetos e manutenção predial.

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura renovou e implantou nessa gestão duas importantes inovações, que impactaram positivamente em sua prestação de serviços.

Unificação dos contratos de manutenção predial

Anteriormente, as unidades judiciais eram atendidas por diversas empresas, cada uma delas especializada em determinado serviço, tais como pintura, instalação e remoção de divisórias, aplicação e manutenção de gesso acartonado, instalações elétricas e obras civis. Dessa forma, para a realização de qualquer serviço de manutenção corretiva/preventiva, a administração via-se obrigada a acionar diversas empresas, com diferentes contratos, para a execução de simples manutenções, pequenos reparos ou obras não muito complexas.

A consequência desse tipo de contratação impactava na morosidade, na má qualidade da prestação de serviços e na onerosidade para os cofres públicos. Por exemplo, se um serviço tratava de simples remoção de uma divisória de um lado para outro em um mesmo ambiente, contratava-se uma empresa para remover a divisória, outra para adequar a instalação elétrica e uma terceira para retocar a pintura.

Nesse novo modelo, as especialidades foram concentradas em um único contrato. Assim, ganhou-se agilidade no atendimento às demandas, maior qualidade na prestação dos serviços e, conseqüentemente, menos custo para a Administração, já que uma só empresa é responsável, do início ao fim, por todas as intervenções necessárias para a realização do serviço demandado, seja ele um pequeno reparo ou uma obra mais complexa.

Além disso, a nova sistemática de manutenção predial mostrou-se extremamente vantajosa ao Poder Judiciário no que se refere à gestão contratual, já que o número de empresas contratadas reduziu-se drasticamente. Houve assim impacto direto nas atividades realizadas na Diretoria de Orçamento e Finanças, na Diretoria de Material e Patrimônio e na própria Diretoria de Engenharia e Arquitetura, bem como nas Secretarias de Foro.

Ressalta-se também que os custos administrativos foram reduzidos tendo em vista a necessidade de se ter apenas um único processo licitatório por demanda. Além disso, em virtude de o contrato ser mais abrangente nas especialidades e serviços, percebeu-se um aumento significativo na participação de empresas com maior qualificação técnica nos certames, o que implicou serviços prestados com maior qualidade.

Escritório Único de Projetos

Outra importante inovação foi a contratação de escritório único para desenvolver todos os projetos executivos de determinada obra. Nessa contratação incluiu-se todo o material, desde o arquitetônico e complementares como os memoriais descritivos e planilhas orçamentárias. A primeira demonstração dessa metodologia está sendo realizada no projeto de reforma do prédio do Fórum da Família da Comarca de Balneário Camboriú – atualmente na fase de anteprojeto.

Em 2018 a Diretoria de Engenharia e Arquitetura deverá ampliar essa modalidade de contratação. Assim, já estão em andamento na Divisão de Material e Patrimônio sete licitações visando à construção de novos prédios, quais sejam: São Lourenço do Oeste, Araquari, Garuva, Rio Negro, Rio do Oeste, Curitiba e Campos Novos.

A nova sistemática de trabalho proporciona uma série de vantagens, como a otimização de prazos, a redução de custos, a padronização de projetos, maior controle quanto às responsabilidades dos contratados e inserção de novos conceitos nos projetos.

Acessibilidade

No intuito de ampliar a acessibilidade às edificações do Poder Judiciário catarinense, visando garantir às pessoas com deficiência – PCD, definitiva ou temporária, a participação nas atividades jurisdicionais e atender à legislação pertinente, o Poder Judiciário de Santa Catarina, por meio da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, promove as questões de acessibilidade no escopo de suas obras, seja de construção de novos prédios ou em reformas globais e parciais dos prédios existentes.

A questão da acessibilidade foi um dos critérios técnicos considerados na elaboração do Plano de Obras, resultado de um *ranking* de priorização dos prédios, nos termos da Resolução CNJ n.114/2010.

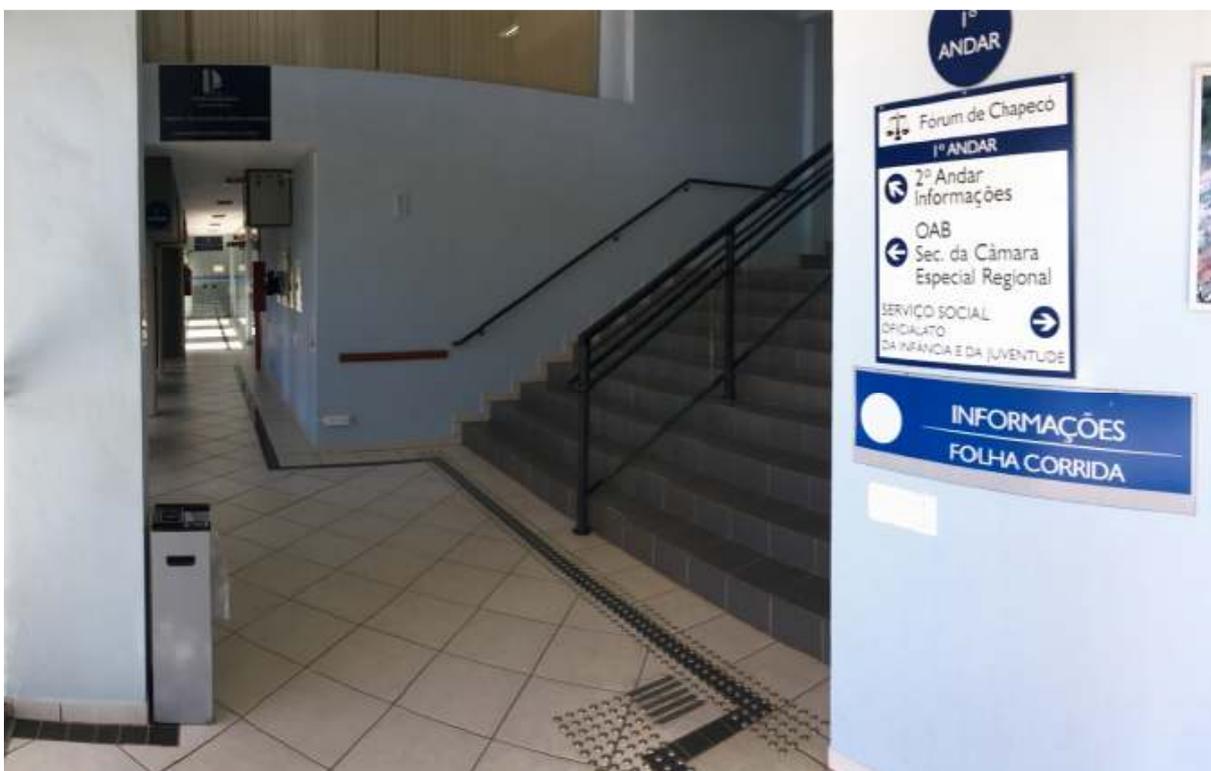
A acessibilidade nas edificações do Poder Judiciário é implementada por meio de diversas medidas, as quais, em grande parte, são de competência da DEA: construção de rampas para acesso, adequação de sanitários públicos para utilização por PCD, vagas de estacionamento exclusivas para PCD, acesso a pavimentos superiores por meio de elevadores e/ou plataformas elevatórias, instalação de piso tátil direcional e alerta, e inclusão de espaço para cadeirantes nos Tribunais do Júri, entre outras.

Ressalta-se que as soluções técnicas para atendimento às normas de acessibilidade em prédios existentes por vezes são de alta complexidade, envolvem a elaboração de projetos (arquitetônico, estrutural, elétrico, hidrossanitário, preventivo de incêndio) e ensejam intervenções de grande monta (rompimento de lajes, quebra de paredes, adequações de banheiros, reformulação de leiautes, substituição de forros e pisos, ampliação do prédio, entre outras).

Especificamente em relação à acessibilidade, no ano de 2017 a Diretoria de Engenharia e Arquitetura concluiu as obras de reforma dos Fóruns de Bom Retiro, Chapecó e Xanxerê. Além dessas, foram também concluídas as obras de construção dos novos Fóruns de Gaspar e Canoinhas, projetados levando-se em consideração a norma vigente.



Adequação da rampa de acesso ao Fórum – Foto: Rodrigo Parisi/DEA (jun/2017)



Instalação de sinalização podotátil na entrada do Fórum – Foto: Rodrigo Parisi/DEA (jun/2017)



Reforma do Fórum de Xanxerê – Foto: Wilson Spernau Jr/DEA (dez/2017)



Reforma do Fórum de Xanxerê – Piso podotátil no passeio público – Foto: Wilson Spernau Jr/DEA (dez/2017)



Reforma do Fórum de Bom Retiro – Foto: Rafael Gonzaga Lima/DEA (maio/2017)



Reforma do Fórum de Bom Retiro – Foto: Rafael Gonzaga Lima/DEA (maio/2017)



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº **75952/2018**, registrado no sistema SPA (Sistema de Processos Administrativos) do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Este documento eletrônico foi assinado por:

RODRIGO TOLENTINO DE CARVALHO COLLACO

510.929.999-49

Assinado digitalmente em 28/02/2018 20:38:51